



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GUILHERME BERNARDI

**INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CRISE DO CAPITAL:
AS TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO DO TRABALHO
OBSERVADAS A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA DA
COMUNICAÇÃO**

Londrina
2022

GUILHERME BERNARDI

**INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CRISE DO CAPITAL:
AS TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO DO TRABALHO
OBSERVADAS A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA DA
COMUNICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Bernardi, Guilherme .

Informação, comunicação e crise do capital : as transformações na divisão do trabalho observadas a partir da Economia Política da Comunicação / Guilherme Bernardi. - Londrina, 2022.
224 f.

Orientador: Manoel Dourado Bastos.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2022.
Inclui bibliografia.

1. Informação. Comunicação. Crise. Trabalho. EPC. - Tese. I. Bastos, Manoel Dourado. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

GUILHERME BERNARDI

**INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CRISE DO CAPITAL:
AS TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO DO TRABALHO
OBSERVADAS A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA DA
COMUNICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Rodolfo Rorato Londero
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes
Universidade de São Paulo - USP

Londrina, 18 de janeiro de 2022.

*Se vós que estais no topo do Estado tocais o violino, por acaso
não esperais que os que estão lá embaixo dancem?
Karl Marx - O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, irmã, irmão e todos os familiares, que participaram e me apoiaram durante o mestrado e a escrita da dissertação.

Às minhas amigas e amigos, que sempre estiveram presentes mesmo quando eu estive ausente para estudar e escrever esta dissertação. (Não mencionei nomes, mas vocês sabem quem são.)

Ao Manoel Bastos, pela parceria que vai de Marx ao futebol e por, desde a graduação, sempre ter acreditado em mim, me incentivado, estimulado os debates e a busca pelo conhecimento e pela crítica. Sem palavras.

Ao Rodolfo Londero, com quem sempre aprendi muito, tive bons diálogos e estimulantes divergências.

Ao Ruy Sardinha Lopes, que, além de ser membro desta banca, me aceitou como aluno de sua disciplina da USP.

Ao Rozinaldo Miani, pelas contribuições na qualificação e pelo exemplar trabalho na coordenação do programa de pós-graduação em Comunicação.

Ao Anderson Santos, pelos debates sobre EPC e futebol, pela construção do *Jogando Dados* e por ter aceitado ser suplente desta banca.

Ao pessoal do Laboratório Cubo, em especial aos haugers (além de Manoel e Rodolfo, Ana, Gabriela, Gina, Karime, Pamella, Rafaela e Willian), por todos os debates, piadas e encontros.

Ao Ronaldo Gaspar e ao Eliel Machado, pelas conversas e aprendizados dentro e fora do Sindiprol/Aduel.

Aos membros do podcast *Jogando Dados* e ao pessoal com quem aprendo e estudo EPC.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram, de alguma maneira, para este trabalho, meu muito obrigado!

BERNARDI, Guilherme. **Informação, comunicação e crise do capital: as transformações na divisão do trabalho observadas a partir da Economia Política da Comunicação.** 2022. 224 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica e a importância da informação e da comunicação na crise do capitalismo e na consequente configuração de um padrão global de subemprego. O referencial adotado é o da (crítica da) Economia Política da Comunicação produzida no Brasil e o método seguido é o da crítica imanente. Primeiro, reconhecemos a atualidade da teoria marxiana do valor e a capacidade explicativa dos conceitos de subsunção do trabalho intelectual e de Terceira Revolução Industrial, tais quais apresentados por César Bolaño, para apreender o atual estado do modo de produção capitalista. Segundo, revisamos o debate Brenner-Arrighi e definimos o capital como dialeticamente constituído pela crise e por germes visíveis do socialismo, a fim de apreender como a informação e suas transformações estão ligadas à crise iniciada nos anos 1970. Terceiro, apresentamos a contradição Estado-sociedade civil e expusemos, a partir do debate alemão da derivação, o Estado como instância crítica, portanto, capaz de ser disputado pela luta de classes e de cumprir funções mais ou menos deletérias para os trabalhadores. Também foi apresentado o papel fundamental desempenhado por ele nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, no desmonte de projetos nacionais e na formação de um mercado de trabalho em concorrência global, algo que se estabelece por meio do dinheiro e das taxas de câmbio. Quarto, revisamos um estudo pioneiro de Friedrich Pollock sobre a automação e suas consequências sociais e outros dois recentes, de Aaron Benanav e Nick Srnicek, sobre, respectivamente, a automação e o futuro do trabalho e o capitalismo de plataforma, a fim de apresentar, fugindo do determinismo tecnológico, as contradições da introdução das máquinas automáticas no bojo da sociedade capitalista. Após todo esse percurso, foi possível concluir que o desenvolvimento de sofisticados sistemas de informação e comunicação, bem como de coleta, armazenamento e processamento de dados, são pressupostos para a expansão do capital e para o estabelecimento de um mercado de trabalho global. Desenvolvidas no seio das relações sociais de produção capitalistas, as forças produtivas entram em choque com elas e, em meio à crise iniciada dos anos 1970 e à tendência imanente à expansão do exército industrial de reserva, avançam no sentido de formar um padrão de subemprego global, marcado pela alta terceirização, fragmentação dos processos de trabalho e pagamento deles por peça, buscando o mínimo absoluto de remuneração e a máxima insegurança e transferência dos custos para o trabalho.

Palavras-chave: informação; comunicação; crise; trabalho; EPC.

BERNARDI, Guilherme. **Information, communication and crisis of capital: the transformations in the division of labor observed from the Political Economy of Communication.** 2022. 224 p. Dissertation (Master's in Communication) – State University of Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

This work aims to analyze the dynamics and importance of information and communication in the crisis of capitalism and in the consequent configuration of a global pattern of underemployment. The framework adopted is the (critique of) Political Economy of Communication produced in Brazil and the method followed is that of immanent critique. First, we recognized the relevance of the Marxian theory of value and the explanatory capacity of the concepts of subsumption of intellectual labor and Third Industrial Revolution, such as those presented by César Bolaño, to apprehend the current state of the capitalist mode of production. Second, we reviewed the Brenner-Arrighi debate and defined capital as dialectically constituted by crisis and visible seeds of socialism, in order to understand how information and its transformations are linked to the crisis that began in the 1970s. Third, we presented the State-civil society contradiction and based on the West German State-derivation debate were able to define it as a critical instance, therefore, capable of being disputed by the class struggle and of fulfilling functions more or less harmful to the workers. The fundamental role played by the State through investments in research and development, in the dismantling of national projects and in the formation of a global labor market in competition was also presented, something that is established through money and the exchange rates. Fourth, we reviewed a pioneer study by Friedrich Pollock on automation and its social consequences and two more recent ones by Aaron Benanav and Nick Srnicek on, respectively, automation and the future of work and platform capitalism, in order to present, getting away from technological determinism, the contradictions of the introduction of automatic machines in the heart of capitalist society. After all this course, it was possible to conclude that the development of sophisticated information and communication systems, as well as data collection, storage and processing, are presuppositions for the expansion of capital and for the establishment of a global labor market. Developed within the capitalist social relations of production the productive forces come into conflict with them and, amidst the crisis that began in the 1970s and the immanent tendency of the industrial reserve army to expand, advance towards forming a pattern of global underemployment, marked by high outsourcing, fragmentation of labor processes and payment by piece, seeking the absolute minimum remuneration and maximum insecurity and transfer of costs to labor.

Key words: information; communication; crisis; labor; PEC.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

5G	Telefonia Móvel de Quinta Geração
AWS	Amazon Web Services
AMT	Amazon Mechanical Turk
Basf	Badische Anilin & Soda Fabrik
Brics	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (<i>South Africa</i>)
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Cubo	Laboratório “Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo”
EPC	Economia Política da Comunicação
EUA	Estados Unidos da América
GE	<i>General Electric</i>
GM	<i>General Motors</i>
GPS	<i>Global Positioning System</i>
FED	<i>Federal Reserve</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
IA	Inteligência Artificial
IED	Investimento Estrangeiro Direto
Intercom	Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação
IoT	<i>Internet of Things</i>
Nefipo	Núcleo de Ética e Filosofia Política
NLM	Novas Leituras de Marx
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade de Poder de Compra
PT	Partido dos Trabalhadores
RBU	Renda Básica Universal
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TINA	<i>There is no alternative</i>

Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
WWW	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL E A TEORIA DO VALOR	17
1.1 O DUPLO CARÁTER DA LEI DO VALOR DE MARX	17
1.2 O MAIS-VALOR RELATIVO E A PAUPERIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	21
1.3 INFORMAÇÃO E CONCORRÊNCIA CAPITALISTA.....	29
1.4 A REUNIÃO INVERTIDA ENTRE TRABALHO INTELECTUAL E MANUAL	38
1.5 A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO INTELECTUAL	42
2 DISTRIBUINDO AS CARTAS NA MESA	50
2.1 O DEBATE BRENNER-ARRIGHI.....	51
2.1.1 O Sistema-Mundo e os Ciclos Sistêmicos de Acumulação	51
2.1.2 Superprodução, Supercapacidade, Queda da Taxa de Lucro e Longa Estagnação.....	56
2.1.3 A Falta de um Conceito de Capital	63
2.2 A CRISE COMO NECESSIDADE RELATIVA DO CAPITAL	72
2.3 A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL E A AGENDA ROSDOLSKY	80
2.3.1 De Volta à Agenda Rosdoslky	88
3 LIBERDADE POLÍTICA VERSUS EXPLORAÇÃO ECONÔMICA: O ESTADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	94
3.1 MARX: CRÍTICO DA POLÍTICA MODERNA	96
3.2 O DEBATE ALEMÃO DA DERIVAÇÃO DO ESTADO	101
3.2.1 Apresentando o Derivacionismo	104
3.2.2 As Escolas Lógica e Histórica no Debate da Derivação	108
3.2.3 Da Derivação Lógica do Estado à Luta de Classes Determinada Pela Forma	118
3.2.4 O Mercado Mundial como Pressuposto e Resultado da Produção Capitalista.....	128
3.3 A POLÍTICA DE GOVERNAR A ALIENAÇÃO.....	135

4	ECONOMIA ESTAGNADA, AUTOMAÇÃO E O SUBEMPREGO GLOBAL	143
4.1	A INFÂNCIA DA AUTOMAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS.....	146
4.2	BAIXO INVESTIMENTO, LENTA AUTOMAÇÃO E O SUBEMPREGO GLOBAL	167
4.3	A CAPTURA MASSIVA DE DADOS E O CAPITALISMO DE PLATAFORMA	187
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
	REFERÊNCIAS.....	214

INTRODUÇÃO

Marcuse, no prefácio que escreveu para *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, traduzido e publicado na edição da Boitempo (2011), questionou, depois de ter vivido o período nazifascista, se a farsa, que Marx dizia, a partir de Hegel, ser a forma através da qual as tragédias históricas se repetiam, não seria ela própria pior que sua predecessora. Não sabemos o que diria o filósofo frankfurtiano sobre o momento no qual estamos vivendo, mas cremos ser possível enquadrá-lo junto aos outros períodos trágicos da pré-história da humanidade.

Até o momento no qual estamos finalizando a escrita desse trabalho, mais de cinco milhões de pessoas morreram por causa de todas as variantes político-econômico-sociais responsáveis pela emergência e massificação da Covid-19. No Brasil, país tido por estudos como pior no combate ao vírus, a situação é horripilante. São mais de 600 mil mortes oficiais. Temos que nos perguntar, pensando próximo ao que Paulo Arantes levantou, em uma das muitas intervenções virtuais desde o início da pandemia, se não seríamos um laboratório de produção de novas pandemias (desmatamento da Amazônia, desregulação ambiental etc.) e/ou, principalmente, de resposta a uma. Mas como chegamos até aqui?

Cerca de cem anos atrás, em 1918, o mundo vivia não só a primeira de duas Guerras Mundiais, mas também a disseminação da chamada “gripe espanhola”. Se pensarmos de maneira próxima às ideias postuladas por Polanyi (2021), para quem as duas guerras, o nazifascismo e o socialismo soviético foram reações à desintegração social produzida pelo desenvolvimento da sociedade de mercado, e as aproximarmos de pesquisas desenvolvidas por epidemiologistas como Rob Wallace (2020), as quais, como destacou um texto do coletivo chinês *Chuang* (2020), investigam a produção de pandemias por meio de uma combinação entre a expansão territorial do agronegócio e o cada vez maior uso de trabalho intelectual para manipulação genética visando o aumento da produtividade, a diminuição dos custos e, ao final, aumento dos lucros, seria possível traçar algumas correlações entre os dois períodos. Por um lado, as mudanças sociais provocadas, na virada do século XIX para o XX, pela expansão do capital e do agronegócio nos Estados Unidos, país que assumiria a posição hegemônica global em poucas décadas, e, por outro, na segunda metade do século passado, o resultado da nova rodada de integração global após a queda da URSS e das necessidades energético-

alimentícias da potência em ascensão, a China, bem como de seu papel na disputa global pela liderança tecnológica. Vivemos, portanto, uma crise de proporções globais. Uma crise que, como pretendemos demonstrar ao longo do trabalho, é estrutural ao próprio capital e tem fortes impactos na classe trabalhadora do mundo. Para isso, precisamos investigar seus fundamentos.

* * *

Este é um trabalho de comunicação e a pergunta que motiva esta pesquisa é: qual o papel da informação e da comunicação na crise do capitalismo e na consequente configuração de um padrão global de subempregos? O objetivo geral é, portanto, analisar a dinâmica e a importância dessas duas formas sociais especificamente capitalistas no atual estado do modo de produção. A hipótese inicial desta dissertação era de que o avanço da automação seria responsável pelo estado do mercado de trabalho ao redor do mundo, especialmente no que tange às baixas remunerações, às más condições de trabalho e à instabilidade generalizada. Ao longo da pesquisa, foi verificado que esta hipótese, conforme apresentaremos adiante, é parcialmente verdadeira. O que percebemos é que não é a automação em si a causa principal das transformações no mercado de trabalho, afinal, a tendência à substituição de trabalho vivo por morto é interna ao próprio capitalismo. Na verdade, a crise iniciada ao redor dos anos 1970 deflagrou uma inflexão estrutural em todo o modo de produção capitalista, de modo que seu fundamento principal, a superprodução de meios de produção, reverbera, cinco décadas depois, até hoje. Portanto, em meio à impossibilidade de superação da crise, o caminho tomado pelo capital não poderia ser de um novo ciclo de crescimento sustentado, como o verificado no pós-Segunda Guerra Mundial, mas o da reestruturação produtiva e da constante disputa entre capitais, estabelecidos em geral nos países centrais, pelos lucros globais, limitando, com isso, a entrada de novos competidores e o desenvolvimento de outros países. Por meio da sofisticação dos sistemas de informação e comunicação, a disputa se configura como uma constante pressão pela racionalização, reorganização e redivisão, inclusive geograficamente, dos processos de trabalho, a qual aparece na fragmentação, simplificação e maior exploração de trabalhadoras e trabalhadores subempregados. Apesar de todos estes movimentos, o capital, como é de sua natureza, não consegue superar os fundamentos da crise que se perenizou, apenas empurrando as contradições.

O referencial teórico adotado neste trabalho é o da (crítica da) Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPC) produzida no Brasil, em especial os trabalhos de César Bolaño, Ruy Sardinha Lopes, Verlane Aragão Santos e, mais recentemente, Manoel Dourado Bastos. O método seguido é o da crítica imanente, buscando, a partir das contribuições dos autores, realizar uma crítica interna ao próprio objetivo estudado, a fim de encontrar uma explicação que consideramos mais adequada para a problemática do papel da informação e da comunicação na crise do capitalismo. Com exceção deste último, as principais publicações dos três outros autores são anteriores às crises de 2007-08 e, portanto, também à deflagrada pela pandemia de Covid-19, que teve início em 2020. Por causa disso, alguns desenvolvimentos posteriores, por exemplo, a ascensão das plataformas, dos sofisticados meios para coleta, armazenamento e processamento de dados, bem como da Internet das Coisas, do aprendizado de máquina, e da Inteligência Artificial não puderam ser devidamente abordados por eles.

Desta forma, a fim de organizar o argumento a ser exposto ao longo do trabalho, o primeiro objetivo específico será dar um passo atrás e aparar algumas arestas com a própria EPC, especialmente no que tange à lei do valor, ao duplo caráter do trabalho e à subsunção real do trabalho intelectual. Para isso, recorreremos às contribuições de autores como Robert Kurz (2018; 2020) e Moishe Postone (2014), da chamada “crítica do valor”, bem como de Isaak Rubin (1987) e Sohn-Rethel (2020), que já estão na base da obra de César Bolaño (2000; 2002). Conjugaremos essas referências com a leitura de Diane Elson (2015) sobre a teoria do valor e com a contribuição do próprio Manoel Bastos (2021), especialmente no que tange à dialética necessária para a abordagem das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

O segundo objetivo específico, que será elaborado no capítulo posterior, é compreender o caráter imanente da crise, a especificidade daquela iniciada nos anos 1970 e apontar para a existência de germes socialistas no próprio capitalismo. Auxiliados pela dissertação de Lucas Morato Araújo (2016) e por um artigo de Moishe Postone (2008), revisaremos o debate entre Robert Brenner e Giovanni Arrighi, para traçar um panorama que nos permita, num momento inicial, correlacionar o processo descrito pela EPC como reestruturação produtiva dentro de um contexto de crise tanto de lucratividade como de hegemonia do ocidente e, particularmente, dos Estados Unidos. Organizado o panorama concreto, daremos

um passo atrás para conceituar, a partir da tese desenvolvida por Jorge Grespan (2012), a crise como uma necessidade relativa do capital, que lhe constitui como anverso de seu ímpeto expansivo. Apreendida a crise como necessidade relativa, daremos um passo adiante incorporando o artigo sobre *A Crise do Valor de Troca* (2018 [1986]) de Robert Kurz, para avaliar o impacto da Terceira Revolução Industrial, a da microeletrônica, no modo de produção capitalista, que teria atingido seu limite lógico interno e não conseguiria mais incorporar tanto trabalho vivo quanto expulsa. Passaremos, então, novamente à base teórica desenvolvida pela EPC brasileira, buscando nos trabalhos desenvolvidos por César Bolaño (2000; 2002; 2014; 2016) e Ruy Sardinha Lopes (2008) a compreensão da informação e da comunicação como formas sociais próprias ao capitalismo e que assumem, no momento atual, papéis de destaque na estruturação e na concorrência do modo de produção, vide não só a expansão dos sistemas de transporte, processamento e armazenamento de informação, mas também o papel do trabalho intelectual na aplicação tecnológica da ciência. Antes de finalizar o capítulo, daremos atenção à *Agenda Rosdolsky*, tal qual desenvolvida por Albuquerque (2012), a fim de apreender a existência de germes visíveis do socialismo na forma mais desenvolvida do capitalismo. Portanto, analisaremos o capital como sendo dialeticamente constituído pela crise, mas também por elementos de sua possível superação.

Na sequência, no terceiro capítulo, buscaremos compreender a forma e as funções do Estado, a fim de apreender o caráter da luta de classes no modo de produção capitalista. Este é nosso terceiro objetivo específico. Antes, entretanto, de avaliar a atuação estatal, daremos um passo atrás para criticar a centralidade conferida ao Estado como capaz de mediar ou resolver as contradições próprias ao capitalismo. Para isso, nos assentaremos em Thamy Pogrebinschi (2009), que privilegia uma leitura de Marx como contrário à política moderna e defensor de uma forma de organização social outra, a “comunidade”, que seria constituída na e para a liberdade. Feita essa exposição, revisaremos brevemente, com o auxílio da tese de Camilo Onoda Caldas (2015), o que foi o debate alemão da derivação do Estado, a fim de compreender e criticar como Alysso Mascaro e César Bolaño elaboram suas concepções do Estado. Buscaremos no texto de Ruy Fausto (1987) a compreensão dialética mais adequada à apreensão da forma-Estado e seus tipos de intervenção, a qual nos permitirá, a partir de um comentário de John Holloway (2017), abordar a acumulação e as condições para tal como luta de classes determinada pela própria

forma. Feito o percurso lógico, com auxílio da excelente revisão acerca do imperialismo feita por Luiz Felipe Osório (2018), inseriremos determinações históricas em nossa abordagem da forma e das funções do Estado, o qual tem caráter concorrencial na esfera internacional, atuando como imperialista, mas é despótico internamente. Finalizando o capítulo, a partir da crítica à leitura polanyiana feita por Copley e Moraitis (2020), poderemos compreender o impacto das determinações (mundiais) do capital na construção de projetos políticos nacionais, ou seja, como definem os autores, os desafios de “governar a alienação”.

Feito todo esse percurso, na parte final, voltaremos aos argumentos apresentados ao longo de toda a dissertação para, por meio da leitura do pioneiro estudo de Friedrich Pollock (1957) sobre a automação e suas consequências sociais, um que recebeu, importante destacar, muito pouca atenção e que oferece uma série de argumentos a respeito da infância da introdução dela e das já visíveis implicações sociais, e dos recentes trabalhos de Aaron Benanav (2020) e Nick Srnicek (2016), os quais, a partir do argumento de Robert Brenner a respeito da crise global de superprodução e supercapacidade, abordam a questão das plataformas, da automação e do futuro trabalho, apresentar uma explicação que consideramos mais adequada sobre estatuto do trabalho e também sobre o papel da informação e da comunicação na crise e na concorrência capitalista. Exporemos como, em meio à incapacidade de superação dos fundamentos da crise iniciada nos anos 1970, a subsunção real do trabalho intelectual e a intelectualização geral dos processos de trabalho, nos termos de Bolaño (2002), se transformam em uma crescente proletarização do trabalho intelectual (BASTOS, 2021).

Entendemos que, em muitos aspectos e momentos, a discussão desta dissertação parece distante das implicações tradicionais de um estudo em comunicação. Contudo, a práxis comunicacional, tal qual estudada pela Economia Política da Comunicação, tem fundamentos, bem como desenvolvimentos, que extrapolam a concepção estreita de comunicação ao âmbito midiático.¹ As bases contraditórias que levam ao necessário desenvolvimento histórico de uma Indústria Cultural, na metade do século XX, são as mesmas que levam ao papel da informação no cassino financeiro global, com especial destaque dos anos 1980 em diante, e que se reconhecem, principalmente, na dinâmica produtiva que leva o

¹ Para uma crítica da epistemologia da comunicação e da abordagem midiática do campo, ver o trabalho de Muniz Sodré (2014).

capitalismo da grande indústria à revolução da microeletrônica. Assim, a cada momento, serão assinalados que os encaminhamentos argumentativos nos debates econômicos e geopolíticos, interessados em aspectos variados do problema da crise, estão amparados numa concepção muito precisa de informação, assentada no debate brasileiro da Economia Política da Comunicação.

Desenvolvidas todas as questões anteriormente postuladas, nas considerações finais, apontaremos algumas limitações de nosso trabalho e a necessidade de inserir outras questões em futuras pesquisas. Além disso, voltaremos aos argumentos apresentados ao longo do texto para fornecer alguns elementos para a adequada apreensão e crítica do atual momento do modo de produção capitalista. Nos furtaremos de desenvolver questões ou de debater com autores que consideramos superados pelas críticas feitas no bojo da EPC brasileira - principalmente, para exemplificar, Habermas e Castells, criticados, respectivamente, por Bolaño (2000) e Lopes (2008) -, também como tentativa de valorizar e enaltecer um subcampo minoritário mas que apresenta um ferramental teórico muito refinado para análise do modo de produção capitalista e sua respectiva crise. Esperamos, dessa maneira, contribuir de alguma forma, nos limites deste trabalho final para recebimento do título de mestre em comunicação, para a construção da Economia Política da Comunicação, para a serialização das ideias e, quem sabe, para a imaginação de um possível outro país e mundo.

1 A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL E A TEORIA DO VALOR

A riqueza nas sociedades em que a produção de mercadorias está altamente socializada aparece como grandes quantidades de dados, sendo as plataformas uma expressão dela. Todas as atividades das pessoas parecem produtivas e subsumidas ao capital, tornando, assim, trabalho e valor onipresentes. Nesta mesma sociedade, uma crise brutal assola a classe trabalhadora, manifesta em micro tarefas que, somadas, resultam em jornadas de trabalho mais intensas e extensas, subempregos, rebaixamento de salários e desmonte das redes de proteção social. Nossa investigação tem como objetivo, portanto, compreender como tal sociedade existe, assumindo-a não como antitética, mas fundamentalmente contraditória.

Seguindo os passos da teoria social elaborada por Marx, a qual, como definem José Paulo Netto e Marcelo Braz (2019), busca apreender o movimento ideal do objeto real, a etapa inicial de nossa investigação passa pela revisão da contribuição de três importantes autores da Economia Política da Comunicação (EPC) brasileira, a saber, César Bolaño, Ruy Sardinha Lopes e Verlane Aragão Santos. Para tal, teremos o auxílio das observações de Isaak Rubin e de Diane Elson sobre a teoria do valor, bem como das proposições de releitura de Marx apresentadas pela escola da “crítica do valor” (*Wertkritik*), em especial Robert Kurz e Moishe Postone. Além de todos estes nomes, serão também importantes a contribuição mais recente de Manoel Bastos à EPC e a seminal obra sobre a separação entre trabalho manual e intelectual de Alfred Sohn-Rethel. Ao final, esperamos apreender o estatuto do trabalho abstrato, substância do valor, em meio à crise estrutural do capital.

1.1 O DUPLO CARÁTER DA LEI DO VALOR DE MARX

Além do duplo caráter do trabalho (concreto e abstrato), em sua obra seminal sobre *A teoria marxista do valor*, Isaak Rubin (1987 [1923]) destaca um duplo caráter da teoria do valor de Marx. A teoria marxiana do valor teria, por um lado, no que tange à técnica das forças produtivas, um aspecto quantitativo e, por outro, que diz respeito às relações sociais no capitalismo, uma dimensão qualitativa. Afinal, não é apenas a técnica que importa na produção, mas a *forma* que a produção assume. Devido ao caráter específico do modo de produção capitalista, é pela forma-valor

que são mediadas as relações sociais fetichizadas entre as pessoas, que se encontram no mercado como proprietárias de diferentes mercadorias, as quais são reduzidas e igualadas como expressões do valor, cuja substância é o trabalho humano abstrato. Este seria o elo qualitativo da teoria do valor, ou seja, a mediação social entre as diferentes mercadorias produzidas para a troca é feita por sua redução à expressão de determinado valor. Assim, a circulação das mercadorias, produzidas de maneira isolada, por uma rede² de proprietários privados é baseada na troca de valores equivalentes.

Com relação ao lado quantitativo da teoria do valor, a leitura de Rubin (1987) permite compreender algo que já estava exposto por Marx n' *O Capital*: o mais-valor é produzido fora da circulação, na esfera da produção, mas sua realização como lucro se dá no interior dela. Pensando na dimensão quantitativa da distribuição do excedente produzido pelo trabalho humano, não podemos assumir que cada capital se aproprie diretamente do mais-valor produzido dentro de seu próprio processo produtivo. Na verdade, a dimensão quantitativa do valor, que diz respeito à técnica produtiva, à composição do capital, é fundamental para compreender como pode um capital com maior composição orgânica se apropriar de um excedente quantitativamente superior a um com menor, sendo que ele próprio não produz todo esse excedente, afinal, emprega menores quantidades de trabalho vivo e, portanto, não cria toda a substância do valor da qual se apropria. A dimensão quantitativa da teoria do valor, portanto, para Rubin, seria a responsável por regular a distribuição do excedente, de acordo com as diferentes técnicas produtivas empregadas por cada capital. Assim, é por meio da forma-valor, em sua forma mais abstrata, o dinheiro, que, no modo de produção capitalista, o trabalho é alocado de acordo com as necessidades da sociedade, cuja verificação é feita pela realização do valor na troca.

Na verdade, como bem aponta Diane Elson (2015 [1979]), a questão não é de uma distribuição algo mecânica, como Rubin (1987) parece expor, mas uma que tem que ser observada pelo prisma da “mudança de forma”. Quando uma mercadoria é trocada por determinada quantidade do equivalente universal (o dinheiro), há um processo que Marx descreve com o auxílio de metáforas químicas e biológicas (“cristalização”, “encarnação”, “metamorfose”) e não mecânicas (“articulação”) ou

² Esta observação a respeito da relação entre os diferentes proprietários privados se configurar como uma rede foi feita inicialmente por César Bolaño (2016), a partir da leitura do próprio Rubin.

lógico/matemáticas (“correspondências”, “aproximação”). Portanto, a ideia é de que, na troca, quando os valores, produtos do trabalho humano, são realizados, há uma mudança de forma e o trabalho humano abstrato se metamorfoseia em outra forma do valor, o dinheiro (ELSON, 2015. p. 139). Assim, a relação entre valores e preços deve ser analisada como uma tanto de continuidade quanto de diferença. A questão que se coloca, para Elson, é que a teoria do valor tal qual apresentada por Marx não tem como objeto os preços, mas criticar a forma específica que o trabalho, sendo reduzido e igualado como valor, assume no capitalismo. Por isso, para a autora, Marx não teria uma teoria do valor-trabalho (*labour theory of value*), mas algo como uma teoria do trabalho como valor (*value theory of labour*). Se a substância do valor é o trabalho humano abstrato, mas o trabalho tem um duplo caráter (abstrato e concreto), a autora argumenta que a crítica de Marx é ao modo como a dimensão concreta do trabalho é subsumida pela abstrata, indiferenciada. No capitalismo, o valor de uso, resultante do trabalho concreto, é somente pressuposto, suporte, do valor de troca, resultante do trabalho abstrato, que é expresso externamente em determinada quantidade da mercadoria que, por não ter qualidade alguma, se diferencia de todas as outras mercadorias como equivalente universal: o dinheiro.

Assim, seguindo ainda a exposição de Elson (2015), o valor tem uma medida interna, imanente, que é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção daquela mercadoria, mas também uma medida externa, que funciona como o padrão de medida não só para Marx n’*O Capital*, mas para a sociedade capitalista como um todo, que é o dinheiro.

O motivo para a ênfase no tempo de trabalho como medida do valor é argumentar que o dinheiro em si mesmo não torna comensuráveis os produtos do trabalho. Eles só são comensuráveis na medida em que são objetificações do aspecto abstrato do trabalho. (ELSON, 2015, p. 138, tradução nossa).³

Por isso, mesmo que a medida interna do valor seja o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção de cada mercadoria, a busca dos capitalistas não é pelo valor, mas pela acumulação de dinheiro e por fazer dinheiro gerar mais dinheiro, essa forma específica que se externaliza a partir da oposição, interna às próprias mercadorias, entre valor de uso e valor, trabalho concreto e

³ The reason that labour-time is stressed as the measure of value, is to argue that money in itself does not make the products of labour commensurable. They are only commensurable insofar as they are objectifications of the abstract aspect of labour. (ELSON, 2015, p. 138).

abstrato, cristalizando em sua forma uma determinada quantidade apenas do aspecto abstrato do trabalho. Assim, podemos compreender a forma-dinheiro como o elo entre, por um lado, mesmo que de maneira ainda pressuposta, a subordinação do trabalhador, destituído dos meios de produção e reprodução de sua própria existência, ao capital como vendedor da única mercadoria que possui, a força de trabalho⁴, e, por outro, a realização do valor produzido após a venda da mercadoria resultante do processo de trabalho, cristalizando, assim, determinada quantidade de trabalho humano abstrato como dinheiro. Portanto, a discussão sobre a transformação do valor em preço, uma que não teremos como adentrar nos limites deste trabalho, deve ser feita observando a mudança de “forma”, a qual nos ateremos. Como a própria Diane Elson (2015) destaca, a teoria do valor de Marx fornece os instrumentos para a análise (e possível ação visando a superação) do caráter contraditório dos produtos dos diferentes trabalhos humanos serem reduzidos e igualados como valor de troca expresso no preço, um processo que acontece às costas dos seres humanos e se impõe a eles independentemente de suas vontades.

Feita essa breve digressão, podemos voltar à dimensão quantitativa da teoria do valor apresentada por Isaak Rubin (1987). Devido às diferentes técnicas produtivas empregadas, um capital com maior composição orgânica produzirá mais mercadorias com menor dispêndio de trabalho vivo. Cada mercadoria individual terá menos valor e poderá ser trocada no mercado com um preço abaixo da média social daquele ramo/setor, propiciando que, vendidas todas as mercadorias, este capital se aproprie de um lucro superior ao mais-valor criado no interior de seu próprio processo produtivo. É por causa dessa dinâmica que a concorrência capitalista faz com que cada capital busque o aumento da produtividade e, com ele, consiga se apropriar de uma parcela maior do excedente, sob pena de, caso contrário, ser tirado do mercado (falindo, sendo comprado etc.). Se há dificuldades, como apresentaremos a seguir, para apreender as transformações na dimensão quantitativa da teoria do valor no atual momento, sua dimensão qualitativa permanece vigente: o encontro dos produtores no mercado ainda se dá por meio da

⁴ Ler algumas considerações e críticas de Riccardo Bellofiore às chamadas Novas Leituras de Marx (NLM) foi fundamental para este ponto. O artigo no qual me baseio está disponível em: <https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2021/02/25/a-nova-leitura-de-marx-neue-marx-lecture-riccardo-bellofiore-e-tommaso-redolfi-riva/>.

forma-valor, que expressa uma determinada quantidade de trabalho humano abstrato.

Mesmo que o capitalismo seja um modo de produção desde o início global, seu completo desenvolvimento como tal fica mais evidente somente após a reestruturação produtiva e a chamada mundialização do capital. Enquanto havia maiores restrições estatais e desenvolvimentos de economias nacionais, em especial no período do chamado pacto fordista, a lei do valor poderia até aparecer como circunscrita à esfera de um determinado país soberano, com exceção de algumas mercadorias que já eram trocadas no mercado mundial e que, portanto, metamorfoseadas e assumindo a forma do dinheiro, redistribuíam o excedente de maneira desproporcional em direção aos países centrais do capitalismo, devido à alta composição orgânica de seus setores tecnológicos em comparação com a periferia. Com a efetiva mundialização do capital, o desenvolvimento da microeletrônica e também a queda do bloco soviético⁵, a apreensão de como opera a dimensão quantitativa da lei de valor requer uma revisão e releitura do aspecto abstrato do trabalho, a substância do valor, na obra de Marx. Como veremos, esse é um aspecto no qual a informação se mostra decisiva para as dinâmicas do capital e suas metamorfoses.

1.2 O MAIS-VALOR RELATIVO E A PAUPERIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Para dar sequência em nossa exposição é importantíssima a incorporação teórica da “crítica do valor” (*Wertkritik*). Robert Kurz (2018), um dos principais expoentes, em um artigo de 1986, aponta para uma crise estrutural da produção baseada no valor de troca. Essa crise seria motivada pelo capital ter atingido um limite lógico interno, afinal, a partir da Terceira Revolução Industrial, a da microeletrônica, ele não conseguiria mais incorporar trabalho vivo em quantidades superiores às que expulsa. Sendo assim e tendo atingido o limite de sua expansão global, bem como não podendo mais aumentar as horas da jornada de trabalho, para o autor, a única alternativa para os diferentes capitais em concorrência seria a

⁵ O impacto da queda do bloco soviético para a classe trabalhadora em geral ficará mais evidente nos capítulos seguintes, especialmente no quarto, quando trataremos da automação e das transformações na divisão do trabalho, com particular atenção ao período posterior à crise dos anos 1970.

via do mais-valor relativo⁶, num nível tal que desencadeou um progressivo processo de coleta de dados, inclusive as capacidades mentais e criativas das pessoas, para desenvolver, por meio da subsunção do trabalho intelectual (BOLAÑO, 2002), novas tecnologias e aprimorar algoritmos, *softwares* e afins. Voltaremos a este conceito em breve, mas, do ponto de vista dos capitais em concorrência, por meio da reestruturação produtiva e da reorganização dos processos de trabalho, a busca pelo aumento da produtividade e pela redução do preço das mercadorias individuais - inclusive a da força de trabalho, que é barateada quando o capital avança para os setores que produzem produtos da cesta necessária para a reprodução da classe trabalhadora - visa garantir não só o mercado consumidor já estabelecido, mas conquistar partes que estavam sob o domínio de outros capitais. Contraditoriamente, como há, ao mesmo tempo, novas técnicas produtivas, as quais requerem cada vez menos trabalho vivo dispendido no processo de produção, o valor e o mais-valor produzidos são distribuídos em quantidades maiores de mercadorias (a dimensão concreta do produto do trabalho), que possuem cada uma relativamente menos valor (a dimensão abstrata) e, por isso, mais mercadorias precisam ser vendidas/consumidas para que se realizem os valores e os lucros sejam cristalizados e apropriados pelos capitalistas. Há, como Kurz observa, um limite lógico e histórico absoluto para o capital na produção de mais-valor relativo.

Neste artigo, Kurz destaca o papel da ciência e da cientificização da produção, algo que já é bastante conhecido por marxistas, em especial pelo trecho dos *Grundrisse* sobre o intelecto geral. Para o autor, esse novo desenvolvimento “implica a tendencial superação do trabalho social parcial objetivado em um determinado produto e a tendencial generalização do trabalho socialmente imediato”. Kurz continua a observação e destaca o que seria a “abolição do trabalho”, algo que ocasionalmente aparece na obra de Marx,:

(...) o que é abolido é a o trabalho produtivo imediato e, com ele, a tendência para a velha tortura do trabalho; o que não é e não pode ser abolido é o trabalho produtivo indireto, mediado, “ao lado” do processo produtivo imediato, “antes” e “além” dele, que representa cada vez mais trabalho socialmente imediato ou socializado e que, por isso, cai objetivamente fora dos marcos do valor de troca – uma tendência histórica que só pode se manifestar no capitalismo como crise

⁶ Como será exposto na sequência deste trabalho, além da via do mais-valor relativo, o capital, em crise, encontrará em meios como a desregulação, a financeirização, a terceirização e toda a ofensiva neoliberal sobre a classe trabalhadora saídas, mesmo que temporárias, para seguir em sua marcha ensandecida da acumulação.

fundamental ou catastrófica. (KURZ, 2018, p. 41-2, destaques do autor).

O que isso implica para o argumento aqui construído é que, quando a produção de mercadorias e o próprio processo produtivo já atingiram um altíssimo grau de socialização, será de difícil apreensão e mensuração a distribuição do excedente como dinheiro, especialmente se for feita uma leitura mecânica da teoria do valor e de sua transformação em preço. Sendo este excedente produzido compartilhadamente em diferentes esferas do mundo e sob o comando de diferentes capitais, a distribuição também será bastante influenciada, como apresentaremos a seguir, pelos processos técnicos mais avançados e/ou pela capacidade das forças de coerção extraeconômicas (o Estado e/ou as organizações multilaterais) na disputa por territórios, mercados, ou pela observância de contratos firmados e do pagamento das devidas rendas. Entretanto, como temos argumentado, a mediação dos diferentes produtos do trabalho segue sendo feita por meio da forma-valor.

Moishe Postone (2014 [1993]), outra importante referência da crítica do valor, ao indicar a importância dos *Grundrisse* e definir a contradição fundamental como uma entre o que poderia ser a sociedade não fosse o capital e o que ela é ou entre a produção material de riquezas (em inglês, *wealth*) e a de valor (*value*), também aponta para essa dimensão do trabalho e sua especificidade no capitalismo, de maneira similar a Kurz. Definindo a dominação no capitalismo como essencialmente abstrata, caracterizada por estruturas sociais que dominam e conformam os sujeitos ao modo de produção, Postone indica que o modo de produção baseado no valor se desenvolve de forma a indicar a possível negação do próprio valor. Entretanto, superar a mediação social pelo valor se daria somente se todo o conhecimento e poder criados pela humanidade fossem apropriados por ela própria, de modo a que a alienação também seja superada e o indivíduo social possa se desenvolver, em contraposição ao modo de produção capitalista, no qual o processo produtivo oprime as pessoas e destrói a natureza. Com relação ao trabalho em uma sociedade muito desenvolvida, Postone cita este fragmento dos *Grundrisse*:

O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. (...) Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a

apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social — em suma, o desenvolvimento do *indivíduo social*. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. (MARX, 2011, p. 588).

Ou seja, há uma similaridade na abordagem de Kurz e de Postone, sendo uma divergência o fato deste último colocar como contradição fundamental a diferença entre o que poderia ser e o que atualmente é. Este é um problema da leitura de Postone, a qual poderia ser ajustada por meio de uma abordagem que destacasse a contradição fundante como uma entre trabalho e capital, trabalho morto que é produzido por aquele, mas que, ao mesmo tempo, o domina e nega como produtor da totalidade.

A questão que nos interessa, entretanto, na leitura de Kurz e de Postone é que a posição destacada no processo produtivo assumida pela ciência ou pelo intelecto geral expressa um altíssimo grau de desenvolvimento das forças produtivas, de socialização e divisão do trabalho, mas que, ao invés de, como seria em uma sociedade na qual a alienação foi superada, permitir que os indivíduos conscientemente e livremente se organizem e determinem a forma através da qual suas necessidades serão supridas (o famoso “de cada um de acordo com suas possibilidades, para cada um de acordo com suas necessidades”), permanece baseada na apropriação privada, na acumulação, de algo que é imediatamente social (a ciência, por exemplo). Daí a persistência do fundamento miserável que põe em movimento a maquinaria, mas também a busca, no capital fictício, sem passar pelo trabalho, de meios para a transformação de dinheiro em mais dinheiro, algo que veremos com mais atenção nos capítulos seguintes.

Antes de dar sequência em nossa abordagem, é preciso fazer alguns ajustes com relação a essa leitura apresentada, em especial no que tange ao debate do trabalho e do mais-valor relativo. Sem adotar a perspectiva “animada” nem tampouco afirmar um caráter “avassalador” da maquinaria na subsunção do trabalho ao capital, Manoel Bastos (2021) recupera a negatividade característica da dialética marxiana para lidar com a questão das transformações tecnológicas, expressa tanto pelo famoso “Fragmento sobre as máquinas”, quando Marx menciona o intelecto geral, quanto pelo conceito de mais-valor relativo. Para o autor, a maquinaria, na obra marxiana, é a responsável pela inversão do “trabalho como mediação”, visto

que ele deixa de ser o meio através do qual o trabalhador modifica o objeto para se tornar a forma através da qual a máquina age sobre a matéria-prima. Essa inversão é característica do momento a partir do qual o trabalho está *realmente* subsumido ao capital. “Para Marx, a maquinaria é a efetivação daquilo que ele entende como uma tendência própria ao capital” (BASTOS, 2021, p. 146), que é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário.

Entretanto, mesmo que produzida no seio das vigentes relações sociais, baseadas na redução dos diferentes trabalhos a valor, não é possível, segundo Bastos (2021), a partir da leitura de Marx, inferir que a maquinaria encontre na subsunção ao capital sua forma social de produção mais adequada. Para ele, é nesses termos que podemos reconhecer a tendencial negação pelo capital de seus próprios fundamentos, ou seja, por um lado, colocar o tempo de trabalho como medida do valor, ao mesmo tempo em que, por outro, diminui ao máximo o tempo de trabalho imediato na produção de valores de uso. Sendo assim, o desenvolvimento capitalista sintetizado na maquinaria “é o meio para o capital ser posto e condição para sua superação.” (BASTOS, 2021, p. 147). Superação que envolve, vale mencionar, não só a transformação das relações sociais baseadas na redução dos diferentes trabalhos a valor como a apropriação consciente das potencialidades abertas com o desenvolvimento capitalista, especialmente no que tange à diminuição do tempo de trabalho social necessário para a produção e reprodução da existência dos seres humanos.

Como os *Grundrisse* são um conjunto de anotações prévias à exposição detalhada do argumento n’*O Capital*, Bastos (2021) destaca que, naqueles escritos, Marx não lidou com a maquinaria de forma mais detida e tampouco havia elaborado o conceito de mais-valor relativo. Na obra seminal de crítica à economia política, entretanto, a situação é diferente.

Como elemento próprio de configuração da mais-valia relativa, a maquinaria é a responsável material pela subsunção real do trabalho no capital, ou seja, o mecanismo de espraiamento do mais-valor absoluto para além da dinâmica do assalariamento como dimensão formal da subsunção. Na medida em que o interesse da mais-valia relativa recai sobre o aumento da produtividade naqueles âmbitos da produção relativos à subsistência do trabalhador, portanto, do valor próprio à força de trabalho, Marx reconhece também a constituição do exército industrial de reserva como mais um elemento característico da pressão ante os salários. (BASTOS, 2021, p. 148).

Portanto, é através do desenvolvimento da maquinaria que não só o capital aumenta sua composição técnica, se sustentando, portanto, sobre uma base miserável (quantitativamente) de trabalhadores que a põe em movimento, mas também, por meio da subsunção real e conseqüente inversão do “trabalho como mediação”, que assegura seu domínio sobre o processo produtivo, espalhando a extração de mais-valor absoluto tanto por meio da diminuição do custo da força de trabalho, quando avança para setores relativos à subsistência da classe trabalhadora, como, paralelamente, da fatia do excedente que se metamorfosearia e seria gasto com salários, visto que se forma um exército industrial de reserva em tendente expansão, exercendo pressão sobre os salários. Sendo assim, como destaca Bastos (2021, p. 149), parece uma “recusa absoluta do argumento exposto nos *Grundrisse*” de que o intelecto geral, a ciência, tornaria algo “supérflua” a base miserável de trabalho vivo imediatamente empregado.

Entretanto, ao invés de ler o argumento desta forma, o autor reconhece no conceito de mais-valor relativo uma “solução dialética para o mistério próprio a essas contradições [aumento da força produtiva do trabalho e máxima negação do trabalho necessário - GB] que, contudo, não as desfaz. Ou seja, a mais-valia relativa é uma forma com que o capital opera e avança lidando com suas contradições imanentes.” (BASTOS, 2021, p. 150). Tentando sumarizar o argumento exposto por Bastos (2021), poderíamos dizer que a maquinaria e sua expressão como grande indústria não mais opera somente no sentido de subordinar *realmente* o trabalho ao capital, colocando o trabalhador como apêndice (necessário) da máquina, e de aumentar a extração de mais-valor, mas também se torna ela própria expressão do processo de acumulação capitalista contraposto à pauperização do trabalhador, expandindo tanto sua composição técnica como sua composição orgânica. Assim, reconhecemos em Manoel Bastos (2021) uma abordagem algo mais ampla e adequada do conceito marxiano de mais-valor relativo do que o exposto anteriormente por nós a partir da leitura de Robert Kurz (2018).

Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a atividade do trabalhador se transfigura como um sistema automático de máquinas, por meio da cientifização da produção, da aplicação tecnológica da ciência, mesmo que esse processo não exista na consciência do trabalhador e, ao contrário, o domine, aparecendo como emanando da própria máquina. É no processo descrito por Marx como a lei geral da acumulação capitalista que se configura a “base miserável”

(qualitativa e quantitativamente) contraposta à, por outro lado, acumulação no polo do capital:

A lei geral da acumulação capitalista, tal qual formulada por Marx, expressa uma contradição: à acumulação de riqueza no polo do capital corresponde uma acumulação de miséria no polo dos trabalhadores, quer sejam observados individualmente ou como classe. *Essa é a base miserável sobre a qual se movimenta a acumulação de capital.* O desenvolvimento das forças produtivas atua, assim, em favor dessa contradição, ou seja, em nome da crescente acumulação de riquezas no polo do capital sobre a imensa acumulação de miséria no polo do trabalho. (BASTOS, 2021, p. 151, destaque nosso).

Lido dessa forma, o mais-valor relativo pode ser entendido como “última etapa da lógica da produção econômica” e, portanto, neste momento, “o capital se torna o verdadeiro obstáculo a si mesmo” (BASTOS, 2021, p. 151-2). Buscando incessantemente acumular riqueza em seu polo enquanto exponencialmente pauperiza a classe trabalhadora, para o autor, a partir da Terceira Revolução Industrial, com a subsunção real do trabalho intelectual, o processo que aparece, por um lado, como intelectualização geral dos processos de trabalho carrega consigo a contradição de representar, por outro, a crescente “proletarização” (BASTOS, 2021, p. 160) do trabalho intelectual, constituindo, assim, uma expressão da própria crise do capital em sua incessante busca pela acumulação.

Assim, mesmo que a separação entre trabalho manual e intelectual, que está na base da constituição do modo de produção capitalista, seja tendencialmente superada com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a histórica separação é reunida sob o domínio do capital, sendo as potencialidades emancipatórias da possível consciente produção e reprodução da própria existência invertidas como meio para a acumulação de capital na forma da grande indústria, da cientifização da produção e da conseqüente proletarização do trabalho intelectual. Para Bastos (2021), termos como “trabalho digital” acabam absorvendo o lado determinista do processo, olhando apenas o desenvolvimento tecnológico e não observando a acumulação capitalista baseada nas vigentes relações sociais de produção, o que implica que, para a apreensão mais adequada de tal processo, devemos investigar o desenvolvimento capitalista em termos de uma “acumulação primitiva de conhecimento” (BOLAÑO, 2000) e posterior “subsunção do trabalho intelectual” (BOLAÑO, 2002).

Desta forma, podemos perceber que a forma de apropriação privada dos produtos do trabalho ou, se se quiser, o desenvolvimento baseado no mais-valor relativo e na lei geral da acumulação capitalista, se configura como obstáculo para a superação das relações sociais baseadas no valor, tornando o próprio potencial resultante do desenvolvimento das forças produtivas frustrado pelas necessidades inerentes ao modo de produção (extração de mais-valor, autovalorização e acumulação). Se, seguindo a leitura da crítica do valor, a estrutura de dominação social no capitalismo é abstrata e impessoal, nada pode ser mais ilustrativo disso do que a total financeirização das economias e das principais empresas cotadas em bolsas de valores. Nesse processo, as máscaras de caráter vestidas pelos capitalistas perdem importância em comparação com o capital fictício e os imperativos de conformar as relações sociais futuras, a fim de garantir que seja de fato produzido o suposto valor que será privadamente apropriado.

Compreender a forma social de produção e apropriação do valor no atual momento é para onde nos voltamos agora. Para isso, revisaremos a contribuição de autores da Economia Política da Comunicação feita no Brasil⁷, que é definida, por Bolaño e Bastos (2020, p. 177), “(...) como o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas”. Neste subcampo cremos encontrar o ferramental adequado para compreender a atualidade da lei do valor, em suas dimensões quanti e qualitativa, num momento em que a digitalização das TICs e a emergência das plataformas promovem não só a reunião (invertida) do trabalho manual e do intelectual como a convergência, por meio do paradigma digital, da base industrial da produção capitalista com os sistemas de mediação social. Nesse processo, invertido pelas relações sociais capitalistas, o caráter social da produção, que passa, em Marx, da subsunção formal, na cooperação simples, para a real, na grande indústria, se materializa como uma rede mundial de computadores⁸, através da qual as relações sociais (de produção ou não) entre as pessoas são mediadas pelas plataformas digitais, possibilitando, assim, que elas se tornem também meio

⁷ Sem nos delongarmos muito, estamos nos referindo às e aos autores que seguem a linha da crítica da economia política exposta por Marx, cujas teorizações, no campo da comunicação, estão assentadas na obra de César Bolaño (2000).

⁸ Essa elaboração surgiu a partir de uma aula dada por Gabriel Tupinambá no curso sobre a “Teoria geral da renda em Marx”, ofertado pela professora Raquel de Azevedo.

para a acumulação. Um processo sobre o qual, de fato, só teremos mais elementos para avaliar ao final deste trabalho.

1.3 INFORMAÇÃO E CONCORRÊNCIA CAPITALISTA

Em um artigo de 2002, César Bolaño apresenta uma topologia referente às Três Revoluções Industriais e ao tipo de trabalho subsumido/à forma de subsunção do trabalho ao capital em cada uma delas. A última destas é marcada pelo desenvolvimento da microeletrônica, que possibilitará, por meio da digitalização, a convergência real dos setores audiovisual-informática-telefonia, e pela subsunção real do trabalho intelectual ao capital, manifesto, por exemplo, com o desenvolvimento do conceito de *software*. Este desenvolvimento e a digitalização das então novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) serão a base para a reestruturação produtiva/capitalista dos anos 1970, a qual também será estudada e conhecida por marcar a transição para o pós-fordismo ou a acumulação flexível, bem como resultar na mundialização e na financeirização do capital. Ao chamar a atenção para a subsunção real do trabalho intelectual, Bolaño (2002) aponta para, com a Terceira Revolução Industrial, o tendente, por um lado, apagamento da distinção entre o trabalho manual e o intelectual e, por outro, a intelectualização geral dos processos de trabalho.

Importante pontuar desde já que, em meio a debates sobre o intelecto geral, sobre o fim do trabalho ou o apagamento entre as esferas dele e da vida, devido ao avançar das redes comunicacionais e a subsunção das relações sociais a elas, Bolaño (2002) propõe o conceito de subsunção do trabalho intelectual para apreender a transformação pela qual o modo de produção capitalista passava naquele momento, com a configuração de uma nova revolução industrial. Como havia anteriormente se dedicado à compreensão da lei do valor num campo como a comunicação (BOLAÑO, 2000), o autor sintetiza o atual estado do capitalismo em termos de subsunção do trabalho intelectual, de modo a englobar variados aspectos da sociedade que vão das artes e da cultura à ciência. Este conceito dará conta de, por um lado, apontar como a ciência em si não é uma força produtiva, mas um conhecimento desenvolvido e capaz de ser aplicado, por meio da subsunção do trabalho intelectual, tecnologicamente ao processo produtivo, tornando-se, assim, na

forma da maquinaria, um meio para a reprodução ampliada do capital - sendo esta a maneira adequada de abordar a cientificização da produção.

Por outro lado, a constante coleta, armazenamento e processamento do que hoje chamados de “dados”, bem como dos desenvolvimentos para tal (a revolução microeletrônica e a massificação da base digital), pode ser apreendida quando ele destaca o momento de subsunção *real* do trabalho intelectual, afinal, este é um processo que, como veremos melhor ao final desta dissertação, busca constantemente algo como se autoss sofisticar e autorregular, sem a necessidade de uma reconstrução do zero ou um desenvolvimento de uma nova máquina em si. Assim, ao destacar a separação do *software* do *hardware*, ele aponta para um momento no qual se torna possível manter toda a estrutura já instalada, atualizando a parte info-comunicacional dela, promovendo uma constante renovação da máquina e melhor utilização da capacidade industrial já estabelecida. Para ser constantemente revolucionado, o processo produtivo depende sempre de nova subsunção de trabalho intelectual, para o qual a miríade de dados (uma matéria-prima bastante específica, como apresentaremos posteriormente [SRNICEK, 2016]) e informações sobre como e de que forma melhor aplicar tecnologicamente a ciência serão extremamente relevantes.

Destacando o papel do trabalho intelectual e a dificuldade em reduzi-lo a “trabalho intelectual abstrato”, Ruy Sardinha Lopes, em sua tese publicada como *Informação, Conhecimento e Valor* (2008), após revisar o debate ao redor do intelecto geral e da pós-grande indústria (em especial, as elaborações de Ruy Fausto e Eleutério Prado), aponta para um momento do desenvolvimento capitalista no qual o conhecimento, dotado de uma dimensão tácita, de difícil apreensão, e a informação, entendida como “conhecimento organizado e comunicado”, esta sim capaz de ser utilizada no processo produtivo, mas também replicada e/ou trocada, aparecem como principais vetores da dinâmica da acumulação capitalista, não mais baseada na tradicional forma de produção de valor, a saber, o trabalho vivo diretamente produtivo.

Lopes (2008) aponta, assim, para uma retomada de certo protagonismo do trabalho humano num amplo setor de algo como “serviços e informação”, sendo o trabalho vivo necessário como forma de agregar conhecimentos, signos, expressões, enfim, aspectos de difícil redução e reprodução como “informação” a ser subsumida realmente ao capital, expelindo, portanto, o trabalho humano.

Combinando essa mudança na esfera do trabalho com a ideia de um intelecto geral, compreendido, grosso modo, como um momento no qual a produção está altamente cientificizada e, portanto, apresenta uma desmedida qualitativa entre o trabalho direto e a força produtiva posta em movimento, o autor aponta para certa necessidade de revisão da teoria do valor de Marx. Isto se daria pela grandeza do valor não mais poder ser medida pela régua do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria. Por causa deste grau de desenvolvimento das forças produtivas e dos investimentos necessários para reduzir ciência e conhecimento à informação, bem como pela alta incerteza relativa aos retornos, sendo os direitos de propriedade intelectual uma das principais formas de garantir rendas, o autor destaca também o papel do Estado no financiamento da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), bem como sua importância na garantia de segurança jurídica e de cumprimento dos devidos contratos de “acesso” (compra, venda e/ou licenciamento) dessas mercadorias-informação.

Bolaño (2008), entretanto, não concorda totalmente com a definição de informação como “conhecimento organizado e comunicado”, que Lopes (2008) confere a ele. No prefácio do livro, ele esclarece que sua definição, exposta em *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo* (2000), tem um “caráter essencialmente relacional”, ou seja, que a informação, nos três níveis de análise - aparência (circulação), essência (produção) e concorrência (quando ela se torna mercadoria), momento no qual as tendências internas ao capital se realizam -, não poderia ser plasmada ou codificada. Sendo assim, poderíamos pensar, tentando articular ambas as posições, mas nos aproximando mais do caráter relacional observado por Bolaño (2000), em como a informação, no pensamento de Ruy Sardinha Lopes (2008), é algo imediatamente social, mas que precisa ser “artificialmente” (capitalistamente, se se quiser) tornada escassa/restrita, a fim de que se possa lucrar com ela.

Se ela é imediatamente social e tem um caráter relacional, a informação não será o principal insumo do processo produtivo e nem a finalidade última visada por alguma empresa/governo, mas terá papel primordial na concorrência global e na distribuição do excedente, seja na arrematação de fatias do lucro global por meio do pagamento de rendas ou, em setores altamente monopolizados, pelo aumento da produtividade e/ou pela publicidade. Aqui, seria possível, inclusive, pensar na singular tese de Marcos Dantas (2002) de que a informação seria ela própria valor, devido à abreviação do tempo de trabalho possibilitada pela sua posse. Em nossa

leitura, determinada informação útil poderia abreviar o trabalho necessário para a produção de alguma mercadoria, conferindo ao portador uma vantagem competitiva que lhe permitiria apropriar-se de uma porção maior do excedente. De todo modo, esta não é a tese de Dantas, que faz uma leitura bastante determinista, como aponta Lopes (2008), do processo de trabalho como algo puramente técnico e não como uma forma social capitalista.

O que estamos argumentando é que o capital está fortemente concentrado, centralizado e, ao mesmo tempo, sua produção está bastante dividida e mundializada. O trabalho produtivo direto, aquele subsumido e restrito a algum capital, está sendo tendencialmente superado, em prol de uma maior combinação de trabalhos humanos dispersos. Seria algo como impossível determinar a quantidade de mais-valor devida a um capital individual pelas mercadorias produzidas e trocadas no mercado, sem considerar o processo global e a distribuição do excedente de acordo com uma série de outras determinações (localidades, legislações trabalhistas, pagamentos de rendas etc.). Por isso, garantir o acesso a algum território, o registro e pagamento de certas rendas, a fidelização de consumidores, a conquista de contratos e carteiras de clientes (aqui mereceria maior atenção o peso do setor público, que em vários locais, em especial municípios, é a principal “empresa”, o que confere aos capitais que fornecem/vendem para ele, por meio de editais ou licitações, certa remuneração garantida), são partes fundamentais da disputa por um excedente (em inglês, *output*) que, como apresentamos anteriormente, requer que cada vez mais mercadorias sejam vendidas para que o valor se realize como lucro. A disputa passa da esfera de expansão do bolo, para uma luta pela distribuição de uma massa, de certa forma, estanque, já que os níveis de crescimento global estão bastante baixos, especialmente se comparados ao *boom* do pós-guerra. Desta transformação pode ser apreendida a incessante busca (uma tendência do próprio capital, é verdade) por fusões, aquisições, reestruturações e racionalizações do processo de trabalho, bem como pelo constante revolucionamento que impulsiona novos investimentos e gastos de empresas e governos. Qualquer inovação implique em aumento da produtividade (x produtos produzidos com y horas de trabalho) permitirá que determinado capital se aproprie de uma fatia um pouco maior daquele bolo.

A empresa que desenvolver uma nova técnica produtiva, em um mundo tão conectado e globalizado como o atual, no qual as pesquisas são construídas

paralelamente, mas de certo modo em conjunto, se se pensar no fundo de conhecimento humano imediatamente social, e que precisam ser registradas para garantia de direitos de propriedade intelectual (ou seja, são publicizadas, mas com acesso possibilitado somente mediante o pagamento de rendas), se apropriará de uma fatia maior do excedente, em um primeiro momento, pelo aumento de sua própria produtividade e, em um segundo e posteriormente até que se desenvolva uma outra forma ainda mais produtiva, depois conseguirá continuar se apropriando de uma parte do excedente como renda pelas patentes e direitos de propriedade intelectual registradas e devidamente cobradas por ela.

Dando mais um passo em nossas elaborações, agora incluindo como pressuposta toda a discussão geográfica e da acumulação por espoliação, tais quais apresentadas por Lopes (2008), podemos nos voltar ao trabalho de Verlane Aragão Santos (2007), que, em sua tese, apresenta um conceito bastante adequado para pensarmos a atual estrutura capitalista, o de firma-rede, a forma de organização das grandes empresas multi e transnacionais.

Essa nova forma de organização representa a tendência de substituição da firma clássica pela firma-rede, onde a firma passa a decidir estrategicamente pela organização em rede, definindo o padrão de divisão do trabalho que será estabelecido entre as empresas. A “firma-rede” seria “a expressão da reestruturação do capital” (Carleial, 2000, p. 26).

A firma-rede é o lócus da divisão internacional do trabalho contemporânea. É uma empresa que se interpõe num território subdesenvolvido vinda do exterior. Nesse território subdesenvolvido, ela tem algumas características que não encontramos no seu país de origem. Maior intensificação no uso da terceirização e não transplantação de setores da empresa responsáveis pela criação e o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia. A mão-de-obra passa a ser distribuída entre a firma-rede e suas prestadoras, com clara distinção, em termos de qualificação e nível salarial. À esta conformação no uso da mão-de obra, deveremos agregar outras manifestações do trabalho, num quadro de crescente heterogeneidade e de repercussão da reestruturação produtiva. (SANTOS, 2007, p. 78).

Essas firmas-rede, portanto, são empresas que se distribuem globalmente e contribuem para a produção total, mas, ao mesmo tempo, se apropriam de uma parcela maior do que a produzida por elas próprias em suas matrizes, transferindo, assim, a seu país sede, grosso modo, os centrais, fatias do mais-valor produzido na periferia, utilizando, assim, as filiais também como forma de amortizar, seja por meio de ganhos de escala ou escopo, os altos investimentos necessários para concorrer

em um mercado fortemente monopolizado. Além disso, elas também se aproveitam de subsídios governamentais, de legislações mais flexíveis e de uma força de trabalho com valor muito rebaixado (pensemos em países como o Brasil, no qual a herança da escravidão se perpetua na forte assimetria do mercado de trabalho entre brancos e negros). Parte desse excedente se deve às “informações” relativas ao processo de produção, à organização do trabalho e aos direitos de patente e propriedade intelectual, que estão registrados em nome da matriz e que funcionam como forma de redirecionar parte do excedente produzido distribuídamente pelas filiais para o centro.

Como a maior parte dos trabalhos diretamente produtivos, aqui pensando especialmente nos trabalhadores intelectuais que pesquisam, projetam e desenvolvem novas tecnologias e modos de otimizar a produção, estão localizados no centro, também o estão os melhores salários e as pressões para um Estado mais funcional, seja na garantia de alguma rede de proteção social, mas principalmente na formação e financiamento de pesquisas/pesquisadores que produzirão o trabalho intelectual do qual as empresas se apropriarão. À periferia restam, além da importação das tecnologias, da cobrança por desregulamentação financeira e por condições impossíveis de serem conseguidas pela matriz (desde o lado fiscal até o ambiental), uma série de vagas com piores condições salariais e de trabalho, permeados por pressão para rebaixamento ainda maior, seja via terceirização, contratos intermitentes ou flexibilizações de regras trabalhistas.

Visto que há, desde especialmente o desenvolvimento da microeletrônica, uma tendência ao progressivo aumento da superpopulação relativa (KURZ, 2018), o exército industrial de reserva, os trabalhadores da grande área de “serviços e informação” (aqui estamos pensando nos responsáveis por instalação, manutenção, atendimento ao cliente, publicidade, recursos humanos, assessoria jurídica, administração e contabilidade etc.), que não são diretamente produtivos ou os responsáveis pela produção direta de mais-valor nessas grandes firmas-rede, serão alvo de pressões pelo rebaixamento de seus salários, afinal todo o gasto dispendido com eles, seja na forma de salários ou benefícios, é visto como potencial lucro a ser apropriado pelas empresas. Alguns deles são trabalhadores com formação universitária, com experiência e “capital humano”, mas seu trabalho está tão subsumido realmente ao capital, há tanta mão de obra disponível e sendo formada para um mercado que não incorpora mais trabalho vivo na mesma proporção, que

ele pode ser trocado por algum outro que esteja disponível no mercado e disposto a receber menos e/ou trabalhar mais. Em alguns casos, esses trabalhadores estão em empresas terceirizadas (ou são eles próprios *freelancers*) ou em algum braço da matriz, subcontratados para atender, eventualmente, um único cliente, mas dispendo de planos de carreira, salários e benefícios muito diferentes dos reservados aos engenheiros, cientistas etc. De todo modo, eles realizam um tipo de trabalho que não é de modo algum desprezível, afinal, ele é necessário para a circulação, o consumo e a reprodução do capital, contribuindo, assim, para que seja possível que alguns continuem a produzir diretamente a geleia de trabalho humano abstrato, enquanto o produto de seus trabalhos imediatamente sociais também contribui para esta geleia, mas cai “objetivamente fora dos marcos do valor de troca – uma tendência histórica que só pode se manifestar no capitalismo como crise fundamental ou catastrófica.” (KURZ, 2018, p. 42).

O que estamos propondo aqui como releitura da EPC brasileira pela ótica da crítica do valor implica que pensemos em um momento do desenvolvimento capitalista no qual a dimensão do trabalho “concreto”, da produção de valores de uso visando o valor de troca, está fortemente socializada e com altíssima produtividade, tendendo para a automação total da produção imediata (KURZ, 2018), não sendo mais os valores de uso produzidos de maneira circunscrita a uma única fábrica, empresa ou Estado-nação. Portanto, o trabalho diretamente produtivo está tendencialmente sendo superado, com a exceção de algumas funções, em especial a dos cada vez mais proletarizados trabalhadores intelectuais (engenheiros, programadores, cientistas etc.), por uma maior socialização da produção e consequente pauperização dos trabalhadores, os quais são, como expomos anteriormente, a partir de Bastos (2021), por um lado, desqualificados na mesma proporção em que o capital se acumula no polo da maquinaria e, por outro, pressionados pela expansão do exército industrial de reserva, que resulta em achatamento dos salários e rebaixamento das condições de trabalho.

Por volta dos anos 1970, com a Terceira Revolução Industrial, o desenvolvimento da microeletrônica, e assumindo o argumento de Kurz (2018) a respeito da incapacidade de incorporação de novo trabalho vivo na proporção em que o progresso técnico o expulsa, o modo de produção capitalista não conseguirá sustentar um novo movimento de modernização, industrialização ou afins. Sendo assim, a disputa global passa a ser pela apropriação de fatias maiores de um bolo

de tamanho de certa forma limitado. Daí o incessante ímpeto pela racionalização, aumento da produtividade e por novas inovações poupadoras de trabalho. Uma das formas de garantir parcelas desse excedente produzido globalmente é através dos direitos de propriedade intelectual. Os detentores desses direitos se apropriarão constantemente de uma fatia dos lucros globais, em vista daquele trabalho intelectual produzido anteriormente, mas que só quando do consumo/realização (e por um período indefinido) terá sua conversão em renda.

Como o próprio Bolaño (2004), em seu texto sobre a Economia Política do Conhecimento e o Projeto Genoma, reconhece:

Certos cientistas ou, principalmente, certas empresas ou instituições poderão defender seus direitos autorais (no caso do isolamento de uma sequência do genoma ou da produção de um *software*, por exemplo), de forma semelhante a que ocorre na produção cultural, esperando para ser remunerado apenas quando a referida inovação (de processo ou produto) demonstrar sua efetiva reprodutibilidade e interesse social. Se (e quando) isto ocorrer, no entanto, o que estas instituições ou indivíduos terão garantido é um direito sobre a renda que será gerada no momento da realização da mercadoria, cujo valor incorpora, certamente, em alguma medida, aquele do trabalho intelectual que está na base do direito de propriedade em questão, mas de forma totalmente indeterminada, do ponto de vista quantitativo.

Da mesma forma, se é a massa dos trabalhadores de um determinado campo de conhecimento que produz uma determinada quantidade de valor, materializada num banco de dados sob a forma, portanto, não de mercadoria, mas de um bem público, não rival etc. o pesquisador que, num processo de trabalho posterior, vier a se utilizar daqueles dados, pagará por acesso ao banco (ou por tempo de conexão), ou simplesmente não pagará nada, caso a informação esteja livremente disponível ao público. Em qualquer caso, a relação entre preço e valor estará totalmente apagada. (BOLAÑO, 2004, p. 76-7).

Esta citação de Bolaño é bastante elucidativa para o argumento que estamos desenvolvendo aqui. A informação é essencialmente relacional, mas na concorrência (e em especial em um momento altamente monopolizado e em uma crise estrutural) ela assume caráter preponderante, bem como a capacidade de auferir renda de algum trabalho pretérito e que é, de certa forma, imediatamente social. De todo modo, e isto é importante para se pensar o aspecto quantitativo da teoria do valor de Marx, a relação entre preço e valor depende de uma série de determinantes e, para recuperar a exposição de Diane Elson (2015), está mais para diferença do que para continuidade, no sentido de que depende dos limites e condições dos atores em disputa. Apesar de toda essa indefinição e dificuldade de quantificação, como não

poderia ser diferente, no modo de produção capitalista a mediação social continua sendo feita pelo valor, ou seja, pelos diferentes trabalhos reduzidos a essa forma. Permanece o aspecto qualitativo.

Para ilustrar o caso do trabalho intelectual e da relação valor-preço, pensemos no atual caso das vacinas contra a Covid-19. Para sua produção em tempo recorde, foi preciso de uma série de altos investimentos públicos e privados, bem como de um estoque de conhecimento humano já acumulado (o intelecto geral, se se quiser) na forma de bancos de dados, de pesquisas prévias e da formação de capacidade humana na figura de cientistas. Além disso, muitos trabalhadores intelectuais foram empregados ou redirecionados para isso. O produto de seu trabalho é imediatamente social e eles estão assentados, como se diz, nos ombros de gigantes, de modo quase colaborativo, numa espécie de progresso da ciência. Desenvolvida e patenteada a vacina (“codificada a informação”), sua replicação, ao menos no quesito informacional (a fórmula, o modo de fazer) não pode ser simplesmente entendida como mais uma mercadoria, afinal ela é um “bem público, não rival etc.” Em uma sociedade em que a acumulação não fosse o motor, o potencial socializante da ciência poderia ser totalmente aproveitado. Entretanto, na sociedade em que vivemos, serão empregados novos trabalhadores na produção e replicação da determinada vacina e parte dos direitos de propriedade intelectual dela serão remetidos aos detentores das patentes.

Como Bolaño (2004) havia dito, um trabalho intelectual subsumido anteriormente irá garantir que a empresa que o subsumiu se aproprie e continue se apropriando, de certa forma, indefinidamente de fatias do excedente global produzido. Essa renda poderá ser maior ou menor, a depender do mercado mundial, do respeito ou não pela patente, e da necessidade de replicação e reaplicação da vacina por certo período de tempo. Em geral, essas empresas estão localizadas no centro do capitalismo, o que implica uma contínua transferência de valor ou, para recuperar as metáforas químico-biológicas, uma cristalização do trabalho humano abstrato como dinheiro nos países centrais. Essa é uma forma que propomos para que se entenda a atual lógica de produção e apropriação de valor, quando da alta científicização e socialização da produção de mercadorias.

1.4 A REUNIÃO INVERTIDA ENTRE TRABALHO INTELECTUAL E MANUAL

A base para o argumento de Bolaño (2002) a respeito da reunião do trabalho manual e intelectual é o livro do Alfred Sohn-Rethel (2020 [1978]), um dos menos conhecidos autores frankfurtianos. A proposta do livro de Sohn-Rethel é realizar uma crítica da epistemologia da ciência, baseada na obra kantiana, de modo a apresentar a superação das sociedades de classes como a necessária reunião entre o corpo e a mente na produção e reprodução da própria existência. Apesar de poder ser problematizada a leitura do autor a respeito da existência de classes sociais fora do capitalismo, bem como de certa trans-historicização dos conceitos de trabalho e dinheiro, algo que uma leitura a partir da crítica do valor certamente problematizaria, o argumento pode ser melhor compreendido como um longo processo de superação do antagonismo entre sociedades de “produção”, quando todos contribuem e compartilham os produtos dos trabalhos, e de “apropriação”, nas quais alguns não produzem, mas se apropriam de uma parte do todo. A forma burguesa seria a última e mais elaborada forma destas, representando a última etapa da pré-história da humanidade. Para o autor, algum tipo de distribuição do trabalho social é necessária em todas as sociedades, sendo a diferença relacionada, portanto, com a apropriação. Na forma burguesa, como apresentamos anteriormente, as forças produtivas são desenvolvidas ao máximo e o trabalho imediato necessário é reduzido ao mínimo, possibilitando, assim, por meio da reunião entre trabalho manual e intelectual, a superação da própria relação antagonista entre produção e apropriação, uma que remonta, no argumento de Sohn-Rethel, à liberação do fardo do trabalho manual para o desenvolvimento do intelecto na Grécia Antiga, uma sociedade baseada na produção escravista.

Faremos, aqui, uma breve digressão na obra de Sohn-Rethel (2020) para diferenciar conhecimento, ciência e tecnologia, especialmente no que tange ao trabalho no capitalismo. Antes de mais nada, é preciso destacar, que, para o autor, as relações sociais baseadas na troca e organizadas/orientadas pelo dinheiro formam uma “segunda natureza”, puramente social, que se sobrepõe à “primeira natureza”, que é a relação dos seres humanos com o mundo, os outros indivíduos, o meio ambiente etc. Assim, poderíamos dizer que, para Sohn-Rethel, há dois tipos de trabalho: enquanto atividade através da qual o homem produz e reproduz sua própria existência, ele diz respeito à “primeira natureza”, mas, no capitalismo, ele

assume o caráter puramente social da produção voltada para a troca, para a acumulação, obtenção de dinheiro e, portanto, domínio da natureza. Aspectos que são característica da “segunda natureza”.

Para Sohn-Rethel (2020), a separação entre trabalho intelectual e manual é a base para a existência de sociedades de classes ou de apropriação, nas quais alguns produzem e outros se apropriam dos produtos dos trabalhos alheios. Essa separação remonta à Grécia Antiga, quando, devido à base escravista, foi possível que, pela liberação do fardo do trabalho manual, se desenvolvesse o pensamento abstrato, a matemática pura e a filosofia. Se antes o conhecimento estava ligado à produção e reprodução da própria existência, portanto, ao trabalho manual, na Grécia Antiga se tornou possível que sujeitos liberados da necessidade de trabalhar desenvolvessem o intelecto, podendo, por meio da abstração, desenvolver e defender argumentos, filosofar e expor seus pontos de vista racionalmente.

Entretanto, de acordo com o autor (SOHN-RETHEL, 2020), a abstração não é uma característica exclusiva da mente, mas uma que estrutura a realidade das sociedades baseadas na troca, que é definida por ele como a “abstração real”. Portanto, não é a consciência das pessoas que determina a existência, mas a própria existência que determina a consciência e a dota da capacidade da abstração⁹. Se, nessas sociedades, o dinheiro desempenha a função de “síntese social”, ou seja, a relação entre os diferentes trabalhos isolados se dá através da forma puramente abstrata do dinheiro, a abstração não pode ser um produto exclusivo da mente, mas um que estrutura a própria existência material dos seres humanos. Para ele, podemos remontar o pensamento abstrato à cunhagem da moeda, quando o dinheiro metálico deixou de ter seu “valor de uso” determinado pelo peso, não estando mais sujeito, portanto, ao desgaste das trocas e do passar do tempo, e foi dotado de uma existência abstrata garantida, por exemplo, por algum rei. Assim, dessa própria existência puramente abstrata do dinheiro cunhado, que desempenha a função de síntese de todas as relações sociais baseadas na troca e que, portanto, contém em si mesmo e na mente de seu possuidor (ainda que inconscientemente) a abstração, pode ser derivado o desenvolvimento desta capacidade.

⁹ Poderíamos, inclusive, aqui remontar ao capítulo 5 de *O Capital* (2017), quando Marx fala sobre a especificidade da atividade humana (o trabalho) sobre a natureza ser a capacidade que a espécie tem de pré-visualizar na mente o resultado antes de sua efetiva produção.

Aqui, na separação remontada por Sohn-Rethel (2020) à Grécia Antiga, cabe a nós apontar uma espécie de bifurcação do conhecimento, sendo ele tanto desenvolvido pelo trabalho manual quanto pelo intelectual, ainda que de formas separadas e relacionadas a dois aspectos diferentes da produção da própria existência, digamos, as “necessidades” do “corpo” e da “mente”, para usar termos caros ao vocabulário marxista. Enquanto aos escravos era relegada a produção dos meios de subsistência e o conhecimento ligado a ele (manuseamento de instrumentos, formas mais adequadas para o trabalho etc.), aos filósofos cabia a produção intelectual de conhecimento. Essa diferença é fundamental quando passamos para a análise do nascimento da ciência moderna e seu método, que se desenvolve de maneira apartada do processo produtivo até sua reunião como maquinaria aplicada para a produção capitalista.

O passo seguinte na reaproximação entre o trabalho intelectual e manual, que só é efetivada, contraditoriamente, no capitalismo, é o desenvolvimento da ciência moderna, a partir de Galileu Galilei. Seguindo a exposição de Sohn-Rethel (2020), Galileu é o responsável por um aspecto muito importante para o desenvolvimento da ciência moderna, que é a dimensão do método científico, a partir do qual se torna possível a verificação empírica de hipóteses abstratas previamente postuladas. Foi com o desenvolvimento desse método, baseado em hipóteses teóricas, formulações matemáticas e testagem/confrontação com a natureza ou parte isolada dela, que foi possível estabelecer as chamadas “leis da natureza”. Com a experimentação e verificação da recorrência de determinado fenômeno, este pode ser definido como “lei da natureza” e se tornar passível de utilização pelo capitalista, na forma de aplicação tecnológica da ciência, no processo produtivo.

No início do capitalismo, a ciência moderna é, portanto, um desenvolvimento que permite ao capitalista dominar a natureza por meio da aplicação tecnológica daquela. A ciência, entretanto, não é por si só “capitalista”, como argumenta a crítica de Sohn-Rethel (2020) à epistemologia vigente, mas sua aplicação no capitalismo o é e fica evidente no uso para subordinação da natureza aos ímpetus da acumulação e da apropriação capitalistas. No socialismo, por sua vez, o qual está baseado, para o autor, na reunião do trabalho manual e do intelectual e, portanto, no relacionamento racional e consciente dos seres humanos para com a natureza, ela seria um instrumento para a relação daqueles com esta. Podemos, então, apontar para a ciência como um desdobramento contraditório da separação do trabalho

manual e do intelectual, um que remonta ao desenvolvimento isolado deste, que não tem por objetivo o processo produtivo em si, mas que se inverte, na produção, como maquinaria, ou seja, em instrumento para a dominação não só sobre a natureza, mas sobre os próprios trabalhadores.

O terceiro passo na crítica à epistemologia chega, então, ao momento no qual o capital se configura como monopolista, na virada do século XIX para o XX. Sohn-Rethel (2020) se detém bastante na análise do taylorismo, para apresentar como a ciência da administração desenvolvida por Taylor está baseada na análise, experimentação e testagem isolada dos processos de trabalho, de modo correlato ao método desenvolvido quando do nascimento da ciência moderna. Para o autor, Taylor, ao medir e contabilizar isoladamente os tempos gastos nos diversos processos de trabalho dentro da mesma planta produtiva, aplicou o método científico, pela primeira vez, diretamente à produção - algo diferente, por exemplo, de Ford, quem, por meio da introdução da esteira e estruturação da produção em massa, replicou, pioneiramente, um tipo de técnica produtiva que já estava desenvolvida em outras indústrias, como a bélica, mas que, até o momento da expansão do mercado consumidor quando da configuração do capital como monopolista, ainda não havia sido aplicada ao setor de bens de consumo. Taylor, por sua vez, buscou na análise do próprio processo de trabalho o meio através do qual ele poderia ser racionalizado ao máximo. Portanto, é com Taylor que o método científico, baseado em formulação de hipótese, testagem e comprovação empírica, se reencontra com a produção, mas não de modo a libertar o trabalhador do fardo do trabalho manual e, sim, de garantir a máxima extração do potencial inerente à sua força de trabalho.

É interessante notar que, mesmo Sohn-Rethel (2020) não dando atenção a isso, é também no capital monopolista, como destacam Dantas (2002) e Lopes (2008), que se formam os grandes departamentos/laboratórios de pesquisa dentro das empresas capitalistas, que buscam, por meio dos gastos com P&D, desenvolver novas técnicas produtivas e registrar patentes de processos e produtos, os quais serão, evidentemente, salvaguardados por direitos de propriedade intelectual. Se anteriormente poderia ser apontado um desenvolvimento da ciência moderna algo como não subordinada diretamente às relações de produção capitalistas e que, portanto, somente teria seu potencial aplicado ou transformado para o processo produtivo em um momento posterior, agora, por meio do assalariamento, a aplicação

tecnológica da ciência é ela própria desenvolvida de maneira puramente capitalista. Ou seja, podemos observar que, no capital monopolista, há um processo mais complexo do que apenas o desenvolvimento da ciência da administração, a partir de Taylor. Por um lado, o taylorismo se impõe como meio mais adequado para racionalização e comando do capitalista sobre um contingente de trabalhadores. Por outro, a subsunção formal do trabalho intelectual para Pesquisa & Desenvolvimento permitirá que se alcance um novo patamar de acumulação capitalista baseada na extração de mais-valor relativo. Por meio das inovações tecnológicas diretamente concebidas para revolucionar as técnicas produtivas e os processos de trabalho, os monopólios em concorrência disputarão a abertura e domínio dos mercados já estabelecidos e de outros possíveis, os quais serão abertos pela criação de “novas necessidades” (a indústria cultural), pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, pela força (a dominação e colonização imperialista) ou pela junção de duas ou mais delas.

Como veremos mais adiante, especialmente na obra de Pollock (1957), a construção de máquinas automáticas (a automação) passa pela junção de ambas: as diferentes etapas do processo produtivo precisam ser racionalizadas ao máximo, reduzidas a uma informação que poderá ser, por meio do trabalho intelectual, transformada em sistema, código, algoritmo, para que a máquina automática opere. Já é possível observar aqui, no início da automação, ainda nos anos 1950, as possíveis consequências sociais alavancadas por esse processo, especialmente no que tange à acumulação no polo do capital e pauperização no dos trabalhadores. Como o próprio Sohn-Rethel (2020) observa, a automação representa, para a “segunda natureza” do trabalho, o momento máximo de negação do fator subjetivo e a máxima dominação sobre a natureza. Sendo assim, é a forma mais adequada para a lógica das sociedades de apropriação, ao mesmo tempo em que é a máxima expressão da possível diminuição absoluta do tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência dos trabalhadores.

1.5 A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO INTELECTUAL

Após essa digressão à contribuição de Sohn-Rethel (2020), propomos uma compreensão de conhecimento, ciência e tecnologia nos seguintes termos. O

conhecimento está ligado à ideia de um fundo de saberes desenvolvidos e acumulados por toda a humanidade desde o início de sua existência. Este fundo era, até a separação entre trabalho intelectual e manual, totalmente produto deste último. A partir de tal cisão, que remonta à Grécia Antiga, esse conhecimento se bifurca. Por um lado, se desenvolvem os saberes ligados exclusivamente ao (fardo do) trabalho manual, da produção dos meios de subsistência de uma sociedade ainda, naquele momento, escravista. Por outro, se desenvolve o intelecto, a filosofia, a matemática pura e o pensamento abstrato, que, na verdade, não é uma exclusividade da mente, mas de toda a existência em uma sociedade baseada na troca e no dinheiro. Quando aplicada ao processo produtivo e à acumulação capitalista, a ciência moderna, produto de um desenvolvimento do trabalho intelectual ainda apartado do fardo do labor, se interverte e assume a forma da maquinaria, meio para a subsunção real do trabalho e condição para que o capital seja posto, bem como para que se torne possível sua superação.

No capital monopolista, a partir da subsunção formal do trabalho intelectual, o processo de reunificação dos dois tipos de trabalho acontecerá de maneira invertida, ou seja, como uma máquina especificamente desenvolvida para o domínio dos trabalhadores e da natureza e não de sua libertação do tempo de trabalho necessário para o desenvolvimento intelectual e humano. A tecnologia, portanto, encontra no desenvolvimento da máquina automática, na automação, a forma capitalista mais pura de domínio sobre o trabalho. No capitalismo, toda a tecnologia está ligada ao trabalho, mesmo que, por óbvio, seja contraditória e possa ser, de alguma forma, apropriada e reaplicada em uma outra sociedade. Assim, não há desenvolvimento tecnológico que possa ser compreendido fora dos ditames do domínio do capital sobre o trabalho.

Quando César Bolaño (2000) descreve o processo de “acumulação primitiva de conhecimento” como momento da passagem da subsunção formal, na cooperação simples, para a subsunção real, com a constituição da grande indústria, a separação entre trabalho intelectual e manual, nos termos de Sohn-Rethel (2020), está pressuposta. No domínio sobre o trabalho manual, a dimensão apartada e característica do trabalho intelectual, da orientação para um fim e do possível relacionamento racional com os outros seres humanos e com a natureza, é exercida pelo dinheiro sob propriedade do capitalista. Assim, a alienação se impõe e os processos de trabalho pressupõem a existência de um tipo de informação bastante

adequada às determinações capitalistas. No processo (capitalista) de trabalho, na essência do modo de produção, Bolaño (2000) vê que a informação, que na aparência (circulação) era horizontal, direta e objetiva, se bifurca em duas: uma hierarquizada e direta, que transmite o comando do capital, na forma do dinheiro e do capitalista, sobre o trabalho, e outra horizontal e cooperativa, que organiza e possibilita a constituição de um coletivo de trabalhadores ou, se se preferir, de um trabalhador coletivo. Assim, na produção, na essência do capitalismo, a informação adquire o caráter inequívoco de “informação de classe” (BOLAÑO, 2000, p. 45), sendo fundamental para a dominação de uma sobre a outra. A subsunção do trabalho, neste momento, é ainda, entretanto, meramente formal.

A subsunção real somente se configurará por meio de um desenvolvimento inicialmente separado do trabalho manual, com a constituição da ciência moderna. A existência da maquinaria somente passa a ser possível a partir de hipóteses, formulações e experimentações, as quais serão, por meio do dinheiro, de sua compra, colocadas a serviço do processo de acumulação capitalista e de domínio sobre os trabalhadores. Somente com ela é que poderemos falar em uma passagem da subsunção formal para a real e na configuração de uma Primeira Revolução Industrial, com a formação do que Marx chamou de uma “grande indústria”. O processo de subsunção real somente estará completo, entretanto, com a Segunda das revoluções, quando será possível a “produção de máquinas por outras máquinas”, ou seja, quando a própria maquinaria não será mais produzida artesanalmente (ou experimentalmente, se se quiser, considerando a replicação de experimentos científicos ou sua adaptação para a produção), mas industrialmente (BOLAÑO, 2002).

É a partir do processo histórico de acumulação primitiva de conhecimento, que constitui a base para o constante revolucionamento das forças produtivas promovido pelo capital, que a informação adquire, na concorrência, uma nova característica: a de se tornar mercadoria, podendo ser intercambiada no mercado ou, se guardada em segredo, representar vantagem competitiva para o detentor. Aqui, o caráter “relacional” da informação fica bastante evidente, afinal, ela é “apenas” a base do conhecimento sobre o qual serão feitos os investimentos e construída uma nova planta produtiva e/ou um novo concorrente. Deste momento em diante, segundo o autor, se constituem dois tipos básicos de informação:

(...) uma ligada diretamente ao processo de produção de mercadorias e que, no entanto, não é ela própria mercadoria, mas comunicação direta, hierarquizada, cooperativa, objetiva e não mediatizada e outra que se agrega como mais um insumo ao processo produtivo e que, controlada pelo corpo técnico e burocrático da empresa capitalista, é sempre, efetiva ou potencialmente, MERCADORIA-INFORMAÇÃO. (BOLAÑO, 2000, p. 46-7).

É por causa do foco em apenas um dos tipos de informação (a informação-mercadoria dentro da concorrência) que, segundo o autor, uma série de pensadores irá fundamentar suas abordagens da “sociedade da informação” como um processo democratizante, positivo de produção, transferência e consumo de informação. Evidentemente, como aponta Bolaño (2000, p. 47), a expansão e sofisticação dos sistemas de comunicação e transporte é uma exigência do próprio desenvolvimento capitalista, como Marx já havia destacado:

É evidente que uma das características do desenvolvimento capitalista é a crescente sofisticação dos mecanismos de estocagem, manipulação e disseminação de informação, que culmina com os desenvolvimentos mais recentes da informática e da telemática, fato que não se relaciona exclusivamente com as condições objetivas do processo produtivo, mas também com outras necessidades da concorrência, como o conhecimento, por exemplo, da situação conjuntural de mercados distantes, das condições políticas e econômicas que podem influenciar a tomada de decisões, das condições climáticas, geográficas etc. A expansão capitalista em âmbito mundial e o desenvolvimento de um sistema financeiro articulado internacionalmente exigem a expansão paralela dos sistemas de comunicação e de transportes, como o próprio Marx já havia explicitado com precisão (...).

Podemos apontar, portanto, seguindo a leitura de Bolaño (2002), para a Segunda Revolução Industrial como momento no qual se completa o processo de subsunção real do trabalho, mas também como marco do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. É no mesmo momento que, com a configuração do capital monopolista, podemos, também nos termos de Bolaño (2000), apontar para a Indústria Cultural emergindo como forma social da comunicação adequada às necessidades do modo de produção, operando, por meio das formas funcionais publicidade, propaganda e programa, os interesses de Estado e capital, de um lado, e do público, do outro. Se constituindo a partir das contradições das formas informação e comunicação, a Indústria Cultural será fundamental na instituição de uma cultura capitalista e é a forma necessária para, por meio da “informação de massa” e da “comunicação de massa”, o efetivo mascaramento da contradição entre

a aparência de igualdade e a desigualdade inerente ao terreno da produção e dos processos de trabalho. Nesta instância de mediação social, os trabalhos cultural, seja do artista, do comunicador ou do jornalista, e intelectual, por exemplo, na figura do editor, serão formalmente subsumidos e produzirão duas mercadorias: o programa e a audiência, esta a mais valiosa a ser negociada no mercado de anunciantes. Assim, podemos apontar, ainda seguindo o autor, para a Indústria Cultural exercendo também um importante papel na concorrência entre os monopólios, por meio da publicidade.

Como argumentamos anteriormente, a reunificação formal entre trabalho intelectual e manual remonta à formação dos grandes laboratórios e departamentos de P&D dentro das empresas monopolistas. Somente poderemos falar em uma Terceira Revolução Industrial e na subsunção real do trabalho intelectual, entretanto, seguindo a leitura de Bolaño (2002), com o desenvolvimento da microeletrônica e das “máquinas informacionais”. Inicialmente, o foco da exploração capitalista parecerá se voltar para a captura, na atual forma dos “dados”, das energias mentais dos trabalhadores, subsumindo realmente os trabalhos cultural e intelectual, a fim de se apropriar de todas as capacidades criativas e expressivas deles, além da dos usuários, que contribuiriam para os lucros das empresas por meio de suas atividades (o “trabalho não pago” de que falam muitos autores). Na verdade, como veremos na parte final, esses dados serão matérias-primas para, por meio do trabalho intelectual, serem desenvolvidas novas tecnologias, que permitirão, por sua vez, o avanço da automação e da transformação na divisão do trabalho. De todo modo, com a subsunção real do trabalho intelectual, seria tendencialmente negada a separação histórica que remonta, para Sohn-Rethel (2020), à Grécia Antiga, em prol de uma simétrica intelectualização geral dos processos de trabalho e diminuição do fardo do trabalho manual (BOLAÑO, 2002).

A partir das possibilidades abertas pelo desenvolvimento das TICs e da convergência para a base digital, uma que afeta não só o grande setor audiovisual-informática-telefonía mas também o industrial, e das possibilidades de reestruturação produtiva e reorganização dos processos de trabalho, ao capital será possível superar a barreira da crise dos anos 1970, mas não por muito tempo, afinal, como mostraremos adiante, ela é imanente ao próprio modo de produção (GRESPLAN, 2012). É neste momento histórico que veremos a materialização de uma verdadeira rede mundial de computadores, que conectará não só as relações

entre as pessoas, mas também entre instituições, empresas, consumidores etc. Além disso, é também nele que teremos o início de pressões intensas e constantes contra os trabalhadores, pela desregulamentação das legislações trabalhistas, dos mercados de capitais internacionais e nacionais, pelas privatizações, ajustes fiscais e desmonte dos lados sociais dos Estados.

Este é um processo que já se arrasta por mais de cinco décadas e não parece ser suficiente para fundamentar um novo ciclo expansivo de crescimento sustentado tal qual visto no pós-Segunda Guerra Mundial. Ao contrário, em meio à tal incapacidade, a então prometida intelectualização geral dos processos de trabalho se transforma cada vez mais em regressão de tais condições (a volta da “servidão”, a “uberização”, a “plataformização do trabalho”, entre tantos outros termos que se popularizaram ao longo dos anos) e em proletarização do trabalho intelectual. Ou seja, incapaz de se expandir e acumular como seria feito em um ciclo global de crescimento, o capital se volta, como única alternativa, ao rebaixamento do mercado de trabalho existente. Por meio de terceirizações, contratos temporários/precários e das possibilidades abertas pela digitalização das TICs, o capital avançará na divisão técnica e geográfica do trabalho, encontrando formas de, se fossemos pensar no termo elaborado por Ruy Mauro Marini (2000), superexplorar a força de trabalho na periferia, ao mesmo tempo em que, paralelamente, pressiona a dos países centrais, constituindo um enorme exército industrial de reserva global, enquanto incessantemente busca formas de extrair mais-valor, acumular capital e, ao mesmo tempo, cristalizar mais do excedente como lucro. Isso tudo sem conseguir sustentar uma espiral de crescimento, mas, ao contrário, tornando a base de trabalhadores sempre mais miserável.

Como falamos no início deste capítulo, este processo de cinquenta anos levou à configuração de um padrão global de subempregos, manifesto tanto por um alto número de pessoas "superqualificadas" para os postos disponíveis como por outras empregadas aquém de suas capacidades e necessidades financeiras ou tendo que acumular mais de uma função para garantir os meios de subsistência. Há ainda um grande contingente de pessoas que nem sequer procuram mais empregos. Centrais para esta atual dinâmica, as plataformas digitais são foco de uma série de críticas e culpabilizações (seja pela piora das condições de trabalho ou pela eleição de políticos de extrema-direita), especialmente por seu *modus operandi* estar fundamentalmente baseado na coleta, armazenamento e processamento de dados,

ou seja, pela capacidade que elas teriam de, por meio da subsunção de trabalho intelectual, transformá-los em informação e utilizá-los para auferir lucros extraordinários, conseguindo, assim, ter chegado ao topo da lista de empresa mais valiosas das bolsas de valores. Concordamos com muitas das críticas, mas acreditamos que, em geral, elas não dão conta de apreender os fundamentos do problema. Por isso, feita essa espécie de reorganização do argumento e de adequação da perspectiva da Economia Política da Comunicação brasileira, iniciamos agora a investigação dos fundamentos que levaram à crise dos anos 1970, à emergência das plataformas digitais e ao processo de configuração de um padrão global de subempregos.

Neste capítulo, mais abstrato, buscamos apreender as atuais formas de produção e apropriação, como lucro, de valor e mais-valor em um momento de altíssima cientifização da produção capitalista em escala global. Para estes desenvolvimentos, foram necessários sempre mais elaborados sistemas de informação e comunicação, funcionando desde os anos 1970 sobre a base digital. Apresentamos também como, devido ao choque com as relações sociais de produção que o gestaram, o capital, em crise, buscou novas maneiras de subsumir trabalho, aumentando tanto o tempo de mais-trabalho quanto a apropriação de parcelas do excedente que antes eram pagas como salário aos trabalhadores. Esse processo só foi possível com a subsunção formal e real do trabalho intelectual e um constante aprimoramento das tecnologias de informação e comunicação, levando à inversão das potencialidades emancipatórias da materialização do caráter cooperativo do modo produção como uma proletarização ainda mais aguda da classe trabalhadora. Ou seja, a lei geral da acumulação capitalista em processo.

Ao mesmo tempo que o capital se apropria da força de trabalho (manual ou intelectual) e busca sua negação máxima com a introdução das máquinas automáticas, constantemente revolucionando as forças produtivas, ele promove uma globalização da proletarização, formando um mercado de trabalho subempregado em escala mundial. Todo o potencial emancipatório de redução brutal das jornadas de trabalho se transfigura como fragmentação dos próprios processos, tornando a maioria dos trabalhadores indiretamente produtivos e com os salários e condições para desempenho de sua função em constante pressão para baixo, algo que é reforçado pelo sempre em expansão exército industrial de reserva. Concentrando e

centralizando as forças produtivas e a apropriação do mais-valor como lucro, há uma agudização da cisão centro-periferia, tanto entre como intra países, enquanto a concorrência entre os monopólios disputa mercados, seja aumentando sua composição técnica, racionalizando o processo produtivo, investindo em publicidade ou extraíndo rendas de suas patentes e direitos de propriedade intelectual. Como temos argumentado, informação e comunicação são, portanto, estruturais ao modo de produção e, portanto, sua crise.

2 DISTRIBUINDO AS CARTAS NA MESA

Giovanni Arrighi e Robert Brenner são dois autores que aparecem em várias discussões e trabalhos acerca natureza do capitalismo, bem como de sua ascensão e da possível transição para algum tipo de socialismo, balizado hoje, especialmente, pelas perspectivas abertas pelo que Arrighi (2008) chama de uma reorientação da economia mundial para o oriente, tornando-o centro econômico global pela primeira vez desde a consolidação tanto da Inglaterra como do próprio modo de produção capitalista, ambos no século XIX. Não nos interessa, ao menos neste momento, debater ou discutir o caráter do desenvolvimento social chinês com maior fôlego ou atenção, mas apenas colocar em perspectiva o processo histórico que resultou na ascensão da China – na verdade, do bloco sino-asiático em geral - como, de um lado, mais próximo à perspectiva dos que enxergam uma alternativa ao modo capitalista (ocidental) de produção, um “socialismo de mercado”, um “socialismo com características chinesas” ou uma nova “economia do projetamento”¹⁰, e, de outro, mais ligado à preocupação com o modelo chinês em si e sua possível massificação ao redor do globo, por considerar a China um modelo extremo do desenvolvimento capitalista ou uma espécie de ditadura totalitária nunca antes vista.

Apesar da importância e do peso dos autores, há poucos estudos que se dediquem a compará-los ou conjugá-los. Percebendo tal lacuna, Lucas Morato Araújo (2016) desenvolveu, em sua dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), um estudo minucioso e de fôlego acerca das características da obra dos dois autores¹¹ e como as escolhas metodológicas e de enfoque utilizadas por eles tornam as abordagens e os resultados bastante distintos. Antes de revisitar o debate Brenner-Arrighi pelo prisma do que Lucas Araújo define como a questão da “unidade de análise” de cada um (as

¹⁰ São variados os autores que usam expressões próximas a essas para se referirem à China (socialismo político, economia mista etc.). “Socialismo com características chinesas” é um termo de frequente aparição em discursos e textos de Xi Jinping, secretário-geral, desde 2012, do Partido Comunista Chinês (PCC), compilados na coletânea sobre a governança do país (Jinping, 2014). Eventualmente aparecerá um ou outro dos termos, mas, para o argumento deste trabalho, que não pretende discutir a fundo a existência ou não de um tipo de socialismo na China, pensamos ser mais adequado falar em uma nova “economia do projetamento”, devido ao fato desta definição apontar para a forma de organização da produção no país e as implicações dela para o projeto chinês de, em linhas gerais, superar a dependência, o qual será apresentado mais adiante. O principal proponente do termo é o brasileiro Elias Jabbour (2020).

¹¹ Em menor medida, David Harvey também aparece no trabalho, principalmente por conjugar pontos de ambos os lados. Neste trabalho, ele aparecerá apenas de maneira marginal e sempre quando referenciado criticamente por outros autores.

relações de propriedade, no caso do primeiro, e o sistema-mundo e os ciclos sistêmicos de acumulação, no do segundo), vale mencionar, como faz o próprio autor, que há uma rara exceção de aproximação (e crítica) dos dois trabalhos em um artigo de Moishe Postone, escrito em 2008. Como não é nosso objetivo refazer a referida pesquisa, faremos, num primeiro momento, a exposição dos argumentos e das linhas desenvolvidas pelos autores, para, depois, apontarmos pontos de concordância e discordância entre nossa leitura e a deles, assim como tentaremos preencher lacunas que acreditamos existir. Visto que encontramos em Postone (2008) uma teorização crítica mais refinada da obra dos dois autores e mais próxima das reflexões que queremos desenvolver neste trabalho, inseriremos a contribuição do autor junto com nossa própria ao final do tópico.

2.1 O DEBATE BRENNER-ARRIGHI

Em sua dissertação, Araújo (2016) revisita os principais trabalhos dos dois autores citados no início desse capítulo, para argumentar que o decisivo para as conclusões às quais eles chegam é o próprio foco das análises, quais sejam: enquanto Arrighi toma como ponto de partida a existência de um sistema-mundo e da progressiva sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação cada vez mais complexos (desde as cidades-estado de Gênova e Veneza, passando por Holanda, Inglaterra e Estados Unidos até chegar a possível superação pelo bloco sino-asiático), Brenner se dedica à análise das condições econômicas de produção em blocos regionais ou países específicos, partindo da ideia de que o que define o capitalismo é a relação de propriedade, mais especificamente, a separação dos meios de produção e dos produtores diretos, dando mais atenção ao setor manufatureiro dos países centrais (EUA, principalmente, Alemanha e Japão). Para facilitar a exposição, primeiro nos dedicaremos ao trabalho de Giovanni Arrighi, depois passaremos por Brenner e, ao final, traremos nossas críticas e as de Postone.

2.1.1 O SISTEMA-MUNDO E OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Giovanni Arrighi tem vários livros e textos publicados, mas os principais para o argumento que pretendemos desenvolver estão organizados em uma espécie de

trilogia que começa com a publicação de *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo* (2009 [1994])¹², publicado pela primeira vez no Brasil em 1996, passando pela organização e escrita, junto de Beverly Silver, de *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial* (1999)¹³, publicado aqui em 2001, até chegar às “conclusões” levantadas em *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI* (2007), trazido para o mercado brasileiro em 2008 e reimpresso agora em 2021. Como seguiremos em linhas gerais o trabalho de Araújo (2016), não será necessário revisar cada uma das obras individualmente, mas apenas apontar como há um desenvolvimento analítico definido pela respectiva unidade de análise. No caso de Arrighi, essa unidade é o sistema-mundo interestatal¹⁴ e os ciclos sistêmicos de acumulação.

¹² Apesar dos títulos em português, na pesquisa e estudo para a escrita dessa dissertação, a maioria das obras de Arrighi e Brenner foi lida diretamente na versão original em inglês. Alguns dos textos não chegaram a ser traduzidos para o português ou não estão facilmente acessíveis na língua, mas, quando houver tradução disponível, ela será indicada no transcrito do texto.

¹³ Ademais da introdução e da conclusão escritas por Arrighi e Silver, o livro é composto por quatro artigos escritos por, além dos dois, outros oito autores (Po-keung Hui, Krishendu Ray, Thomas Ehrlich Reifer, Kenneth Barr, Shuji Hisaeda, Eric Slater, Ifrikhar Ahmad e Miin-wen Shih). Além dos quatro artigos, há um quinto escrito por Steven Sherman (1999). Ele tem como título *Hegemonic Transitions and the Dynamics of Cultural Change* (Transições Hegemônicas e a Dinâmicas das Mudanças Culturais, tradução nossa), mas não foi incluído no livro. O artigo aponta para uma questão interessante que é o modo como os aspectos culturais que se consolidariam como marca de determinado período hegemônico haviam sido desenvolvidos em outro local que não o do *hegemon*, sendo, entretanto, apropriados e consolidados posteriormente dentro da potência do momento. Para exemplificar, Sherman chama a atenção para o fato de que uma característica acadêmica da hegemonia estadunidense é o desenvolvimento de um tipo próprio de ciências sociais, marcada, diríamos, pela burocratização, racionalização, recorte e delimitação de pesquisa etc., mas que tem as bases em desenvolvimentos advindos da Alemanha, principalmente os de Marx, Weber e Freud. A título de curiosidade, o autor menciona, ao final, que uma marca cultural do leste asiático, possível novo centro hegemônico, seriam os animes japoneses, o que implicitamente descartaria o Japão como potência hegemônica nessa análise, mas abre margem, por exemplo, para a China. Claro, isso extrapolando a análise do autor e considerando que o padrão de transição hegemônica fosse mantido, algo nunca assumido como verdade absoluta por Arrighi, Silver e demais. Como a questão da cultura é muito cara à Economia Política da Comunicação, especialmente a abordagem sobre a contradição economia-cultura e a centralidade da área para uma possível ruptura no plano da racionalidade, conceito apropriado de Celso Furtado por César Bolaño (2015), esse interessante artigo de Sherman mereceria uma abordagem mais cuidadosa em outro momento. Neste momento, valeria avaliar o caso chinês também por esse prisma, visto que ele aparenta não ter uma cultura tão heterônoma e submissa à Indústria Cultural estadunidense, diferentemente de quase todo o ocidente e mesmo alguns países orientais. Essa relativa autonomia cultural acreditamos ter sido um fator importante na principal ruptura do século XX: a Revolução de Outubro de 1917. Devo essa observação final a uma conversa com Willian Casagrande Fusaro, que também cursou o mestrado em comunicação na UEL e estudou os pôsteres do período de Guerra Civil na União Soviética (1918-1922), bem como a questão da construção e consolidação de um projeto revolucionário (FUSARO, 2020).

¹⁴ Apesar de podermos identificar essa configuração mais especificamente apenas na consolidação da Holanda como potência hegemônica no período posterior à Paz de Vestfália (1648), que encerra a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e consolida o sistema interestatal na Europa, isso não representa problema para a compreensão da abordagem.

O argumento central dos trabalhos de Arrighi é que o capitalismo, sistema caracterizado pela união entre Estado e mercado¹⁵, precisaria ser analisado olhando para períodos de longa duração organizados e divididos pela ascensão e decadência de potências hegemônicas e de ciclos sistêmicos de acumulação cada vez mais complexos. Ainda retomaremos a esse ponto, que cremos ser uma questão pouco explorada por Araújo (2016), mas, por ora, cabe dizer que esses ciclos seriam marcados por uma primeira fase de expansão material, caracterizada pelo *hegemon* se tornando a “oficina do mundo”, produtora de bens que inundarão os mercados mundiais e garantirão retornos lucrativos para investimentos feitos no país/região, seguida por uma de expansão financeira, “sinal” da derrocada da potência hegemônica e da transferência do centro para outro local (ARRIGHI, 2009). A transição de uma expansão para a outra seria definida pelo momento no qual os retornos dos investimentos produtivos não seriam altos o suficiente, gerando, portanto, superacumulação líquida de capital líquido, o que levaria, por sua vez, à busca por retornos mais altos e seguros no setor financeiro ou em investimentos em outros países. Por isso, o autor argumenta que há uma conexão e sucessão de fases, que são repetidas ao longo dos ciclos sistêmicos de acumulação. Esse esquema poderia ser representado em cinco pontos: 1) a futura potência hegemônica recebe investimentos acumulados como liquidez no centro anterior (esse é o sinal da crise da hegemonia vigente); 2) ela se industrializa, passando a ocupar o lugar de oficina do mundo; 3) na sequência, há um processo de transição hegemônica e consolidação da nova potência (essa é a crise terminal – até hoje, sempre houve conflito militar de grande magnitude nessa reconfiguração¹⁶); 4) a nova potência se configura como *hegemon* e tem início um novo ciclo sistêmico de acumulação, cuja amplitude e complexidade são maiores que as do anterior¹⁷; e 5) o

¹⁵ Não é nosso objetivo criticar o uso específico que Arrighi faz de certos conceitos, mas causa certo estranhamento ver, por exemplo, o autor argumentar acerca de um caráter não imperialista dos Estados Unidos em contraposição ao, aqui sim, imperialismo inglês. Isso seria por causa da não invasão, ocupação e domínio direto daquele (ARRIGHI, 2009). Esse tipo de argumento pode ser tensionado e criticado em outro momento, mas, no que diz respeito a este trabalho, esse não é um dos focos.

¹⁶ Na primeira transição, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Nas outras duas, as Guerras Napoleônicas (1803-1815) e as Guerras Mundiais, no período entre 1914 e 1945, respectivamente.

¹⁷ Por exemplo, em comparação com as hegemônias anteriores, o domínio ou a influência, o peso, que seja, que os Estados Unidos têm do sistema financeiro mundial, dos órgãos multilaterais (ONU, FMI etc.) e sua influência territorial, representada pela proliferação de bases militares ao redor do mundo, são mais extensos e de maior proporção que seu predecessor inglês, que tinha, sim, peso determinante nas áreas militar, financeira e territorial, mas não tão sem antagonismos ou de maneira tão controladora como os Estados Unidos, principalmente, mas não só, depois da queda da União

processo se repete com o sinal da crise representado pela superacumulação líquida de capital na potência do momento.

Nesse argumento desenvolvido ao longo da trilogia de Arrighi, os quatro ciclos históricos tiveram como *hegemons* Gênova (do início do século XV ao do XVII), seguida pela Holanda (do final do XV até durante quase todo o XVII), a Inglaterra (da segunda metade do século XVIII até o começo do XX) e, atualmente, os Estados Unidos (do final do século XIX até os dias de hoje), estando em curso, desde a Guerra do Vietnã (1955-1975), sinal de crise da hegemonia estadunidense, um processo de reconfiguração do sistema-mundo interestatal. Assim, a financeirização dos anos 1970-1980 seria um padrão recorrente na história e parte desse processo de mudança hegemônica, bem como, nesse caso, a reorientação da economia mundial para o oriente, região receptora de grandes partes desses investimentos – tendo destaque a China, país com enorme disponibilidade de mão de obra.

Por esse ponto de vista, desenvolvido principalmente nos dois primeiros trabalhos citados acima, o ocidente teria sido o centro econômico do mundo nos últimos cerca de cinco séculos, mas estaria vivendo, exemplificado pelo caso estadunidense e a crise hegemônica que já se arrasta por quase cinco décadas, uma crise terminal de seus séculos de hegemonização mundial, correspondente também à ascensão, consolidação e, agora, possível superação do capitalismo. O autor encerra o primeiro dos três livros tentando elaborar a possibilidade de o Japão ser a nova potência hegemônica. Entretanto, como a edição que estamos usando é a de 2009, ou seja, depois do estudo mais atento e da publicação de *Adam Smith em Pequim* (2007), Arrighi reformula seu argumento e escreve, no posfácio, que a alternativa a ser considerada é o eixo leste-asiático centrado na China (sino-asiático, portanto)¹⁸.

Na obra final da trilogia, Arrighi (2007) busca entender o que ele define como os fundamentos do século XXI e as origens da ascensão sino-asiática. O autor, ao longo de todo o livro, como bem destaca Araújo (2016), segue sua filiação à unidade de análise que lhe serve de base, a do sistema-mundo, e classifica o desenvolvimento oriental como um padrão natural, smithiano, em oposição ao capitalista, marxista-schumpeteriano, típico do ocidente. Com esse raciocínio, Arrighi (2007) argumenta ter encontrado as bases para a superioridade do trabalho sino-

Soviética, em 1991.

¹⁸ No livro escrito com Beverly Silver, a conclusão está muito parecida com a de *O Longo Século XX*.

asiático nesse padrão smithiano de desenvolvimento, caracterizado, ao contrário do outro, por menos inovações disruptivas e melhores condições para o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores¹⁹, além de uma espécie de vontade geral de superar o século de humilhação (período entre as duas Guerras do Ópio, no meio do século XIX, e a invasão imperialista japonesa, que só acabou com a derrota militar e as bombas nucleares na Segunda Guerra Mundial)²⁰.

Arrighi, entretanto, em nenhum momento dos três livros aqui analisados afirma que a transição para uma hegemonia centrada no leste asiático, sendo a China seu epicentro, seria um fato inexorável ou que haveria alguma necessidade absoluta de consolidação de um novo centro hegemônico e, portanto, de um novo ciclo sistêmico de acumulação. Em vez disso, o autor traça três possíveis cenários futuros, os quais Araújo (2016, p. 76-77) descreve assim:

Uma questão importante nesse sentido refere-se ao caráter necessário ou contingente da recorrência dos ciclos sistêmicos de acumulação. Nesse sentido, em *Adam Smith em Pequim* o autor divide três tendências de que podem se materializar com a aproximação do fim do ciclo sistêmico de acumulação americano. Uma delas refere-se de fato à ascensão hegemônica da China nos

¹⁹ Segundo Arrighi (2007), a divisão social do trabalho, analisada primeiramente por Adam Smith, seria um ponto positivo para a produção e especialização em determinado setor, em contraste com a divisão técnica do trabalho, essa analisada e criticada por Marx como responsável pela crescente alienação da classe trabalhadora, a qual seriam relegados movimentos simples, repetitivos, e, portanto, que não favorecem o desenvolvimento pessoal como um todo. A segunda não teria sido vista no oriente com a mesma magnitude que no ocidente e, por isso, conferiria vantagem qualitativa ao trabalho daquela região.

²⁰ Esse acreditamos ser um ponto relevante a ser considerado na questão da cultura chinesa, como destacado inicialmente na nota de número 9 deste trabalho. Infelizmente não teremos como nos deter mais atentamente à questão, mas vale destacar que Xi Jinping (2014) toca recorrentemente no assunto (superar a humilhação, construir uma China próspera etc.) e destaca também como há um planejamento de longo prazo para tal. Tendo iniciado na consolidação da Revolução Chinesa, em 1949, ele considera um século para a superação das mazelas representadas pelas invasões imperialistas e para sedimentação de uma China novamente próspera – similar ao país que Arrighi destaca como o mais próspero e desenvolvido do mundo até a destruição inglesa. Valeria olhar por esse prisma o documentário *Indústria Americana*, lançado e premiado em 2019, que abre margem para interpretação acerca da disciplina e disposição dos chineses em trabalharem por algum “objetivo maior”, em contraposição, por mais estranho que possa parecer, aos estadunidenses. Certamente poderíamos analisar também pelo prisma da exploração da classe trabalhadora e da ausência de direitos, mas chama mais a atenção o fato de haver certa defesa de direitos sociais e até de sindicalização por parte dos residentes da cidade nos Estados Unidos. Se, para parafrasear um dos capítulos do livro, Arrighi (2007) havia encontrado Smith na atual Pequim, assim como Mario Tronti havia encontrado Marx em Detroit durante o auge do fordismo, poderíamos, a partir do documentário, falar em um reencontro com Marx no centro do capitalismo? Não teremos condições de responder essa pergunta neste momento, mas arriscaríamos dizer que é no mínimo interessante como as contradições se movem e há, enquanto escrevemos, não só uma agudização da situação dentro dos EUA e uma espécie de reencontro com uma pauta que, em linhas gerais, é de esquerda (direitos sociais, melhores condições de trabalho e remuneração, protestos contra a violência etc.), como também um contra-ataque do império à China, representado pelo pacote estatal de trilhões de dólares apresentado pelo atual governo democrata de Joe Biden.

moldes dos ciclos anteriores. As outras duas, porém, reconhecem a possibilidade de uma mudança substantiva em relação a eles. A primeira delas, mais sombria, está associada a um aprofundamento do caos sistêmico a um nível até então inaudito, inclusive com a possibilidade de auto-aniquilação da humanidade. Esta alternativa decorre, entre outros fatores, da extensão praticamente global do sistema-mundo europeu atual, além do caráter energo-intensivo e capital-intensivo do desenvolvimento capitalista, e, finalmente, à separação entre a nova potência econômica em ascensão, a China, e aquela que continua sendo a maior potência militar do planeta, os Estados Unidos. Por fim, Arrighi divisa ainda uma terceira alternativa, essa mais otimista, ligada à possibilidade de que a hibridação dos caminhos de desenvolvimento ocidental e oriental, com ênfase no último, permita o surgimento de um sistema-mundo caracterizado por um maior equilíbrio entre a riqueza e o poder das diversas nações.

Estamos de acordo com a descrição feita sobre os cenários acima e mais ainda com a observação seguinte feita por Araújo (2016), que destaca o fato de a alternativa hegemônica chinesa esboçada por Arrighi (2007) não considerar uma possível supressão e superação da sociedade de mercado, mas, sim, algo como o socialismo de mercado mencionado anteriormente. Como não iremos analisar as possibilidades ou probabilidades para a realização de uma das três ou até mesmo a viabilidade do surgimento de uma quarta não esboçada por Arrighi (quem sabe um socialismo sem o complemento “de mercado” como o do autor), vejamos como opera a unidade de análise de Robert Brenner.

2.1.2 SUPERPRODUÇÃO, SUPERCAPACIDADE, QUEDA DA TAXA DE LUCRO E LONGA ESTAGNAÇÃO

Tal qual Arrighi, Robert Brenner também tem uma série de livros e artigos publicados e aparece em vários debates acerca, principalmente, da transição para o capitalismo e da questão agrária na consolidação do modo de produção, como bem aponta e revisa Araújo (2016) na segunda parte da dissertação. Para este trabalho, nos ateremos com mais afinco a *The Economics of Global Turbulence* (A Economia da Turbulência Global) e *O Boom e a Bolha: Os Estados Unidos na Economia Global*. O primeiro, publicado inicialmente em 1998 como um extenso artigo (*special report*) na *New Left Review*, depois foi complementado, revisado e publicado como

livro em 2006, mas ainda sem tradução para o português²¹. O segundo, por sua vez, foi publicado nos Estados Unidos em 2002 e rapidamente foi traduzido para o português, tendo chegado aqui em 2003. Grosso modo, é possível classificar o primeiro estudo como uma abordagem mais teórica e detalhada das raízes do problema global definido por Brenner como as persistentes crises de superprodução e supercapacidade e a consequente queda da taxa de lucro, enquanto o segundo tem um caráter mais empírico e focado no que estava acontecendo no início do século XXI – em especial a formação e explosão da bolha do “pontocom” e as bases da crise do *subprime*, que seria detonada em 2007-2008, duas crises que veremos com mais calma na parte final deste trabalho, porque elas têm relação direta com a ascensão das plataformas.

Creemos que a teoria desenvolvida por Brenner, apresentada por ele principalmente na parte inicial do livro de 2006, na qual o autor propõe uma análise alternativa da economia global embasada na trajetória da taxa de lucro, e o porquê do foco na manufatura são pontos pouco explorados por Araújo (2016). Por isso, adiantaremos algumas das nossas observações já ao longo deste tópico. A unidade de análise de Brenner, seguindo a linha desenvolvida na dissertação suprarreferida, foca na separação entre meios de produção e produtores diretos e as análises do autor conferem maior atenção ao setor manufatureiro dentro do que poderíamos chamar de economias nacionais – vide o destaque para países centrais como os Estados Unidos, mas também Japão e Alemanha, potências regionais que dinamizam os blocos asiático e europeu, respectivamente. Esses três países são o foco principal da discussão que ele desenvolve acerca da passagem do longo *boom*, período de 25-30 anos entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e as crises do final dos anos 1960 e início dos 1970, também conhecidos como “anos de ouro do capitalismo”, para a longa estagnação, que tem início nas referidas crises e, com breves exceções, se estende até os dias hoje.

²¹ O livro, que em breve deve ganhar uma nova edição pela britânica *Verso*, já conta com algumas observações desenvolvidas por Brenner em artigos e outras análises sobre, por exemplo, a bolha do início dos anos 2000 e os (des)caminhos dos Estados Unidos na tentativa de se manter como potência hegemônica por meio não só de guerras (a do Iraque, por exemplo), mas também por algo sintetizado pela ideia de um “novo século americano”. A ideia é mais explorada por Arrighi (2007), mas diz respeito à estratégia neoconservadora ligada (não só) ao governo George W. Bush (2001-2009) para, utilizando principalmente o poderio militar sem igual do país, assegurar o lugar dos Estados Unidos como potência única e inigualável. Uma interessante abordagem sobre esse projeto, sobre as estratégias gangsteres de cobrar dos outros países uma taxa de proteção e do exército estadunidense funcionar como uma cavalaria global (ou como polícia, se se preferir) foi feita por Paulo Arantes, nos capítulos 1 e 2 de *Extinção* (2007).

A proposta teórica do autor para a análise dos chamados anos de ouro é a de que aquele foi um período de crescimento sustentado devido a um processo de *catch up*, no qual Japão e Alemanha, economias menos desenvolvidas e naquele momento se reconstruindo depois da destruição da Segunda Guerra Mundial, tentavam alcançar e tirar seu atraso em comparação com os Estados Unidos, país que se consolidava como líder indiscutível do bloco capitalista, mas que teria atingido seus melhores índices econômicos nos períodos pré e entreguerras. Dessa forma, o processo de desenvolvimento capitalista seria caracterizado pela desigualdade entre os países e pela tentativa dos atrasados alcançarem e, talvez, superarem os incumbentes, mas com um problema inerente a ele: a tendência à superprodução e supercapacidade no setor manufatureiro e a consequente queda da taxa de lucro. Araújo (2016) desenvolve de maneira muito superficial esse argumento apresentado por Brenner e foca mais em criticar a ausência de uma diferenciação entre “superprodução” e “supercapacidade” e o porquê do peso dado ao setor manufatureiro. Tentaremos contribuir com essas críticas na sequência, visto que agora acreditamos ser necessário seguir com a teorização apresentada.

Países menos desenvolvidos, no argumento de Brenner (2006), teriam, como vantagem competitiva em relação aos líderes, a possibilidade de, para tentar superá-los, investir em novas e mais lucrativas técnicas e processos produtivos, visando aumentar a produtividade do trabalho²², auferir maiores taxas de lucro e, portanto, melhores condições de acumulação de capital. Dessa forma, os processos de *catch up* se dariam como uma constante entre os países com menor estoque de capital fixo (máquinas, linhas produtivos etc.) investindo em novas técnicas e podendo aderir às inovações disruptivas, para usar um termo caro à análise schumpeteriana, enquanto os países incumbentes não abririam, por sua vez, mão de suas posições já consolidadas e de seus estoques de capital empatados (pagos, contratados ou estabelecidos), o que levaria a uma disputa pelo mercado consumidor existente (não

²² É importante destacar que, para Brenner (2006), o aumento de produtividade está ligado ao que a análise marxiana classifica como o aumento da composição orgânica do capital. O argumento de que a maior produtividade seria fruto de melhor qualificação da força de trabalho, por exemplo, não encontra em Brenner um adepto, visto que o central é o desenvolvimento das forças produtivas, do capital, portanto. O aumento da produtividade do trabalho, assim, seria um resultado da maquinaria inserida no processo de produção. É evidente a divergência entre essa abordagem de Brenner e a de Arrighi exposta anteriormente, que destaca a qualificação do trabalho sino-asiático, fruto do desenvolvimento natural/smithiano, como um dos fundamentos da reorientação da economia global para o oriente. Talvez a abordagem mais adequada requeira a combinação de ambos: investimentos em técnicas produtivas avançadas + mão de obra adequada para sua operação. Não teremos como desenvolver o argumento todo, portanto, paramos a observação por aqui.

só pessoas, mas também – e principalmente – outras empresas), a qual teria como resultado a realização de uma tendência do capitalismo: a explosão de uma crise de superprodução e supercapacidade, que, por sua vez, levaria à diminuição da taxa de lucro e, conseqüentemente, dos investimentos, que são feitos visando a possibilidade de auferir retornos.

Importante destacar que o autor confere especial importância para os investimentos exatamente por considerar que um crescimento sustentado apresenta altos índices deles, que são responsáveis pela criação de postos de trabalho, aumentos salariais, maior contratação, enfim, por serem os dinamizadores de uma economia capitalista. Assim, o mercado consumidor mais relevante para o crescimento sustentado do próprio setor manufatureiro, o único capaz de dinamizar a economia do país como um todo, seria o de bens de capital ou de produção, tornando o “consumo produtivo” dos capitalistas muito mais relevante que o “improdutivo” dos trabalhadores. Dessa forma, a tentativa de superar a crise por meio do aumento do consumo privado estaria fadada ao fracasso, visto que o investimento em/consumo de bens de capital é mais relevante, com o perdão da redundância, para o capital do que os consumidores individuais (BRENNER, 2006).

Diferentemente da análise econômica ortodoxa, Brenner (2006) aponta a falta de apreensão dessa tendência como uma das contradições do keynesianismo, visto que tais abordagens conferem ao mercado uma espécie de racionalidade alocativa, característica que seria responsável por fazer com que empresas menos eficientes, ao entrarem em competição com mais eficientes e lucrativas, resultantes da aderência às inovações disruptivas, deixem o setor ou invistam em novas linhas, mas não disputem de todas as formas a permanência e manutenção de suas posições e do capital já investido. Segundo Brenner (2006), como os investimentos já foram feitos e aquele estoque de capital está empatado e pode já ter inclusive sido totalmente pago, de modo geral, é preferível, do ponto de vista do capitalista em concorrência, diminuir sua taxa de lucro a realocar seu capital para outras linhas de produção, tal qual preconizado pela racionalidade conferida ao mercado pela economia ortodoxa. Dessa forma, a disputa pelo consumidor se daria por meio da redução do preço relativo no mercado internacional – preço esse que poderia ser diminuído pela entrante, devido aos custos mais baixos e a possibilidade de ainda assim garantir uma taxa de lucro, mas também pela incumbente, visto que, como aquele estoque de capital já teria sido pago, seria vantajoso garantir lucros, mesmo

que reduzidos em comparação com o momento anterior, a realizar uma nova leva de investimentos e/ou mudar de linha produtiva, o que requereria, por sua vez, custos extras ou problemas decorrentes da busca por novos fornecedores, contatos etc.

Assim, de acordo com Brenner (2006), a tendência inerente ao capitalismo seria a queda geral da taxa de lucro e de lucratividade, resultados da crise de supercapacidade e superprodução, que levariam, por sua vez, à diminuição dos investimentos em novas plantas e máquinas e, portanto, freariam o ciclo expansivo capitalista. Esse processo pode ser visto mais facilmente no setor que está mais diretamente em concorrência no mercado internacional: o manufatureiro. Por isso, mas não só, o foco do autor na manufatura. A solução propriamente capitalista para esse problema seria a queima de capital (*shakeout*) pela quebra ou descontinuação das empresas menos produtivas. Com essa solução é drástica e tem diversas implicações (por exemplo, demissões, no caso dos trabalhadores, e menor arrecadação, no caso do Estado), ela seria recorrentemente evitada inclusive por meio de políticas estatais, sejam elas de, entre outras, indução de demanda, concessão de subsídios ou cortes de impostos²³.

Por isso, o período do longo *boom* do pós-guerra é caracterizado por Brenner (2006) como um momento no qual houve um crescimento sustentado da produção e do mercado consumidor mundial, garantindo assim cerca de 20 anos de estabilidade e altas taxas de lucro e investimento principalmente no centro do capitalismo, dinamizadas pela simbiose entre a demanda gigantesca do mercado consumidor dos Estados Unidos e a orientação para o mercado externo que configurou toda a reconstrução e consolidação de economias como as da Alemanha e do Japão²⁴, órfãs de um mercado interno forte ou grande o suficiente para a oferta disponível. A partir do momento no qual irrompe a crise de superprodução e até os dias de hoje, as tentativas de estabelecimento de um novo ciclo expansivo de longa duração não tiveram sucesso e, por isso, estaríamos vivendo uma longa estagnação, resultante dessas crises de superprodução e supercapacidade ainda não resolvidas.

O que aparece depois como a ascensão e inundação de bens produzidos no leste asiático (primeiro com os vindos dos chamados “Tigres” - Coreia do Sul, Hong

²³ Arrighi (2007), de maneira pertinente, questiona Brenner acerca da existência histórica de momentos nos quais a solução capitalista de fato veio à tona. Para ele, o único caso de uma quebra generalizada da magnitude descrita por Brenner (2006) teria sido a da crise de 1929.

²⁴ Esse gargalo terá novos desenvolvimentos depois com a entrada de novos concorrentes não só do leste asiático, mas também, em menor medida, de países como o Brasil e o México.

Kong, Singapura e Taiwan - e depois também da China) é, na verdade, o movimento de entrada e consolidação de novos países no mercado mundial de bens manufaturados, com condições de produção e níveis salariais mais baixos que os dos países centrais e, portanto, aptos a vender com preços menores. Como ele já passava por uma crise de superprodução e supercapacidade, a disputa será cada vez mais para manter a própria posição e conquistar a de concorrentes. A concorrência, por sua vez, agrava a crise, rebaixa ainda mais as taxas de lucros gerais e assim sucessivamente, num ciclo até agora sem fim de cada vez mais curtos períodos de crescimento, seguidos de um maior de estagnação. Uma situação que ainda foi resolvida, apesar das tentativas feitas pelos Estados Unidos para dinamizar a própria economia e, com isso, puxar o crescimento do resto do mundo, como havia sido no pós-guerra, tanto por meio do que Brenner chama de “keynesianismo militar” (demanda interna inflada pelos investimentos militares) ou do “keynesianismo de ações” / “efeito riqueza” (uma inflagem da oferta de dinheiro, que passa, grosso modo, pelo aumento artificial do valor de ações e empresas, assim como do mercado imobiliário, visando, como consequência, aumentar a capacidade de gasto das famílias mais ricas e/ou do endividamento privado como válvula para superação da estagnação).

O segundo livro do autor (2003) é quase um trabalho empírico de análise do papel dos Estados Unidos e das tentativas do governo daquele país de capitanear uma retomada global.²⁵ Com menos foco na Alemanha e no Japão – e menos ainda nos demais países – Brenner refaz os passos da configuração da longa estagnação e dos esforços de superação da crise, os quais levarão principalmente o *Federal Reserve* (Banco Central dos EUA) a adotar, como tentativa de fundamentar uma nova rodada de expansão e acumulação, políticas de aumento do que podemos chamar de capital fictício (mercado financeiro e de ações, no geral), levando à formação de bolhas e resultados pouco produtivos, no duplo sentido do termo (tanto de produção econômica como de efetividade), de superação da crise de maneira sólida. O fato de analisar quase exclusivamente configurações locais e dar mais destaque ao setor manufatureiro e aos Estados Unidos, principalmente, à Alemanha

²⁵ Há um bom resumo das tentativas de superação do gargalo de décadas por parte do governo dos Estados Unidos traduzido como *A caminho do abismo: a crise na economia dos EUA* (http://resistir.info/eua/brenner_port.html), a partir de um texto publicado em primeira mão, se não estivermos enganados, na *London Review of Books* (<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v25/n03/robert-brenner/towards-the-precipice>).

e ao Japão é uma das principais críticas de Arrighi (2007) e também de Araújo (2016), que entendem haver lacunas somente preenchíveis com uma abordagem mais global e com a inclusão de outras determinações sistêmicas. Para citar um exemplo sólido do livro que Arrighi escreveu com Beverly Silver (1999), as lutas de libertação do sul global e a ascensão de pautas de gênero e raça se dão em um mesmo momento no qual Brenner destaca a diminuição da mobilização da classe trabalhadora nos Estados Unidos²⁶, ou seja, quando se viu a diminuição da luta sindical-trabalhadora nos EUA, como Brenner (2006) argumenta, os conflitos capital-trabalho irrompiam de maneira diferente dos tradicionais (greves, paralisações no chão da fábrica) ao redor do mundo²⁷.

Recapitulando para dar sequência, a tese desenvolvida nas pesquisas de Brenner, a partir da unidade de análise que prima pelas relações de propriedade em economias regionais ou nacionais, é a de que há uma tendência inerente ao desenvolvimento desigual capitalista de explodirem crises de superprodução e de supercapacidade, que resultam, por sua vez, na queda da taxa de lucro do setor manufatureiro, o qual está em concorrência direta no mercado mundial, diferentemente, por exemplo, do de serviços. Essa crise leva à diminuição dos níveis de investimento, do consumo produtivo, cujo resultado é um freio na expansão econômica. Essas crises e suas consequências se devem às empresas menos lucrativas permanecerem nas linhas produtivas, por meio da diminuição dos preços de seus produtos e de suas taxas de lucro, mesmo com a entrada de concorrentes mais lucrativos e eficientes. Essa crise atual estaria se arrastando desde o final dos anos 1960 e início dos 1970, ou seja, assim como a crise de hegemonia apresentada por Arrighi, por cerca de cinco décadas, tendo alguns anos de crescimento e muitos de estagnação, daí a longa estagnação. Iremos expandir melhor o argumento e acrescentar outras questões a seguir.

²⁶ Alemanha e Japão têm uma situação diferente por terem sido reconstruídos à mão de ferro depois das, também deletérias para a esquerda e os trabalhadores em geral, destruições nazifascistas.

²⁷ Para além do livro específico de Beverly Silver (2005) sobre as mudanças nos mundos do trabalho, poderíamos ainda problematizar o argumento de Brenner apresentando o caso do Brasil, país que, nos entre os anos 1970 e 1980, viu a mobilização sindical-trabalhista como ponto determinante no caminho para a redemocratização, levando, inclusive, à fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Um interessante relato que permitiria abordar, fugindo dos objetivos desse trabalho, esse descompasso do Brasil em relação ao centro do capitalismo está nos artigos de Perry Anderson sobre o país, recentemente editados no livro *Brasil à parte* (2020).

2.1.3 A FALTA DE UM CONCEITO DE CAPITAL

Como dissemos anteriormente, Araújo (2016) desenvolveu um trabalho de fôlego sobre os debates envolvendo Robert Brenner, Giovanni Arrighi e, em menor medida, David Harvey. Na dissertação, o autor menciona um artigo de 2008 de Moishe Postone como exceção a outros trabalhos que, no geral, abordam questões pelo prisma de um ou do outro, mas não de maneira combinada. Apesar da referência anedótica, fato que se repete em uma nota de rodapé sobre o conceito de crise desenvolvido por Jorge Grespan (2012), ao qual posteriormente retornaremos, o autor não gasta outra linha sequer com o conteúdo do artigo, no qual, vale dizer, Postone critica não só Brenner e Arrighi como também Harvey. É claro que as críticas aos autores poderiam não estar no escopo do trabalho de Araújo (2016), mas, para nossos objetivos, elas são fundamentais.

Avaliando os trabalhos dos três, o canadense inicia suas considerações apontando para o fato de que uma teoria crítica do capitalismo deve ser capaz de lidar com dimensões econômicas, claro, mas também sociais, políticas e culturais. Por isso, ele avalia o trabalho de Brenner como iluminador com relação aos fundamentos econômicos da crise de superprodução e da longa estagnação que assola o sistema há décadas, mas diz que ele é frágil com relação a outras dimensões e, por isso, apresenta uma compreensão limitada do capitalismo, afinal, “mudanças na cultura e na subjetividade parecem ser externas a sua perspectiva” (POSTONE, 2008, p. 84). O autor segue e diz que isso se deve a uma compreensão básica do que é o capitalismo e de um enfoque em categorias que descrevem apenas a superfície econômica (lucro, capital fixo etc.) e não “apreendem de forma adequada a natureza fundamental e a dinâmica histórica do capitalismo enquanto uma forma de vida social historicamente específica.” (Ibidem). Apesar de classificá-las como superficiais, ele argumenta que elas não são ilusórias, mas também não apreendem o capitalismo tal qual categorias profundas (mercadoria, capital, valor etc.). Essas categorias, argumenta Postone (2008), são vistas como econômicas, quando deveriam, de fato, ser entendidas como adequadas para apreender a dinâmica histórica geral do próprio capitalismo enquanto sistema que, por ser histórico, é também possivelmente transitório.

Se o capitalismo é um sistema histórico, como defende Postone (2008), é preciso que nos voltemos para sua dimensão temporal. Por isso, ele segue com a

discussão abordando o livro de Giovanni Arrighi sobre o século XX (2009), o qual é caracterizado como elegante e esclarecedor, mas com muitos problemas, principalmente relativos à base teórica braudeliana-polanyiana na qual o historiador se assenta. Postone critica o fato de Arrighi basicamente caracterizar o capitalismo como um sistema interestatal liderado por um *hegemon* e de, ao descrever padrões dos ciclos sistêmicos, não aprofundar questões relativas às mudanças sociais, às diferenças entre eles e, principalmente, à especificidade do capitalismo. Isso seria fruto da base teórica que mencionamos acima, da qual Arrighi retira de Braudel uma suposta contraposição entre uma economia de mercado pré-capitalista e o capitalismo, caracterizado, como dissemos no início do capítulo, pela junção entre Estado e capital²⁸, e de Polanyi a problemática caracterização de terra, trabalho e dinheiro como mercadorias fictícias, o que obscureceria a mercadoria como uma forma de relação social, tal qual na análise marxiana (POSTONE, 2008).

Como alternativas mais adequadas para análise do modo de produção, o autor defende, apesar das diferenças, as elaborações de Marx e Weber acerca do capitalismo como um sistema específico, definido por eles pela propensão contínua e *ad infinitum* à acumulação e que não pode, portanto, ser comparado à dinâmicas de tempos pré-capitalistas, mesmo que formas paralelas ao comércio, ao dinheiro e ao mercado possam ter existido em tais sociedades. Criticando essas noções que definem padrões quase que universais de formas de organização social, Postone (2008, p. 89) destaca o estatuto fundamental que Marx atribui à dinâmica histórica do capitalismo e como “[ele] requer contínuas transformações da vida social, que são conduzidas, por sua vez, pelo núcleo essencial do capitalismo, um núcleo que é tanto imutável quanto, ainda, produtor de mudanças.” A categoria de capital desenvolvida por Marx seria, então, a adequada para buscar apreender esse núcleo e sua dinâmica própria. Percebemos, assim, como, por meios e motivos diferentes, Postone (2008) defende que falta um conceito acurado de capital tanto em Arrighi como em Brenner, limitando, dessa forma, as análises realizadas por eles. Isso fica evidente, segundo o autor, quando os dois recorrem à tendência à queda da taxa de

²⁸ É verdade que, de sua própria maneira, Polanyi (2021) desenvolve o conceito de “incrustação” (*embeddedness*), traduzido na referida edição como “enraizamento”, termo que facilita na pronúncia, mas perde em precisão, para argumentar que Estado e mercado são dois lados de um mesmo sistema e que eles se constituem mutuamente no processo cunhado por ele como um “duplo movimento”, a saber o de desregulação por parte do mercado e de proteção por parte do Estado. Estamos, de certa forma, de acordo com essa noção, mas deixaremos para abordá-la de maneira mais detida no capítulo relativo ao Estado, o terceiro deste trabalho.

lucro, resultante da concorrência, para explicar a crise iniciada nos anos 1970 e que se arrasta até hoje.

Novamente, Postone (2008) destaca como essa é uma manifestação superficial de uma tendência mais profunda do capital: a do crescimento da composição orgânica do capital – razão entre capital constante (máquinas, matérias-primas) e capital variável (trabalho assalariado). Dessa forma, a teoria do valor seria fundamental para entender essa propensão do capital a, no decorrer do processo de produção, não se manter sempre igual, mas aumentar sua composição orgânica. Isso se dá porque o trabalho morto, ao ser inserido no processo produtivo, por meio da subsunção de novo trabalho vivo, assume a forma de capital (valor que se autovaloriza). Como o capital constante não cria valor, sendo esta uma exclusividade do consumo produtivo da mercadoria força de trabalho, ele apenas o transfere para a mercadoria. Assim, a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital indica que as mudanças no processo produtivo são no sentido de aumentar a parte constante e diminuir, proporcionalmente, a variável, produzindo cada vez mais mercadorias com menos trabalho vivo empregado diretamente. Algo que já mencionamos anteriormente.

Por causa da tendência ao crescimento da composição orgânica do capital, Postone (2008) aponta para a contradição entre o aumento da produção de valores de uso ao mesmo tempo em que diminui a produção de valor, elemento estrutural do capitalismo. Essa mudança na composição orgânica do capital, por sua vez, “é importante em primeiro lugar porque, abaixo do nível superficial dos preços e dos lucros, expressa a transformação do trabalho e da produção que eventualmente aponta para a possibilidade de uma sociedade pós-capitalista.” (POSTONE, 2008, p. 89). Aqui é novamente reforçado o caráter historicamente determinado do capitalismo, um sistema que, no decorrer do processo histórico, aumenta a discrepância entre o que a vida social poderia ser e o que ela, no capitalismo, é. Assim, a tendência da queda da taxa de lucro é, também, uma expressão superficial das transformações que estão sendo gestadas na base do sistema, que é organizado ao redor do trabalho abstrato como medida interna do valor - já que a externa é o dinheiro (ELSON, 2015). Sem entender isso, a análise de Brenner se reduziria a uma teorização econômica das crises, enquanto a de Arrighi, por equiparar a tese de Marx à de Smith, deixaria de apreender a dinâmica própria ao capitalismo (POSTONE, 2008).

David Harvey (2000), por sua vez, segundo o autor do artigo ao qual estamos nos referindo neste momento, apresenta um conceito de capital, mesmo que “limitado”. Para Postone (2008), a abordagem do geógrafo britânico, ao enfatizar, como Arrighi, a predominância das finanças no capitalismo a partir dos anos 1970, parte das demandas de valorização mediando a produção – daí o uso do termo “acumulação flexível” – e não propriamente dos processos de trabalhos – para essa abordagem, “especialização flexível” seria um termo mais adequado. Assim, Harvey leva em consideração as mudanças culturais como quase que reativas às novas configurações do capitalismo, ou seja, em um regime de acumulação pós-fordista, para falar em termos regulacionistas, no qual predomina a dominação financeira e a acumulação flexível, a correspondente cultura e organização social e da vida seria a de tipo pós-moderna. Essa noção de cultura, como aponta Postone (2008, p. 93), é “essencialmente vazia”.

O autor destaca, entretanto, que Harvey leva em consideração vários dos aspectos que Arrighi e Brenner deixam de lado, mas ainda não apresenta um conceito mais bem definido de capital. Por isso, ele admite o foco dado pelo autor à dinâmica histórica e às mudanças na configuração do capitalismo, mas aponta que elas precisam ser observadas tanto como produto intrínseco do capital como modo de dominação social como também apontando para além de si mesmas, ou seja, para a possível superação do modo de produção capitalista. Assim, Harvey, por se ater ao caráter propenso à sobreacumulação e, portanto, à crise do capital, analisa a transição do fordismo ao pós-fordismo e vê nas mudanças da vida social e da percepção de espaço-tempo (compressão espaço-temporal) uma forma de reação àquelas. Esse foco seria equivocadamente tido com extrínseco e não intrínseco à própria dinâmica do capital. Uma abordagem tal qual apresenta Postone (2008) não as veria apenas como reação, mas também como possível expressão, ainda que mal apreendida, da forma como a vida social poderia tomar não fosse o capital.

Dessa forma, a dinâmica histórica própria ao capitalismo produziria uma cada vez maior discrepância entre o modo como a vida social se organiza e o modo como ela poderia se organizar, não fosse o capital. Assim, o capitalismo não seria um modo de produção organizado em ciclos coerentes e com um padrão, tendo a crise como mediação entre os momentos, mas um sistema que, em seu desenvolvimento histórico, progressivamente aumenta a discrepância entre a riqueza socialmente produzida e as condições de vida da classe produtora dela (a trabalhadora), ou seja,

a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, tal qual exposto no conhecido prefácio de 1859 à *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 2008) e na lei geral da acumulação capitalistas (Idem, 2017), como mencionamos anteriormente (BASTOS, 2021).

Considerando as críticas de Postone e acrescentando questões que pensamos ter sido pouco abordadas por Araújo (2016), podemos tirar alguns encaminhamentos para as análises a serem desenvolvidas. Com relação à Arrighi, a despeito das críticas, com as quais concordamos, feitas por Postone acerca das bases teóricas que ele carrega e DE sua muito estanque correlação entre crises e ascensão e queda de potências hegemônicas, é possível levar a construção de hegemonias cada vez mais amplas e complexas como ponto a ser considerado na análise das disputas geopolíticas. Isso é importante porque aponta para o fato de que uma possível superação da hegemonia dos Estados Unidos, se de acordo com o padrão das anteriores, só seria possível com a formação de uma potência de tal quilate que somente a China parece capaz de atingir e com a mediação de algum tipo de conflito militar ou crise de maior intensidade²⁹.

Posto isso, é importante reforçar que essa afirmação não quer dizer que a China tenha interesse, que ela precise ter essa vontade ou que ela irá suplantar os EUA como *hegemon*. Tampouco quer apontar essa superação como uma necessidade absoluta de algum tipo de dinâmica histórica que se desenvolve de potência hegemônica em potência hegemônica, mas, na verdade, adequadamente colocar na mesa essa hipótese, a qual, por sua vez, aponta para uma abertura de perspectiva que leve em conta a existência desse processo como pano de fundo para análises a serem desenvolvidas na sequência deste e de outros trabalhos. Aponta também para o reconhecimento de que, apesar da crise de hegemonia dos EUA, segundo Arrighi, vir se arrastando há quase cinquenta anos, ainda não há uma alternativa que indique de maneira sólida algumas questões como: a saída de cena dos EUA; o aceite de tal ostracismo por parte do governo do país; alguma insatisfação das chamadas elites mundiais³⁰ com a hegemonia estadunidense; ou a

²⁹ A pandemia da Covid-19, por exemplo, se bem analisada e inserida nessa perspectiva, pode aparecer como catalisadora tanto de uma reação ainda mais forte anti-China ao redor do mundo quanto de uma melhora na imagem chinesa por causa de seu papel altivo, especialmente (mas não só) em contraposição aos EUA de Trump e Biden, na distribuição de vacinas, máscaras, respiradores etc. e na própria assunção de um papel de liderança no trato dessa e das futuras, como parece inevitável, pandemias.

³⁰ Essa ideia acerca da concordância das elites com a hegemonia mundial dos Estados Unidos veio

afirmação da China como capaz de guiar o sistema-mundo interestatal. De fato, no quesito industrial (a oficina do mundo), em dados econômicos³¹ e até mesmo em investimento em pesquisa, desenvolvimento de novas tecnologias, patentes etc., a China aparenta não só ser capaz de se apresentar como alternativa aos Estados Unidos, mas ter um plano em curso, o *Made In China 2025*³², para superar a dependência tecnológica e econômica³³. Nas esferas cultural, militar e financeira o caminho parece ser ainda muito longo, visto o peso do inglês como língua franca e da indústria cultural estadunidense, bem como do tamanho de seu orçamento bélico, da proliferação de bases ao redor do globo e da predominância do dólar como moeda comum³⁴, garantida há tempos não mais por reservas metálicas, mas pela confiança conferida aos e pela coerção imposta pelos Estados Unidos.³⁵

Já de Brenner e de sua apreensão do que Postone chama de manifestações superficiais do capitalismo, é relevante levar em consideração a crise de superprodução e supercapacidade, bem como a baixa taxa de investimento e a longa estagnação que se arrasta há, também, cinquenta anos. Mais do que isso,

de uma resposta de Robert Brenner, em uma entrevista de 2009, ao *The Asia-Pacific Journal*, sobre a crise de hegemonia do país (<https://apjif.org/-Robert-Brenner/3043/article.html>).

³¹ Por exemplo, o PIB medido em Paridade do Poder de Compra (PPC) da China já é maior que o dos Estados Unidos. Essa informação foi retirada de um artigo de Eduardo da Motta e Albuquerque (2019), autor e trabalho que serão analisados na sequência do trabalho.

³² Em um artigo recente sobre a disputa do 5G, Evgeny Morozov faz uma interessante brincadeira ao exemplificar essa possível nova era como tentativa de alterar o “Projetado na Califórnia, montado na China” para “Projetado na China, montado no Vietnã” (<https://diplomatie.org.br/a-batalha-geopolitica-do-5g/>). Para ver uma abordagem a partir da EPC, ver o artigo escrito por Gina Mardones Loncomilla e por mim para a revista *EPTIC* (2021). Importante destacar que, quando da escrita dele, a abordagem teórica desta dissertação sobre a subsunção do trabalho intelectual e a informação ainda não estava totalmente fechada e o artigo se parece mais com o texto da qualificação do que com o da defesa.

³³ Vale mencionar que é inadequado simplesmente comparar a disputa EUA-China com a antiga EUA-URSS, visto que as relações econômicas entre ambos são imbricadas num ponto de quase impossível separação. Essas relações remontam, como já dissemos anteriormente, à busca por investimentos lucrativos para a liquidez acumulada nos países ocidentais nos anos 1970-1980. Por isso, inclusive, especialistas em relações internacionais, como Filipe Figueiredo e Matías Pinto, que produzem e apresentam o *podcast Xadrez Verbal* não utilizam algum termo do tipo “Nova Guerra Fria”.

³⁴ A notícia sobre a China ter lançado o yuan digital, a primeira moeda soberana de uma superpotência desse tipo, pode representar uma tentativa de propor uma alternativa à hegemonia do dólar no mercado internacional. Entretanto, ainda é muito cedo e seria pouco cuidadoso traçar cenários futuros para ela. A notícia foi veiculada em mais de um lugar, mas me refiro a veiculada, no dia 7 de abril de 2021, no site *Poder 360*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/futuro-indicativo/china-lanca-moeda-digital-e-ameaca-reinado-do-dolar-no-comercio-internacional/>.

³⁵ O professor José Luís Fiori, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é um dos principais pesquisadores sobre economia política internacional e tem uma abordagem bastante interessante e importante sobre a crise geopolítica atual e a possível mudança no sistema-mundo interestatal. Neste trabalho, não teremos como nos aprofundar em suas contribuições, mas deixamos referenciada uma entrevista concedida por ele à revista *Margem Esquerda* nº 37, cujo dossiê foi sobre a China (FIORI, 2021).

Brenner aponta para as inconsistências das teorias econômicas ortodoxas ou neoclássicas relativas à racionalidade do mercado na alocação de recursos e oferece uma explicação mais adequada para as raízes da crise, da financeirização e do papel da dívida na sustentação de breves recuperações econômicas seguidas de explosões de bolhas como a do “pontocom” e, mais recentemente, a imobiliária de 2007-2008. O argumento, fundamentado com uma miríade de dados e estatísticas, aponta para a até aqui incapacidade, ao menos em tempos ditos normais, de se fundamentar um ciclo expansivo e um novo processo de acumulação tal qual visto no pós-guerra, especialmente por causa da superprodução e supercapacidade no setor manufatureiro em escala global.

O foco nesse setor se deve ao fato dele ser o único capaz, de acordo com Brenner (2006), de fundamentar um crescimento sustentado da economia, com melhores salários, alta demanda por mão de obra e por peças e aumento de investimentos em bens de capital e novas tecnologias, os principais responsáveis, por sua vez, pelo crescimento da produtividade do trabalho – mais do que, por exemplo, a qualificação de mão de obra, apesar desta ser fundamental para, ao menos, operar máquinas cada vez mais complexas. A importância conferida ao setor de transformação se deve também por ele estar em competição no mercado global, diferentemente, para citar um exemplo, do setor de serviços, menos propenso a sofrer com a concorrência de outros países ou com a variação da taxa de câmbio, o que afeta aquele primeiro setor de maneira determinante, ainda de acordo com Brenner (2003), pois pode ser responsável por alterações expressivas no preço relativo das mercadorias que serão comercializadas no mercado mundial. Por isso, com a concorrência anárquica no setor, a tendência do mercado seria à superprodução e supercapacidade, com preços e lucratividade caindo e os investimentos estagnados – mesmo que o consumo ou o endividamento privado se mantenha constante ou cresça, ele é incapaz de puxar a saída da crise³⁶. A partir

³⁶ Fato que pode ser visto nas taxas de endividamento corporativa e familiar cada vez maiores, como as apresentadas por Brenner (2003), mas que não resultaram na saída da economia global da longa estagnação. Uma política do tipo “keynesianismo privado”, definida por Streeck (2012) como a responsável pela transferência do endividamento do setor público para o privado, foi levada a cabo pelo governo democrata de Bill Clinton (1993-2001) como alternativa para fundamentar o crescimento econômico. Essa alternativa, entretanto, voou pelos ares quando da quebra generalizada, especialmente no setor imobiliário, com a deflagração da crise de 2007-2008. Uma outra situação, mais atual e relacionada com a pandemia de Covid-19, momento no qual a expansão da dívida privada como propulsora do consumo é menos ainda uma alternativa viável, devido às limitações de gastos como os com cultura ou viagens, foi exposta por Brenner (2020), em artigo recente para a *New Left Review*. Nele, o autor cita o aumento de “pilhagem” propriamente dita, que passa pelo

desse argumento de Brenner, as tentativas de saída da crise foram balizadas por expansão do endividamento e do mercado de crédito e débito e um cada vez maior descompasso entre o valor produzido e o valor em circulação. Assim, sem a superação do fundamento da longa estagnação (supercapacidade e superprodução no setor manufatureiro) os momentos de estabilidade e crescimento têm sido cada vez mais escassos, ao menos nos países ocidentais, e as crises se tornaram mais recorrentes e fortes.

Tanto Brenner como Arrighi elaboram suas teses ao redor da perspectiva da crise, mais especificamente dos acontecimentos que levaram à permanência dela desde os anos 1970. Para Brenner (2003; 2006), o fundamento da crise é econômico. Já em Arrighi (2007; 2009), a crise atual não é só econômica, manifesta na sobreacumulação líquida de capital, mas também envolve a hegemonia dos Estados Unidos, do ocidente e, quem sabe, do capitalismo. Além disso, ambos os autores destacam as reações por parte dos Estados Unidos e de seu governo à crise, em especial desde a chegada de Ronald Reagan (1981-1989) à presidência e da consolidação do neoliberalismo como única alternativa³⁷. Assim, tendo por fundamento o debate Brenner-Arrighi, poderemos abordar a política neoliberal como uma espécie de contra-ataque radical não só contra a classe trabalhadora, mas também a qualquer projeto que ouse postular alguma forma de superação da dependência e do atraso, afirmando, em contraposição, a posição de liderança dos países centrais. Vale mencionar aqui que a China foi um dos únicos Estados-nação que se dispôs a desafiar o chamado Consenso de Washington, com a adoção de uma agenda que alguns cunharam de Consenso de Pequim, composta por reformas mais brandas e sem os choques característicos daquela, mas sem deixar de, por

Estado não mais imprimindo e injetando dinheiro na economia pelo caminho tradicional (no caso dos EUA, *Federal Reserve* – bancos – empresas), mas pulando os bancos, receosos de calote ou do não pagamento dos empréstimos feitos para empresas privadas, e assumindo os riscos de não ver esse dinheiro sendo pago de volta, ou seja, o dinheiro público está sendo transferido diretamente para bolsos privados, a fim de se tentar prevenir uma quebra generalizada de variadas empresas – inclusive gigantes como as do setor aéreo. Em meio à incapacidade do capital se sustentar, o Estado aparece como fundamental para a garantia dos lucros privados, ponto ao qual voltaremos mais adiante. Por outros caminhos e com outras referências, mas mencionando questões caras a este trabalho e ao momento pelo qual estamos passando (em resumo, capacidade reativa no ocidente travada pelas décadas de consenso neoliberal e ascensão do leste-asiático como alternativa), há também um artigo recente de Alfredo Saad-Filho (2020), no qual o autor aventa o impacto da Covid-19 resultar em um possível fim do neoliberalismo.

³⁷ A retórica de que “Não há alternativa” (em inglês, TINA - *There is no alternative*) é marcadamente conhecida por ter sido proferida e defendida por Margaret Thatcher (1979-1990), uma das principais responsáveis pelo processo de neoliberalização na Inglaterra e no mundo.

isso, ser também classificada, por autores dentre os quais o próprio Harvey, como uma espécie de “neoliberalismo chinês” (ARAÚJO, 2016).

A ascensão de Reagan e a implantação da “revolução monetarista”, uma “contrarrevolução”, para Arrighi, teriam, portanto, esse caráter de promoção de uma reorganização nas relações capital-trabalho, ao mesmo tempo em que consolidavam as posições dos países mais desenvolvidos e impunham barreiras aos incumbentes³⁸. Em suas análises, Arrighi destaca a elevação das taxas de juros e a consequente atração de liquidez para os Estados Unidos, devido, por exemplo, à solidez do dólar e à confiança no cumprimento dos contratos por parte do país. Essa mudança colocava, por tabela, os países do terceiro mundo na infeliz posição de ter que disputar posições no mercado financeiro mundial com a principal potência. Diferentemente das transições hegemônicas anteriores descritas por Arrighi, os EUA não veriam atônitos o processo de financeirização de sua economia e financiamento de um novo *hegemon*, mas atuariam para, por meio das políticas implementadas por Reagan, financiar seus déficits públicos cada vez maiores com o dinheiro superacumulado e disponível no mercado mundial – algo que não era ruim, cabe dizer, para outros países, visto que, devido ao tamanho da economia dos EUA, de longe o maior mercado consumidor de então e ainda bastante disparado, se a comparação for feita *per capita*, o país era o único capaz de puxar a demanda por produtos voltados para a exportação, foco de quase todos os outros.

Robert Brenner, por sua vez, também destaca a atuação de Reagan para desregular o mercado financeiro, bem como para cortar impostos corporativos e de setores mais abastados da sociedade, uma tentativa de, através do crescimento do endividamento e consequente gasto privado, aumentar os investimentos e fundamentar um novo período de expansão sustentada. Além disso, Reagan assume o governo com a promessa de sanear as contas públicas e de promover o ajuste fiscal macroeconômico, que poderia ter resultado, segundo

³⁸ Dentro de seu livro sobre o caráter empreendedor do Estado, Mariana Mazzucato (2014) destaca como a inovação, as patentes e os direitos de propriedade intelectual ganham maior atenção e importância justamente nesse período, inclusive com o governo Reagan tendo papel determinante na promoção de políticas e legislações adequadas para setores como o farmacêutico. Esse tipo de imposição de restrições mais rígidas para acesso, compartilhamento e cópia de medicamentos, princípios ativos etc. tem efeitos deletérios para a saúde a nível global, como os vistos hoje com a pandemia de Covid-19 e a distribuição desigual da capacidade de produção e da vacinação propriamente dita, bem como dos lucros auferidos delas. Um bom início para esse debate está no episódio do podcast *Chutando a Escada*, nome também referente à ação dos países mais desenvolvidos para impedir que fossem alcançados, sobre “Propriedade Intelectual e Vacinas, disponível em: <https://chutandoaescada.com.br/2021/04/02/chute-207-vacinas/>.

Brenner (2006), na anteriormente mencionada queima de capital, necessária para a recuperação do setor manufatureiro do país. Apesar da retórica de controle e ajuste das contas públicas, o governo Reagan vai, em pouco tempo, incorrer na mesma política keynesiana de indução da demanda por meio de déficits públicos, em especial por meio da junção entre corte de gastos sociais e expansão do gasto militar. Além da diminuição dos recursos para atender o público, os trabalhadores sofreriam ainda um ataque generalizado dos negócios à organização e às reivindicações da classe trabalhadora, visto que o presidente, além de efetuar cortes bruscos nos direitos sociais, foi o responsável por dar o sinal verde para o ataque dos capitalistas, com a demissão, em 1981, dos controladores de voo então em greve nos Estados Unidos. O resultado do neoliberalismo implementado por Reagan, portanto, foi, para os trabalhadores, diminuição nos gastos públicos (com exceção do militar), aumento do desemprego e diminuição dos salários, visando conter a inflação e recuperar a competitividade do setor manufatureiro do país (um choque do lado da oferta), e, para a elite corporativa e privada, cortes de impostos e desregulação do mercado financeiro, ou seja, um tipo de redistribuição de renda para cima na expectativa de que o endividamento privado e/ou aumento do consumo seriam suficientes para puxar a economia do buraco.

Com elaborações diferentes, muito devido à unidade de análise observada pelos autores, mas, para nós, complementares, tanto Brenner quanto Arrighi buscam apreender os fundamentos da crise e da reação neoliberal. A princípio, elas podem parecer antagônicas, isto é, ou de superacumulação e hegemonia ou de superprodução, supercapacidade e quedas das taxas de lucro e de investimento, mas, como Araújo (2016) bem lembrou, um conceito de crise tal qual elaborado por Jorge Grespan (2012) apontaria para ambas como expressões de um mesmo problema: a crise imanente ao capital. É para esse conceito que iremos nos voltar agora.

2.2 A CRISE COMO NECESSIDADE RELATIVA DO CAPITAL

Na obra *O Negativo do Capital* (2012), publicada a partir da tese de doutorado defendida, em 1994, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Jorge Grespan elabora o argumento central ao redor da ideia de que há, sim, um conceito de crise na obra de Marx, diferentemente de leituras que veem no termo

uma expressão correspondente genérica das noções de desagregação e/ou decadência em qualquer esfera na sociedade. Já na introdução, o professor justifica a exegese dos textos marxianos por considerar que o uso generalizado do termo o teria banalizado ou tornado impreciso seu significado. Portanto, seria necessário analisar a definição marxiana de crise como não apenas “uma negatividade em geral”, mas uma “negatividade imanente do capital” (GRESPLAN, 2012, p. 23), ou seja, que lhe é constitutiva e própria a sua dinâmica contraditória, sendo o elo que, quando de sua irrupção, explicita a relação entre as partes “autônomas” do ciclo do capital.

Para se contrapor as leituras que não encontram um conceito de crise bem definido em Marx, o autor argumenta, seguindo a linha desenvolvida por Rosdolsky em *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx* (2001), que, no projeto inicial do filósofo alemão, o conceito de crise seria apresentado, no final do terceiro livro, como uma síntese junto ao desenvolvimento do mercado mundial. O fato do projeto marxiano não ter caminhado tal qual pensado inicialmente, porém, segundo Grespan (2012), não significa que o autor tenha sido negligente, nem que seria impossível determinar um conteúdo para o conceito crise ou tampouco que ela seria apenas secundária, mas que teria se dispersado e fragmentado ao longo das três obras publicadas sobre o capital. Essa dispersão e fragmentação requereriam, portanto, uma análise de seu desenvolvimento desde sua forma mais simples, apresentada no início do livro I, até sua forma mais complexa e desenvolvida, associada ao mercado mundial, no final do livro III.

Deve se ter em mente que a *crise* a ser considerada na culminação da obra está associada ao estudo do mercado mundial, ou seja, que se trataria aí das crises enquanto fenômeno de abrangência universal, alastrando-se por toda a economia mundial exatamente na medida em que o próprio capital já também o tivesse feito. A crise do mercado mundial é o correspondente negativo do capital neste ponto último de sua expansão e o conceito de *crise* respectivamente é o mais complexo e abrangente. (GRESPLAN, 2012, p. 28, destaques do autor).

Assim, Grespan (2012) argumenta que a crise é uma possibilidade formal exposta por Marx desde o capítulo I de *O Capital* (2017), no qual o filósofo alemão apresenta o par antitético valor de uso e valor, que são criados na esfera da produção, se autonomizam na da circulação e podem (ou não) se reencontrar mediados pela terceira mercadoria: o dinheiro. Assim, no mercado, o desencontro

entre o valor na forma dinheiro e o valor de uso seria uma possibilidade formal de crise desde o início da obra de Marx. Há um caminho, entretanto, entre a possibilidade de crise e sua efetividade; caminho este que Grespan (2012) trilha através do conceito de necessidade. Segundo o autor, necessidade é o conceito que medeia a relação entre possibilidade e efetividade, visto que, quando irrompe uma crise, ela irrompe não como possibilidade, mas como necessidade, a qual exclui, naquele momento de sua realização, a possibilidade de que não tivesse ocorrido.

Há ainda mais uma questão a ser levada em conta que é a modalidade dessa crise. Se ela fosse a única necessidade do capital, absoluta, portanto, o capital seria um sistema que se desenvolveria como uma sucessão ininterrupta de crises. Isso não é verdade, e é por não ser verdade que Grespan (2012) movimenta o aparato teórico hegeliano para definir a crise como uma “necessidade relativa”: uma necessidade, sim, mas que teria esse estatuto modal por estar em relação com outros fatores, dos quais dependeria para efetuar a passagem de potência a ato, ou seja, ela só é necessidade por meio da relação com os outros fatores. O autor, portanto, não segue a linha que vê no capital um sistema de que se desenvolve de crise em crise, mas tampouco aceita o argumento econômico ortodoxo de que o capital seria um modo de produção baseado na alocação racional de recursos e na coordenação social através do sistema de preços, o que garantiria sua estabilidade e progressivo desenvolvido de ciclos em ciclos de crescimento, com breves interrupções (crise) para reorganizar a produção e voltar aos eixos. O argumento desenvolvido por Grespan é que tanto um como o outro são verdades ou, melhor, são necessidades do capital. Como uma das necessidades não se absolutiza e subsume a outra (não temos nem períodos de crise sem saída e nem períodos de expansão irrestrita), elas são necessidades não absolutas, mas relativas uma para com a outra.

O método dialético, fruto também da afirmação da herança hegeliana não escanteada totalmente por Marx, aplicado por Grespan para analisar a obra marxiana permite ao autor expor o argumento e desenvolvê-lo de maneira a não cair em determinismos tais quais os citados acima (expansão ou crise como faces únicas do capital). Já que, para o autor, a crise está presente na crítica da economia política do início ao fim, “a teoria do valor, portanto, se configura como a forma de apreensão adequada a um sistema contraditório e, simultaneamente, como a forma pela qual

sua análise e apresentação expõem a contradição e seu modo de atuar, associando-se necessariamente à crítica” (GRESPLAN, 2012, p. 24).

Dessa forma, com o conceito de crise definido como uma necessidade relativa do capital, é preciso, segundo o próprio autor, reconhecer os limites da apresentação dialética e incorporar pressupostos históricos para a apreensão do momento no qual a necessidade relativa passa de potência a ato e irrompe uma crise, sempre tendo em mente que, como destaca Grespan (2012, p. 223), no final do último capítulo textual do livro:

Uma crise pode cumprir a função saneadora de restabelecer as condições para a retomada da acumulação, ou também, até mesmo cumprindo tal função, pode extrapolar este papel positivo e criar condições piores que as anteriores. O que se configura, desta maneira, é uma certa indeterminação quanto à forma geral do movimento que o capital assume necessariamente, embora também necessariamente ele deva sempre se pôr em algum tipo de movimento.

Feitas essas observações, às quais voltaremos ao longo de toda a dissertação, e tendo os cuidados necessários para evitar o determinismo raso, podemos começar a incorporar determinações históricas, as quais requerem rigor conceitual e analítico, principalmente considerando que iremos analisar as crises recentes e a atual. Esse ponto, inclusive, foi abordado pelo próprio Grespan (2020) acerca da crise de 2007-08, em artigo recente publicado na revista de história da Universidade de São Paulo (USP), na qual leciona. Nesse trabalho, ele retoma perspectivas historiográficas dos séculos XIX e XX e a conceitualização da crise. Na sequência, reforça a riqueza conceitual desenvolvida em sua tese, para criticar abordagens como as do sistema-mundo de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel, visto que, a despeito de serem engenhosas, elas aproximariam condições históricas muito diferentes e sistematizariam, na forma da manifestação financeira, fenômenos econômicos complexos. Outras perspectivas, como a de François Chesnais, com foco excessivo na autonomização do setor financeiro, e a de Wolfgang Streeck (2016), para quem o capitalismo seria um sistema improvável, tratariam de uma quase supressão da expansão em favor da crise. Por isso, Grespan (2020) termina o artigo argumentando que a grande lição da atual crise é uma nova concepção das temporalidades sociais.

Uma nova concepção das temporalidades sociais, que se combinam, repelem e redefinem de modo constante deve ser a grande lição da crise atual. Em vez dos vínculos estritos que unem as esferas sociais como totalidades nos moldes propostos por alguns autores; e em vez da ampla autonomia de cada uma dessas esferas como propõem outros, agora se trata de pensar as crises, as transições e o próprio tempo como produto de interconexões abertas, mas, nem por isso, frouxas. (GRESPLAN, 2020, p. 24-25).

Dito tudo isso, a pergunta que volta à tona é: quais seriam então os fundamentos da crise estrutural que permeia o capitalismo desde os anos 1970? Arrighi, por meio de sua unidade de análise, aponta para a superacumulação, financeirização e crise de hegemonia dos EUA. Brenner, através da sua, destaca a queda da taxa de lucro e da lucratividade do setor manufatureiro resultante da superprodução e supercapacidade ainda não resolvida. Se, como afirma Araújo (2016), ambas são faces da crise do capital – crise essa que Gresplan conceitualiza como uma necessidade relativa –, qual seria seunexo interno? Como apresentamos no início deste trabalho, uma possibilidade para tal apreensão foi levantada pelo alemão Robert Kurz, em um artigo publicado em 1986 sobre a crise do valor de troca (2018). Naquele artigo, Kurz destaca a Revolução da Microeletrônica, ocorrida no referido processo histórico, como expressão do limite lógico da reprodução do capital, devido ao fato de ter sido um ponto de inflexão a partir do qual não seria possível repor trabalho na mesma proporção em que ele era expulso, ou seja, pela combinação possibilitada por ela de amálgama entre ciências naturais aplicadas (maquinaria em geral) e ciências do trabalho (organização e administração da produção), estava colocada em perspectiva a possibilidade da automação total da produção imediata e o capital não conseguiria mais incorporar trabalho na proporção em que expelle, o que, no capitalismo, só pode representar uma crise estrutural.

Se Kurz tem razão – e achamos que o fundamento da crise estrutural que vivemos desde aquela década está correto –, é preciso compreender o desenvolvimento capitalista que levou à microeletrônica e, mais ainda, entender qual seria esse limite lógico ao qual o autor se refere. Gresplan (2012), recuperando um trecho dos *Grundrisse*, também menciona que, apesar do capital se desenvolver em ciclos, colocando sempre seu limite momentâneo como barreira a ser ultrapassada no próximo momento, haveria, em Marx, um limite interno que não poderia, como tal, ser repostado como barreira a ser superada. O autor afirma que esse momento seria atingido quando “a capitalização *desmedida* falha eventualmente em estabelecer a

medida para o novo capital” (GRESPLAN, 2012, p. 121, destaques do autor). Isso se deve ao fato de que, em seu ciclo expansivo, através da subsunção de novo trabalho vivo, o capital busca tanto se conservar como se autovalorizar. A desmedida se expressaria no momento em que haveria sobreprodução, mas não uma qualquer: sobreprodução de meios de produção, os quais, por estarem em excesso, não conseguiriam todos se autovalorizar em um novo ciclo de acumulação, ou seja, funcionar como capital. Assim, a crise é, ao mesmo tempo, não só desse tipo, mas também de superacumulação, visto que esse capital não inserido em um novo ciclo é valor excedente acumulado sem “uso produtivo”. Como diz Marx no livro III: “(...) a superprodução de capital, e não de mercadorias individuais – apesar de a superprodução de capital implicar a superprodução de mercadorias –, não significa outra coisa senão superacumulação de capital.” (MARX, 2017b, p. 290 apud GRESPLAN, 2012, p. 200).

Assim, resolvida a aparente dicotomia entre a crise apresentada por Arrighi³⁹ e a por Brenner, podemos recuperar uma questão levantada por Postone: a cada vez maior discrepância entre a produção de valores de uso e a de valor, devido ao aumento da composição orgânica do capital. Os desenvolvimentos do modo de produção capitalista poderiam representar a superação do trabalho enquanto forma de dominação, exploração e relação social alienada⁴⁰, mas, se não o faz, é porque entra em choque com as relações de produção. Esse acreditamos ser um ponto a ser considerado sempre nos debates a respeito do desenvolvimento tecnológico, visto que implica em não cair num determinismo que aponte para as tecnologias como responsáveis pela piora das condições de vida. Se a organização social não apresenta melhora (ou apresenta piora), ela o faz pela referida contradição, não podendo ser resolvida senão por meio de uma ruptura com o posto e a construção de outra forma de organização social.

³⁹ Poderia ser argumentado que Arrighi fala em superacumulação na forma de liquidez (dinheiro), como nós mesmos expusemos no início do capítulo, e não como meios de produção. É verdade, mas não se pode esquecer que o dinheiro, para Marx, é uma das formas do valor, o que implica, portanto, que ele pode também funcionar como capital. Claro, nos ciclos passados, ainda sem ter sido atingido o limite lógico interno, o processo não transcorreu da mesma maneira, mas essa própria diferença é um ponto de fragilidade na comparação feita por Arrighi entre os ciclos sistêmicos de acumulação e a transição entre eles, como já destacamos anteriormente a partir do artigo de Gresplan.

⁴⁰ Se a superação visada fosse, tal qual exposta inicialmente por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004), a de alienação entre trabalho e propriedade privada, a resolução estaria posta desde o início pelo autor. Devo essa observação a uma aula de Raquel de Azevedo, que está disponível no: https://www.youtube.com/watch?v=WeWFS43D_Tg.

Dessa forma, a despeito das possibilidades abertas pelo próprio processo histórico de desenvolvimento capitalista, que, se tem de fato um limite interno (lógico não histórico), tal qual apontado por Marx e reforçado por Kurz e Grespan, não necessariamente tem sua superação como resultado imediato da chegada a ele. Muito pelo contrário. As crises abertas na década de 1970 desembocaram na ascensão do neoliberalismo, na estrondosa reação contra a classe trabalhadora e na precarização generalizada das condições de trabalho, resumida pelo adjetivo “flexível”. Se atingimos de fato o referido limite lógico, o limite “histórico”⁴¹, ainda mais neste momento, parece uma possibilidade ao mesmo tempo próxima e muito distante. Desde aqueles anos, da perspectiva da classe trabalhadora, o chamado progresso aparece como uma catástrofe única de ruínas acumuladas, como diz Benjamin (1987) nas *Teses sobre o conceito de história*. Um processo global relacionado com a chamada reestruturação produtiva, a qual está assentada na digitalização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e tem a formação de uma Rede Mundial de Computadores (WWW – *World Wide Web*) como sua expressão na superfície, como a materialização da produção global capitalista.

Como teria sido atingido o limite lógico interno à reprodução “sustentada” do capital, restaria o contra-ataque e a tentativa de encontrar qualquer forma disponível para reestabelecer a acumulação e, principalmente, cristalizar mais-valor como lucro, sendo ela pela expansão do capital fictício (mercado de ações, especulações financeiras, crédito e débito), pelo ataque ao lado social do Estado e aos trabalhadores no geral (privatizações, cortes de direitos e gastos públicos e repressão à organização), mas também pela busca por investimentos lucrativos onde ainda fosse possível, mesmo que, para isso, se fizesse necessário criar, em última medida, pela força (guerra, invasão, golpe, deposição de governos), as condições para tal⁴². Mais ainda, seria preciso frear novos entrantes e consolidar as posições já estabelecidas, temendo que, caso contrário, a supercapacidade piorasse ainda mais. Vemos, nesse período, a centralidade que assume a discussão sobre

⁴¹ O sentido do termo empregado aqui é o de apontar para o não atingimento de um limite que tornaria impossível o capitalismo de se prolongar, ou seja, que tornaria sua derrocada inevitável. Tal abordagem seria, justamente, taxada de determinista. Portanto, a diferenciação que fizemos de um limite lógico interno, o qual é também histórico, se considerarmos, como fazemos neste trabalho, o capital como sujeito da história do desenvolvimento do modo de produção capitalista, e um limite “histórico” faz referência ao problema que representa sua superação ainda não ter sido realizada.

⁴² É a “doutrina do choque” elaborada por Naomi Klein (2008), da qual Paulo Arantes, nos capítulos mencionados na nota 17, se apropria para elaborar muito melhor do que poderíamos ter feito o argumento que serve de base para este trecho.

propriedade intelectual e patentes, mas também uma reconfiguração do Estado, que, sinteticamente, tem seu lado repressivo hipostasiado ao mesmo tempo em que é constrangido a deixar ser também o promotor de políticas públicas (não só de industrialização ou investimentos em ciência e tecnologia, mas na oferta de mecanismos de proteção social). Ou seja, muito mais do que um ataque ao Estado em geral, como pode ser visto no que argumentamos anteriormente, é um ataque especificamente ao lado social e público do Estado.

Em suma, é uma reação de ampla magnitude com dois objetivos imbricados, mas que podem, para orientar a sequência da exposição, ser divididos em um mais ligado ao mercado e outro ao Estado. No caso do primeiro, é preciso garantir que o capital já produzido e acumulado possa seguir seu ciclo e se autovalorizar. Essa necessidade supõe a proteção dos direitos de propriedade intelectual e das patentes, além do impedimento de novos ingressantes (impedir não só um novo processo de *catch up*, mas principalmente um de superação da dependência), algo que, nas esferas nacional e internacional, pelo caráter do próprio capitalismo e sua forma de organização política (dominação pública e impessoal), está diretamente relacionado com o papel pelo Estado. Ou seja, uma dupla reação que engloba: 1) garantir as possibilidades de lucros dos capitalistas no centro ou dos periféricos inseridos no mercado mundial (pensemos no agronegócio brasileiro, por exemplo), assim como abrir mercados para entrada de empresas transnacionais, sediadas, em geral, nos Estados Unidos; 2) algo que necessariamente passa por proteger a ordem geopolítica já estabelecida, baseada numa forte divisão internacional do trabalho (representada pela dicotomia básica entre, hoje, quem investe em ciência, tecnologia e registra patentes e quem compra tais bens, mas produz e vende *commodities*).

Entendemos que os diversos pontos destacados acima, como os desenvolvimentos dos sistemas de informação e comunicação para a configuração global da produção e da concorrência capitalista e os papéis dos Estados na P&D, na garantia dos direitos de propriedade intelectual e no respeito às patentes, levam à compreensão de que as metamorfoses da informação se configuram como aspecto decisivo para uma avaliação detalhada, crítica e não determinista, da crise, entendida como uma necessidade relativa. Se já caminhamos até aqui, agora é preciso buscar uma compreensão do processo de desenvolvimento capitalista que desembocará nela. Como veremos adiante, para ligar os pontos, acreditamos que o caminho mais fértil foi construído pela Economia Política da Comunicação brasileira.

Assim, na sequência do trabalho, além de voltar brevemente à EPC, buscaremos a ideia que permeia toda a *Agenda Rosdolsky*, qual seja a de que as possibilidades de superação do modo capitalista de produção estão postas por ele próprio⁴³, elaborada por Eduardo da Motta e Albuquerque (2012), a fim de avaliar as características mais desenvolvidas do capitalismo (um sistema em constante transformação ou metamorfoses, como define o autor a partir de Celso Furtado) e quais e onde podem ser encontrados possíveis germes socialistas.

2.3 A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL E A AGENDA ROSDOLSKY

Para apresentar o caminho teórico desenvolvido por César Bolaño, que já foi mencionado anteriormente e é o principal autor da EPC brasileira e um dos principais da América Latina e do mundo, nos assentamos em dois textos desenvolvidos por Manoel Dourado Bastos (2020a, 2020b), nos quais o autor destaca a importância do encontro de Bolaño com o Instituto de Economia da Unicamp para o desenvolvimento, em *Mercado Brasileiro de Televisão* (2004), de um conceito de Indústria Cultural apropriado ao capitalismo tardio/dependente brasileiro e, depois, na tese (BOLAÑO, 2000), para a apreensão da categoria dialética de “forma”, a partir do chamado debate alemão da derivação do Estado, a fim de preencher as “lacunas” deixadas na obra anterior, a saber, “a) identificar uma teoria que integre os níveis econômico e político; e b) elaborar uma abordagem que não reduza a comunicação a um aspecto instrumental.” (BASTOS, 2020b, p. 2).

Na construção de *Mercado Brasileiro de Televisão*, Manoel Bastos (2020a) expõe que, como estratégia metodológica, Bolaño deixou, naquele momento, o Estado em segundo plano, especificamente relegando-o à outorga e concessão de licenças para serviços de radiodifusão. Adotado esse caminho, o autor desenvolveu uma análise historiográfica da formação de um, como diz o próprio título da obra, mercado brasileiro de televisão, com características específicas de um capitalismo dependente/tardio como o brasileiro – por exemplo, a publicidade, elo de conexão entre os capitais monopolistas em concorrência e a Indústria Cultural, ser não de bens de consumo difundido (que impactam a massa trabalhadora), mas diferenciado (para um público restrito, a elite econômica brasileira). Como Bastos (2020a)

⁴³ Essa elaboração pode ser relacionada com uma de Postone (2008), reproduzida na página 96 do referido artigo, para quem o capital aponta para além de si.

destaca, Bolaño desenvolve sua análise confrontando abordagens reducionistas, de um lado, do tipo desenvolvimentistas, que caracterizavam a comunicação de maneira restrita a um instrumento, mas também, do outro, as análises ideológicas, especialmente de corte estruturalista-althusseriano, que a reduziam ao papel de aparelho ideológico. Assim, o autor consegue encontrar na Indústria Cultural, conceito que só seria desenvolvido e refinado em sua obra posterior, uma abordagem capaz de lidar com a contradição entre o lado econômico da comunicação, ela mesma uma indústria no sentido mais estrito do termo, e também seu lado ideológico, em especial na construção de um padrão tecnoestético⁴⁴ capaz de funcionar como barreira à entrada de mercado, mas também como formador de um estilo de vida nacional.

O passo a mais que Bastos (2020a) dá, já também, claro, de posse da obra seguinte de Bolaño (2000), é destacar o interesse estatal (naquele momento, com ditaduras nos principais países da América Latina) na comunicação com um público mais alargado do que o visado pela publicidade comercial, ou seja, os interesses na integração nacional e na formação de uma identidade nacional⁴⁵ englobam um público maior, por óbvio, do que o alvo dos comerciais de bens de consumo diferenciado. Essa é uma contradição característica do capitalismo dependente/tardio, como destaca Bastos (2020a). Feita essa abordagem da obra fundadora do campo da Economia Política da Comunicação no Brasil, podemos nos voltar ao refinamento conceitual e à “virada dialética”, como caracteriza Bastos (2020b), com a incorporação do conceito de forma-política e o desenvolvimento do de forma social da comunicação em *Indústria Cultural: informação e capitalismo* (2000).

Para esse desenvolvimento, Bolaño (2000) encontrou a categoria adequada no método da derivação das formas, que foi desenvolvido pelo debate, a partir dos anos 1970, entre uma série de autores alemães, principalmente, ingleses e alguns franceses⁴⁶. O pontapé inicial do debate foi a crítica à ilusão da social-democracia com a capacidade estatal em mediar crises e o conflito capital-trabalho, visto que a Alemanha, naquele momento, vivia uma crise econômica depois de duas décadas

⁴⁴ No caso brasileiro, destaca-se o chamado “Padrão Globo de Qualidade”.

⁴⁵ Características que podem ser identificadas, sem maiores dificuldade, com a ditadura civil-militar brasileira, que se estendeu entre 1964 e 1985

⁴⁶ Voltaremos ao debate e seus desenvolvimentos com mais calma no momento adequado, o terceiro capítulo dessa dissertação. Por isso, por ora, nos ateremos ao necessário para expor a construção do autor.

de “milagre alemão” e alto crescimento no pós-Segunda Guerra Mundial. Para buscar uma apreensão adequada do Estado e não cair nas ilusões social-democratas, os autores argumentaram pela volta às categorias marxianas (valor, mais-valor etc.), tomando-as não como puramente econômicas, mas representativas de como o modo de produção capitalista se estrutura, uma ideia bastante similar à crítica de Postone a Brenner. Isto implicava em entender que uma abordagem adequada do Estado não poderia tomá-lo como relativa ou puramente autônomo, mas como sendo necessariamente derivado do próprio capital, tendo funções próprias à forma-política, mas não deixando de ser especificamente capitalista. Assim, resumidamente, visto que voltaremos ao tópico mais adiante, o entendimento do Estado como uma forma social (política ou estatal) possibilitaria que se compreendesse sua contradição interna (que podemos definir como entre liberdade política e exploração econômica) e, portanto, sua incapacidade de ser a instância de resolução dos conflitos próprios ao modo de produção capitalista – para citar um exemplo que mencionamos anteriormente, a concorrência capitalista levando a, para rebaixar salários ou demitir trabalhadores, ataques à organização sindical, um direito político na maioria dos países.

Assim, os autores destacam que uma compreensão adequada da forma-política deveria seguir o caminho desenvolvido por Marx n’*O capital* e derivar o Estado das leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Apreendendo o método da derivação das formas, Bolaño (2000) se volta para analisar a forma-comunicação própria ao capitalismo. Antes, entretanto, de particularizar, no momento do capitalismo monopolista, a forma social da comunicação como “Indústria Cultural”, instância responsável por operar a mediação entre público (através da forma funcional programa) e capital (forma funcional publicidade) e Estado (forma funcional propaganda), o autor volta ao momento lógico da circulação simples de mercadorias para iniciar a derivação.

Nele, a informação necessária ao intercâmbio entre compradores e vendedores teria um caráter horizontal e seria direta e objetiva, ainda que não necessariamente verdadeira. O autor relaciona a ela a forma funcional publicidade da comunicação, ou seja, uma informação que precisa circular e ser trocada para mediar a compra e venda de mercadorias. Por isso, uma forma relacionada ao mercado e à circulação. O outro lado da moeda, a outra forma contraditória da informação estaria relacionada com a forma funcional propaganda da comunicação,

a qual seria ligada à força de coerção extraeconômica (o Estado ainda não completamente derivado). Ao contrário daquela, esta teria um caráter unidirecional e hierárquico e poderia ser monopolizada. Em ambos os casos, entretanto, a informação, desde o momento mais simples e abstrato, seria passível de ser manipulada de acordo com interesses de um dos possuidores de mercadorias ou da força extraeconômica (BOLAÑO, 2000).

O passo metodológico posterior seria, então, ainda seguindo Marx, entrar no terreno da produção e ver como essas mercadorias são produzidas. Nele, Bolaño (2000) encontra, por um lado, um tipo de comunicação horizontal entre os trabalhadores no chão da fábrica, mas também, do outro lado, a forma comunicação que ele define como propriamente capitalista, ligada aos processos de trabalho, que tem como característica ser hierarquizada, objetiva e direta e não mediada. Assim, o autor aponta para o fato de que, na fábrica, durante a produção de mercadorias, a informação adquire um caráter de “classe”, no qual ela precisa não só ser transferida hierarquicamente como ordem do capitalista e do dinheiro em sua posse, mas também horizontalmente entre os trabalhadores que constituem o coletivo social que produz as mercadorias. Nesse local, os proprietários formalmente livres de mercadorias são particularizados como capitalista e trabalhador, por isso, a “informação de classe” adquire seu caráter como forma por meio da qual, por um lado, se submete um coletivo ao trabalho e ao capital e, por outro, são transmitidos os comandos dos detentores dos meios de produção (BOLAÑO, 2000).

Como já expusemos anteriormente, neste argumento de Bolaño (2000; 2002), o processo que levará à Primeira Revolução Industrial supõe uma “acumulação primitiva de conhecimento” e a definição de cada uma das três revoluções industriais existentes até o momento está baseada na forma de subsunção do trabalho ao capital. É a partir dela e da conseqüente capacidade de constantemente revolucionar as forças produtivas que, para relembrar, a informação, de caráter essencialmente relacional, se bifurca em dois tipos básicos:

(...) uma ligada diretamente ao processo de produção de mercadorias e que, no entanto, não é ela própria mercadoria, mas comunicação direta, hierarquizada, cooperativa, objetiva e não mediatizada e outra que se agrega como mais um insumo ao processo produtivo e que, controlada pelo corpo técnico e burocrático da empresa capitalista, é sempre, efetiva ou potencialmente, MERCADORIA-INFORMAÇÃO.

É por causa da fetichização da mercadoria-informação dentro da concorrência, uma informação que é para a “massa” e precisa, portanto, circular em quantidades cada vez maiores, que uma série de autores irá fundamentar suas abordagens da “sociedade da informação” como um processo democratizante, positivo de produção, transferência e consumo de informação. Além de criticar esse hipostasiamento de uma das faces da informação, Bolaño (2000) ressalta que essa fetichização serve para esconder ou mistificar, deliberadamente ou não, sua forma contraditória, seu par antitético: a informação de classe. Assim, uma abordagem que pretenda apreender o caráter contraditório do desenvolvimento e expansão das redes telemáticas, da constituição de uma rede de computadores, da formação de cada vez mais amplos sistemas de armazenamento e processamento de informação não pode se ater à aparência democratizante e superadora de gargalos anteriores (o momento da igualdade na circulação de mercadorias) como se ela não trouxesse consigo a desigualdade própria ao capitalismo (o terreno da produção).

Apreendendo a contradição constituinte da informação e do desenvolvimento de seus meios de processamento, transmissão e consumo, podemos perceber que, em dois momentos relativamente recentes de intensa concorrência intercapitalista e interestatal (podendo ser ela entre capitalismo e socialismo soviético), nos quais se viu a agudização das contradições capitalistas e a irrupção da crise como uma necessidade (final do século XIX e décadas de 1960 e 1970 do século XX), teremos avanços exatamente no setor de comunicações e transporte.

Esses avanços e transformações, claro, não antecedem ou estão fora do próprio desenvolvimento do capital e das necessidades de acumulação e expansão. No primeiro dos momentos, por exemplo, veremos, nos Estados Unidos, a importância da expansão da malha ferroviária e do telégrafo na ocupação do oeste e também dos desenvolvimentos que possibilitarão a formação da grande empresa capitalista, integrada vertical e horizontalmente, do capitalismo financeiro e das bolsas de valores, todos dependentes do aumento das capacidades de armazenar, transportar e processar informação. As conseqüentes alterações no processo de trabalho podem ser resumidas assim:

Assim, a estrutura formal do processo de produção passou a ser dada por diversos níveis de administração e gerência, enquanto seu conteúdo, isto é, a técnica, cristalizava-se em máquinas e equipamentos de capital fixo, de um lado pulverizando-se em graus mais ou menos dispersos entre os trabalhos diretos e, de outro,

concentrando-se na emergente categoria dos trabalhadores intelectuais. (TAUILE, 1981, p. 97 apud BOLAÑO, 2000, p. 48).

No segundo momento, um processo mais recente e, também por isso, conhecido: a construção de uma rede descentralizada, inicialmente também nos Estados Unidos, com a conexão dos institutos de pesquisa e militares, a fim de se evitar a perda de informações no caso de um conflito bélico com a URSS. Essa rede, a *Arpanet*, será a base para a massificada internet largamente utilizada hoje em dia, a qual permite o envio, troca e compartilhamento de informação em um tempo quase igual a zero.

Apesar do capital se organizar substancialmente tendo uma rede de produtores e vendedores de mercadorias por pressuposto, como o próprio Bolaño (2016) reconhece, é na década de 1970, momento histórico de crise do capital, quando da reestruturação produtiva, que se vê a materialização de uma rede mundial de computadores, determinada pela necessidade de um novo ciclo de acumulação⁴⁷. Nesse sentido, como diz Ruy Sardinha Lopes (2008), outro importante pesquisador da EPC brasileira, essa rede é fundamental no ajuste espacial, termo que ele aproveita de David Harvey (2004), necessário para que o capital reponha seu limite como barreira a ser ultrapassada – uma que agora se configura em escala efetivamente global. É desse desenvolvimento que veremos a formação, do lado da produção, das chamadas cadeias globais de valor, principalmente com a transferência de partes do processo produtivo para o leste asiático, e, do lado da circulação, os caminhos que levarão ao “capitalismo de cassino”, como diz Kurz (2008), baseado nas expectativas, manipulações e apostas do mercado financeiro, essas, sim, vale dizer uma espécie de novidade pela proporção que assumem na nova configuração do sistema.

Analisando por essa perspectiva, as TICs podem ser entendidas como pressuposto dialético para ultrapassagem da barreira posta naquele momento. Como não poderia ser diferente, entretanto, de acordo com o argumento já

⁴⁷ Da parte da Indústria Cultural, permeada por especificidades nacionais, como o caso brasileiro com a Globo, Bolaño (2016) aponta para a constituição, em contraposição a ela, de uma organização em rede, que pode ser exemplificada pela massificação quase universal (exceções feitas à países como Rússia e China) de plataformas como Google, Facebook, Instagram etc., como forma de subsunção global da cultura. Em outro artigo, este escrito em conjunto com Carlos Figueiredo (2017), é abordada a emergência de uma nova função, a “interação”, que se soma às três clássicas apresentadas por Bolaño em sua tese (publicidade, propaganda e programa), neste momento do desenvolvimento capitalista. Voltaremos à questão mais adiante, em especial no capítulo final e nas considerações finais.

apresentado a partir da conceitualização de Grespan (2012), a crise não deixa, por isso, de ser ainda uma necessidade (relativa, é verdade) do capital, mas assume potenciais maiores proporções. Esse potencial está baseado no fato de ter sido atingido o limite lógico interno ao capital, cujas consequências para a sequência deste trabalho são duas: 1) se atingimos o ponto em que os ciclos do capital estariam fundamentados em um referencial desmedido (afinal, há sobreacumulação de meios de produção para funcionarem como capital), as chances de irrupção de crises se tornam mais frequentes e com potencial catastrófico global (veja, por exemplo, o impacto da crise de 2007-08 e da atual, a qual, vale ressaltar, não tem só a Covid-19 como causa⁴⁸); 2) pela própria tendência ao aumento da composição orgânica do capital e da produtividade do trabalho, a concorrência entre os diversos capitais se manifestará como uma busca constante pela máxima negação do trabalho vivo, a fim de, com isso, criar as condições para se apropriar de parcelas maiores do excedente produzido globalmente. Contraditoriamente, as duas consequências se retroalimentam e fazem com que os fundamentos da crise se agudizem e não, como seria impossível, se resolvam. Como, para revolucionar constantemente as forças produtivas, o capital precisa subsumir, por meio do trabalho intelectual, ciência e conhecimento, esta concorrência, como apresentamos anteriormente, aparecerá também e cada vez mais na forma de patentes, na cobrança de direitos de propriedade intelectual, a fim de garantir a realização como lucro do valor produzido em algum momento pelo trabalho intelectual, subsumido, em geral, a um capital localizado no centro do globo, redistribuindo, dessa forma, parte do mais-valor produzido na periferia para ele.

Produzir e subsumir, entretanto, essa ciência e esse conhecimento, levando em conta, claro, a formação de trabalhadores intelectuais desde os anos do ensino básico até a pós-graduação, tornando-os sempre potencial mercadoria-informação dentro do processo global de produção, requer muitos investimentos e com pouca certeza de retornos lucrativos, ou seja, condições incertas de acumulação. Crescem, ao menos em alguns países (os centrais e a China, por exemplo), os orçamentos

⁴⁸ Muito antes de ser declarada uma pandemia, no dia 31 de janeiro de 2020, o economista marxista britânico Michael Roberts publicou, em seu site *The Next Recession* (A próxima recessão – um nome que diz muito por si só), um texto no qual define o coronavírus como uma reação da natureza à busca sem fim por lucro do capitalismo, o qual não só explora trabalho mas também degrada o ambiente. O autor publicou uma série de textos interessantes sobre os problemas estruturais da economia global pré, durante e pós-pandemia, apontando, em geral, citando inclusive Rob Wallace, que a crise não é exclusivamente natural. Muito pelo contrário, na verdade. Todos os textos estão no mesmo site do citado aqui: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/01/31/corinavirus-nature-fights-back/>.

estatais e a importância dos chamados fundos públicos para investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando a descoberta/invenção e registro de novas técnicas produtivas e patentes (LOPES, 2008). O Estado assume um papel central no financiamento e na criação das bases para acumulação privada⁴⁹, mas não sem interesses que podem ser relacionados com as características próprias a sua forma e funções, aos quais voltaremos no próximo capítulo. Agora, vale ressaltar, há duas questões a serem consideradas com relação a essa informação produzida com grandes investimentos/gastos em P&D, que precisam ser levadas em conta: 1) seu preço no mercado é de difícil apreensão (tanto pelos altos investimentos, muitos deles sem algum retorno aparente ou direto, mas também pela questão ideológica, que não pode ser descartada, na concorrência intercapitalista e interestatal), mas também, contraditoriamente, 2) com maiores quantidades de trabalho intelectual subsumido ao capital, será reforçada a tendência à automação em geral (substituição de trabalho vivo por morto), agudizando o já atingido limite lógico do capital e a incapacidade de incorporar mais trabalho ao processo produtivo. Como o limite não é ainda “histórico”⁵⁰, este desenrolar aparece, para a classe trabalhadora, como pura destruição das relações sociais de produção sobre as quais o capital se erigiu, algo que veremos com mais calma no capítulo final, especialmente porque será por meio das TICs e das plataformas que se consolidará um padrão global de subempregos em meio ao avanço da automação em uma economia estagnada.

Assim, nossa compreensão da especificidade da crise dos anos 1970 e que se arrasta até hoje é baseada no conceito de subsunção de trabalho intelectual, o qual é capaz de fundamentar um debate que apreenda as transformações no processo de trabalho, representadas pela reestruturação produtiva, mas também pela própria mudança na composição técnica do capital, que tem suas forças produtivas desenvolvidas em tal magnitude que se torna basicamente possível automatizar totalmente a produção imediata, tornando o trabalho algo potencialmente supérfluo. Do outro lado, o do Estado, mencionado anteriormente,

⁴⁹ Veja, por exemplo, o caso da centralidade do GPS (*Global Positioning System*), fruto de pesquisa estatal-militar financiada com dinheiro público, para a Apple, como expõe Mariana Mazzucato (2014), ou ainda a base pública-estatal da *Arpanet*, que será privatizada no processo de massificação da rede mundial de computadores. Importante destacar que o setor militar tem destacada importância no orçamento dos Estados Unidos e raramente sofre cortes, tendo, assim, papel fundamental no financiamento de projetos com finalidade bélica, é claro, mas também tecnológica e geopolítica.

⁵⁰ Ver nota 36 sobre o uso do termo “histórico” no sentido aqui empregado.

onde não impera o consenso neoliberal de cortes de investimentos públicos e privatizações, cresce o papel de financiador e indutor de pesquisas que serão a base para acumulação privada, mas também a pressão para garantia dos contratos (tanto de débito e crédito como de propriedade intelectual). Isso tudo na concorrência com outros Estados no mercado mundial (atualmente, com destaque para o conflito entre o bloco ocidental, puxado pelos EUA, e o bloco sino-asiático, com a China e sua capacidade incomum de “projetamento”). No plano interno, há, como é próprio ao capitalismo, uma agudização da contradição capital-trabalho, visto que está posta em perspectiva a automação de uma série de postos, e resta ao Estado a mediação e regulação entre as necessidades dos capitais em concorrência (menos direitos trabalhistas, mais subsídios, renúncias fiscais etc.) e as da precarizada classe trabalhadora (entre outros, uma maior dependência dos serviços públicos e dos poucos direitos sociais ainda existentes), levando em conta sempre a permanência de sua legitimidade na persecução do cumprimento dessas funções.

Compreendidas essas questões, podemos nos voltar agora ao debate sobre sua possível superação por meio da construção de um projeto socialista, que precisa tê-las em mente a fim de se fundamentar e estruturar de acordo com as possibilidades postas pelo desenvolvimento do próprio capitalismo. Para isso, traremos para debate a *Agenda Rosdolsky* desenvolvida por Eduardo da Motta e Albuquerque.

2.3.1 De volta à *Agenda Rosdolsky*

Recuperar a chamada *Agenda Rosdolsky* é um dos principais pontos do livro homônimo de Eduardo da Motta e Albuquerque⁵¹ (2012). Nele, o autor destaca como a aplicação da ciência à produção, aumentando em larga escala a produtividade do trabalho, está “associada aos problemas de medida [desmedida – GB] criados pela contradição entre a força dos agentes colocados em movimento e os limites impostos pelo tempo de trabalho como medida.” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 29). Ao longo de todo o livro, é destacado o problema de medida e as implicações para a lei do valor, causados pelo papel da ciência na produção. Como já lidamos com esta

⁵¹ A título de curiosidade, Albuquerque, que é professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi o membro externo da banca examinadora da dissertação de Lucas Araújo (2016) sobre o debate Brenner-Arrighi.

questão, agora o importante é incorporar a ideia de *Agenda Rosdolsky* como forma de recuperar o debate do socialismo como alternativa ao que está posto.

Identificamos como problemáticos uma série de argumentos desenvolvidos sobre o momento atual, que vão desde o uso de termos feudalistas (servidão, por exemplo) até um reformismo que visa somente voltar a um momento passado (mais especificamente, o fordismo) no qual existiam relações de trabalho estáveis e direitos sociais mediados pelo Estado. Pensamos que eles apresentam uma certa falta de ambição ou, melhor, de ousadia na proposição de uma alternativa real e não apenas um capitalismo administrado ou consciente. É claro que não somos contra melhores condições de trabalho ou a existência de direitos sociais, mas nos parece muito pouco. É preciso recuperar o debate sobre uma outra forma de organização social, sobre a viabilidade de uma alternativa socialista. Por isso, como exposto por Albuquerque (2012), a *Agenda Rosdolsky* é uma alternativa para se apreender as metamorfoses do capitalismo em suas formas mais avançadas e identificar nelas “germes visíveis do socialismo”.

Segundo Rosdolsky (2001, p. 361), trata-se de um “método que pretende investigar tanto as condições de existência do capitalismo como seus limites históricos, e cujas conclusões socialistas, orientadas para superar o capitalismo, parecem não menos fundamentais para o conjunto do sistema de Marx do que sua investigação e crítica das próprias categorias econômicas”. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 14-15, destaques do autor).

Assim, o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista abriria possibilidades socialistas em seu interior; possibilidades essas identificadas pelos autores como os “germes visíveis do socialismo”, cuja existência real é a materialização institucional de lutas sociais ou emancipatórias, mas que, por serem apenas potência, poderiam ou não vir a ato. Mais ainda, devido a seu caráter indeterminado (poder ou não florescer), tais avanços potencialmente socialistas ou emancipatórios poderiam ser intervertidos pelo capital e servirem de base para que ele expanda seu domínio ou área de atuação. A questão estaria posta, em termos gerais, na disputa entre a apreensão dos germes como potencial florescimento do socialismo ou em sua subordinação ao processo de acumulação (ALBUQUERQUE, 2012).

Na construção de sua *Agenda Rosdolsky*, são quatro os principais germes socialistas identificados pelo autor⁵²: os sistemas de inovação, os sistemas de bem-estar social, o desenvolvimento do sistema financeiro e a democracia, que precederia todos os outros (ALBUQUERQUE, 2012). O primeiro deles representaria o arranjo responsável por tornar possível e aplicável a ciência à produção, a qual implicaria na possível redução das jornadas de trabalho e em alterações no processo produtivo. Os sistemas de inovação, inicialmente configurados nacionalmente, já estão se reconfigurando internacionalmente, como o próprio autor esboçou em artigo recente sobre o “capitalismo pós-www” (ALBUQUERQUE, 2019). Eles envolvem empresas, universidades, institutos de pesquisa e o Estado (principal financiador), mas poderiam ter suas possibilidades socialistas utilizadas para expansão das condições de acumulação, o que de fato tem sido feito e já discutimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Os sistemas de bem-estar social universalistas, como o caso sueco citado pelo autor, seriam um outro germe visível. Se no modo de produção capitalista quase todas as esferas da vida são mercantilizadas, desmercantilizar trabalho, saúde e, diríamos, educação representaria um importante potencial transformador, mas que poderia ser subvertido pelo capital. Essa possível subversão pode ser representada pelo caso estadunidense, que tem nos fundos de pensão privados potencialidades não socializantes, mas de reforço da estrutura social vigente ou de ampliação das esferas nas quais o capital pode encontrar possibilidades de acumulação. Já o sistema financeiro atual, com a proliferação de sociedades por ações e anônimas (em destaque o peso dos fundos públicos, detentores de grande parte delas), seria uma forma mais compartilhada ou participativa de propriedade que as empresas capitalistas individualistas do século XIX. Ele representaria uma possível forma de transição para um tipo de socialismo de mercado, pois aponta para a possibilidade de ser socialmente decidido onde investir e quais projetos são de interesse do coletivo e precisam ser financiados. Hoje, entretanto, ele funciona

⁵² Analisando as últimas metamorfoses do capitalismo, Albuquerque (2012) destaca ainda uma questão fundamental: como o sistema se reconfigurou de maneira mais internacionalizada e global (o ajuste espacial que mencionamos anteriormente), as alternativas precisam ser cada vez mais debatidas por esse prisma. No momento, sentimos a falta, por exemplo, de uma reação coordenada internacionalmente para não só a contenção da pandemia da Covid-19, mas também a produção, distribuição e aplicação de vacinas.

como forma de insanamente buscar retornos lucrativos para o excesso de liquidez (potencialmente capital) existente (ALBUQUERQUE, 2012).

O último dos germes socialistas, mas que precede todos os outros, é a democracia. O argumento acerca da democracia desenvolvido por Albuquerque (2012) tem sua construção iniciada com Habermas, através de quem se afirma a tensão entre capitalismo e democracia, e terminada com Arendt⁵³, especialmente para ressaltar a importância da participação democrática em conselhos surgidos espontaneamente, como na Comuna de Paris, em 1871. Sem dúvidas esse é um ponto importante e compreendemos a centralidade conferida a ele pelo autor, mas acreditamos haver maneiras mais adequadas de se discutir a política e a democracia do que essa espécie de fetichização da razão posta em prática na participação direta como forma universal de democracia. Não que os três germes visíveis do socialismo anteriores não tenham problemas (principalmente a aparente permanência da forma social capitalista de organização e divisão do trabalho), mas este é o “elo mais fraco” do argumento de Albuquerque (2012) e será tensionado na sequência.

Podemos perceber que, além de eixos relevantes para a crise do capital, a informação e suas transformações também o são para os germes destacados por Eduardo da Motta e Albuquerque (2012). Não é o caso de pormenorizar a relevância em cada caso e/ou como ela dialoga com eles, mas, em uma sociedade na qual a produção está altamente socializada e as relações interpessoais são mediadas nacional e internacionalmente por uma rede mundial de computadores, podemos destacar a necessidade do projetamento, desenho e desenvolvimento de sistemas (mais) democráticos de coordenação e organização social, levando em conta não só as tendências imanentes ao capital, como faz, de certa forma, o dinheiro, mas as aspirações e vontades das pessoas livremente organizadas. A coordenação social e a interação entre as diferentes perspectivas e determinações para a construção de uma sociedade socialista a partir das formas mais avançadas do desenvolvimento capitalista também seriam fundamentais para a estruturação dos sistemas públicos e gratuitos de bem-estar social, estabelecendo parâmetros seja para a alocação de recursos, definindo pesquisas e inovações a serem feitas ou buscadas, ou para lidar com as vontades dos próprios membros da comunidade - por exemplo, mudanças

⁵³ Autora que também é utilizada na introdução para afirmar a necessidade de se criticar e evitar o estalinismo, um dos tipos, para Arendt, de totalitarismo.

de residência e diminuição das cargas horário de trabalho, o que implicaria na necessidade de redistribuir/redividir o produto e o trabalho social, de modo a garantir equidade e democracia na produção e apropriação.

Além disso, precisamos destacar a necessidade de existência/construção de uma cultura qualitativamente diferente da adequada ao modo de produção capitalista, uma que não prime pela individualidade e pela máxima exploração em prol do benefício próprio, mas pelo desenvolvimento de cada uma das partes como maximização das potencialidades tanto dela quanto do todo, algo que veremos mais adiante no capítulo sobre a contradição Estado-sociedade civil. De toda forma, a ideia de uma *Agenda Rosdolsky* é importante para toda a sequência do trabalho a ser desenvolvido aqui, visto que ela aponta para as possibilidades abertas pelo próprio desenvolvimento capitalista, cujo potencial emancipatório está latente, precisando apenas (e este é um gigante apenas) ser tornado ato pela classe trabalhadora, como bem apresentaremos ao final na revisão do livro de Aaron Benanav (2020) sobre a superação de uma relação social baseada na escassez.

Na sequência deste trabalho, iniciaremos a discussão sobre o Estado, sua necessária superação, mas também sua forma e funções. O Estado é a forma social na qual é afirmada e representada a liberdade política no capitalismo, o que faz com que haja muitas ilusões decorrentes de sua posição aparentemente separada e acima das relações sociais de produção. Se ele não está apartado delas, superá-lo, portanto, é algo que deve ser parte do projeto socialista aqui suposto. Dentro do debate sobre informação, automação e crise, compreender e criticar o Estado será extremamente relevante, visto que não só ele tem/pode ter papel fundamental no investimento e no desenvolvimento de novas tecnologias e pesquisas, conferindo a alguns países melhores condições de acumulação (tanto para os capitalistas quanto, conseqüentemente, para os trabalhadores), mas também porque a mediação da exploração é feita nacionalmente. É por meio dele que se manifestam as crises resultantes da forma social capitalista, sejam elas como pressão por desregulação, abertura de mercados ou destruição de direitos ou como, para manter a coesão social (importante lembrar aqui da cultura) e a legitimidade, adoção de medidas intervencionistas a fim de proteger ou atrasar os impactos globais sobre a classe trabalhadora dentro de seu espaço soberano. Se a desintegração social promovida pelo próprio desenvolvimento capitalista é global, a mediação dela é feita com

determinações nacionais; e é o Estado o responsável por lidar com a contradição entre a exploração econômica e a liberdade política.

3 LIBERDADE POLÍTICA VERSUS EXPLORAÇÃO ECONÔMICA: O ESTADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

De maneira similar ao desenvolvido no tópico sobre o conceito de crise na crítica da economia política, no qual nos assentamos na obra de Jorge Grespan (2012), a existência de uma teoria do Estado (ou de que tipo seria ela) na obra de Marx é motivo de embates e tem uma série de autores e divergências internas ao campo marxiano. Diferenciando-se dos contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau), que partem de concepções que envolvem a cessão da liberdade em prol da segurança, a garantia da posse ou a mediação e busca do bem comum, desde o conhecido *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848, marxistas teorizam sobre o que seria esse comitê para gerir os interesses da burguesia e como se daria a organização social em uma outra sociedade. Uma compilação das principais abordagens foi feita por Martin Carnoy em *Estado e Teoria Política* (2017), lançado no Brasil em 1988 e já na 17ª edição. Elaborado após um período estudando em Paris com Nicos Poulantzas, o livro reúne desde abordagens liberais-clássicas até várias vertentes marxistas, não só Marx, Engels e Lênin, mas também Gramsci, os estruturalistas (Althusser e Poulantzas), o debate alemão da derivação e os teóricos da dependência.

Como o próprio título do referido livro indica, Carnoy (2017) compila teorias políticas, que assumem o Estado como instância insuperável de disputa e organização, seja através do embate democrático mediado por partidos (o pluralismo democrático, como é o caso da maioria das democracias liberais) ou um Estado ampliado (Gramsci), relativamente autônomo (estruturalistas) ou revolucionário (LÊNIN, 2017), o qual, tendo desmontado a estrutura burguesa de dominação de classe, a substituiria por uma proletária (a ditadura do proletariado) até seu definhamento. Em contraposição à visão que assume o Estado como ente universal, em um primeiro momento, apresentaremos elementos que embasem uma crítica radical do Estado e que fundamentem a necessidade de sua superação. Para isso, nos assentaremos na abordagem desenvolvida por Thamy Pogrebinski (2009), que apreende Marx como contrário à “política moderna”, centrada no Estado, e em favor de uma nova constituição do “político”, que teria na “comunidade”, uma associação baseada na e para a liberdade, sua forma. Esta leitura será uma espécie de horizonte político, visto que a autora basicamente não incorpora as categorias

“econômicas” da crítica da economia política (mercadoria, dinheiro, valor, mais-valor etc.) desenvolvida por Marx e sua apreensão do movimento do capital, o sujeito automático, dando maior atenção ao desvelamento do enigma do político e ao debate do autor com Hegel e Spinoza⁵⁴.

No momento seguinte, apresentaremos um caminho que permita compreender como se relacionam (se conectam e se afastam) Estado e capital e de que maneira se configura a luta de classes em uma sociedade caracterizada pela exploração econômica e liberdade política. Para isso, nos voltaremos ao debate alemão sobre a derivação do Estado, que foi construído ao redor de “explicar essa separação”, seguindo em especial as contribuições de autores brasileiros, a fim de apreender a forma e as funções do Estado, que, no mercado mundial, tem caráter despótico internamente e concorrencial externamente. Ao final, incorporaremos um artigo recente de Jack Copley e Alexis Moraitis (2020), no qual, a partir de uma leitura que incorpora a incrustação polanyiana, os autores apresentam o conceito de “política de governar a alienação”, para definir a relação entre as determinações do mercado mundial e a criação de um projeto político nacional legítimo.

Para este trabalho, compreender e criticar o Estado é relevante não só para pensar em alguma alternativa/saída mais adequada à classe trabalhadora, que deve conter no horizonte político a necessária superação dele. Ele também é importante para apreendê-lo como instância regulativa e crítica, que tanto guarda o momento da igualdade e dos interesses comuns, o que implica em ser de algum modo disputável pela luta de classes, quanto o da desigualdade inerente ao capitalismo (seja pela cultura/ideologia ou pela força), sendo capitalista pela própria forma, portanto, impossível de efetivamente esterilizar as contradições deste modo de produção.

⁵⁴ Uma crítica à autora feita no prefácio por Carlos Nelson Coutinho (2009) é que ela não teria dado a devida atenção a contribuições de outros autores marxistas (nominalmente, ele faz referência à ausência de Gramsci, cujo pensamento tem em Coutinho um dos maiores especialistas do mundo). A decisão metodológica feita por Pogrebinski (2009) de buscar em Marx o sentido do político, evitando, assim, leituras que lhe parecem inadequadas, para não dizer erradas, faz uso das contribuições de Engels e Lênin, dois dos principais expoentes do marxismo do qual Marx seria crítico e do qual ela é crítica, para mostrar as divergências de análise e como, em alguns momentos, a leitura deles foi adequada, mas as apropriações e formulações posteriores não o foram. Assim, por exemplo, a autora não positiva a “ditadura do proletariado”, como podemos tirar, para citar um caso, da leitura de *O Estado e a Revolução* de Lênin (2017), mas a torna um momento na superação do Estado. Por isso, não consideramos que resulte em prejuízo para a obra tal escolha, mas tem de fato um caráter que implica em dificuldades outras para a organização visando a revolução ou a construção de projetos políticos em melhores condições para a classe trabalhadora, ponto este que retornaremos mais adiante. Dialeticamente, entretanto, essas dificuldades poderiam ser lidas como facilidades, ou seja, há vantagens em não buscar a elaboração de um projeto de socialismo coerente de antemão.

Assim, em uma crise de superprodução de meios de produção, o Estado é o meio através do qual, por um lado, são levados a cabo o desmonte de projetos nacionais de desenvolvimento, garantindo a derrubada de barreiras à entrada dos monopólios em concorrência nos territórios sob sua soberania, mas também, por outro, no caso especialmente dos países industrializados, são feitos os massivos investimentos em P&D, bem como a disputa interna e externa para garantir melhores condições gerais de acumulação, valorização e realização.

3.1 MARX: CRÍTICO DA POLÍTICA MODERNA

Recentemente, foi lançado pela editora *Veneta* um ensaio que Maximilien Rubel (2020) havia publicado em 1973, cujo título é deveras instigante: *Marx, Teórico do Anarquismo*. Resumidamente, Rubel (2020) argumenta que, a despeito das disputas políticas entre Marx e teóricos do anarquismo como Bakunin, o autor de *O Capital* não seria um defensor do Estado como instância de emancipação e em contraposição à exploração econômica do capital. Na verdade, a própria contradição Estado-capital é típica do capitalismo, ou seja, a soberania do ser humano é “imaginária” e sua existência tem um duplo caráter:

a de cidadão da comunidade política e a de um membro individual da sociedade burguesa. (...) Como cidadão é livre e soberano nos céus da política, esse reino universal da igualdade. Como indivíduo é engolido e degradado na vida real, na vida na sociedade burguesa, transformado em meio do seu próximo, um brinquedo para forças externas, materiais e morais, como as instituições da propriedade privada, cultura e religião etc. (RUBEL, 2020, I. 542).

Assim, a emancipação, se ainda restrita aos direitos e ao Estado, teria um caráter limitado ou “imaginário”, que é a forma como ele se refere à soberania existente para o ser humano dentro da comunidade política. Rubel argumenta que conquistar o poder político é um ato “burguês”, o qual assume o caráter de proletário “pela finalidade revolucionária que lhe é conferida pelos autores dessa insurreição” (RUBEL, 2020, I. 689), sendo, portanto, quando da tomada do poder pela classe proletária, este o período que Marx havia definido como “ditadura do proletariado”, para marcar a diferença para com a da burguesia, na qual a dominação é exercida pela minoria. Por isso, o autor defende que a positivação de um poder estatal, ainda

que da classe proletária, não estaria de acordo com a crítica marxiana, uma que englobaria não só o capital como também o Estado.

Na verdade, para criticar os marxistas, em especial os participantes da Revolução de Outubro, Rubel (2020) afirma que o filósofo teve maus discípulos e que ele próprio havia dito que tudo o que sabia é que não era marxista. Como o próprio autor ressalta, entretanto, este escrito dele é apenas um ensaio. Quem elabora um argumento de fundo bastante similar, qual seja o de que Marx não era uma espécie de defensor nem do Estado burguês e nem de algum proletário que viesse a existir, é a professora Thamy Pogrebinschi (2009), que faz referência a outros trabalhos de Rubel não traduzidos para o português, como um sobre Marx ser crítico do marxismo e outro sobre ele ser um leitor de Spinoza. Em seu livro sobre o enigma do político, a autora defende que este é um problema que Marx tentou resolver ao longo de sua obra.

Para ela, a contradição que se apresenta na obra marxiana como característica da modernidade política, em especial após a Revolução Francesa, é a da separação entre Estado e sociedade civil, a qual institui “dualismos abstratos” como: universal e particular; homem e cidadão; formal e material; e político e social (POGREBINSCHI, 2009). Assim, se a contradição da modernidade está assentada nos mecanismos de mediação (sufrágio, representação, direito etc.) entre o mundo político e a esfera econômica, a resolução dela só poderia ser atingida pela superação dos dois extremos reais, Estado e sociedade civil. Este é, para a autora, o fundamento da ruptura de Marx para com Hegel, ou seja, o Estado não teria a capacidade de ser a instância de mediação universal. A autora assume como exercício interpretativo, a partir de uma exegese da obra marxiana, não só reconstruir o sentido do político, mas normatizá-lo, ou seja, “fazer dessa reconstrução um projeto normativo sobre o que o político deve e pode ser.” (POGREBINSCHI, 2009, p. 19). O debate entre Miliband e Poulantzas, nos anos 1970, teria retomado a questão do Estado, mas descartando seu desaparecimento, esquecendo, assim, segundo Pogrebinschi (2009, p. 19), a “possibilidade de a crítica da política engendrar, dialeticamente, uma afirmação do político”. Por isso, a autora define seu projeto como “dialético de negação criadora”⁵⁵, propondo o “político” como a negação marxiana da política.

⁵⁵ A autora afirma ter tido o livro de Rubel sobre Marx ser um crítico do marxismo como inspiração para o termo.

Para realizar o projeto de seu livro, que busca compreender o “ser” do político na obra de Marx a fim de propô-lo como um “vir-a-ser”, um devir, a autora assume o pensamento dele como ontológico, ancorando o político na unidade entre o indivíduo e o social, uma que é pressuposta por Marx. Assim, ela evita a tentativa fadada ao fracasso de capturar um momento (o político) inserido dentro do movimento da história, ou seja, um momento que está em constante movimento e que atualiza sua própria forma. Negando a política moderna, ou seja, o Estado, Pogrebinschi (2009) afirma que o político se refere à forma de organização após seu desvanecimento. Por isso, a alternativa teórica que ela adota em oposição ao “contrato social” é a ideia de “associação”. Mesmo não encontrando tal centralidade na obra de Marx, a autora argumenta que é o termo adequado para a abordagem proposta e que é por meio dele que não só o político como os conceitos de “comunidade” e “ser genérico” poderão ser compreendidos.

Quando oponho o político à política, por conseguinte, busco mostrar como o pensamento de Marx visava recuperar o sentido da *polis* e da *politeia*. Essa recuperação, contudo, projeta-se na concepção de um futuro sem Estado. É com esse sentido preciso que Marx sempre se referiu à “sociedade comunista” como a “futura sociedade”. Pensar as coisas políticas para além do Estado não significa pensá-las simplesmente contra o Estado ou como uma alternativa a ele concebida dentro de seu próprio âmbito. Essa é a razão pela qual acredito que as teorias das lutas de classes não apresentam uma reflexão sobre o político, mas apenas sobre a política. (POGREBINSCHI, 2009, p. 28, destaques da autora).

Elaborando seu argumento, a autora retoma a questão da separação entre sociedade civil e Estado, o qual se separa e se afasta dela. Como contradição, ela só pode ser resolvida com o desaparecimento do par e o surgimento de uma nova forma de organização política que seja completa, um “todo”, como ela define, no qual a “verdadeira democracia” seria atingida, desaparecendo o Estado por não ter lugar nela, mas também só sendo realizada porque uma nova forma de organização toma lugar dele. Como movimento dialético de superação (*Aufhebung*, em alemão) das contradições através da negação de ambas as extremidades e afirmação de outro, o Estado ao mesmo tempo desvaneceria e seria abolido. Na leitura da autora, a revolução seria o ato político capaz de resolver a contradição posta pela separação característica da modernidade (POGREBINSCHI, 2009).

Com relação ao termo “revolução”, a autora argumenta que o termo sempre apareceu inadequado para o alfabeto da política, sendo, entretanto, adequado para

o vocabulário do político, visto que significa “destruição e dissolução do poder existente e das antigas relações dele decorrentes” (POGREBINSCHI, 2009, p. 51). Este significado, como ela reitera, não é conciliável com a permanência do Estado no socialismo ou ainda com a configuração de um “Estado proletário”, um termo que, para ela, não é apropriado. “Dito de outro modo, a revolução e o fim do Estado configuram um ato contínuo e único (...)” (POGREBINSCHI, 2009, p. 65), sendo a “ditadura do proletariado” um momento na passagem de uma forma para outra e a análise que Marx fez da Comuna de Paris indicativa de que esta outra forma, a “Comuna”, seria radicalmente diferente do Estado e só seria atingida pelo duplo movimento de seu definhamento e sua abolição, ou seja, ele “desvanece”⁵⁶.

Usando a linguagem de Koselleck (2007), poder-se-ia dizer que o conceito de desvanecimento do Estado consiste em um ‘conceito de movimento’, isto é, trata-se de um conceito que possui um horizonte de expectativas maior do que seu espaço de experiência. Nesse sentido, o conceito de desvanecimento do Estado despende-se da história para buscar o futuro. (...) Trata-se de um conceito do porvir, do dever do político. (POGREBINSCHI, 2009, p. 99-100, destaques da autora).⁵⁷

Para apresentar a “comunidade” como superação dialética da contradição Estado-sociedade civil, a autora recupera o sentido do termo hegeliano *Aufhebung*, que se encontra na base da dialética marxiana, um que apreende não só a negação de ambos os elementos da contradição, mas a preservação deles. “A comunidade, portanto, é a sociedade civil e o Estado, sem ser, contudo, nenhum dos dois; ela pode ser sociedade civil e Estado em sua forma porque seu conteúdo [a associação – GB] não é nenhum deles.” (POGREBINSCHI, 2009, p. 102). Sendo superado dialeticamente o Estado (e sua contradição com a sociedade civil) é superada

⁵⁶ No mesmo capítulo, a autora debate o sentido da abolição do Estado na obra anarquista, em especial de Bakunin, para reafirmar como a leitura empreendida por ela de Marx é a mais adequada, visto que ela engloba o duplo movimento de definhamento e abolição, ao contrário do anarquismo, que teria em vista apenas o último, num ato que ela classifica de “autoritário”, ou seja, fazer da abolição do Estado um momento instituído de cima para baixo. Polêmicas à parte, estamos de acordo com a necessidade de conjugar os dois movimentos e não apenas abolir o Estado (POGREBINSCHI, 2009).

⁵⁷ Uma leitura cuidadosa da apresentação do “novo tempo do mundo” feita por Paulo Arantes (2014), a qual cremos que está de acordo com o argumento apresentado pelo autor, poderia defender, em consonância com o argumento de Pogrebinschi (2009) exposto ao longo do tópico, que há um lado “bom” das expectativas serem descrentes, afinal, o horizonte de expectativas era/é formado pelo ideal de revolução e construção do socialismo em termos de positividade da classe trabalhadora. Já que as expectativas são decrescentes e parece não haver alternativa ao capitalismo, privilegiar a experimentação ou adequar as expectativas para não mais pensar em termos de classe, mas na superação da dicotomia burguês-trabalhador (assim como na Estado-sociedade civil), pode ter resultados qualitativamente diferentes.

também a política e afirmado o político, o qual se afirma por meio da negação do que era a base da modernidade política.

Se a comunidade é a forma de organização que supera a contradição posta pela separação entre Estado e sociedade civil, como defende Pogrebinski (2009), a ideia de contrato social não pode ser o fundamento dela, mas a associação o pode, visto que ela tem por motivação a “liberdade” e não a necessidade ou a vontade, como nas concepções contratualistas ou organicistas. “É a própria liberdade o fundamento da associação e, por conseguinte, aquilo que se encontra na origem do político.” (POGREBINSCHI, 2009, p. 120). De acordo com ela, o foco conferido à liberdade na obra de Marx tem por referência a leitura que o autor faz de Spinoza, em contraposição a pensadores como Hobbes, Locke ou mesmo Rousseau. A defesa do filósofo é que a associação tem em vista a ampliação das potências, não as reduzindo, como no caso do direito natural, à esfera individual.

A potência individual isolada é ativada e amplificada na associação, que gera uma potência muito maior para cada um que nela esteja envolvido. Portanto, os homens spinozanos associam suas potências (...), obtendo uma potência maior do que aquela que cada um deles teria sozinho. Essa associação é o que para Spinoza constitui o sujeito político (a multidão, um coletivo singular) e institui seu *imperium* (a potência coletiva). (POGREBINSCHI, 2009, p. 126-7).⁵⁸

O indivíduo, portanto, só é livre na medida em que está inserido em uma comunidade livre, ou seja, “liberdade significa liberdade na comunidade” (POGREBINSCHI, 2009, p. 197). Por isso, a autora afirma que este é o fundamento adequado para Marx na crítica às noções de necessidade e de vontade, tão caras à economia política e à filosofia e política, respectivamente. Quem seria então o sujeito do político? O homem de essência genérica, ou seja, que “se constitui individualmente à medida que se constituiu genericamente, isto é, em relação com os outros homens, com seu gênero, e não de forma isolada.” (POGREBINSCHI, 2009, p. 334). Este ser genérico, que habita a comunidade, é a união do cidadão abstrato e do indivíduo egoísta, ou seja, de Estado e sociedade civil.

O verdadeiro sujeito político, o homem genérico, tem a característica, por conseguinte, de desdobrar-se em múltiplos sujeitos históricos. É

⁵⁸ É interessante notar que Marx (2017) atribui a organização da produção no capitalismo um sentido de certa forma similar a esse apresentado pela autora sobre a potencialização das capacidades individuais, visto que no capitalismo a força social do trabalho, apresentada como própria ao capital, é de natureza superior a mera soma das forças individuais agrupadas. Como Marx aprendeu com Hegel, a certo ponto, mudanças quantitativas se tornam qualitativas.

também essa característica que o faz genérico. O que há de comum, afinal, entre ‘povo’, ‘proletariado’ e ‘camponeses’ é sua condição genérica, aquela essência que faz de todos esses sujeitos especificamente humanos e, como tais, seres sociais desejosos de serem identificados com a sociedade em que vivem. (POGREBINSCHI, 2009, p. 351, destaques da autora).

Assim, a emancipação de um só pode ser atingida na comunidade e com a emancipação de todos e de todas as outras esferas de organização social, sendo, por isso, um processo de autoemancipação do gênero humano. Se o capitalismo tem por motor a competição, a concorrência, para a autora, a associação, baseada na liberdade, se configura como motor antitético ao do capitalismo e rumo ao comunismo. Apresenta-se, dessa forma, o político na obra de Marx, que tem na “democracia” e no “comunismo” a resolução dos enigmas da política e da história, respectivamente, o que não os impede de, mesmo resolvidos ou tendo sua solução conhecida, serem reconhecidos como enigma. Enquanto Pogrebinschi (2009) não nega a democracia, mas afirma que a “democracia real” somente seria atingida no comunismo, Albuquerque (2012), como apresentamos anteriormente, se mantém dentro do prisma de democracia burguesa/liberal como forma de organização política, ou seja, permanece preso na contradição moderna entre Estado e sociedade civil, conferindo à democracia o estatuto de mediação entre as partes. Como a autora afirma posteriormente, no comunismo, a verdadeira democracia será tanto forma como conteúdo, ou seja, a comunidade é a forma política de organização que tem na democracia seu conteúdo, assumindo então, em oposição à burguesa, o caráter de “antiabstração” (ou é democracia ou não é), não podendo assim ser reduzida ao caráter formal ou normativo.

3.2 O DEBATE ALEMÃO DA DERIVAÇÃO DO ESTADO

Como apresentado anteriormente a partir do texto de Thamy Pogrebinschi (2009), as teorias das lutas de classes pouco se preocupam em pensar o “político”, focando na política, ou seja, no Estado, na tomada do poder etc. Afirmar isto não significa que seja indiferente ou que não importem as lutas políticas, por melhores condições de trabalho, ou as lutas inseridas no âmbito do Estado e do direito em geral, mas que elas obviamente têm limites. Nesse sentido, e considerando que Marx (2017, p. 161) nos apresenta, no capítulo sobre o processo de troca de

mercadorias, que “as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificação das relações econômicas, e que as pessoas se defrontam umas com as outras como suportes [*Träger*] dessas relações”, ou seja, se considerarmos “burguesia” e “proletariado” como formas fetichizadas que precisam ser dialeticamente negadas e superadas, talvez faça mais sentido enquadrar o papel da luta de classes como sendo, internamente, por melhores condições de acumulação, mas tendo por objetivo aboli-la por completo.

Por isso, acreditamos que é possível buscar no debate alemão da derivação do Estado elementos para refinar a análise da forma e das funções do(s) Estado(s) e da relação estabelecida no mercado mundial. Em um artigo traduzido e compilado por Alberto Bonnet e Adrián Piva (2017), junto a algumas das principais contribuições daquele debate, John Holloway, um dos responsáveis por sua difusão na Inglaterra e em inglês, sendo por meio dele que autores como César Bolaño e Ruy Fausto tiveram contato com o debate, rememora as contribuições para uma melhor abordagem do Estado e compreende a luta de classes assim:

Nós [John Holloway e Sol Picciotto - editores da versão inglesa] tínhamos aprendido com o artigo de Joachim Hirsch sobre “*The state apparatus and social reproduction*” [O aparelho de Estado e a reprodução social] (...) que a acumulação é luta de classes, mas sentíamos que talvez ele não havia se dado conta da importância do que estava dizendo, que ele (e todos os outros participantes do debate) ainda tinha a tendência de separar a lógica do capital da da luta de classes. Por isso, o comentário em nossa discussão de seu artigo: “Talvez haja uma mudança sutil entre argumentar que a acumulação deve ser vista como um processo de luta de classes, determinado pela forma e tendente a crise (e, daí, que a luta de classes deve ser vista como enfocada e formada pela luta para acumular), e sugerir que a relação entre a acumulação e a atividade do Estado deve ser vista como mediada através da luta de classe. Mesmo que a mudança seja sutil, podem ser observadas as consequências: enquanto a primeira ênfase conduziria a uma análise da separação e inter-relação entre o econômico e político no processo concreto da luta para reestruturar o capital, a segunda força a sugerir a necessidade de analisar o “vínculo perdido” (político) entre o processo de acumulação (econômico) e a atividade do Estado. Nos parece que é mais frutífero seguir o primeiro caminho, a análise da acumulação *como* luta de classes”. (HOLLOWAY, 2017, p. 42, tradução nossa, destaques do autor).⁵⁹

⁵⁹ Nosotros [John Holloway e Sol Picciotto] habíamos aprendido del artículo de Joachim Hirsch sobre “*The state apparatus and social reproduction*” [O aparelho de Estado e a reprodução social] (...) que la

Assim, seguindo o apontamento de Holloway, podemos compreender a luta de classes como determinada pela forma, ou seja, as classes em contraposição são parte da forma social como a própria produção e o modo de produção se estruturam. Ainda voltaremos ao tema, mas, agora, para dar sequência à abordagem e crítica do Estado, passaremos brevemente pelas principais contribuições advindas do debate derivacionista.

Desde a tese de César Bolaño, defendida em 1993, a categoria de “forma” é parte constituinte da Economia Política da Comunicação brasileira. Mais recentemente, em especial após a publicação do livro *Estado e forma política*, do professor de direito da USP Alysson Mascaro (2013), há uma série de trabalhos que assumem o prisma do derivacionismo sendo orientados e publicados. Por causa disso, não acreditamos ser necessário revisar o debate todo e faremos a apresentação de suas contribuições a partir da tese de Camilo Onoda Caldas, publicada em 2015 como *A teoria da derivação do estado e do direito*. Na sequência, apresentaremos críticas à compreensão do que podemos classificar como grupo de Mascaro, que segue a linha de Joachim Hirsch, em defesa da incorporação que Bolaño faz do debate derivacionista. Ela está ancorada no texto de Blanke, Jürgens e Kastendiek, além de em um artigo de Ruy Fausto (1987). Feita a contextualização e a crítica, voltaremos à citação anterior de Holloway para pensar na acumulação e nas condições de acumulação como luta de classes. Na sequência, dando mais um passo, o penúltimo na crítica do Estado, incorporaremos o debate do imperialismo e do mercado mundial, tal qual revisado por Luiz Felipe Osório (2018) em seu estágio de pós-doutoramento, publicado como *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. Ao final, nos apropriaremos do conceito de “política de governar a

acumulación es lucha de clases, pero sentíamos que tal vez él no se había dado cuenta de la importancia de lo que estaba diciendo, que él (y todos los otros participantes en el debate) todavía tenía la tendencia a separar la lógica del capital respecto de la lucha de clases. Por eso el comentario en nuestra discusión de su artículo: “Hay quizás un cambio sutil entre argumentar que la acumulación debe verse como un proceso de lucha de clases determinado por la forma y tendiente a crisis (y de aquí que la lucha de clases deba verse como enfocada a y formada por la lucha por acumular) y sugerir que la relación entre la acumulación y la actividad del estado debe verse como mediada a través de la lucha de clases. Por sutil que sea el cambio, pueden advertirse las consecuencias: mientras que el primer énfasis conduciría a un análisis de la separación e interrelación entre lo económico y lo político en el proceso concreto de la lucha por reestructurar el capital, el último énfasis fuerza a sugerir la necesidad para el análisis del “vínculo perdido” (político) entre el proceso de acumulación (económico) y la actividad del estado. Nos parece que es más fructífero seguir el primer camino, el análisis de la acumulación como lucha de clases”. (HOLLOWAY, 2017, p. 42, destaques do autor).

alienação”, como desenvolvido por Copley e Moraitis (2020), para conjugar as determinações do mercado mundial e os desafios para um projeto político nacional.

3.2.1 Apresentando o Derivacionismo

Iniciado entre o final dos anos 1960 e início dos 1970 na Alemanha, terra natal da maioria dos expoentes, o debate derivacionista teve como motivação para seu início a crise alemã daquele momento, que atingiu o país depois de duas décadas de reconstrução “milagrosa” no pós-Segunda Guerra Mundial. O pontapé inicial, então, foi uma crítica à chamada ilusão com o Estado social, qual seja um Estado regulador, capaz de efetivamente mediar crises e disputas capital-trabalho. O artigo tido como marco inicial do debate foi publicado por Rudolf Wolfgang Müller e Christel Neusüß e tem como título *A ilusão do Estado Social e a contradição entre trabalho assalariado e capital*. Além dos dois, participaram do debate os alemães Elmar Altvater, Bernhard Blanke, Ulrich Jürgens, Joachim Hirsch, Freerk Huisken, Margaret Wirth, Claudia von Braunmühl, Heide Gerstenberger, Sybille von Flatow e Hans Kastendiek, bem como, posteriormente, os britânicos John Holloway, Sol Picciotto, Bob Jessop, Werner Bonefeld e Simon Clarke (CALDAS, 2015). É importante notar que há muitas divergências dentro de um debate envolvendo duas escolas – a da lógica, de Berlim, e a histórica, de Frankfurt – e mais de dez artigos. O trabalho de Camilo Caldas (2015), nesse sentido, se faz fundamental para apreender as contribuições mais gerais do debate, que resultou em uma espécie de consenso ao redor de algumas questões (por exemplo, analisar primeiramente a forma e depois as funções do Estado), as quais apresentaremos abaixo, e também nos possibilitar a crítica somente às partes que julgarmos necessárias, construindo, assim, uma teoria do Estado adequada ao argumento desenvolvido neste trabalho.

O principal aporte do debate foi buscar nas categorias marxianas, entendidas não como exclusivamente econômicas, mas como formas das relações sociais no capitalismo, uma teoria do Estado adequada para a especificidade da forma-política. Tanto para ela como, principalmente, para a forma jurídica, são importantes as contribuições originais do jurista soviético Evgeni Pachukanis (2017 [1924]), que se destacou pelo retorno à obra de Marx e por derivar, a partir da mercadoria, a existência de uma forma-jurídica, que seria um pressuposto necessário para o reconhecimento dos indivíduos como “sujeitos de direito”, os

quais, portanto, poderiam alienar (por meio de troca, compra ou venda) suas mercadorias no mercado por meio de um ato de vontade própria, reconhecendo-se como proprietários privados formalmente livres e iguais. Não nos alongaremos na crítica do direito ou da forma-jurídica, visto que ela foge do escopo de nosso trabalho e requereria incorporações de outras obras de Mascaró (por exemplo, 2015 e 2018), além das contribuições de Márcio Brilha Neto (2019) e mais atenção ao próprio texto pachukaniano, e muito menos no debate acerca de um “direito socialista” ou de que tipo de direito haveria no comunismo, como aparece na obra de Pogrebinschi (2009) em um trecho no qual a autora dialoga com o jurista soviético. De todo modo, há um questionamento feito por Pachukanis (2017) que é bastante relevante para o debate derivacionista:

(...) por que a dominação de classe não se apresenta como é, ou seja, a sujeição de uma parte da população à outra, mas assume a forma de uma dominação estatal oficial ou, o que dá no mesmo, por que o aparelho de coerção estatal não se constitui como aparelho privado da classe dominante, mas se destaca deste, assumindo a forma de um aparelho de poder público impessoal, separado da sociedade? (Pachukanis, 2017, p. 143).

Como apresentamos anteriormente, essa é a contradição entre Estado e sociedade civil, ou seja, a especificidade do capitalismo é a particularização da forma-política/estatal como dominação de classe pública e impessoal. Assim, o Estado não é capitalista por quem o comanda ou gere, mas por sua própria *forma*, sendo inadequado chamar de “Estado” aparelhos de dominação pré-capitalistas e, a fim de reforço, mantê-lo depois da superação do modo de produção. Se ele é capitalista por sua própria forma, a questão buscada inicialmente pelos autores não foi entender suas características ou funções, mas explicar a própria separação entre Estado e capital.

Tem-se, assim, na teoria da derivação, como ponto comum, a tentativa de mostrar que tanto a *forma* econômica, quanto a *forma* política, no capitalismo, são distintas entre si e em relação às existentes em outros modos de produção. Isso significa explicar por que, no capitalismo, o Estado necessariamente existe diante de uma “separação” (na realidade, uma “separação-na-unidade”), estruturando, portanto, dois âmbitos – econômico e político – que anteriormente (no escravagismo e no feudalismo) se apresentavam numa espécie de unidade. Além disso, trata-se de compreender como essa separação impacta as próprias funções desempenhadas pelo Estado e também o exercício do poder – dentro e fora do Estado – no interior de uma sociedade assim organizada. Afinal, as instituições

estatais – o espaço político, portanto – ganham certa autonomia em relação ao poder da classe dominante. (CALDAS, 2015, p. 86, destaques do autor).

Essa autonomia, entretanto, não é abordada da maneira como foi feita por Poulantzas, ou seja, entendendo o Estado como relativamente autônomo à economia, mas como não sendo diretamente poder político da burguesia, ainda que o seja capitalista por sua forma. Assumir o Estado como estando em e sendo a contraposição à sociedade civil, seria, portanto, o motivo para análises ilusórias que o tomam como independente das relações de produção, ou seja, não é apenas uma falsificação, mas a forma como ele se apresenta é o próprio fundamento dessa confusão. Marx (2011) já havia apontado isso no *18 de Brumário*, quando, por exemplo, criticava a burguesia por defender a liberdade, mas a negar e acusar de socialismo quando era o proletariado quem demandava por ela. Blanke, Jürgens e Kastendiek são os autores que melhor apreendem essa questão, como nota Caldas (2015, p. 106, destaques do autor), ao se proporem a explicar “como a separação entre o político e [o] econômico, que aparece nas teorias burguesas, pode ser, concomitantemente, criticada como *mistificação* e explicada como *realidade*”. Isto é, a compreensão do Estado como independente da sociedade não é mero produto da imaginação, mas está na fundação da realidade apresentada pelo modo de produção capitalista, um que apresenta os indivíduos como formalmente livres e proprietários de mercadorias que serão trocadas no mercado⁶⁰. Como resume Caldas (2015, p. 129-130, destaques do autor):

(...) podemos perceber que, no capitalismo, a *forma* das relações sociais se contradiz com seu *conteúdo*, pois os sujeitos se veem *ao mesmo tempo* como livres e iguais e como coagidos e desiguais, por conseguinte, diante de uma contradição insolúvel e inerente a esse modo de produção.

Assim, o autor argumenta que a acumulação, fundamentada na exploração da força de trabalho comprada e consumida como mercadoria que reproduz seu próprio valor e produz um valor extra (o mais-valor), tem origem nas relações econômicas nas quais os sujeitos são coagidos a participar, visto que estão separados dos meios

⁶⁰ Não teremos condições de incorporar neste momento o recente livro de Jorge Grespan (2019) *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*, mas cremos que mereceria atenção em um próximo trabalho. Por hora, então, sigamos com o que Marx diz no capítulo sobre a forma-salário apagar a divisão da jornada de trabalho entre a parte paga e a não paga: “Que em sua manifestação as coisas frequentemente se apresentem invertidas é algo conhecido em quase todas as ciências, menos na economia política.” (MARX, 2017, p. 607).

de produção e reprodução de suas vidas e são possuidores unicamente dessa mercadoria especial que produz valor e mais-valor. Entretanto, como a relação se apresenta como uma entre proprietários privados que celebram um contrato de compra e venda no mercado, o Estado é a instância necessária para garantir a existência da lei e o cumprimento dos contratos, bem como a manutenção da forma de exploração econômica, sendo, assim, pressuposto para que a própria forma como o modo de produção capitalista se estrutura se apresente como tal. Como a relação entre os possuidores de mercadorias no mercado é baseada na igualdade formal e na vontade de ambas as partes, se fosse legítimo e legal que uma das partes usasse de violência para com a outra, o próprio fundamento da relação estaria comprometido. Por isso, como nos explica Caldas (2015), o que as teorias liberais chamam de “monopólio legal da violência” se concentra no Estado, visto que ele está formalmente separado das relações de produção.

Se o Estado está formalmente separado das relações sociais de produção, mas sua própria forma é capitalista, independe se o poder político está na mão dos trabalhadores ou dos proprietários dos meios de produção. Estando com uns ou com os outros, os autores com os quais estamos dialogando no momento afirmam que, obviamente, ele não será capaz de resolver ou mediar os conflitos entre capital e trabalho, especialmente em momentos de crise, como o vivido durante a deflagração do debate sobre a derivação do Estado, sendo uma ilusão acreditar que ele possa garantir a existência de direitos sociais/trabalhistas em meio à agudização da concorrência intercapitalista, ao desenvolvimento da maquinaria e à própria crise, sendo necessário compreender como essas questões “rebatem” no Estado, ou seja, como as crises e as mudanças no modo de produção reverberam na forma de dominação política, uma que, devido à sua própria forma, é impossibilitada de garantir alterações qualitativas no modo de organização social, podendo, no máximo, a depender das condições históricas e conjunturais, assegurar estabilidade, cumprimento dos direitos e maior participação na luta redistributiva (CALDAS, 2015).

Partindo da compreensão da forma-política ou estatal, as discussões se envolveram em como particularizá-lo, ou seja, como derivá-lo a partir das categorias da crítica marxiana da economia política. É aqui que entram as divergências não só para com a linha desenvolvida por Mascaró, Caldas e Osório, a partir da obra de

Joachim Hirsch e da escola histórica, mas também com Bolaño (2000; 2015)⁶¹, que segue a escola da lógica, representada principalmente pelo artigo de Bernhard Blanke, Ulrich Jürgens e Hans Kastendiek (2017) *Acerca de la reciente discusión marxista sobre el análisis de la forma y función del estado burgués. Reflexiones sobre la relación entre política y economía* (Acerca da recente discussão marxista sobre a análise da forma e função do estado burguês. Reflexões sobre a relação entre política e economia). Essa divergência se deve a ambas, por considerarem insuficientes as análises puramente em termos lógicos, incorporarem o referencial da escola francesa da regulação (ponto ao qual voltaremos na sequência) e analisarem o modo de produção capitalista com auxílio dos conhecidos “termos médios” de regime de acumulação fordista ou pós-fordista e modo de regulação keynesiano, social ou neoliberal. Compreendemos a passagem de uma à outra, que não é feita de maneira idêntica, mas achamos que Ruy Fausto (1987) e a análise da própria lógica do capital, bem como das funções básicas que ele apresenta como passíveis de serem derivadas a partir da forma-Estado, nos permite formular a questão de maneira mais adequada que a escola da regulação.

3.2.2 As Escolas Lógica e Histórica no Debate da Derivação

Camilo Caldas (2015, p. 156) define as duas escolas envolvidas no debate derivacionista e a própria afiliação de pensadores a ele assim:

Concluimos, assim, que determinados pensadores podem ser considerados como integrantes do derivacionismo na medida em que deduzem as funções do Estado a partir do exame das categorias da economia capitalista, ou seja, das relações sociais que diferenciam esse modo de produção dos antecedentes e que o definem. No caso dos integrantes da Escola Lógica do Capital, existe, na realidade, como elementos de diferenciação, a valorização excessiva da capacidade explicativa das funções do Estado a partir das categorias do capital, bem como uma desvalorização da análise da constituição histórica do Estado e da luta de classes. Portanto, ainda que elabore uma teoria nos moldes derivacionistas, a Escola Lógica do Capital não se confunde com a totalidade dos pensadores e do derivacionismo e deve ser entendida como um subgrupo dentro do debate (...).

⁶¹ Em 2015, como *Campo Aberto*, foi publicado o apêndice metodológico da tese de Bolaño, cuja publicação como *Indústria Cultural: informação e capitalismo* não contara com o procedimento metodológico da derivação à regulação. Assim, a referência mais adequada para nossos objetivos é a do livro mais recente.

No caso mais especificamente da análise da constituição formal e histórica do Estado, Caldas (2015, p. 157-158, destaques do autor) apresenta por meio de das elaborações de Hirsch, seu mais destacado representante, as principais preocupações:

(...) Hirsch afirma que as tendências objetivas da lei do valor e das relações capitalistas são mediadas, no nível nacional e internacional, pelo movimento político concreto, pela luta de classes e pelo conflito entre os capitais individualizados ou agrupados, razão pela qual uma investigação sobre o Estado deve incluir o todo das condições sociais e políticas da produção da formação social, que está sujeito a transformações no processo histórico, pois, segundo Hirsch, "(...) uma 'derivação' estrita das funções do Estado não é possível por meio de uma investigação que permaneça no nível analítico do 'capital em geral'". Portanto, para se formular uma teoria a respeito das funções desempenhadas pelo Estado seria necessário agregar o exame empírico da história, pois a luta concreta de classes define o modo como tais funções surgirão e permanecerão existindo.

Como temos argumentado desde o início do capítulo, é preciso cuidado na análise e inserção da luta de classes, para não interpretá-la como o "motor da história", como nos parece que é feito através dessa - e aqui usaremos o próprio termo que Caldas utilizou para se referir à escola da lógica - "valorização excessiva" do exame empírico da história e da luta de classes. Se compreendemos que as leis, que em Marx têm caráter tendencial, são objetivas, até que ponto a luta de classes pode impedir ou retardar sua realização? Ou, dando um passo a mais, se considerarmos que a luta de classes pode "definir o modo como tais funções [do Estado] surgirão e permanecerão existindo", como explicar a realização das tendências internas ao próprio capital, como a substituição de trabalho vivo por morto e o conseqüente aumento de sua composição orgânica, sem creditar isso a uma espécie de capacidade racional e organizativa da outra classe (no caso, a burguesia), a qual seria, para dizer o mínimo, bastante questionável? Desses gargalos, surgem explicações como "Isso é luta de classes!", que não deixa de ser verdade, mas tampouco apreende a compreensão que acreditamos ser a mais adequada: o movimento exposto por Marx em *O Capital* é o do próprio capital e, portanto, de sua crise. Ele é o sujeito automático e é da compreensão de seu desenvolvimento que devemos particularizar o Estado, ou seja, de sua lógica. Só então poderemos incorporar determinações históricas na análise. Para explicitar

nosso ponto, voltemos brevemente à diferença entre as derivações lógica e histórica e a forma como Mascaro (2013) e Bolaño (2015) incorporam a regulação.

Mascaro (2013), seguindo Hirsch e a escola histórica, deriva o Estado das relações sociais de produção, assumindo-o como forma necessária para a reprodução capitalista, sendo responsável por assegurar a troca de mercadorias e a exploração da força de trabalho (instituindo e institucionalizando a propriedade privada e, portanto, a separação entre meios de produção e produtores diretos). Assim, por meio da análise da luta entre as classes e do desenvolvimento histórico-empírico – por isso, Caldas (2015) define a escola como “constituição formal e histórica” – são apreendidas as correspondentes funções do Estado e suas permanência, alteração ou supressão. A incorporação do instrumental da escola da regulação, portanto, se insere nesse esforço analítico de compreender o desenvolvimento das funções do Estado, em meio ao desenvolvimento do capitalismo e suas fases de estabilidade ou períodos de crise, apresentando tal escola “ferramentas explicativas médias, que deem conta do entendimento das variáveis político-econômicas que constituem as grandes fases internas do capitalismo”. Assim, na análise, “trata-se de trabalhar, no contexto da analítica geral do capitalismo, as suas específicas fases e suas correspondentes regulações” (MASCARO, 2013, p. 112). Por isso, elucidativamente, Mascaro (2015, p. 113) define “regime de acumulação” assim:

No interior da reprodução social capitalista, cada uma de suas grandes fases se assenta sobre um modo próprio de extração do mais-valor e de obtenção de lucro. A estabilidade de tal padrão econômico envolve específicas articulações entre as classes capitalistas e trabalhadoras. A propriedade privada e a taxa de lucro orientam variadas dinâmicas econômicas. A massa de ganho salarial impacta a produção, o comércio e as finanças. A tecnologia e os meios de produção posicionam a economia em diversos graus na consolidação de seu mercado e na sua inserção nas trocas internacionais. Nesse quadro econômico, o regime de acumulação se apresenta como uma estruturação de relações sociais capitalistas complexas que conseguem alcançar algum grau de articulação e manutenção, perfazendo uma fase sistemática no seio das instabilidades e crises do capitalismo.

Enquanto, para o autor (MASCARO, 2013, p. 112), “modo de regulação” pode ser definido dessa maneira:

No entanto, tal regime de acumulação não se constitui, apenas, numa dinâmica do nível econômico, embora este lhe seja seu primeiro

motor. Para que haja a possibilidade de apropriação do resultado de terceiros, recrutados mediante contrato, há formas sociais e uma série de mecanismos políticos e jurídicos que consolidam um núcleo institucional suficiente e próprio à acumulação. Além de serem constituídas objetivamente por tais formas sociais, as classes trabalhadoras agem no contexto dessas instituições, incorporando no mais das vezes seus valores médios – respeito à ordem, aos contratos, à propriedade privada, ao Estado. Não só o que é explicitamente público entra nessa conta institucional, mas também uma rede vasta e estrutural que perpassa entidades, sindicatos, igrejas, escolas, família, cultura e meios de comunicação de massa. A esse complexo institucional, cuja manutenção em determinadas fases consolida-se com alguma estabilidade, centrado no Estado mas maior que os seus contornos autodeclarados, pode-se denominá-lo modo de regulação.

Ou seja, para sumarizar a apropriação que Mascaró, Caldas e tantos outros fazem da escola histórica do debate da derivação: o Estado é formalmente derivado das relações sociais de produção, ou seja, das relações de produção de valor e mais-valor, tendo por função básica a garantia dessas mesmas relações, principalmente através do direito (a forma-jurídica derivada por Pachukanis da mercadoria); sendo assim, a investigação que se impõe aos pesquisadores é a de compreender historicamente, através da análise empírica e da luta de classes para constituição/mudança de estruturas ou funções, como a forma-política se desenvolve de acordo com o modo de produção capitalista, um que é permeado por períodos de estabilidade e de crise, nos quais podem ser apreendidos correspondentes regimes de acumulação e modos de regulação. É por esta abordagem formal e histórica que há a possibilidade de incorporar com mais facilidade autores marxistas como Althusser (p. ex., 2008), autor de referência para todo o grupo de pesquisadores, tendo, inclusive, em alguns momentos, mais destaque que o debate derivacionista e a categoria de forma. Mesmo não sendo da área de atuação e pesquisa deles, é bastante explicativo notar que a análise da comunicação é feita pelo seu entendimento como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) e não como *forma social*, tal qual desenvolvida por Bolaño (2000) e apresentada anteriormente.

Antes de nos voltarmos para a escola lógica, cabe ressaltar as divergências, fundamentais para a sequência da investigação. Há três problemas básicos com tal abordagem: 1) o primeiro, visto a estruturação do próprio texto, é a ausência de um conceito de *crise*, a qual aparece quase que como marco de separação entre fases de desenvolvimento capitalista ou uma demarcação analítica entre períodos históricos; 2) se a contradição característica da modernidade é Estado-sociedade

civil, ou seja, uma esfera política onde a igualdade reina e outra econômica onde o fundamento é a desigualdade, como apresentamos no início deste capítulo, ela não está devidamente apreendida na análise, visto que o Estado está derivado das relações sociais de produção, portanto, de apenas um dos polos antitéticos. Ele não está derivado também do momento lógico da *circulação simples de mercadorias* (a aparência), no qual os indivíduos se reconhecem como iguais no mercado. A diferença é sutil, mas relevante, visto que, como explicam Fausto (1987) e Bolaño (2015), o capital se apresenta/manifesta de uma forma (igualdade), mas sua essência é outra (desigualdade). Se apreendermos apenas um dos momentos (no caso, o da produção), o Estado será derivado enquanto forma garantidora das relações sociais de produção, não sendo, entretanto, contraditoriamente, também o momento do intercâmbio, da troca, onde a relação é de equivalência, de igualdade. Assim, no caso de Mascaró, esta contradição somente será resolvida, posteriormente, com o direito posto pelo Estado. Voltaremos a este ponto em breve, quando da exposição do argumento completo, o qual culminará na abordagem do problema 3): a análise histórico-empírica e da luta de classes resultante dos dois problemas anteriores. Para evitar confusões, deixaremos a questão para o final do capítulo, mas vale ressaltar que não nos opomos a tal análise, mas consideramos que ela terá alguns outros problemas, se fundada em uma apropriação que consideramos inadequada do arcabouço marxiano. Vejamos como a questão se desenvolve com Bolaño.

No apêndice metodológico de sua tese, Bolaño (2015) expõe o trajeto desenvolvido por ele para passar do “método da derivação das formas” à regulação⁶². Assim, ele inicia destacando que não é possível derivar o Estado “enquanto entidade histórica, mas um Estado capitalista ideal, teoricamente concebido a partir, exclusivamente, das possibilidades postas ao longo da particularização que Marx faz do capital” (BOLAÑO, 2015, p. 78). Por isso, seguindo o artigo citado anteriormente de Blanke, Jürgens e Kastendiek, o autor tem como objetivo inicial fundar, a partir de seu pressuposto lógico (a circulação simples), o Estado. Para tal, define-se a forma-lei como necessária para a existência da troca e, portanto, a partir dela, pode ser derivada a “possibilidade de existência de uma *força*

⁶² Inicialmente, ele foi publicado na revista *EPTIC* com o título *Da derivação à regulação: para uma abordagem da Indústria Cultural* (BOLAÑO, 2003), visto que, como já dissemos, no livro de 2000 ele havia sido suprimido.

de coerção extraeconômica, cuja função seria a de sancionar, formular ou garantir a aplicação da lei” (BOLAÑO, 2015, p. 182). Ou seja, a partir da forma-lei, deriva-se a possibilidade de uma função a ser preenchida pela referida força.

Dando um passo adiante, Bolaño (2015) analisa as condições para que tal força seja compatível com a circulação simples. Aqui, o autor encontra a contradição própria ao capital, ou seja, ao mesmo tempo em que a relação de troca é formalmente uma de equivalência ou igualdade, há uma desigualdade fundamental protegida pela força, que é a relação de venda da força de trabalho por um valor menor do que o que ela produz. Por isso, para o autor, o Estado é “*Estado de classe*”. Apesar disso, todas as relações aparecem como formalmente iguais: 1) tanto o capital como o trabalho assalariado são proprietários em livre relação de compra e venda de mercadorias; e 2) o capital, que comprou a força de trabalho, portanto, tem direito ao produto produzido pelas mercadorias adquiridas por ele. Bifurca-se, assim, o domínio em dois flancos: por um lado, o econômico é o dos meios de produção (como capital) sobre o trabalho, garantido pelo direito privado, enquanto, por outro, o público e abstrato, é assegurado pelo direito público. A aparência é de separação, independência, mas a unidade entre contraditórios é de base. Por isso, Bolaño (2015, p. 80), considera a contribuição dos três superior a de Hirsch, cuja derivação depende de uma teoria econômica da crise, para apreender o Estado como uma instância “crítica”, tendo, assim, “a vantagem de, sem deixar de considerar o Estado como força repressiva, abrir o campo para o estudo de seu caráter ideológico.”

Na sequência, Bolaño (2015) destaca que os autores admitem ter na “possibilidade” o limite da análise da forma, não chegando, assim, na “necessidade” do Estado. Ele, entretanto, diz que é preciso pensar pelo ponto de vista do método e faz duas citações bastante relevantes de um texto de Ruy Fausto (1987) sobre o Estado, as quais reproduziremos na sequência, acrescentando as partes suprimidas pelo autor, visto que elas serão relevantes para a sequência do argumento. Primeiro, sobre o método:

(...) no nível da circulação simples, os agentes da troca de mercadorias são indivíduos *iguais*, e a sua troca, que obedece à lei do valor, se faz o princípio de *equivalência*. Tem-se face a face dois indivíduos, ambos proprietários de uma mercadoria que obtiveram direta ou indiretamente através do *seu trabalho*, e que a trocam segundo o princípio da equivalência. É nesse sentido que Marx

escreve que o princípio da apropriação no nível da circulação simples é o da *apropriação pelo trabalho próprio* e que o princípio das trocas é nesse nível o da equivalência de valor dos objetos trocados. A apresentação da circulação simples é essencial à apresentação do Estado. Mas, por ora, passemos aos outros momentos. O segundo momento, que aqui nos interessa menos, é o da *primeira* negação: nele o capital é posto mas com uma pressuposição externa, a da existência ou da presença do capitalista e do trabalhador. Essa pressuposição tem uma história que *poderia* ser a de uma apropriação pelo trabalho, e portanto de uma situação de igualdade. Na terceira parte, todo traço da igualdade da apropriação e da equivalência desaparece. Quando se considera o processo de produção como um movimento contínuo, a troca de equivalentes se torna uma simples aparência e com ela a igualdade dos contratantes e a apropriação pelo trabalho. A relação entre capitalista e trabalhador (que se torna a relação entre a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores) vem a ser uma relação de não equivalência entre desiguais, apropriação da riqueza não pelo trabalho próprio mas pelo trabalho alheio. O ato pela qual uma classe bomba a riqueza produzida por outra classe. Essas duas partes (a primeira e a terceira, a segunda é a mediação entre elas) estão assim ligadas por uma relação de interversão, portanto de contradição. As determinações da primeira se invertem nas da segunda. *É essa interversão, contradição, que tem de ser o ponto de partida para a apresentação do Estado capitalista.* A necessidade do Estado capitalista está implícita, pressuposta, nessa interversão. (FAUSTO, 1987, p. 292-3, destaques do autor).⁶³

Na sequência, Fausto (1987) faz algumas observações, às quais voltaremos posteriormente, mas antes continuemos com a exposição de Bolaño (2015), que continua o argumento com este longo trecho, que também nos auxiliará adiante:

O Estado põe o direito — que até aí era uma relação jurídica interior à sociedade civil — enquanto direito que emana do Estado. A relação jurídica ligada à relação econômica pressupõe a lei mas não a põe. A lei enquanto lei é posta pelo Estado. O direito se torna direito *positivo*. [...] ⁶⁴ Mas por que a relação jurídica deve ser posta enquanto lei? O começo da resposta, mas só o começo, se obtém comparando a relação jurídica enquanto lei com a ideologia. Como observamos em outro lugar o que caracteriza a ideologia é o bloqueio das significações. A ideologia torna positivo — e esse “positivo” pode ser

⁶³ A citação em Bolaño (2015, p. 80) é assim: “No nível da circulação simples, os agentes da troca de mercadorias são indivíduos iguais, e sua troca, que obedece à lei do valor, se faz segundo o princípio da equivalência [...] Quando se considera o processo de produção como um movimento contínuo, a troca de equivalentes se torna simples aparência e com ela a igualdade dos contratantes e a apropriação pelo trabalho. A relação entre capitalista e trabalhador (que se torna a relação entre a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores) vem a ser uma relação de não equivalência entre desiguais, apropriação da riqueza não pelo trabalho próprio mas pelo trabalho alheio [...] Essas duas partes [...] estão assim ligadas por uma relação de interversão, portanto de contradição. As determinações da primeira se invertem na segunda. É essa interversão, contradição, que tem de ser o ponto de partida para a apresentação do Estado capitalista. A necessidade do Estado capitalista está implícita, pressuposta, nesta interversão (FAUSTO, 1983, p. 292).”

⁶⁴ Suprimimos esta parte na qual Ruy Fausto critica as análises pela via da relação entre “infraestrutura” e “superestrutura”, por ela ser irrelevante para o argumento.

igualmente relacionado com a noção de posição — aquilo que é em si mesmo negativo, aquilo que contém a negatividade. A essência da ideologia está em “cristalizar”, no seu momento positivo, um discurso que se interverte no seu contrário. Ela funciona como bloqueio, freio da — isto é, contra a — interversão. E isto precisamente a serviço da interversão. É para que a interversão se opere que é necessário que ela “desapareça”. A ideologia põe só o primeiro momento, para que contraditoriamente esse primeiro momento seja “negado” em proveito do segundo. Ela nega o segundo momento no nível das ideias, exatamente para que ele seja posto no nível da base “material”. A negação é posição e a posição negação. Poder-se-ia dizer a mesma coisa a propósito da fixação da relação jurídica enquanto lei do Estado. A posição da relação jurídica enquanto lei do Estado “nega” o segundo momento e só faz aparecer o primeiro, exatamente para que, de maneira contraditória, a interversão do primeiro momento no segundo possa se operar na “base material”. O Estado guarda apenas o momento da igualdade dos contratantes negando a desigualdade das classes, para que, contraditoriamente, a igualdade dos contratantes seja negada e a desigualdade das classes seja posta. Vê-se em que consiste a célebre inversão que opera a ideologia e que se representa frequentemente, seguindo a *Ideologia Alemã*, como uma representação em “câmara escura”. Na realidade, melhor do que como “representação de cabeça para baixo”, troca do inferior pelo superior etc., é preciso pensar essa inversão como inversão dos “valores” da posição e da negação: o sentido rigoroso da imagem da câmara obscura e de outras, é que o negado se apresenta como posto e o posto como negado. Mas, se se conhece através disso a função e a significação da posição da lei (pelo menos num primeiro momento), é necessário se perguntar por que é preciso que haja posição. Ora, a resposta para esta pergunta está no próprio fato da interversão, mas num sentido que vai mais longe do que foi dito até aqui. A posição da lei se impõe porque a igualdade dos contratantes se interverte no seu contrário, porque a lei (o primeiro momento) contém em si o princípio do seu contrário. Mais precisamente: se a relação jurídica obedecesse à lógica da identidade, se ela fosse (somente) idêntica a si mesma, ela não precisaria ser posta enquanto lei. Ou, antes, a sua posição enquanto lei seria no máximo uma exigência externa. A sua transgressão poderia ocorrer ou não, e portanto toda garantia contra a transgressão, a da ideologia como a do Estado, não teria a mesma necessidade. Não ocorre o mesmo para uma relação jurídica (a lei pressuposta) que contém em si mesma o seu contrário, que se interverte no seu contrário. Uma lei que não se realiza senão pelo seu contrário é uma lei que só se efetiva pela sua transgressão. Diferentemente de uma lei idêntica a si mesma, uma lei que se realiza pelo seu contrário contém a transgressão no interior dela. Como diz Marx, é uma lei que não se efetiva, que não obedece a si mesma e a que não se obedece senão pela sua transgressão. Ora, uma lei que só é obedecida quando ela é transgredida, contém em si mesma não só a transgressão enquanto transgressão-auto-realização-negativa, mas contém igualmente a possibilidade de uma transgressão que vise precisamente salvar a sua identidade. Ou, em outros termos — se a lei enquanto lei (o seu primeiro momento) é transgredida quando se lhe obedece plenamente, está na ordem das coisas que se tente *não* obedecê-la (não obedecer ao primeiro momento) para que ela *não* seja transgredida. Se a obediência é

transgressão, a transgressão é obediência. Se a transgride — isto é, se questiona o primeiro momento, a lei dos equivalentes enquanto lei dos equivalentes, o contrato livre, ou seja, se quer alterar o contrato “livre”, em favor de uma das partes — para que ela não seja transgredida, para que o contrato não se torne o que ele se torna por si mesmo, o contrário do contrato livre e da relação entre iguais. Se a identidade se interverte no seu contrário é preciso “negá-la” para salvá-la. A transgressão da lei se torna assim a *transgressão da transgressão*. A transgressão de uma lei que transgride a si mesma é assim tirada da própria lei. Mas se a possibilidade *real* da transgressão está dada, se compreende porque a ideologia e o Estado são necessários. Eles são os guardiães da identidade. Essa função o Estado a realiza em parte como a ideologia a realiza, mas em parte diferentemente dela, na forma da força material e da violência; da simples presença da força material ou da sua efetivação, “polícia” preventiva ou repressiva. (FAUSTO, 1987, p. 297-301, destaques do autor).⁶⁵

Feitas as referências e resolvido o problema da “necessidade” do Estado, Bolaño (2015) retorna, então, aos alemães da escola lógica para apontar a articulação possível entre a derivação e o que ele define como um conceito “bastante operacional de regulação” (BOLAÑO, 2015, p. 82), de acordo com seu problema de pesquisa, que era a Indústria Cultural. Por isso, Bolaño articula os dois momentos (a contradição), para, inserindo a dinâmica da concorrência na análise, conferir ao Estado o cumprimento das funções de um “*capitalista coletivo ideal*”, ou seja, a garantia das “condições gerais externas para a produção da mais-valia pelas unidades de capital individual em concorrência” (Ibidem, p. 81). Assim, o autor define duas funções gerais do Estado: a regulação da concorrência intercapitalista e a da relação capital-trabalho. Como o próprio autor reconhece, a “não funcionalidade é também sempre possível” (Ibidem, p. 83). Definidas as duas funções, Bolaño não

⁶⁵ O referido trecho está em Bolaño (2015, p. 80-81) assim: “O Estado põe o direito [...] enquanto direito que emana do Estado. A relação jurídica ligada à relação econômica pressupõe a lei mas não a põe. A lei enquanto lei é posta pelo Estado. O direito se torna direito positivo [...] a posição da relação jurídica enquanto lei do Estado nega o segundo momento e só faz aparecer o primeiro, exatamente para que, de maneira contraditória, a intervenção do primeiro momento no segundo possa se operar na ‘base material’. O Estado guarda apenas o momento da igualdade dos contratantes negando a desigualdade de classes, para que, contraditoriamente, a igualdade dos contratantes seja negada e a desigualdade das trocas seja posta [...] A posição da lei se impõe porque a igualdade dos contratantes se interverte no seu contrário, porque a lei (o primeiro momento) contém em si o princípio de seu contrário [...] Ora, uma lei que só é obedecida quando ela é transgredida, contém em si mesma não só a transgressão enquanto transgressão-auto-realização-negativa, mas contém igualmente a possibilidade de uma transgressão que vise precisamente salvar sua identidade ... Mas se a possibilidade real da transgressão está dada, se compreende porque a ideologia e o Estado são necessários. Eles são os guardiões da identidade. Essa função o Estado a realiza em parte como a ideologia a realiza, mas em parte diferentemente dela, na forma da força material e da violência; da simples presença da força material ou da sua efetivação, ‘polícia’ preventiva ou repressiva. (Fausto, 1987, p. 297)”

prossegue mais na teoria do Estado, mas se volta para, como apresentamos no início do trabalho, derivar a informação, as formas funcionais publicidade e propaganda da comunicação e a particularização da Indústria Cultural, no momento do capitalismo monopolista, como instância de mediação entre os interesses de Estado e capital com o público, cujas necessidades simbólicas serão supridas pelo programa, no caso da televisão comercial (BOLAÑO, 2000).

A construção metodológica feita por Bolaño (2015) permite que ele incorpore, de maneira mais “genérica” e menos “megalomaniaca” do que os franceses, a “dinâmica de função-regulação”, tornando possível a apreensão de uma regulação do conjunto, ou seja, compreendendo, por exemplo, moeda e direito não como “formas funcionais”, mas “*formas regulativas*” (BOLAÑO, 2015, p.92), fruto da fixação de compromissos entre Estado e capitalismo. Isso é importante para a particularização da Indústria Cultural e da contradição economia-cultura que ele desenvolverá, isto é, da necessidade de uma “*forma cultura da relação social capitalista*” (BOLAÑO, 2015, p. 97) adequada para o desenvolvimento e para a naturalização da forma como o modo de produção se apresenta e se desenvolve. Esta é uma elaboração que mereceria mais atenção e destaque, algo que não teremos como fazer nos limites deste trabalho. Por isso, voltemos ao Estado.

Como nosso interesse de pesquisa, ao menos neste momento, não é desenvolver uma abordagem em termos de regulação⁶⁶ ou apresentar um modelo para análise para a Indústria Cultural e agora a internet, como já fez o próprio Bolaño (2013), daremos agora atenção ao texto todo de Ruy Fausto, bem como às três formas de intervenção básicas que ele apresenta para o Estado clássico. Apesar da abordagem do principal autor da EPC ser mais interessante que a leitura da escola de Mascaró e Hirsch, acreditamos que ainda há elementos no texto de Fausto que nos permitirão fazer uma apropriação do debate da derivação de maneira mais adequada para os propósitos de nosso trabalho, as quais serão fundamentais para se pensar a luta de classes e a acumulação, como havia levantado Holloway, mas também a constituição e inserção no Estado das determinações do mercado mundial.

⁶⁶ Na verdade, desde o TCC, o argumento que subscreve os interesses de minha pesquisa é a incapacidade e, portanto, impossibilidade de regulação da internet e das grandes corporações que a dominam (BERNARDI, 2018).

3.2.3 Da Derivação Lógica do Estado à Luta de Classes Determinada pela Forma

No segundo livro de *Marx: Lógica e Política*, Ruy Fausto (1987) dedica um capítulo inteiro ao Estado. Para iniciar, o autor afirma que a “teoria das classes está pressuposta em Marx”, isto é:

Ela está presente no sentido de que a crítica marxista da economia política remete, através da análise das relações de produção e de distribuição, a “suportes” (*Träger*) definidos por essas mesmas relações como pertencentes a classes diferentes. Ela não está presente no sentido de que a teoria desses portadores, na medida em que eles constituem grupos, não foi apresentada teoricamente ou foi só objeto de um início de apresentação. (FAUSTO, 1987, p. 287, destaques do autor).

Com relação ao Estado, entretanto, a situação é a mesma, mas a afirmação é ainda mais rigorosa, visto que Marx, fora algumas referências explícitas, as quais não substituem a apresentação de uma teoria acerca dele, nem inicia a apresentação do Estado, como Ruy Fausto (1987) considera que é feito com as classes. Apesar disso, para o autor, as categorias d’*O Capital* pressupõem uma teoria do Estado. Antes de iniciar a apresentação de tal teoria a partir do livro de Marx, Fausto (1987, p. 289) faz a ressalva de que “ela só pode ser uma teoria incompleta”, o que não a impede de ter rigor e ser satisfatória para com o método. Nesse sentido, ele considera exceções que poderiam interessar à teoria desenvolvida a partir d’*O Capital* o texto clássico de Pachukanis e a compilação feita por Holloway e Picciotto do debate derivacionista. É da formulação do jurista soviético que ele inicia a apresentação, desembocando no início da derivação a partir da intervenção/contradição, como expomos anteriormente, do momento da *circulação simples de mercadorias* na relação entre desiguais (a classe de capitalistas e a de trabalhadores). “O desenvolvimento do Estado se faz na realidade a partir da relação contraditória entre aparência e essência” (FAUSTO, 1987, p. 1987).

Recuperando Pachukanis, Fausto lembra que a relação de troca não é somente econômica, mas também de “direito”, ou seja, os indivíduos se reconhecem no mercado não como meros suportes, mas “sujeitos de direito”, constituindo uma relação tanto econômica quanto jurídica. Como efetuar então a particularização referente à passagem de um pressuposto da circulação simples (a troca entre iguais), inserida na sociedade civil, para uma relação interna ao e legalizada pelo

Estado por meio do “direito”? Aqui, Fausto (1987, p. 297), como apresentamos anteriormente, expõe que é o Estado que põe o direito, como emanando de si próprio, ou seja, a relação que era jurídica interior à sociedade civil agora é um direito positivo e está posto. Tal qual a ideologia, que “torna positivo aquilo que é em si negativo”, a lei nega a desigualdade no plano da aparência para que ela possa existir e operar na essência (FAUSTO, 1987, p. 299). É exatamente pelo caráter contraditório da lei, que só é obedecida quando transgredida, ou seja, para que a troca entre iguais, como se apresenta na aparência, seja real, é preciso que a lei não seja obedecida e, portanto, seja transgredida, quebrada, que ideologia e Estado, protetores da identidade (sujeito–sujeito e não capitalista–trabalhador), são necessários, implicando ou não no uso efetivo da força repressiva na realização de tal função.

Além do caminho da violência para resguardar a identidade, Fausto (1987) diz que é possível fazer uma particularização em outra direção. Nesse sentido, poderia se falar em uma diferenciação entre universalidades “abstrata” e “concreta”. A primeira, posta enquanto lei, une os diferentes indivíduos como “pessoas do direito civil”, ligados externamente a si mesmos por meio do “contrato”. A segunda, por sua vez, faz referência aos indivíduos como “cidadãos”, sendo seu laço não o contrato externo, mas a “comunidade em oposição à sociedade”, ou seja, a “totalidade anterior às partes [as classes capitalista e trabalhadora – GB]”. O momento da universalidade concreta, segundo Fausto (1987, p. 306), é “frequentemente esquecido pelos teóricos marxistas do Estado, os quais o confundem muitas vezes com o da universalidade abstrata, do qual ele deve ser distinguido.” Essa questão é bastante interessante, visto que introduz a “comunidade”, termo que teve bastante relevância na exposição anteriormente feita a partir de Pogrebinschi (2009). Entretanto, para serem aparadas algumas arestas, é preciso destacar que a autora fala na comunidade como superação dialética da contradição Estado-sociedade civil, enquanto Fausto (1987) trata dela como um momento que foi intervertido, ou seja, que existe como pressuposto, mas que, no capitalismo, é posto de maneira invertida como “Estado”, esfera na qual os cidadãos “abstratos”, como define Pogrebinschi, aparecem. Por isso, Fausto (1987, p. 310, destaques do autor) diz que tanto a sociedade civil como o Estado têm “pressuposições antropológicas”:

Nos dois casos, é preciso estabelecer uma descontinuidade entre a noção pressuposta e a noção posta. Assim como o valor de uso enquanto determinação antropológica deve ser distinguido do valor de uso tal como ele é posto no interior do sistema (onde ele se torna suporte do valor), toda determinação comunitária que se possa encontrar eventualmente no desenvolvimento do Estado deve ser distinguida da determinação comunitária antropológica. Afirmar que o Estado tem pressuposições antropológicas tem as mesmas implicações, no que se refere à relação entre a teoria do Estado capitalista com um discurso geral sobre a “comunidade”, que afirmar que as categorias desenvolvidas em *O Capital* têm pressuposições antropológicas, para a relação dessas com a “produção” em geral. Através daquela afirmação sobre o Estado se afirma que a teoria do Estado capitalista é teoria específica que só vale no interior do capitalismo (que ela não se fundamenta em nenhuma teoria geral), mas ao mesmo tempo se diz que uma teoria como aquela *não* se apresenta como *inteiramente* cortada de todo discurso geral. A comunidade é a sua pressuposição. Isto significa que o que é ilusório não é a presença em geral da comunidade (como momento, pressuposto ou posto). O que é ilusório é que essa presença pressuposta é apresentada como se ela estivesse posta. A mistificação reside aqui no curto-circuito da diferença entre pressuposição e posição. Mas supor a ausência pura e simples da comunidade é também ilusório.

Assim, ele resume essas considerações reiterando que o Estado “deve ser apresentado como o desenvolvimento da contradição entre os dois momentos que constituem a forma da sociedade civil [aparência e essência]” (FAUSTO, 1987, p. 310). Recuperando termos apresentados anteriormente, Pogrebinschi (2009) apresenta a contradição da modernidade como a separação entre Estado e sociedade civil. Fausto (1987), por sua vez, apresenta ambos como dois momentos da sociedade civil, os quais são contraditórios e é dessa contradição que se pode derivar o Estado. Acreditamos, portanto, que a apreensão de fundo de ambos é bastante similar, sendo desenvolvida de maneira distinta: enquanto a primeira analisa a forma já constituída, a segunda busca em sua formação elementos para desenvolver a análise. Sigamos com o texto de Fausto. Estando o Estado “posto”, ele não é mais apenas um desenvolvimento da sociedade civil, mas, inserido no modo de produção capitalista, ele tem de lidar com os pressupostos da comunidade, ou seja, atuar como instância de alguma forma reguladora ou intermediadora em prol de toda a comunidade (e não só da classe dos capitalistas), mesmo que o faça de modo a garantir a permanência do modo de produção capitalista, de maneira ideológica ou violenta. Assim, concordando com Fausto (1987 p. 312), esta seria a “forma clássica do Estado capitalista”, ou seja, o Estado, ainda em um momento

lógico, derivado da contradição entre aparência e essência da sociedade civil. Como poderíamos, então, pensar seu desenvolvimento junto às leis de desenvolvimento da sociedade civil?

Um desenvolvimento do Estado a partir das contradições que aparecem no plano da análise das leis de desenvolvimento deveria levar igualmente a pôr o Estado como força de equilíbrio do sistema que concorreria com as contratendências internas da sociedade civil, para retardar ou impedir o colapso do sistema. À função de guardião da identidade deveria se manifestar igualmente no plano das leis do desenvolvimento do Estado. Entretanto, se o primeiro resultado vai na linha do que sabemos que Marx pensava sobre o Estado, o segundo não deixa de representar um problema a esse respeito. (Fausto, 1987, p. 313).

Por isso, Fausto (1987, p. 313-314) afirma que Marx subestima tanto a "possibilidade da luta pelo nível salarial" como o "papel reequilibrador do Estado". Apesar da discussão sobre capacidade reguladora do Estado, questão que fica em suspenso para um momento posterior, para o autor, às mutações da ação do Estado no século XX, correspondem mutações na própria sociedade civil, podendo ser "subsumidas pela ideia de intervenção" estatal, as quais não são estranhas ao Estado clássico analisado anteriormente. Assim, ele argumenta que, considerando o desenvolvimento histórico, a atuação do Estado foi maior nos momentos pré e inicial do capitalismo, depois diminuiu até o final do século XIX, quando voltou a crescer. Da análise da forma clássica, Fausto apresenta três formas de intervenção estatal, as quais pressupõem, em geral, anteriores alterações na sociedade civil:

1) a ação do Estado regulamentando a concorrência (excluindo aqui a intervenção nas relações entre capitalistas e trabalhadores assalariados); 2) a ação do Estado nas relações capitalistas/trabalhadores assalariados. Incluiremos nesse caso também a ação do Estado visando dar garantias sociais do tipo seguro de saúde etc.; 3) presença do Estado enquanto agente econômico, sobretudo enquanto proprietário de empresas, que podem funcionar como simples empresas capitalistas. (FAUSTO, 1987, p. 314).

A primeira das formas de intervenção apresentadas por ele, é a regulação da concorrência intercapitalista, como definiu anteriormente Bolaño (2015). Nela, o Estado intervém nos contratos e, assim, na concorrência. Como é através dela que se efetivam as leis de desenvolvimento do capitalismo expostas por Marx, é também nela que irrompem as contradições e as crises. Fausto (1987) diz, então, que em casos de desequilíbrios fora do normal, o Estado intervém de maneira a, se possível,

prevenir a irrupção. Assim, de certa forma, ele é uma forma que “reduz os riscos e assegura uma maior racionalidade ou uma racionalidade menos irracional ao modo de produção. (...) Parece que é aqui, e aqui somente, que é preciso introduzir a ideia de Engels, do Estado capitalista como coletivo capitalista ideal.” (FAUSTO, 1987, p. 315-316). Ou seja, um Estado regulador do conjunto e que atue para, na medida de suas possibilidades, prevenir/evitar a irrupção de contradições e crises, mas também assegurar a manutenção das relações capitalistas de produção.

No caso da segunda, ela está relacionada ao questionamento da equivalência, da igualdade entre as partes que se encontram no mercado. Assim, o chamado “direito social” foi a forma com a qual se reconheceu a desigualdade entre as partes, mas não ainda de maneira a desmistificar a relação. Como diz Fausto (1987, p. 319, destaques do autor): “*No capitalismo contemporâneo não é mais a identidade [sujeitos proprietários] mas a diferença [comprador e vendedor] que oculta a contradição [classes capitalista e trabalhadora].*” Portanto, pode-se falar em uma “revelação (mas) mistificada da essência da sociedade civil” (FAUSTO, 1987, p. 320). Dessa forma de intervenção, que leva ao reconhecimento e à tentativa de mitigação das diferenças, a fim garantir o bem-estar dos membros da comunidade pressuposta pelo Estado, podemos pensar, junto a Fausto (1987, p. 321, destaques do autor), que:

Dizer que o Estado pressupõe uma comunidade significa que o Estado assume a realização de certas tarefas coletivas, mas que ele as realiza no interior das exigências formais do sistema, sistema que se baseia na exploração e na dominação de classe. Quando o Estado corrige diferenças, se pode dizer que ele põe no interior do sistema certas possibilidades inscritas na comunidade que ele pressupõe, comunidade que não significa mais aqui somente a exigência da realização de tarefas de interesse coletivo, mas também a garantia para cada membro da satisfação de certas necessidades. Mas assim como as tarefas de interesse geral são *postas* no interior do sistema (o que significa que há uma ruptura entre elas mesmas fora e dentro do sistema), também as tarefas de proteção e de correção das diferenças são a *posição* no interior do sistema do que elas são, como possibilidades pelo menos, fora ou “no fundo” dele. Isto não significa que essas medidas já estivessem inscritas numa essência qualquer do Estado (embora elas existissem como possibilidades, dadas as das pressuposições comunitárias do Estado).

Esse segundo tipo de intervenção é fundamental, como reconhece Fausto (1987), para apreensão adequada, por exemplo, do Estado de bem-estar social não apenas como uma “anormalidade” ou um desvio do caráter do Estado, mas como

um desenvolvimento que pode ser derivado de sua forma clássica. Há uma nota de rodapé, a 64, que é bem explicativa sobre isso:

Quando o Estado capitalista (...) realiza certas tarefas de interesse coletivo, é inútil supor que a sua ação deva ser explicada em todos os casos a partir das necessidades objetivas da produção ou ainda do interesse de classe. O Estado capitalista realiza tarefas de interesse coletivo, porque como todo Estado ele representa o interesse coletivo. Só que ele representa esse interesse *no interior do modo de produção capitalista*. (FAUSTO, 1987, p. 323-324, destaques do autor).

Assim, são importantes três apontamentos: 1) a teoria marxista não pode simplesmente negar a tese do Estado comunidade, mas tampouco a “pôr”, como o fazem as teorias burguesas/liberais (assumindo o Estado como comunidade real); 2) por isso, a importância da “pressuposição”, tão utilizada por Fausto e pelo próprio Marx na exposição dialética; e 3) a questão central do problema é a “intersversão”, para utilizar o termo do autor ao qual seguimos no momento, ou seja, a comunidade pode ser pressuposta, mas ela é intervertida para ser posta como Estado. Por isso, a contradição entre essência e aparência ou a “manifestação/apresentação invertida”, como expusemos anteriormente.

No caso da terceira forma de intervenção, o Estado se torna ele próprio proprietário, não apenas intervindo no contrato. Ele o faz de modo a “preencher uma espécie de ‘vazio’”. Se se quiser, a intervenção se fundamenta não no caráter contraditório da sociedade civil, mas no seu caráter ‘incompleto’” (FAUSTO, 1987, p. 324-325, destaques do autor). Fausto então recorre a um trecho de Engels no *Anti-Dühring* no qual o autor cita como exemplos os meios de comunicação e transportes (correios, telégrafos, estradas de ferro), ou seja, para garantir as condições gerais de acumulação ou suprir vazios/lacunas em áreas nas quais o tipo de investimento, seja pela grande quantidade de dinheiro necessário ou pela dificuldade de auferir retorno lucrativo, não é feito pelo capitalista individual, ficando, portanto, relegado ao “capitalista coletivo ideal”, como havia definido Bolaño (2015). Assim, segundo Fausto (1987, p. 327), há uma alteração na própria pressuposição do Estado:

A propriedade dos elementos do capital, pressuposição do capital enquanto tal, passa por uma mutação: ela não é mais assumida pelos capitalistas individuais mas pelo Estado. Em termos de apresentação isto representa uma espécie de volta a um momento anterior — o Estado, desenvolvimento da sociedade civil, “volta” a sociedade sob a forma do capitalista-proprietário.

Também é extremamente relevante este terceiro tipo de intervenção, bem como o apontamento para algum tipo de propriedade ou de atuação visando garantir as condições de acumulação para os capitais individuais e, conseqüentemente, o capital em geral. Mas, antes de prosseguirmos nesse sentido, Fausto (1987) recupera algumas conclusões de seu ensaio anterior, que são duas: 1) a autonomização do capital em relação ao capitalista proprietário e, portanto, enquanto propriedade (a primeira negação mencionada anteriormente era posta como pressuposição externa, ou seja, a existência de um capitalista que se apropriava do trabalho alheio, portanto, propriedade sobre o trabalho de outro; neste momento, o capital está desenvolvido ao ponto de estar autonomizado em relação a seu funcionário, o capitalista)⁶⁷; e 2) o avanço do capital para novos setores, aliado à negação de seus próprios fundamentos (a própria lei do valor, sobre a qual se fundamenta o desenvolvimento do capitalismo, tanto na igualdade na troca como na desigualdade na produção, seria tendencialmente negada pelo aumento do trabalho improdutivo em relação ao produtivo, ou seja, pelos problemas postos por um medida que, como apresentamos no início deste trabalho, é afetada pelos desenvolvimentos do próprio modo de produção capitalista).

Com relação ao Estado, o autor destaca duas mutações de conteúdo que são diferentes das que afetam a sociedade civil. Primeiro, há a mudança de pressupostos e o reaparecimento do conjunto das determinações do capital como, em outro plano, “capital do Estado” (FAUSTO, 1987, p. 328, destaques do autor):

Esse movimento “segue” a apresentação clássica: por um lado, ele aparece como uma retomada do movimento de separação entre os meios de produção e os seus proprietários, que caracteriza a origem histórica dos pressupostos do sistema. Por outro lado, ele remete à apresentação clássica também no sentido de que a interiorização dos pressupostos pelo capital, assim como o conjunto de suas determinações, reaparece aqui num outro plano, isto é, enquanto capital do Estado.

⁶⁷ Em um momento oportuno, essa afirmação de Fausto poderia ser comparada com o recente livro de Anselm Jappe *A Sociedade Autofágica* (2019). Nele, o autor, também filiado à escola da crítica do valor, apresenta como o desenvolvimento das formas sociais capitalistas (valor, trabalho abstrato etc.) se autonomiza em relação aos indivíduos (seja capitalista ou trabalhador) e vai se tornando cada vez mais evidente a natureza abstrata da forma de dominação do próprio capital. Poderia se pensar que, se o Estado, como bem destacou Pachukanis, é uma forma de dominação pública e impessoal, o capital também, de certa forma, o é, mas é somente em sua forma mais desenvolvida que essa natureza se expressa, prescindindo inclusive da relação de dominação mediada pelo capitalista, apresentando-se, assim, imediatamente “público”, mas do qual os seres humanos estão alienados.

Ou seja, devido ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e à autonomização do capital em relação ao capitalista, seu funcionário, no plano do Estado, que é formalmente derivado da contradição ou da propriedade (se se pensar na interversão fundamentada nela que altera a relação de igualdade para a de desigualdade), proprietário ou “coletivo capitalista ideal”, permanece a relação de alienação entre produtores e meios de produção, mas sob a forma da propriedade estatal ou, como disse Fausto, “capital do Estado”.

Segundo, como havia exposto Fausto anteriormente, o Estado intervém na economia, reconhecendo a desigualdade, mas de maneira mistificada para garantir a permanência do sistema tal qual ele é. Assim, as ações ou reações do Estado são “‘mecanismos de defesa’ do sistema, e assim eles prolongam a função tradicional do Estado”:

O Estado não se limita a garantir a identidade dos momentos de um sistema cuja transgressão é sempre possível [...]. Agora se trata de expulsar a contradição do seio do sistema, o que se faz em duas direções: “embotar” a contradição entre essência por um lado (quer se trate de contrato ou de concorrência), impedir a “ruptura” (*éclatement*) das oposições, por outro, isto é, frear a tendência ao “colapso”. Todo o problema é saber quais os limites de uma ação como esta. (FAUSTO, 1987, p. 329, destaques do autor).

Assim, Fausto (1987) termina o ensaio reforçando que a análise foi toda feita no nível das formas, mesmo que elas pressupusessem a luta de classes em alguns momentos. Por isso, além dessa questão, não foi desenvolvido o que seria o governo ou como se refletiriam interesses de uma ou da outra classe no seio do Estado, bem como os limites para a atuação dele.⁶⁸

Não é nosso objetivo avaliar governos ou projetos políticos, apesar da questão teórica de como “governar a alienação”, a qual elaboraremos mais adiante, mas, considerando toda a exposição feita até o momento, se faz necessário retomar a questão posta por Holloway (2017) na apresentação do debate alemão da derivação do Estado: pensar a acumulação como luta de classes – e não a relação entre acumulação e atividade do Estado como mediada por ela. Por meio dessa abordagem, podemos compreender o processo de luta de classes como

⁶⁸ Ainda no nível das formas, em outro momento, seria relevante incorporar o teorema do valor-cisão, dissociação ou clivagem, exposto por Roswitha Scholz e elaborado aqui no Brasil principalmente por Taylisi Leite, para pensar o Estado como masculino, assim como a forma-sujeito, visto que ambos são derivados da forma (masculina) do valor. Dentro da EPC, principalmente, Rafaela Martins de Souza, junto a Manoel Bastos (2019) e também César Bolaño (2021), estão desenvolvendo a aproximação entre o teorema elaborado por Scholz e a *forma social da comunicação*.

determinado pela forma, tendente à crise e focado e formado pela luta por acumular. A compreensão de que acumular é luta de classes é central para o argumento desenvolvido neste trabalho, visto que este é um processo em constante expansão e manutenção da relação alienada entre produtores e meios de produção, sejam eles de propriedade de um capitalista individual, de um Estado ou de posse “coletiva” na forma de ações. Assim, ainda seguindo o autor, uma análise por esse prisma reforçaria a necessidade de se pensar a separação e inter-relação entre Estado e capital no processo de desenvolvimento e reestruturação do modo de produção capitalista.

A fim de se pensar essa separação e inter-relação, as elaborações de Ruy Fausto (1987) são bastante relevantes, visto que apreendem o Estado como uma instância intervertida da comunidade pressuposta atuando para garantir a permanência do sistema. Isso pode significar, por exemplo, a incorporação de aspectos do capital, como a propriedade de empresas ou a garantia das condições gerais de acumulação, mas também, a depender de outros fatores, a existência de sistemas público e gratuitos de educação e saúde, bem como condições de realização e financiamento de pesquisas, para recuperar um ponto de bastante relevância nos capítulos anteriores. Aqui nos parece fazer sentido falar em luta de classes ou, melhor, em acumulação como luta de classes. Entretanto, se, como destacou Pogrebinski (2009), a luta política se dá dentro do Estado, visto que é ele que incorpora o coletivo ou a proteção dos interesses de todos, ela está determinada pela própria forma, ou seja, a luta de classes é uma forma especificamente capitalista. Assim, a superação do capital passa pela superação da relação alienada entre as pessoas, seja ela entre cidadãos abstratos reunidos sob o Estado ou entre indivíduos egoístas que se encontram no mercado. Não é a vitória de uma ou outra classe. Tampouco é a tomada e transformação do Estado. É preciso superar a forma alienada, ou fetichizada, se se quiser, como as relações sociais se conformam no capitalismo.

Dito tudo isso, se o horizonte é superar a relação social capital, a qual é alienada e teleológica (a autovalorização do valor é um fim em si mesmo), a luta mais pragmática é ao redor dos ímpetus do capital em constante expansão e reestruturação e a conquista de melhores condições de vida, salariais e de trabalho. Essa relação passa pelo que poderíamos definir como “luta de classes pelas condições de acumulação”. O que queremos dizer com isso? Se devemos entender

a acumulação como luta de classes, enquanto sua superação não é realizada, lutar por condições de acumulação melhores para si representa uma vitória da classe trabalhadora sobre a burguesa. Como diz Marx, em todos os momentos nos quais o tema aparece n' *O capital*, o capital e seus funcionários (a classe dos capitalistas) não possuem qualquer senso de moralidade ou de algum tipo de justiça. A única racionalidade é a irracionalidade da autovalorização do valor. Por outro lado, se o negativo do capital é a crise (GRESPLAN, 2012) e se podemos apreender germes visíveis do socialismo nas formas mais desenvolvidas do modo de produção (ALBUQUERQUE, 2012), lutar pela efetiva criação, manutenção e existência de, por exemplo, sistemas públicos e gratuitos de saúde e de educação, por melhores condições de trabalho (jornadas menores e melhores salários), bem como direitos trabalhistas, sociais e previdenciários é a forma pelo meio da qual a luta de classes intervém no processo de desenvolvimento capitalista, visto que tais condições não serão conferidas pela bondade da classe dos capitalistas. cremos que logicamente é dessa forma que deve ser compreendida a luta de classes.

Qual o papel então do Estado nesse processo? Como ele é a instância na qual estão representados os interesses do coletivo, mesmo que tenha a forma capitalista, como é importante lembrar, a fim de prevenir a destruição do sistema ou a irrupção das contradições, sua forma de intervenção pode assumir um caráter “benéfico” às condições gerais de vida e trabalho da classe trabalhadora, a depender das pressões que são feitas sobre ele. Esse caráter pode ser tanto resultante da força organizada dos trabalhadores, mas também da necessidade de regulação da concorrência interna, se se pensar, por exemplo, na pressão para limitação das jornadas de trabalho citadas por Marx no capítulo 8 de *O Capital* (2017), ou seja, para impedir que capitalistas individuais se beneficiem de um maior número de horas de mais-trabalho, ou, como veremos no ponto seguinte, pelo tipo de inserção e disputa no mercado mundial, podendo ser o Estado “pressionado” pelas determinações mundiais do capital ou de outros Estados-nação para alterar as condições gerais de produção e acumulação.⁶⁹ Ou seja, para finalizar o argumento, se o Estado é a instância que pode intervir de maneiras diferentes em prol desta ou

⁶⁹ Desse desenvolvimento poderíamos tanto compreender, como havia destacado anteriormente Ruy Fausto, o pressuposto da comunidade e a existência de um Estado de bem-estar social quando da existência da alternativa soviética ao capitalismo como elaborar sobre um possível novo pacto social visando a manutenção do sistema em resposta à alternativa chinesa. É também por aqui que podemos compreender a pressão por reformas, ajustes e liberalizações de mercados nacionais.

daquela classe, mas sempre visando a manutenção do modo capitalista de produção, por parte dos trabalhadores, a luta de classes deve ser por, ao mesmo tempo que não tem no Estado seu limite, melhores condições mediadas/reguladas por ele⁷⁰. O objetivo final, entretanto, da luta de classes deve ser superar os antagonismos burguês-trabalhador e Estado-sociedade civil. Para lembrar o dilema “reforma ou revolução?”, poderíamos responder algo como “reforma e revolução”. Seriam algumas “reformas” possíveis de serem implementadas sem a “revolução”? À essa pergunta tendemos a responder negativamente, mas é, de fato, uma que mereceria maior atenção em outros trabalhos.

Quando passamos da análise lógica da forma para a incorporação de determinações históricas, o Estado assume outras características, de acordo com sua constituição como Estado nacional em relação a/com outros, mas também com a posição no mercado mundial. Por isso, agora nos voltaremos ao debate do mercado mundial desenvolvido por Luiz Felipe Osório (2018) e posteriormente pensaremos, a partir de um artigo de Copley e Moraitis (2020), a relação entre um governo nacional e as determinações de natureza mundial do capital.

3.2.4 O Mercado Mundial como Pressuposto e Resultado da Produção Capitalista

O professor de direito e relações internacionais da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) Luiz Felipe Osório foi supervisionado, em seu estágio pós-doutoral, por Alysson Mascaro. O resultado foi publicado, em 2018, no livro *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*, cuja estrutura está dividida em três grandes blocos, sempre introduzidos pelo devido contexto histórico e teórico, de debates marxistas acerca da natureza mundial do capitalismo. No primeiro, denominado como “pioneiro”, o autor revisa as contribuições de clássicos que abordaram o tema do imperialismo, como Hilferding, Luxemburgo, Kautsky, Bukharin e Lênin. No segundo, o “fordista”, aborda os autores do capital monopolista, das teorias marxistas da dependência e do sistema-mundo e das trocas desiguais. O último dos debates é o “pós-fordista”, no qual estão autores subdivididos por ele como “politicistas” (Hardt e Negri e Wood, por exemplo), “parcial politicistas” (Harvey

⁷⁰ Devo à aula de Amaro Fleck (2021) sobre *O Capital* a elaboração feita desta forma.

e Callinicos) e os da “plena crítica” (derivacionistas e Miéville), sendo estes últimos o foco de nosso interesse.

Na apresentação do livro que tem como foco a construção de uma teoria materialista do imperialismo, Osório destaca a importância de pensar no processo global de produção capitalista, tal qual está expresso no livro III de *O capital*:

Intitulado o processo global de produção capitalista, este volume derradeiro da crítica à economia política argumenta basicamente que o mercado mundial constitui em geral a base e a atmosfera vital do modo de produção capitalista, sendo o pressuposto e o resultado da reprodução das relações sociais capitalistas. Essa percepção sugere que o mercado mundial não é produto da soma de vários Estados ou de suas economias nacionais, senão, é a condição por meio da qual existem as relações entre Estados. O mercado mundial apresenta-se como a forma universal de existência capitalista. Em outras palavras, é por meio do mercado mundial que a mercadoria deixa de ser nacional para ser irrepreensivelmente capitalista. (OSÓRIO, 2018, p. 26-7).

Após revisar as contribuições pioneiras e fordistas, Osório encontra no debate derivacionista elementos para a plena crítica do mercado mundial e compreensão do imperialismo. Dentro do referido debate, quem pensou mais detidamente sobre a questão do mercado mundial foi Claudia von Braunmühl⁷¹, cujas elaborações o autor apresenta e, em um momento posterior, conjuga com as de Hirsch, Mascaró e também de China Miéville, chegando, ao final, na questão do direito internacional ser a forma por meio da qual a desigualdade é mascarada como igualdade formal na relação entre os diversos Estados. Como já expusemos anteriormente, não nos aprofundaremos na questão do direito nos limites deste trabalho. Tampouco passaremos novamente por Hirsch e Mascaró, afinal, a elaboração que nos interessa é a proposição feita por von Braunmühl acerca da compreensão do mercado mundial e nenhum dos dois propõe novas questões, mas incorporam, em suas análises materialistas da forma-política, a ideia da multiplicidade de Estados como estrutural ao próprio capitalismo. Voltaremos a esta questão mais adiante, incorporando o conceito de “governar a alienação”, proposto por Copley e Moraitis

⁷¹ Na coletânea organizada por Bonnet e Piva, o artigo final foi escrito por ela e é intitulado *El análisis del estado nacional burgués en el contexto del mercado mundial. Un intento por desarrollar una aproximación metodológica y teórica* (A análise do Estado nacional burguês no contexto do mercado mundial. Uma tentativa de desenvolver uma aproximação metodológica e teórica) (VON BRAUNMÜHL, 2017).

(2020), a partir de uma análise balizada na forma-valor, para apreender as relações entre projetos políticos nacionais e o mercado mundial.

Segundo Osório (2018), von Braunmühl se diferencia de outros autores que tratam das relações internacionais pelo prisma do derivacionismo, a saber, de Christel Neusüss e Klaus Busch, cujas contribuições o autor também apresenta em seu livro, por retomar os trechos nos quais Marx menciona o mercado mundial, conjugando-os com os conhecimentos que acumula no que tange às relações internacionais e ao imperialismo, conseguindo, assim, deslocar o início da análise do Estado nacional para o mercado mundial.

É na dimensão internacional da acumulação, no mercado mundial que se deve derivar ou determinar a forma do Estado burguês. Acumulação, reprodução e expansão do capital não podem ficar aprisionadas às fronteiras nacionais. Também não há razões para se estabelecer a identidade entre Estado e capital, haja vista que o capital (internacional) é organizado e particularizado pelo Estado, dentro de fronteiras nacionais, ganhando a forma de capital nacional, em meio a peculiaridades históricas das lutas sociais. Dessa maneira, a compreensão plena do Estado e do capitalismo passa pelas relações internacionais como um todo. A forma mercado mundial é o modo de existência das relações nacionais; estas subsistem em e por meio das relações do mercado mundial, logo este não é um elemento externo às nações, mas sua base e sua atmosfera vital. (OSÓRIO, 2018, p.199-200).

O ponto central da contribuição de von Braunmühl, como destaca o autor, é que não existe um Estado no singular, mas, sim, um sistema de Estados nacionais, que se relacionam. Assim, o que hoje chamamos de globalização (ou até mundialização, como utilizamos anteriormente) não é uma característica do atual momento do desenvolvimento capitalista, mas da própria forma nacional do Estado, cuja derivação deve atentar para dois aspectos do mercado mundial: a “acumulação global capitalista (essencialmente contraditória)” e o “sistema internacional de Estados (plural e concorrencial)” (OSÓRIO, 2018, p. 200). Portanto, “se a política modifica a lei do valor, o limite da intervenção estatal não pode ser entendido sem que se tenha em mente os limites da forma nacional do Estado.” (ibidem).

Por isso, a partir da contribuição de von Braunmühl, revisada aqui por Osório (2018), quem seguimos neste momento, devemos compreender o mercado mundial não sendo algo como uma união de várias economias nacionais, formando um quebra-cabeça cujas peças harmoniosamente se encaixam, mas tendo a multiplicidade de economias nacionais como partes integrantes e que concorrem

entre si por melhores condições para a valorização do capital e a extensão de suas influências. Sendo assim, o mercado mundial é dividido “posteriormente” em economias nacionais, as quais estão, portanto, em concorrência. Se o mercado mundial é tanto o pressuposto quanto o resultado das relações de produção, os diferentes capitais, também em concorrência, buscam nos Estados nacionais, que se fortificam pelos impulsos do mercado mundial, melhores condições de valorização e de suporte para a disputa na esfera internacional, formando, assim, “múltiplos centros de acumulação moldados em Estados-nações. Destarte, a tarefa teórica é descortinar a forma particularizada em que o capital se apresenta, organizada em Estados nacionais, em coletividade e em constante concorrência.” (OSÓRIO, 2018, p. 203).

Por causa dessa forma de organização, o autor aponta para uma similaridade entre o capital em geral, que engloba a contradição entre a anarquia da concorrência entre capitais e o despotismo do controle sobre os trabalhadores dentro de cada unidade, e o mercado mundial, cuja anarquia está abarcada pela competição entre Estados e pelo despotismo interno a cada unidade, manifesto pela soberania dentro de determinado território nacional. “Por isso, ele [o Estado nacional] será atravessado pela contradição entre a tendência à internacionalização dos capitais e à nacionalização da organização capitalista por meio de um sistema político de intervenções estatais nas relações de produção.” (OSÓRIO, 2018, p. 204). Assim, para Osório, a proposição teórica elaborada por von Braunmühl aponta para a necessidade de compreender o capitalismo como um sistema global determinado pelo imperialismo, não como este sendo uma consequência do desenvolvimento capitalista e dos capitais restritos, até então, às esferas nacionais. A chave para compreender o imperialismo seria, portanto, “a interface entre internacionalização da acumulação e forma política nacional” (OSÓRIO, 2018, p. 208).

Ela [Claudia von Braunmühl] define imperialismo como as formas econômica e política de dependência [assimetria metrópole-periferia] e de modulação das condições de vida, oriundas da estruturação do mercado mundial, que é lapidada pelos imperativos de valorização dos capitais desenvolvidos das metrópoles, que se voltam tendencialmente a abraçar toda produção mundial, e pelas formas de poder político deles resultantes. (OSÓRIO, 2018, p. 209).

Assim, para ambos os autores, o imperialismo é a forma através da qual a atuação dos diferentes Estados nacionais em concorrência é impulsionada pelas

determinações do mercado mundial, precisando ser considerado nos debates as “dimensões da divisão internacional do trabalho e da luta de classes sob determinação da função historicamente modificada da forma política estatal” (OSÓRIO, 2018, p. 210), ou seja, a luta de classes, de maneira similar à apresentada por nós anteriormente, não é elemento “cardial” na compreensão do imperialismo, mas não deixa de ter relevância, estando “imersa na dinâmica que confere as particularizações e peculiaridades dos capitais e dos Estados nacionais”. (ibidem). Afinal, é “pela via nacional que a exploração é mediada.” (OSÓRIO, 2018, p. 212).

Feita essa exposição mais abstrata, tanto ela quanto Osório se voltam para a incorporação de determinações históricas e para a compreensão da formação dos Estados nacionais desde a chamada acumulação primitiva ou originária.

O mercado mundial foi a base necessária da acumulação primitiva, assim como o foram as fronteiras territoriais e a soberania dos Estados nacionais burgueses suas premissas, o que fomentou a Revolução Industrial a eclodir em meio a essa contraditória unidade. A experiência pioneira dos britânicos não pode ser contada sem a consideração central dos fatores externos, bem como os efeitos dessa transformação não ficam limitados às demarcações territoriais burguesas. (OSÓRIO, 2018, p. 214).

Mesmo que se possa argumentar que a consolidação do mercado mundial como campo de disputa depende do desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes e só aparece mais explicitamente a partir da chamada mundialização do capital, para os dois autores, desde o início do capitalismo ele influencia a formação das diversas economias nacionais, que se desenvolvem pela concorrência e pressão dos pares. Finalizando a revisão e exposição da proposta de compreensão de von Braunmühl, Osório termina apresentando, a partir das análises que ela faz das experiências de Inglaterra, França, Alemanha/Prússia e Estados Unidos, as mudanças na organização da forma-política de acordo com as determinações internas e externas do mercado mundial:

O aparato político feudal de dominação foi convertendo-se aos poucos em Estado absoluto, em coalizão em parte objetiva, em parte direta, com o capital mercantil e manufatureiro, comercial, que cimentando os laços econômicos e sociais foi o parceiro do modo de produção capitalista. A concentração e organização do poder estatal impulsionada pelo Estado absolutista eram premissas de um amplo sistema de medidas que produzindo riqueza alicerçavam a burguesia em ascensão, que exigia a delimitação das fronteiras territoriais. O

Estado foi perdendo paulatinamente o caráter dinástico, adquirindo crescente caráter econômico, dentro do qual emergiu o Estado nacional burguês. Com sua política de força e violência no mercado mundial, o Estado mercantil logrou a incorporação sistemática do mercado mundial à economia nacional, a estruturação desta para o mercado mundial. Na política, o aparato estatal atuava no exterior não apenas através da guerra, mas também pela assunção de garantias jurídicas nas operações internacionais de troca, visivelmente como representante e garante do modo de produção predominante. Desse modo, o poderio político e militar de um Estado dentro do sistema internacional constituiu desde início um interesse direto da burguesia em ascensão. (OSÓRIO, 2018, p. 2015).

Assim, por meio do belo trabalho de Luiz Felipe Osório (2018) e das contribuições de Claudia von Braunmühl, podemos compreender o mercado mundial como pressuposto e resultado da produção capitalista e o imperialismo como a forma através da qual ele impulsiona a relação entre Estados. Importante destacar que não estamos tratando, aqui, todos os Estados como dispendo de condições iguais de disputa no mercado mundial, algo que nem mesmo formalmente se verifica em órgãos internacionais como o Conselho de Segurança da ONU, cujos membros permanentes e com poder de veto são apenas cinco (EUA, Rússia, França, Reino Unido e China), mas de como os países que chegaram a se industrializar de algum modo, seja pioneiramente, tardiamente ou planificadamente, sendo os casos clássicos, respectivamente, Inglaterra, Alemanha e Japão e URSS e China, são impulsionados a atuar de maneira imperialista pelo modo de produção capitalista ser essencialmente mundial. Por causa disso, caso alguma área de influência ou setor não seja abarcado pelo braço de um capital sediado em um desses países ou pela política externa dele, para um outro isto significaria uma possibilidade de expansão de seus interesses. A atuação imperialista dos Estados nacionais em concorrência é, portanto, também uma necessidade imanente aos ímpetus expansivos dos diversos capitais, que buscam, por meio das formas-política, melhores condições de acumulação, valorização, expansão e realização dos valores produzidos.

Pensando desta forma, podemos elaborar dois novos pontos de acordo com o argumento construído ao longo deste trabalho. Primeiro, especialmente durante os anos de ouro de capitalismo, no longo *boom*, tal qual apresentado anteriormente a partir de Robert Brenner (2003; 2006), foi possível que países da periferia, do chamado “terceiro mundo”, começassem a se industrializar, por meio de programas como o de substituição de importações, afinal, havia um crescimento de certa forma global que sustentava e acomodava essa industrialização periférica. Desde a crise

dos anos 1970, entretanto, e da superprodução de meios de produção, a concorrência internacional implicará em pressões e disputas entre esses países por espaço em um mercado mundial que chegou ao limite de sua expansão. Essa disputa pela continuidade ou descontinuidade da industrialização aparecerá no que, por exemplo, Arrighi (1999; 2007; 2009) aponta como a reorientação do eixo global para o leste asiático, onde especialmente os Tigres Asiáticos e a China continuarão, com forte apoio estatal, vale destacar, o processo de *catch up*. Por outro lado, na América Latina, para citar o caso de onde nos localizamos, o que será visto é uma precoce desindustrialização, a desregulamentação e privatização de empresas estatais e o desmonte de qualquer programa de apoio e incentivo à industrialização. Nesse sentido, o neoliberalismo - e tudo o que ele representa - assume a posição de única alternativa política e econômica existente para que Estados nacionais periféricos se insiram subordinadamente no mercado global, estando essas regiões relegadas a importar bens industrializados e exportar *commodities*. Um processo que pode ser visto como reprimarização de suas economias, com a finalidade de que eles assumam seus "papéis" nas cadeias globais de produção.

O segundo ponto, que abordaremos com mais calma no ponto seguinte, é a necessidade de alguma forma de mediação nacional desse desmonte dos Estados e dos setores industriais nos países da periferia. Se apresentamos anteriormente que a luta de classes dentro do capitalismo tem um caráter de luta pelas condições de acumulação, essa guinada neoliberal, o desmonte dos programas de industrialização, dos projetos nacionais de desenvolvimento e consequente inserção subordinada na esfera internacional dependeu de uma incorporação interna das determinações do mercado mundial, cujos impactos causados pela supercapacidade de meios de produção não resultou em consequências iguais em países hoje tão díspares, mas na época dispendo de algumas similaridades, quanto, por exemplo, Brasil e China. Importante destacar, e isso devo ao curso sobre o *Milagre da China*⁷², ofertado por Paulo Gala, um representante brasileiro da escola desenvolvimentista, e o já referido Elias Jabbour, que os caminhos tomados pelos dois podem ser entendidos quase como antíteses perfeitas de dois modelos distintos de projeto de país. Hoje, as escolhas tomadas naquele momento podem ser contrastadas, ao menos no que tange ao domínio tecnológico, científico e industrial,

⁷² Mais informações sobre o curso estão no site de Paulo Gala: <https://www.paulogala.com.br/o-milagre/>.

pelo fato de um deles estar disputando a vanguarda tecnológica, vide (não só) o caso do 5G, enquanto, no outro, é difícil encontrar qualquer produto industrializado com o selo “Feito no Brasil”.

3.3 A POLÍTICA DE GOVERNAR A ALIENAÇÃO

Já mencionamos anteriormente a tese de Karl Polanyi (2021[1944]) acerca da impossibilidade de separar Estado e mercado, cuja relação foi definida por ele como sendo “incrustada”. O interesse principal do autor húngaro, quando da escrita de sua principal obra, *A Grande Transformação*, era investigar as formas de reação das sociedades, por meio dos Estados, às pressões pela desregulação exercidas pelo livre mercado, manifestas, por um lado, como o nazifascismo e, por outro, como o socialismo soviético. Não concordamos de forma alguma com um paralelo qualitativo entre ambos, mas isto não quer dizer que eles, assim como o *New Deal* e os Estados de bem-estar social, não possam ser compreendidos como reações à desintegração social provocada pelo avançar do capitalismo então em sua fase liberal, tal qual Polanyi o faz. Importante mencionar que, de maneiras variadas e bastante divergentes, autores diversos, desde os frankfurtianos, passando também pelo próprio César Bolaño (2000, p. 75), até Friedrich Hayek (2010), compreendem esses modelos de pacto social como sinais de uma mudança estrutural no capitalismo, a partir da qual o Estado assumirá um papel mais relevante no sentido de não apenas garantir os contratos, mas também intervir neles e nas condições gerais de produção e reprodução social.

Investigando a forma como sociedades pré-capitalistas se organizavam, Polanyi (2021) percebe que algum tipo de mercado (aqui vale a mesma referência à certa trans-historicização de conceitos, tal qual apontamos anteriormente a respeito de categorias utilizadas por Sohn-Rethel) existiu em outros tempos históricos que não o capitalista, especificamente no que se refere a uma forma de distribuição dos diversos produtos da atividade dos membros daquela comunidade, tribo etc. Entretanto, como ele destaca, o mercado assumir o estatuto de única forma de distribuição e organização social é uma especificidade das sociedades capitalistas. Buscando os fundamentos históricos da emergência deste modo de produção, o autor encontra na atuação do Estado um papel destacado, especialmente no que tange à formação de um mercado de trabalho, formalmente livre, para a exploração

capitalista. Com a leitura e análise de uma série de legislações e documentos históricos, Polanyi elabora a ideia de uma incrustação entre Estado e mercado, argumentando que seria impossível a separação de um do outro, bem como seria necessário compreender a mútua constituição de ambos. Desde então, a relação entre ambos seria marcada por um duplo movimento: por um lado, o mercado pressionaria pela desregulação, enquanto, por outro, a sociedade buscaria no Estado formas de proteção social contra a desintegração de seus laços provocada por aquele.

Assim, a tese polanyiana da importância do Estado na constituição do capitalismo está quase totalmente de acordo com o processo descrito por Marx (2017) no capítulo 24 sobre *A assim chamada acumulação primitiva*. Poderíamos também apontar o capítulo seguinte, no qual o autor alemão fala sobre a teoria da colonização, para destacar a atuação do Estado nas colônias, locais nos quais a grande disponibilidade de terras férteis e baratas impedia a constituição das relações sociais de produção capitalistas, baseadas na existência de trabalhadores livres dos meios de produção e reprodução de suas existências, um problema que, do ponto de vista do capital, poderia ser resolvido pelo Estado, seja pela fixação de preços mais altos para a compra de terras ou pela importação de mão de obra de outros países, a fim de possibilitar que as condições gerais para a acumulação capitalista se constituíssem também nas colônias. Apesar dessas similaridades, Marx não confere, como faz Polanyi (2021), pesos, de certa forma, iguais a Estado e mercado. Reconhecendo esse gargalo na tese do autor, Copley e Moraitis (2020) compreendem que o problema pode ser resolvido por meio do conceito marxiano de “alienação”.

Em um artigo publicado em 2020, intitulado *Beyond the Mutual Constitution of States and Markets: On the Governance of Alienation* (Além da mútua constituição de Estados e mercados: sobre a governança da alienação), os professores britânicos Jack Copley e Alexis Moraitis apontam para a problemática existência de uma clara dicotomia analítica entre Estado e mercado em livros de economia política internacional. Na vertente crítica do campo, por sua vez, a situação é um pouco diferente e há, de acordo com eles, certo consenso acerca da inter-relação entre ambos, uma elaboração baseada na tese polanyiana da incrustação. As duas abordagens, entretanto, são inadequadas, segundo os autores, para apreender a especificidade do modo de produção capitalista, cujas relações mercantis, mesmo

que sustentadas pelo Estado, assumem uma lógica dominante, autônoma e, portanto, limitadora da agência estatal. Isso se deve ao fato do Estado, ao reproduzir internamente as relações internacionais de produção, contribuir para a constituição de um mercado de trabalho concorrencial a nível global, mesmo que a mediação passe pela esfera nacional e tente impor a ela as determinações do mercado mundial. Por isso, no lugar da noção de mútua constituição, Copley e Moraitis (2020) recorrem ao conceito marxiano de “alienação”⁷³, um que exprime uma relação social que foge do controle de seu produtor, como adequado para apreender a especificidade do modo de produção capitalista. A fim de reconciliar os imperativos do mercado mundial com os desafios para a governança estatal nacional, eles definem a relação entre as partes como “a política de governar a alienação” (*the politics of governing alienation*).

O argumento dos autores se baseia em referências da leitura de Marx adotadas por nós, como Isaak Rubin e Moishe Postone, e também nas chamadas Novas Leituras de Marx e na análise pelo prisma da forma-valor⁷⁴. Assim, eles discorrem, de maneira bastante próxima à que apresentamos no início, que, no modo de produção capitalista, o dinheiro opera como um “sistema nervoso central” (COPLEY e MORAITIS, 2020, p. 2) que transmite as mudanças de produtividade do trabalho globalmente, as quais, caso não sejam acompanhadas, podem levar empresas à falência. Como o dinheiro - e a comparação entre diferentes países possibilitada pelas taxas de câmbio - é uma função do Estado, uma forma-regulativa, se se quiser rememorar a definição feita por Bolaño (2015), como também o é a coesão social, a forma-política precisa lidar com a contradição entre, por um lado, estar sujeita às pressões globais relacionadas à produtividade do trabalho e, por outro, a necessidade de garantir sua legitimidade e estabilidade. Mesmo que possa adiar, atrasar ou proteger a sociedade da concorrência global, a lógica alienante tende a escapar e se sobrepor às funções coesivas do próprio Estado. “Em suma, o dinheiro é tanto um vínculo de socialização, que une firmas privadas e consumidores no mercado mundial, *quanto* uma tecnologia social alienante, que sujeita os agentes

⁷³ No artigo, os autores reconhecem que as abordagens keynesianas e neoliberais são úteis, mesmo que parciais, para entender a contradição entre as forças do mercado global e a legitimidade nacional (COPLEY e MORAITIS, 2020, p. 2).

⁷⁴ Sobre as Novas Leituras de Marx, os autores indicam o livro de Frederick Harry Pitts (2017).

de mercado à tirania das médias de produtividade global.” (COPLEY e MORAITIS, 2020, p. 8, destaques dos autores, tradução nossa)^{75,76}

Como apresentamos anteriormente, a partir da contribuição de Osório (2018), os Estados e as diversas moedas nacionais não se encontram igualmente no mercado global. Há também uma hierarquia internacional nas relações monetárias, que fica bastante expressa na capacidade (o “grau de manobra”, como eles definem) que países como os Estados Unidos, emissor da principal moeda internacional, o dólar, têm de, por um lado, acessar mais e mais barato crédito e, por outro, de defender ou adiar o ajuste interno, especialmente se comparado com países periféricos (COPLEY e MORAITIS, 2020). Neste ponto, importante lembrar que Brenner (2003) descreveu alguns casos nos quais essa assimetria ficou evidente. Por exemplo, a atuação do FED e do governo dos EUA na tentativa de puxar a economia do país e, conseqüentemente, a mundial do buraco. Um outro exemplo que não mencionamos anteriormente foi o chamado Acordo de Plaza, em 1985, por meio do qual a cotação das moedas japonesa e alemã foi majorada em comparação com o dólar, visando, assim, recuperar a competitividade da indústria manufatureira dos EUA. Um poder de ajuste e imposição de taxas de câmbio mais favoráveis que, na verdade, não é somente monetário, mas também militar.

Como o modo de produção capitalista é global em sua escala, a definição de “governar a alienação” proposta pelos autores “(...) significa a necessidade que os Estados têm de reconciliar seu consentimento para com os ditames alienados da concorrência mundial com a construção de um projeto político nacional legítimo.” (COPLEY e MORAITIS, 2020, p. 10, tradução nossa).⁷⁷ Caso não consigam, as pressões de cada um dos lados aparecem ou como deterioração da balança de pagamento, especulação monetária e diminuição de reservas ou como derrotas eleitorais, greves e protestos. Se os Estados, especialmente os não industrializados, que vendem apenas bens primários no mercado mundial, simplesmente

⁷⁵ In sum, money is both a socialising bond uniting private firms and consumers in the world market *and* an alienating social technology subjecting market agents to the tyranny of global productivity averages. (COPLEY e MORAITIS, 2020, p. 9).

⁷⁶ Importante destacar que os autores apontam para a desindustrialização prematura no sul global como sendo majoritariamente consequência do aumento de produtividade global, especialmente por parte dos países centrais e da China, uma que barateou mercadorias e conseqüentemente impôs mais uma barreira para que as indústrias de países periféricos competissem no mercado global.

⁷⁷ (...) signifies the need for states to reconcile their acquiescence to the alienated dictates of world competition with the construction of a legitimate national political project. (COPLEY e MORAITIS, 2020, p. 10).

internalizassem toda a pressão externa dos níveis de produtividade global, muito superiores no norte global e no leste asiático, onde a composição orgânica e técnica do capital é incomparavelmente mais alta, a tendência seria que a coesão social se esfacelasse. Assim, a própria legitimidade do Estado e sua representação invertida de uma comunidade (FAUSTO, 1987) não se sustentaria e ele próprio seria abarcado pela crise estrutural ao próprio capital.

Por isso, mesmo que haja uma série de ideias e influências neoliberais na forma de governo, e nelas organismos multilaterais como FMI, OMC etc. têm muito peso ao referendarem e imporem como imperativos (uma “despolitização da governança econômica”, como os autores definem) medidas de ajuste fiscal, privatizações, liberalização de fluxos de capitais, a possível desagregação social, emergência de protestos e de forças políticas contrárias a essas medidas, faz com que políticos tenham que adotar medidas keynesianas de estímulo e reversão de crise. Assim, lembrando o título de um recente livro de Wolfgang Streeck (2018), para Copley e Moraitis (2020), os Estados buscam, por meio de medidas (apenas) paliativas, “comprar tempo”, afinal, as determinações do mercado mundial e dos níveis globais de produtividade não deixarão de afetar as economias nacionais. Portanto, o caráter dual da governança da alienação, de estar sujeito às pressões de mercado e da sociedade, segundo os autores, é geralmente interpretado como tendo uma certa sequencialidade, na qual há algo como períodos de alternância entre governos mais neoliberais e mais keynesianos, quando geralmente eles coexistem.

A maioria das interpretações do duplo movimento polanyiano descreve uma dinâmica pendular, através da qual períodos de disciplina mercantil desincrustadora são seguidos por períodos de re-incrustação em nome da coesão social (...). Entretanto, estratégias de despolitizadora disciplina e palição são geralmente implementadas *simultaneamente*, como ad hoc, respostas contraditórias para as pressões obrigatórias das relações de valor globais e a legitimidade nacional. Tal elaboração híbrida de políticas pode ser observada nas recentes ações de um dos mais recentes decanos do neoliberalismo [Mauricio Macri]. (COPLEY e MORAITIS, 2020, p. 12, destaques dos autores, tradução nossa).⁷⁸

⁷⁸ Most interpretations of Polanyi’s double movement describe a pendular dynamic, whereby periods of disembedded market discipline are followed by periods of re-embedding in the name of social cohesion (...). However, strategies of depoliticised discipline and palliation are often implemented concurrently, as ad hoc, contradictory responses to the binding pressures of world value relations and national legitimacy. Such hybrid policy-making can be observed in the actions of one of neoliberalism’s latest doyens. (COPLEY e MORAITIS, 2020, p. 12).

Segundo os britânicos, Macri (2015-2019) foi eleito presidente na Argentina com uma plataforma de ajuste fiscal, reformas e reinserção do país na economia global. Mesmo com uma série de medidas tecnocráticas adotadas, devido ao medo de que a legitimidade fosse perdida e, com ela, os Kirchners retornassem ao poder, Macri, por meio de endividamento externo, manteve os programas de bem-estar social criados durante o *boom* das *commodities* no governo de Cristina Kirchner (2007-2015). Assim, ele buscou implementar ao mesmo tempo medidas de ajuste fiscal e outras paliativas. Como nem estas nem aquelas funcionaram, o decano neoliberal se viu preso entre a pressão popular e a externa. O resultado foi o retorno de um governo mais à esquerda, no qual a referida presidenta ocupa a posição de vice de Alberto Fernández (2019-). Para Copley e Moraitis (2020), este exemplo não é um caso excepcional de nossos vizinhos sul-americanos, mas uma ilustração extrema da antinomia no coração da política de governar a alienação, uma em que os Estados são arquitetos de um mercado criado por eles, mas inserido em uma concorrência global entre os diferentes níveis de produtividade do trabalho, a qual eles tanto se submetem quanto são submetidos. Portanto, uma relação alienada.

Assim, finalizando nossa investigação a respeito do Estado, chegamos à conclusão de que podemos compreender a forma-política como uma instância crítica, que guarda o momento da igualdade, mas também o da desigualdade fundamental do modo de produção capitalista. Como representante da comunidade pressuposta, o Estado é a forma através da qual se expressa a contradição entre a exploração (econômica) e a liberdade (política) e pode, portanto, a depender da luta de classes interna a seus limites, uma que definimos como pelas condições de acumulação, ser obrigado a garantir, sob pena de desintegração social, a existência de germes visíveis do socialismo (os sistemas gratuitos de saúde, educação etc.), de mais direitos e melhores condições gerais para a classe trabalhador, algo que veremos com mais atenção no capítulo seguinte, quando serão apresentadas as consequências sociais da introdução da automação e a possível atuação do Estado para mitigá-las. Falamos em luta de classes interna, porque, como deixamos bastante claro desde o início da investigação, recuperar o sentido do político, seguindo a crítica do modo de produção capitalista, passa pela superação dialética da contradição entre Estado e sociedade civil, assumindo, assim, a forma de uma comunidade de produtores livremente associados.

Entretanto, não existe um Estado no singular, mas um conjunto de Estados inseridos no mercado mundial, que é, por sua vez, tanto o pressuposto como o resultado da produção capitalista. Por manifestarem a contradição entre os imperativos internacionalizantes da produção capitalista e sua organização nacional, os diversos Estados se relacionam como concorrentes no mercado mundial. Essa concorrência é manifesta no caráter imperialista da relação entre os países industrializados, cujos ímpetus expansivos dos capitais localizados em seus territórios impulsionam a criação, busca e garantia de melhores condições de acumulação, valorização e realização, e os não industrializados. Como os diversos produtos do trabalho organizados nacionalmente não podem ser simplesmente comparados internamente e no mercado mundial sem o dinheiro, o Estado, emissor e garantidor da moeda nacional, terá papel fundamental em, por meio da taxa de câmbio, possibilitar que se estabeleça um meio de comparação e concorrência entre as diversas produtividades do trabalho ao redor do globo. Comparadas por meio do dinheiro, a distribuição do excedente global, a cristalização do mais-valor como lucro, passará pela mediação entre as diversas moedas, suas taxas de câmbio e os diversos Estados. Assim, esta forma de regulação interna dos diferentes produtos do trabalho será também o meio através do qual o Estado se alienará e será inserido na dinâmica global do modo de produção capitalista.

A construção de um projeto político nacional legítimo passa, portanto, pelo governo da alienação, algo que não pode ser pensado, especialmente em países periféricos que não chegaram a se industrializar e após a crise estrutural dos anos 1970 e a superprodução de meios de produção, sem a existência de uma classe trabalhadora organizada e capaz de construir e assegurar a permanência de tal projeto. Sem algum tipo de pacto de classes, seja ele algo consensual ou imposto, para desenvolvimento e construção de um projeto nacional, as determinações do mercado mundial e o imperialismo dos Estados, representando os capitais sediados em seus países, inundariam o mercado interno e suplantariam o que até ali era apenas o protótipo de um gradual desenvolvimento interno e sustentado das forças produtivas, que é o meio para o crescimento da economia como um todo.

Um caso que poderia ser enquadrado como um sucesso em tal empreitada é a China. Não adentraremos aqui em questões (válidas) como a própria luta de classes dentro do país, mas o projeto nacional de superação da dependência e de construção de um país próspero, que é resultado principalmente da Revolução de

1949, parece estar caminhando, de uma forma ou de outra, para atingir tais objetivos. Caso a China tivesse adotado as medidas preconizadas por organismos multilaterais, seja com relação ao câmbio, à liberalização do fluxo de capitais, à observância de direitos de propriedade intelectual ou à não proteção de setores internos e considerados “estratégicos”, provavelmente o país pareceria, com as devidas ressalvas necessárias para um exercício hipotético, mais com os países latino-americanos que se desindustrializaram, implementaram ajustes internos e seguiram a linha da (única) alternativa neoliberal.

Entretanto, a própria existência de uma dinâmica como a chinesa, com alto consumo energético e de recursos naturais, para não falar da permanência da relação alienada e alienante, deveria levantar a orelha de qualquer pessoa minimamente atenta aos atuais debates sobre, por exemplo, a mudança climática. Sendo assim, de um ponto de vista ecológico e da necessária não destruição do planeta, a alternativa não pode ser a adoção em vários países do mesmo padrão de desenvolvimento chinês, mas tampouco pode ser a permanência de uma lógica na qual a classe trabalhadora - em especial a dos países periféricos - é vampirizada e vê suas condições de reprodução cada vez mais deteriorada. Se as forças produtivas foram desenvolvidas de modo a permitir que trabalhemos muito menos e tenhamos mais tempo para o desenvolvimento humano - importante destacar que a distribuição equitativa do produto social é sempre uma possibilidade fora do capitalismo -, o entrave que permanece para a existência de uma comunidade de produtores livremente associados são as próprias relações sociais de produção sobre as quais foram construídas tais forças produtivas. A alternativa única passa, portanto, por uma brutal redução das jornadas do trabalho e reorganização da sociedade, de modo a possibilitar que adentremos cada vez mais no reino da liberdade e deixemos de vez o da necessidade.

Para avaliar como chegamos até aqui, é preciso agora retomar o debate da automação e da subsunção do trabalho intelectual, inserindo determinações históricas, a fim de compreender como, em meio ao limite lógico interno ao capital, as relações sociais de produção capitalistas permanecem, já há mais de cinco décadas, ditando a acumulação de riqueza no polo do capital e a conseqüente pauperização da classe trabalhadora.

4 ECONOMIA ESTAGNADA, AUTOMAÇÃO E O SUBEMPREGO GLOBAL

Em 2019, com organização e posfácio sob responsabilidade de Amaro Fleck e Luiz Philipe Caux (2019), o Núcleo de Ética e Filosofia Política (Nefipo) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) publicou uma série de artigos escritos por Friedrich Pollock, entre 1932 e 1941, na Revista do Instituto de Pesquisa Social, com o título de *Crise e transformação estrutural do capitalismo*. Pollock é um dos co-fundadores do instituto, que, em 1933, foi fechado pelo governo prussiano (posteriormente, nazista) e teve que ser transferido de local. O autor, como uma série de outros alemães e/ou judeus, imigrou para os Estados Unidos, onde continuou a desenvolver suas pesquisas, retornando à Alemanha no início da década de 1950, país no qual foi restabelecido o instituto que viria a cumprir um papel importante dali em diante.

Fugindo da perseguição nazi-fascista, Pollock elabora alguns dos argumentos que embasarão suas pesquisas futuras, especialmente a que mais nos interessa sobre a automação. Ao longo dos quatro textos, o frankfurtiano está tratando sobre a crise, a mudança estrutural do capitalismo, que teria deixado a sua fase liberal e se configuraria monopolista, e um novo momento da história do modo de produção que ele define como “capitalismo de Estado”. visto que os desenvolvimentos que levaram a este momento seriam altamente voláteis e requereriam uma maior atuação do Estado para regular e prevenir crises e desintegrações sociais, seja promovendo algum tipo de planejamento/planificação ou sendo uma espécie de salvaguarda dos monopólios, cuja quebra poderia ter consequências drásticas para a sociedade.

Esta tese sobre o capitalismo de Estado será bastante importante em seu estudo sobre a automação, visto que ele sempre argumenta que o mais relevante para determinar as possíveis consequências sociais da automação é a forma de sua introdução, ou seja, se ela será deixada para o livre mercado ou será regulada/planejada de algum modo - algo que somente o Estado seria capaz de fazer. Portanto, para o autor, depois da determinante atuação no parto do capitalismo, na fase liberal, o Estado foi deixado de lado, voltando somente à posição de destaque na monopolista, quando o modo de produção passaria a ter uma espécie de primazia da política (FLECK e CAUX, 2019). Além de importante para as próprias pesquisas futuras, a tese do capitalismo de Estado apresentada por Pollock será importante para as elaborações de Adorno e Horkheimer (1985) sobre a

Dialética do Esclarecimento e, em particular, todo o debate que apontará para a configuração de uma indústria cultural como uma necessidade do capitalismo na fase monopolista. No caso do primeiro, os escritos do co-fundador do Instituto de Pesquisa Social sobre a automação também terão reflexos nas “Tese sobre as necessidades” e no texto de 1968 sobre *Capitalismo tardio ou sociedade industrial*.

Há uma série de outras questões elaboradas por Pollock neste livro, mas que ou serão abordadas posteriormente (especialmente a questão do planejamento, do monopólio e dos necessários desenvolvimentos dos meios de comunicação e transportes) ou não poderão ser desenvolvidas ao longo deste trabalho (como é o caso do debate sobre o nazismo⁷⁹). Em seu pioneiro livro *Automation: a study of its economic and social consequences* (Automação: um estudo sobre suas consequências econômicas e sociais), publicado em 1957, mesmo não deixando totalmente de lado a crise e a possibilidade da desintegração social provocada pelo avançar do capitalismo resultarem em algo como o nazi-fascismo, a elaboração que fica mais destacada no argumento de Pollock (1957) quando do estudo da automação é a respeito da mudança estrutural do capitalismo em sua passagem para a fase monopolista, na qual o Estado e, principalmente, o planejamento assumem papel de destaque.

Antes de iniciar a revisão do pioneiro estudo de Pollock (1957) sobre a automação, é importante destacar algumas coisas. Para o autor, avaliar apenas os aspectos tecnológicos da questão não dá conta de apreender as mudanças sociais e os correlatos problemas resultantes dela. Por isso, ele compreende a automação como a marca característica da Segunda Revolução Industrial, visto que tais momentos de revolução social não poderiam ser entendidos apenas em seus aspectos tecnológicos, sendo novos desenvolvimentos como o motor de combustão interna uma mudança apenas “quantitativa” e não “qualitativa”. Sendo assim, o computador eletrônico seria tanto o possibilitador como o símbolo desta nova revolução social, da mesma maneira como na anterior havia sido a máquina a vapor.

⁷⁹ O que Pollock aponta como primazia da política no capitalismo monopolista ou de Estado é motivo de bastante divergência mesmo entre os frankfurtianos. Um autor que analisa, por exemplo, o nazismo não como um Estado forte, total, mas “anômico” é Franz Neumann. Sobre essa abordagem, há um artigo de Manoel Bastos, Rafaela Martins de Souza e Willian Fusaro (2020) no qual é conjugada a leitura deste autor com a Economia Política da Comunicação, para argumentar que, em meio à anomia estatal e à dominação direta do capital sobre o trabalho, a forma funcional propaganda da comunicação assume papel de destaque na mobilização das massas e na legitimação ideológica. Não teremos como desenvolver mais a questão nos limites deste trabalho, mas fica a indicação de leitura e possível abordagem e compreensão do nazismo por meio desta categoria da EPC.

Assim, se a primeira resultou em uma mudança estrutural, tanto do trabalho como da sociedade como um todo, é somente com a introdução da automação - e aqui estamos falando de indústrias de bens de consumo, já que ele, assim como Sohn-Rethel (2020), argumenta que setores como o bélico, mas também o de petróleo, energia atômica e algumas fábricas químicas, estavam em estágios avançados no que tange à composição técnica do processo produtivo - que Pollock reconhece as transformações necessárias para qualificar uma nova revolução industrial. Assim, há uma ligeira diferença entre a definição que apresentamos anteriormente, baseada no texto de Bolaño (2002), mas que terá as arestas aparadas ao longo do texto, principalmente com a categoria de subsunção do trabalho intelectual, visto que o texto de Pollock apresenta limitações histórico-temporais, mas boas referências sobre o início da automação, as quais nos permitirão melhor compreender os problemas atuais.

Uma segunda questão que ele próprio destaca é que o estudo tem como foco os Estados Unidos. Para Pollock (1957), se a Inglaterra é o caso clássico da Primeira Revolução Industrial, os EUA são o da Segunda, especialmente pela automação (um processo que envolve métodos de produção, distribuição e processamento de dados) no país ter como base as empresas privadas. Esse enquadramento se deve ao fato de, lá nos idos anos 1950, os Estados Unidos estarem largamente à frente de seus correlatos europeus, por causa de algumas excepcionalidades bastante relevantes, como o grande mercado doméstico e a vultosa disponibilidade de capital. Impossível não lembrar, aqui que os países europeus estavam destruídos pelas duas guerras mundiais e que seriam posteriormente reconstruídos, muito também para evitar o avanço, seja territorial ou ideológico/cultural, soviético vindo do leste, com grande disponibilidade de capital e apoio estadunidense (o conhecido Plano Marshall).

Além disso, é nesse momento histórico em que se inicia o grande *boom*, descrito por Robert Brenner (2006), um que está baseado na industrialização de países como Alemanha e Japão com foco na exportação, especialmente para o mercado doméstico dos EUA. Não iremos nos alongar muito nesta questão, mas é importante lembrar que os avanços no processo técnico e na composição orgânica de capital resultam em aumentos espetaculares nas quantidades de bens produzidos, os quais requerem, por um lado, para os capitalistas, o suprimento de bens de capital, e, por outro, no tocante ao consumo improdutivo, um mercado

consumidor em franca expansão. Assim, tais processos, bem como os maciços investimentos bélicos para barrar a “ameaça vermelha”, como também está descrito em Arrighi (2009), acontecerem em um mesmo momento histórico não é mera coincidência. Muito pelo contrário, como vimos no capítulo anterior e temos argumentado ao longo deste trabalho, não é possível compreender o chamado pacto fordista, que teve mediação do Estado, sem variáveis como a existência de um rival no leste (a URSS), o gasto bélico e o avanço do consumo, cuja expansão tem inúmeras relações com não só o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, mas também da Indústria Cultural. Algumas destas questões já foram elaboradas e/ou serão retomadas ao longo da exposição. De todo modo, voltemos ao estudo da automação.

4.1 A INFÂNCIA DA AUTOMAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

A primeira parte do livro de Pollock (1957), resultante de pesquisas realizadas até 1954, é dedicada a definir o que seria a automação. De acordo com ele:

'AUTOMAÇÃO' é uma palavra nova na língua inglesa. Ela se originou nos Estados Unidos e recentemente tem sido amplamente usada, mas ainda não encontrou seu lugar nos livros de referência atuais. Na verdade, ela tem vários significados diferentes, variando desde a produção com correias transportadoras até formas altamente complicadas de maquinário automático. A palavra tem vários sinônimos, como 'cibernética', 'controle automático', 'engenharia de controle', 'automatização' e muitos mais. Parece, entretanto, que a 'automação' está agora expulsando as outras palavras como uma expressão para denotar um desenvolvimento técnico que está substituindo o trabalho humano por máquinas em fábricas e oficinas de uma forma que, apenas dez anos atrás, seria pensada impossível. (POLLOCK, 1957, p. 3, tradução nossa, destaques do autor).⁸⁰

Apesar destas variadas definições, é importante destacar que ele aponta para os Estados Unidos como origem do próprio termo automação, com o objetivo de designar algo que dez anos antes seria impensável. (Impossível não lembrar o peso

⁸⁰ 'AUTOMATION' is a new word in the English language. It originated in the United States and has recently been widely used but it has not as yet found its way into the current books of reference. Indeed it has a number of different meanings, ranging from conveyor-belt production to highly complicated forms of automatic machinery. The word has various synonyms such as 'cybernetics', 'automatic control', 'control engineering', 'automisation' and many more. It appears, however, that 'automation' is now ousting the other words as an expression denoting a technical development which is replacing human labour by machinery in factories and workshops in a way that would have been thought impossible only ten years ago. (POLLOCK, 1957, p. 3).

que a guerra teve no desenvolvimento de novas técnicas produtivas.) Para o autor, entretanto, a essência dessa segunda revolução do processo produtivo não é a simples substituição de trabalho humano por máquinas, afinal esta é a base de todo o desenvolvimento capitalista das forças produtivas, mas a capacidade que elas próprias adquirem de guiar e controlar outras máquinas. Sendo assim, de acordo com Pollock (1957, p. 5, tradução nossa, destaques do autor), ela pode ser inicialmente entendida como “(...) o uso de certos métodos para automaticamente preparar e produzir bens; para produzir informação; e para fazer cálculos (e.g. contabilidade) - métodos que são característicos de nosso presente estágio de desenvolvimento técnico.”⁸¹ Para um processo produtivo ser completamente automatizado, um produto precisaria, do começo ao final, não ser tocado pela mão humana. Assim, por exemplo, em um escritório totalmente automatizado, todos os cálculos, contas e contabilidade seriam feitos por máquinas, assim como as estatísticas, as informações necessárias e o que fosse preciso digitar (*typing*), cabendo ao trabalhador lidar com, digamos, o que fazer com eles (entregar para outras pessoas, conversar com o supervisor etc.).

Portanto, daqui em diante, sempre que falarmos em automação ou automatização, estaremos nos referindo a um produto que pode ser ou foi totalmente produzido sem o toque humano. Como o próprio Pollock (1957, p. 6) explica: utilizar o antigo termo autômato (usado para se referir, por exemplo, aos teares baseados em princípios mecânicos), causaria alguma confusão, visto que ele não abarca, mesmo que preceda, os novos métodos de produção característicos da automação, que tem como princípio a integração de vários processos produtivos antes dispersos em um único e contínuo fluxo. Ou seja, a automação não somente utiliza a força motriz no transporte de materiais de um local ao outro para ser trabalhado por diferentes trabalhadores, mas torna a produção um fluxo guiado por dispositivos elétricos, substituindo, portanto, os até então necessários trabalhadores nas correias transportadoras por outras máquinas (o que seriam os computadores e outros mecanismos cibernéticos de *feedback*).

Mesmo que uma fábrica totalmente automatizada possa parecer algo futurista, especialmente nos anos 1950, Pollock (1957) lembra que a “automação

⁸¹ (...) the use of certain methods of automatically producing and preparing goods; of producing information; and of making calculations (e.g. book-keeping) - methods which are characteristic of our present stage of technical development. (POLLOCK, 1957, p. 5).

parcial” (algum setor ou função) também pode causar um tremendo impacto nos postos de trabalho. Assim, se observada pela ótica do capitalista, qualquer introdução de máquinas “poupadoras de trabalho” representa uma diminuição da quantidade de pessoas empregadas, além de ganhos de produtividade. Em geral, durante todo o desenvolvimento e introdução destas máquinas, as diversas partes do processo produtivo tiveram de ser testadas e analisadas isoladamente, sendo as informações relativas aos testes e desempenho passadas para os controladores que supervisionam a introdução delas. Portanto, seguindo o autor, podemos dizer que, em geral, a automação é progressivamente introduzida nas fábricas.

Em fábricas automáticas, somente são necessários os trabalhos de engenheiros, responsáveis pelo início, supervisão e conserto das máquinas. Outros trabalhadores, que desempenhavam majoritariamente tarefas braçais, deixaram de ser precisos, tanto no sentido de necessidade como no de dispor de elementos para avaliar o produto final, se comparado com a capacidade de uma máquina. Algumas das funções automatizadas incluíam “(1) mover materiais para as máquinas, (2) iniciar e parar o maquinário, (3) controlar tanto o volume como a qualidade do produto [*output*], (4) a supervisão geral de todo o processo e (5) o manuseio de máquinas não automáticas e ferramentas.” (POLLOCK, 1957, p. 7, tradução nossa)⁸². Quando analisa os escritórios, entretanto, o autor percebe que a situação não é exatamente igual à do chão de fábrica, mas as máquinas possibilitam que o trabalho seja feito de maneira muito mais rápida e com uma quantidade de erros muito menor. Se antes era preciso de vários empregados, agora, com o auxílio de computadores e outras máquinas especializadas, que fazem, para os padrões humanos, uma quantidade inimaginável de cálculos e operações, tanto no quesito tempo como quantidade e precisão, somente as funções que dependem de alguma capacidade mental, humana, ainda requerem o emprego de trabalho.

Essas novas máquinas reúnem informações relativas a estoques e finanças (contabilidade), produzem estatísticas de produção e vendas, fazem cálculos matemáticos e desempenham uma grande variedade de funções de escritório [*clerk functions*] que devem ser repetidas regularmente em um escritório [*office*].

Em um escritório no qual a automação foi introduzida, apenas uma pequena equipe é necessária. Engenheiros supervisionam e mantêm

⁸² (...) (i) moving materials to the machines, (ii) starting and stopping machinery, (iii) controlling both the volume and the quality of the output, (iv) the general supervision of the whole process, and (v) handling of non-automatic machines and tools. (POLLOCK, 1957, p. 7).

os dispositivos eletrônicos. Os funcionários de escritório alimentam o computador com as informações que ele necessita (a 'entrada' [*input*]) e lidam com os resultados produzidos pelo computador (a 'saída' [*output*]). A equipe do escritório também tem que realizar certas tarefas que não se repetem regularmente - como escrever e arquivar cartas que não podem ser padronizadas; fazer entrevistas com clientes e colegas de outros departamentos da fábrica; e, em geral, o desempenho das funções que requerem iniciativa e responsabilidade. (POLLOCK, 1957, p. 8 e 11, destaques do autor, tradução nossa).⁸³

Assim, uma nova definição inicial de automação apresentada por Pollock (1957, p. 12) é: a combinação de dispositivos elétricos com o maquinário mais avançado possível. Este processo só foi possível graças aos matemáticos envolvidos, durante a Segunda Guerra Mundial, com pesquisas relativas ao desenvolvimento de uma “teoria do controle da comunicação”, visto que era preciso que o tempo de resposta a alguma situação de conflito bélico fosse diminuído ao máximo. Dentre tais pesquisadores, destaca-se Norbert Wiener, o fundador da cibernética. Com o desenvolvimento do campo, foi possível que se construíssem sistemas integrados em circuitos fechados, os quais não dependiam de alguma interferência humana e podiam se autorregular, de acordo com a forma como fossem construídos. Assim, para citar um exemplo bastante simples que o próprio Pollock (1957) dá, um aparelho de aquecimento controlado por um termostato não mais dependeria que alguma pessoa sentisse o calor ou frio e, então, o ajustasse. Ele poderia ser desenvolvido e regulado para manter a temperatura do ambiente em x graus, algo que seria feito automaticamente graças ao mecanismo cibernético de *feedback*. A função “sensorial”, neste caso, não mais requeria um ser humano; na verdade, em casos como este, a cibernética possibilita que se combine habilidade (*skill*) com sentença (*judgment*) de maneira mais acurada do que seria possível para uma pessoa.

⁸³ These new machines assemble information concerning stocks and finance (book-keeping), produce statistics of output and sales, make mathematical calculations and perform a great variety of clerical functions which have to be regularly repeated in an office.

In an office in which automation has been introduced only a small staff is needed. Engineers supervise and maintain the electronic devices. Clerical workers feed the computer with the information it requires (the 'input') and handle the results produced by the computer (the 'output'). Office staff also have to perform certain tasks which are not regularly repeated - such as the writing and filing of letters which cannot be standardised; the interviewing of customers and of colleagues from other departments in the plant; and, in general, the carrying out of those functions which require initiative and responsibility. (POLLOCK, 1957, p. 8 e 11).

No caso de uma planta produtiva, todo o trabalho que envolvia os sentidos do trabalhador⁸⁴ (visão, audição, paladar, tato ou cheiro) para regular o desempenho da máquina, bem como avaliar o produto ou fazer os ajustes necessários, agora poderia ser feito automaticamente pela própria máquina. Interessante destacar que, neste momento, o autor (POLLOCK, 1957) faz referência a algumas fábricas mais avançadas nas quais as próprias máquinas indicavam a necessidade de alguma atenção do trabalhador. Assim, a ele seria possível (caso não fosse uma relação social capitalista, vale mencionar) desfrutar o tempo livre para desempenhar outra atividade, até ser chamado pela máquina. Este aviso vindo da máquina é algo que se desenvolverá ao longo das próximas décadas e se tornará mais explícito com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os mecanismos de constante captura e processamento de dados de todas as atividades das pessoas. “Não é exagero algum dizer que, no sistema automático de produção, a máquina assume ‘funções que têm uma inquietante [*uncanny*] semelhança com a percepção sensorial e a inteligência, de modo que o julgamento é adicionado à habilidade”’. (POLLOCK, 1957, p. 23, tradução nossa, destaque do autor).⁸⁵

Na sequência, a partir de exemplos recolhidos da imprensa ou de periódicos científicos, Pollock (1957, p. 23-29) compila algumas possibilidades de diminuição da quantidade de trabalho empregado, devido à introdução da automação e dos desenvolvimentos relativos aos diversos processos produtivos. Os casos citados vão desde setores mais automatizáveis e automatizados, como a manufatura, até outros nos quais imperam os empregos de “colarinho branco”, em escritórios, sejam eles de empresas privadas ou da administração pública (contabilidade de benefícios sociais, coordenação dos transportes de um país continental como os EUA etc.), onde os computadores reduzem tanto o número de postos de trabalho como o tempo gasto, além de ampliarem a escala e tornarem erros de cálculo algo obsoletos. Segundo o autor, o caso mais conhecido de uma planta automática é uma fábrica de granadas em Rockford-Illinois, na qual 140 pessoas trabalham em um espaço de 1 milhão de metros², sendo este contingente já passível de redução devido aos novos avanços

⁸⁴ Pollock normalmente utiliza o termo “operador” (*operator*) nos momentos em que, digamos, ele está avaliando o processo produtivo apenas pelo aspecto “técnico”. Nesta dissertação utilizaremos sempre trabalhador. Operador pode até ser considerado um sinônimo e indicar a subsunção real do trabalho, mas cremos ser mais adequado utilizar o outro.

⁸⁵ It is indeed no exaggeration to say that in the automatic system of production the machine takes over 'functions that bear an uncanny resemblance to sensory perception and intelligence, so that judgment is added to skill.' (POLLOCK, 1957, p. 23).

na organização e na técnica produtiva. No caso de uma indústria civil, um exemplo citado por ele é uma planta da Ford que produz chassis de motores, em Cleveland-Ohio, na qual 26 máquinas executam 532 operações, com o emprego de apenas 41 trabalhadores. Caso fosse ainda utilizada a correia transportadora, o processo produtivo que emprega, para cada unidade, esse número de trabalhadores por três horas, requeria 117 deles trabalhando por quatro horas e meia.

No caso de um setor como o comércio atacadista (*wholesale trade*), no qual a capacidade organizativa introduzida com o computador permite que apenas dez funcionários cuidem de um armazém com 12 mil diferentes itens e realizem até 80 mil pedidos em um dia, o trabalho de 150 pessoas agora é feito por apenas aquela dezena. Um último exemplo ilustrativo é o da contabilidade de uma empresa como a General Electric, na qual uma máquina introduzida em uma das plantas calculava os salários dos 12 mil empregados em duas horas. Este computador desempenhava em seis segundos uma tarefa que antes requeria um grande número de pessoas. Além disso, ele era capaz de providenciar relatórios sobre a distribuição de custos, imprimir cheques para os funcionários que não eram pagos em dinheiro e manter informada a administração sobre os estoques disponíveis e os materiais necessários para a continuidade do processo produtivo.

Por isso, o desenvolvimento da cibernética e das possibilidades de utilização das máquinas eletrônicas é tão fundamental para a automação e seu avanço. Pollock (1957) lembra que Wiener dizia que um computador, quando recebe instruções, funciona algo como um grande cérebro quando aprende, o qual passa a repetir os comandos e as tarefas designadas a ele com perfeição e exatidão (algo muito similar, cabe ressaltar, ao funcionamento de um algoritmo, que é a repetição exata do comando para o qual foi programado: para x entrada, processe os dados e entregue y saída). A grande limitação, portanto, era como “ensinar” ou passar as instruções sobre como realizar tal tarefa ou utilizar determinada ferramenta. Ou seja, como, por meio da subsunção formal do trabalho intelectual, o trabalho manual poderia ser substituído por uma máquina automática. Para o autor, há duas forças que impulsionam os novos desenvolvimentos no campo: a concorrência entre as empresas e a corrida internacional pelas armas mais mortais. Devido ao peso delas, não é surpreendente, segundo ele, a rápida massificação da automação. Mesmo sendo os Estados Unidos o caso clássico, é importante destacar que Pollock faz

referências também a outros países que estavam interessados nessa nova forma de produzir, como a URSS, a Alemanha, a Inglaterra e o Japão.

Por causa de todos esses desenvolvimentos e a possibilidade de diminuição brutal do tempo de trabalho necessário, dois tipos de argumento emergiram quando do avanço da automação nos EUA, uma que, para o autor, ainda estava na infância quando da escrita de seu livro. Por um lado, alguns acreditavam que ela iria completamente desempregar trabalhadores de fábricas e escritórios. Por outro, era taxada de absurda a ideia de uma “fábrica sem trabalhadores”, sendo este um caso de generalização a partir da análise de umas poucas plantas produtivas. Para Pollock (1957), entretanto, poderíamos dizer que os limites eram relativos e não absolutos, ou seja, para recuperar a diferença entre eles e uma barreira, impeditivos como o conhecimento de engenheiros, os custos das máquinas e a disponibilidade de mão de obra capaz de projetar, construir e operá-las não são, de modo algum, limites para o desenvolvimento capitalista, mas barreiras a serem ultrapassadas - e que, muitas delas, já o foram. Se o único limite para o capital é ele próprio, talvez o principal freio para seu desenvolvimento seja a contradição baseada na lei geral da acumulação capitalista e a formação de um massivo exército industrial de reserva, o que tornaria mais barato e lucrativo, não fosse a concorrência, vale mencionar, empregar uma série de trabalhadores baratos a investir em máquinas automáticas. Algo que veremos com mais atenção quando analisarmos as últimas cinco décadas.

De todo modo, é inegável que as possibilidades abertas pela automação e pelo desenvolvimento de dispositivos elétricos marcam uma reorganização profunda do modo de produção capitalista, algo que justifica Pollock falar em uma Segunda Revolução Industrial. Com as novas técnicas produtivas automáticas, não só as fábricas produziam mais, em menos tempo, com menor desperdício e com melhor qualidade e uniformidade, como também economizavam em salários, sendo, assim, possível, em geral, reduzir o capital total investido (salários, meios de produção e matéria-prima), devido a sua melhor utilização. Mesmo assim, não acreditamos que a topologia das revoluções industriais apresentadas por Bolaño (2002) requeira adaptações. Na verdade, podemos perceber que Pollock (1957), ao estudar a automação, está apontando para a infância de um processo que será massificado e exponencializado com o desenvolvimento da microeletrônica e das TICs, com a digitalização se universalizando como base tecnológica para os processos produtivos e as mediações sociais. Portanto, podemos seguir a linha de Bolaño, na

qual as revoluções são observadas pela perspectiva do tipo de subsunção do trabalho, e apontar que este desenvolvimento da automação descrito por Pollock até agora ainda está baseado na subsunção *formal* do trabalho intelectual, mas é um momento de transição para o que seria a subsunção *real* do trabalho do intelectual e a simétrica intelectualização geral dos processos de trabalho.

Depois de apresentar algumas questões relativas ao desenvolvimento da automação, Pollock (1957, p. 41) se volta às consequências dessa revolução social. Uma primeira apontada por ele é que somente uma minoria privilegiada (“administradores responsáveis, engenheiros, supervisores e homens de manutenção”) sentia que seus trabalhos estavam seguros. Mesmo assim, havia uma certa linha de argumentação que apontava para a automação como um distúrbio momentâneo do mercado de trabalho, de maneira similar a outros progressos técnicos, o qual seria compensado pela abertura de postos em outros setores. Como o próprio Pollock (*ibidem*) destaca, essa “teoria da compensação” é apenas um caso específico de aplicação da abordagem ideológica que vê no livre mercado uma forma bem-sucedida de regulação da economia.

Analisando alguns dados da economia dos EUA, o caso clássico de automação baseada em empresas privadas, o autor percebe que, entre os anos de 1900 e 1950, ela se mostrou bastante dinâmica e pôde crescer oferecendo melhores condições de vida para grande parte da população, assim como uma menor jornada de trabalho semanal e mais segurança contra o desemprego. Nas cinco décadas, o produto de cada hora de trabalho, seja no setor agrário ou no industrial, dobrou, muitos trabalhadores foram substituídos por máquinas e, até 1953, não havia sinais de “desemprego tecnológico” difundido (POLLOCK, 1957, p. 50). Houve algum debate sobre a situação na sociedade, entretanto, nos anos 1930, especialmente após a crise de 1929, quando foi demandado que o Estado atuasse no sentido de garantir o pleno emprego, seja por meio de obras públicas ou medidas de planejamento. De todo modo, pressão para que fosse deixada de lado a política de *laissez-faire* por uma mais intervencionista.

Outro destaque que merece menção é com relação às estatísticas. Pollock (1957) aponta, já naquela década de 1930, para um problema que existe até hoje: elas captam apenas o completo desemprego e não as formas sob as quais ele se camufla. Por exemplo, elas ignoravam - e, de certo modo, ainda ignoram - pessoas trabalhando por pequenos períodos de tempo, que haviam perdido o emprego e

tentavam ganhar a vida de porta em porta e outras ainda que não buscavam seguros-desemprego ou algum tipo de benefício, o que fazia com que não fossem oficialmente contabilizadas. Em 1939, primeiro ano no qual foram produzidas estatísticas de empregos temporários, somente 52% da força de trabalho esteve empregada durante todo o ano e 19% não trabalhou por mais que seis meses. Nas estatísticas oficiais, entretanto, o desemprego naquele ano foi de 17% da força de trabalho. Ou seja, dependendo de como elas fossem calculadas, os números estariam largamente subdimensionados, o que, por sua vez, impediria que fosse precisamente auferido quantos desses desempregados são resultado direto da introdução de máquinas.

De todo modo, Pollock destaca que, até a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, quando 25% da força de trabalho ingressou nas forças armadas ou na administração pública, a economia não havia atingido o que é conhecido como “pleno emprego” - algo como uma taxa de 4,5% de desemprego, se considerado percentualmente, mas, em geral, a ideia é que uma pessoa que quisesse trocar de emprego ou ingressar no mercado de trabalho conseguiria fazê-lo sem maiores dificuldades. Entre 1946 e 1954, ano no qual a economia passou por uma recessão, o desemprego não passou de 5%. Mesmo assim, de acordo com Pollock (1957), os fundamentos de tal “sucesso” não seriam considerados tão estáveis, se avaliados cuidadosamente. Isso se deve ao peso do setor militar em um país que, em 1954, presidido pelo general Dwight Eisenhower (1953-1961), se rearmava e expandia seus gastos bélicos.

Além do grande número de pessoas diretamente empregadas pelas forças armadas (em 1954, eram 3,6 milhões), uma enorme quantidade de trabalhadores era demandada para satisfazer as necessidades delas (um número de difícil estimativa). No ano de 1954, os Estados Unidos gastaram US\$ 50 bilhões neste setor, um valor que representava 15% do PIB. Assim, seguindo o argumento de Pollock (1957, p. 56-7), mesmo que fosse estimada uma alta produtividade da indústria bélica, o que não deixa de ser verdade, e se supusesse que apenas 5% da força de trabalho (fora funcionários do governo federal) produzisse o equivalente aos 15% do PIB, ainda seriam empregadas três milhões de pessoas somente para satisfazer as forças armadas. Em um cenário hipotético de paz e sem intervenções estatais para combater o desemprego, o autor calcula que, mesmo assumindo números abaixo do que provavelmente seriam os reais, os três milhões de

desempregados nas estatísticas oficiais seriam, na verdade, algo como dez milhões. Ou seja, haveria, no mínimo, mais de três vezes o número de desempregados registrado para aquele ano; um número absoluto igual ao das estatísticas oficiais de 1939, último ano de paz e também de recessão. Por isso, Pollock (1957, p. 58) conclui que o pleno emprego nos EUA depende da continuidade e expansão do gasto público. Essa conclusão do autor reforça tanto sua ideia sobre um momento de primazia da política, de capitalismo de Estado, quanto o debate anteriormente apresentado por nós sobre a forma-política, seja no geral e as possíveis funções a serem desempenhadas pelo Estado ou alguns apontamentos particulares sobre os EUA, a força do dólar e os massivos gastos militares.

Voltando agora para o caso das consequências sociais da automação, Pollock (1957) destaca que as avaliações são ainda previsões de cenários futuros, visto que, naquele momento, ela ainda estava sendo introduzida na indústria estadunidense. Para os que apontam uma certa compensação interna ao próprio mercado de trabalho, o autor contra-argumenta questionando a forma como a automação será introduzida. Se, entre 1946 e 1954, foram investidos algo como US\$ 300 bilhões de dólares em novas plantas e máquinas - e havia probabilidade de outros 200 nos cinco anos seguintes -, isto significa que os ganhos de eficiência e produtividade da força de trabalho nos EUA seriam enormes e rápidos, resultando em uma porcentagem sempre decrescente da força de trabalho produzindo o mesmo PIB. Como ele próprio reconhece, não fosse o capitalismo, isso poderia significar massivos ganhos em padrão de vida e menos tempo de trabalho. Mas, por causa das relações sociais, estes investimentos feitos por empresas privadas significam um perigo real de que uma maior produtividade por trabalhador leve ao desemprego. Por exemplo, se fosse atingido um crescimento contínuo de eficiência do trabalho de “apenas” 2,5% anuais (em 1954, esta figura foi de 4%), em 1955, o PIB de 1954 seria produzido com uma força de trabalho comparativamente reduzida em 1,5 milhão de trabalhadores (POLLOCK, 1957, p. 64-5). Outra questão que Pollock (1957) enfrenta é a da diminuição do tempo entre o desenvolvimento e a aplicação de uma nova técnica. Se no final do século XIX, a diferença era de algo como 20 anos, agora ela é de apenas alguns anos. Por exemplo, nos EUA, enquanto a indústria de veículos motorizados demorou 16 anos para atingir um faturamento (*turnover*) de US\$ 1 bilhão, após a Segunda Grande Guerra, quando ela

foi “inventada”/criada, a indústria de eletrônicos atingiu US\$ 5 bilhões em apenas seis anos. Esperava-se que, até 1960, esta figura fosse multiplicada por quatro.

Devido aos massivos ganhos de competitividade e escala, em indústrias voltadas ao mercado civil, atingir a automação poderia significar uma oportunidade de tirar completamente os concorrentes da jogada. Mesmo que os custos iniciais da introdução das novas forças produtivas sejam altos, a conta feita pelos capitalistas não é de quanto será gasto, mas em quanto tempo esse investimento será pago. Para aferir as possibilidades lucrativas, devido às bilionárias somas envolvidas não só com as máquinas em si, mas também com os custos para conseguir matéria-prima, como vender o produto, quais campanhas publicitárias serão feitas etc., se tornam cada vez mais relevantes e requisitados complexos cálculos, análises de dados e informações sobre o mercado (em certo momento, o autor fala da emergência de uma espécie de “gerência por meio da avaliação de informação”), além de, é claro, uma contabilidade bastante elaborada (por exemplo, relativas à amortização, depreciação, margens de lucros). Essas decisões têm tremendo impacto também sobre toda a economia como um todo, especialmente pelo que peso que essas empresas monopolistas (palavra nossa, Pollock [1957] nunca usa o termo) têm: segundo o autor, cerca de 25% dos trabalhadores nos Estados Unidos estavam empregados em uma das 200 maiores empresas do país; além disso, era estimado que cada um deles sustentasse dois outros empregos em fornecedores (seja matéria-prima, bens ou serviços). Ou seja, as decisões das 200 maiores empresas, as que realmente podem gastar com pesquisa (em 1955, foram gastos mais de US\$ 5 bilhões em pesquisa científica e técnica, sendo mais de 70% delas feitas em laboratórios das 375 maiores empresas do país⁸⁶) e empregar pessoas em variados departamentos, impactavam em cerca de 75% do mercado de trabalho dos EUA. (Como podemos ver, o gasto produtivo, o investimento capitalista, tem muito mais peso que o consumo dos trabalhadores.) A tendência é que elas comprassem as pequenas e médias empresas, ou que estas se unissem para tentar competir com aquelas. Havia também a possibilidade que algumas pequenas firmas pudessem se especializar no suprimento de algum mercado local, mas jamais disputar o nacional (ou internacional).

⁸⁶ O resto foi feito por 15 mil outras empresas, junto a instituições do governo e universidades.

Voltando aos cálculos capitalistas, Pollock (1957) expõe que a mais cara das máquinas - as grandes calculadoras introduzidas em escritórios -, por exemplo, paga o investimento inicial, devido aos salários poupados, em poucos anos. Assim, o que as estatísticas apontam como aumento de produtividade significa que há menos trabalho sendo utilizado para cada unidade produzida. Se lembrarmos o argumento dos teóricos da compensação, podemos perceber como ele não se sustenta. Considerando que todos esses trabalhadores substituídos por máquinas fossem realocados em posições com melhores salários, como poderiam os capitalistas poupar no gasto com pessoal ou como poderia a produtividade do trabalho expandir com um simétrico aumento dos salários? A conta, quando considerada uma economia isolada, não fecha. Por isso, a ideia de um desemprego tecnológico é tão forte desde, pelo menos, aquela época. Como ele pode ser combatido então?

Em geral, as soluções recaem sobre o Estado. A primeira coisa que Pollock (1957, p. 71) destaca quando de tal argumento é que políticas públicas de obras de infraestrutura, por exemplo, só serão efetivas se foram desenhadas e aplicadas com suficiente tamanho e por um longo período de tempo, o que poderia representar um passo “importante”, para Pollock, em direção ao “socialismo de Estado”. Outras sugestões incluíam medidas para impulsionar a demanda por bens de consumo, seja por meio de uma espécie de salário anual garantido (*guaranteed annual wage*), ou de redução de impostos e outras tarifas que impactam mais sobre baixas rendas (*income*). Apesar das propostas, em uma economia baseada na propriedade privada dos meios de produção, é impossível escapar de duas coisas: 1) é a remuneração do trabalhador que determina o poder de compra da maioria dos consumidores e, portanto, determina o custo de produtos advindos de setores ainda não influenciados pela automação, e 2) as empresas buscam o máximo de lucro possível, visto que largas reservas são necessárias para investir em novas plantas, setores ou máquinas. Sendo assim, o potencial desemprego em massa impactaria decisivamente no poder de compra dos trabalhadores, o que resultaria em um círculo vicioso de diminuição da demanda por bens de consumo, de produção e consequente dispensa de contingentes de empregados. De todo modo, se deixadas totalmente livres ou apenas paliativamente enfrentadas, as forças do mercado podem levar ao “(...) desenvolvimento de tendências destrutivas de tal força que nenhuma sociedade ‘livre’ seria forte o suficiente para resistir.” (POLLOCK, 1957, p.

79, tradução nossa, destaque do autor)⁸⁷. Como apontamos anteriormente, uma das preocupações que seguiram o autor ao longo de seus estudos era a possível emergência de um novo regime nazi-fascista.

A automação completa representa o triunfo final da máquina sobre o trabalhador. Se nenhuma medida apropriada for tomada para evitar o desemprego tecnológico, que pode ser esperado seguir a automação, é possível que haja uma repetição dos graves males sociais que se seguiram tanto à primeira revolução industrial quanto ao movimento em direção à racionalização [período entreguerras - GB]. A automação aliviará o trabalhador humano de grande parte dos exaustivos e destruidores da alma trabalhos rotineiros, assim como as máquinas da primeira revolução industrial o livraram de, pelo menos, uma parte do pesado trabalho manual a que estava acostumado. (POLLOCK, 1957, p. 79, tradução nossa).⁸⁸

Assim, duas mudanças deverão ser sentidas pelos trabalhadores com o avanço da automação: por um lado, ela representa um longo processo de substituição do trabalhador pela máquina e conseqüente destruição de antigas habilidades requeridas nas indústrias; por outro, em direção antitética, ela requererá novas qualificações e a formação de uma classe de trabalhadores altamente qualificados. Se o que vimos anteriormente como administração taylorista do trabalho era baseada na máxima racionalização (um princípio lógico que será levado à conclusão pela automação) e aceleração do ritmo, agora a condenação do trabalhador a uma espécie de “escravo” do processo produtivo poderia chegar ao fim, sendo as tarefas braçais e repetitivas substituídas por máquinas (POLLOCK, 1957).

Mas o que será destes trabalhadores libertos do fardo do trabalho manual? Esta é uma questão bastante relevante e que se torna ainda mais decisiva quando consideramos, tal qual faz Pollock (1957, p. 81) que é impossível dizer qual a extensão ou para quais setores a automação poderá ser inserida para substituir o trabalho humano direto. A grande questão é a forma de introdução (como será desenvolvida e construída a máquina) e a viabilidade econômica, não a

⁸⁷ (...) destructive tendencies might develop of such force that no 'free' society would be strong enough to withstand them. (POLLOCK, 1957, p. 79).

⁸⁸ Complete automation represents the final triumph of the machine over the human worker. If no proper steps are taken to ward off the technological unemployment which may be expected to follow automation it is possible that there would be a repetition of the grave social evils that followed both the first industrial revolution and the movement towards rationalisation. Automation will relieve the human worker of a great part of exhausting and soul-destroying routine jobs just as the machines of the first industrial revolution relieved him of at any rate a part of the heavy manual labour to which he had formerly been accustomed. (POLLOCK, 1957, p. 79).

possibilidade em si (barreira e não limite, portanto). Mesmo que alguns setores como o de serviços ou o de trabalhadores intelectuais (os escritores, por exemplo) pareçam relativamente protegidos desse desenvolvimento, é inegável que, de um modo ou outro, o processo de automação já ingressou nesses ramos, mesmo que apenas na introdução de computadores para desempenho de algumas tarefas ou para administração de clínicas, racionalizando o número de pessoas necessárias para o desempenho das tarefas. O que se vê, como já havia exposto Marx (2017) e agora conclui Pollock (1957, p. 82), é uma sempre crescente taxa da população tornada excedente (*surplus population*). Além disso, é possível perceber um alargamento da distância entre um pequeno número de empregados qualificados e a grande massa da classe trabalhadora. Apesar disso, esta separação é de alguma forma disfarçada pelo que poderíamos apontar como a configuração de uma Indústria Cultural e pelo consumo dos trabalhadores. Pollock (1957, p. 83, tradução nossa, destaques do autor) descreve assim esse processo:

Esses fatores incluem as atividades daquelas indústrias que fornecem 'cultura' para as massas; a produção em grande escala de bens de luxo para as massas; a melhoria contínua do padrão de vida; e a tendência crescente de que as pessoas pensem da mesma forma, devido à eficiência dos métodos modernos de influência sobre as mentes das massas. Na era da automação, pode-se esperar que essas tendências sociais continuem de forma exagerada, em uma sociedade 'livre' de empresas privadas. Um novo tipo de sociedade, baseada em princípios autoritários ou militares, pode se desenvolver.⁸⁹

Se anteriormente Pollock (1957) havia destacado a formação de uma minoria de empregados seguros de suas condições, agora ele aponta que, com o auxílio de computadores eletrônicos e os cálculos e previsões que somente eles podem fazer, esses empregados terão a seu dispor informações necessárias para a tomada de decisões a respeito da organização dos negócios, da produção ou futuros investimentos e expansões. Estas melhorias serão possibilitadas pela capacidade de processamento de dados dos computadores, o que também abrirá um novo tipo de

⁸⁹ These factors include the activities of those industries which provide 'culture' for the masses; the large-scale output of luxury goods for the masses; the continued improvement in the standard of living; and the increasing tendency for people to think alike owing to the efficiency of modern methods of influencing the minds of the masses. In the age of automation these social trends might be expected to continue in a 'free' private-enterprise society in an exaggerated form. A new sort of society, based upon authoritarian or military principles, might be evolved. (POLLOCK, 1957, p. 83).

empresa ou escritório governamental: os responsáveis por fornecer informações qualificadas sobre a forma de organização dos negócios ou sobre o mercado.

Nesse sentido, o autor diz também que aqueles que terão acesso à grande disponibilidade de informações sobre futuras tendências poderão manipular a economia e exercer tremendo poder sobre a sociedade, cuja capacidade de raciocinar será influenciada pelos “modernos métodos de propaganda” (POLLOCK, 1957, p. 83) ou pela publicidade visando estimular ou criar demanda do público, uma que, nos EUA, é algo exaltada como sem limite, seja por algum tipo do que hoje conhecemos como “obsolescência programada”, por mudanças no design ou pela inserção de alguma “última novidade”. Aqui pode ser vista a preocupação que ele tinha com algum tipo de governo tecnocrático, comandado por “engenheiros, administradores e profissionais de relações públicas” (ibidem, p. 84), que pensam - e foram formados para tal - ser de algum modo melhores que os trabalhadores de chão de fábrica, os quais precisariam de superiores para darem ordens e garantir a organização no trabalho. A busca é por uma constante racionalização e maior eficiência produtiva, a qual carrega consigo muitos resquícios do pensamento tecnocrata, cujo objetivo final não é liberar os trabalhadores do fardo do labor, mas a tecnologia das limitações e erros humanos. Uma coisa impossível, visto a contradição fundante entre capital e trabalho, cuja tecnologia automática é a expressão mais refinada que assume a busca do capital pela negação do trabalho vivo do qual ele é produto.

Mesmo estando libertos do trabalho “pesado” (no sentido literal do termo), Pollock (1957, p. 91) destaca algo, digamos, curioso a respeito da introdução da automação em setores industriais mais avançados: se os trabalhadores estavam libertos do trabalho enfadonho destruidor de almas (*soul-destroying drudgery*) da correia transmissora, uma grande e crescente proporção de outros estava sendo empurrada para igualmente maçantes e monótonos trabalhos (*dull and monotonous jobs*). Sem nenhuma segurança, a sensação é de poder ser substituído a qualquer momento por uma nova máquina ou pelo grande exército industrial de reserva. Estes serão “(...) as vítimas do desemprego tecnológico na era da automação” (ibidem, tradução nossa)⁹⁰, mesmo que sua aparição em estatísticas seja mascarada por alguma ação estatal ou pela própria forma de auferição delas. Assim, o autor aponta

⁹⁰ (...) the victims of technological unemployment in the age of automation. (POLLOCK, 1957, p. 91).

também para uma diminuição do poder dos sindicatos e das greves, visto que tanto haveria um grande contingente de mão de obra disponível como as fábricas automáticas poderiam continuar somente com os gerentes, administradores⁹¹ e engenheiros, os quais, por se acharem superiores (não se reconhecerem como classe trabalhadora, se se quiser) provavelmente se alinhariam aos donos.

Todo esse processo descrito anteriormente merece, como já destacamos, para Pollock (1957), a classificação de uma nova revolução social. De acordo com ele, a automação é mais uma fase na evolução da tecnologia, deste a divisão do trabalho, cujas vantagens foram destacadas por Adam Smith, passando pela introdução do motor a vapor, que revolucionou a indústria e os transportes, pela eletricidade e o motor de combustão, até chegar a ela. Portanto uma definição mais completa, ainda que, como reconhece, possa ser considerada inadequada, é apresentada por Pollock no início da segunda parte do livro, escrita por ele, em 1955, depois de pesquisas relativas à teoria e prática da automação:

A automação é uma técnica de produção industrial combinada com um método de processamento de dados, introduzida desde a segunda Guerra Mundial. Com o auxílio das técnicas e dispositivos mais avançados - mas com certas limitações econômicas - este método de produção tenta desempenhar por meio do maquinário todas as funções até então desempenhadas pelos seres humanos. As máquinas são 'controladas' por máquinas. (POLLOCK, 1957, p. 108, destaques do autor, tradução nossa).⁹²

Antes de finalizarmos a revisão do estudo de Pollock (1957), cuja maior atenção foi dada por nós a aspectos mais teóricos apresentados na primeira metade, destacaremos algumas outras observações feitas por ele ao longo da segunda parte

⁹¹ É de bastante interessante, tanto para mim como para nosso laboratório de pesquisa na UEL, o Cubo (Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo), que Pollock destaque a necessidade, ainda na infância da automação, na metade dos anos 1950, de que os administradores e gerentes mantenham a moral, o interesse e a atenção dos trabalhadores. Eles teriam que buscar maneiras para deixar nítida a "importância vital da função que eles desempenham", visando a identificação deles com o trabalho e a empresa. Digo que é de bastante interesse porque uma das leituras de 2021 foi o livro *Bullshit Jobs*, do antropólogo britânico David Graeber (2018), cujas críticas aos "tramos de merda" (tradução de nosso grupo), cheios de seminários motivacionais, dinâmicas de grupo e reuniões de times, parece expor a agudização de uma tendência que cresceu paralelamente ao avanço da automação, especialmente porque as jornadas de trabalho não foram diminuídas e é preciso, de alguma forma, manter os trabalhadores ocupados pelas mais de 40h semanais. Não teremos como adentrar mais nessa questão, mas era preciso fazer a referência.

⁹² Automation is a technique of industrial production, combined with a method of processing data, introduced since the second World War. With the aid of the most advanced techniques and devices - but with certain economic limitations - this method of production attempts to perform by machinery all the functions hitherto performed by human beings. The machines are 'controlled' by machines. (POLLOCK, 1957, p. 108).

do livro, na qual ele apresenta alguns exemplos das mudanças provocadas pela automação, e que tem a ver com nossos interesses de pesquisa:

1) Com a introdução de máquinas controladas por outras máquinas, é possível verificar uma transferência dos trabalhadores do chão de fábrica para os escritórios, seja programando ou inserindo os *inputs* e verificando *outputs*. Para o autor (e, de certa forma, para Bolaño e para nós), isso corrobora o argumento de que a histórica separação entre os dois tipos de trabalhos (manual e intelectual, se se quiser) estava desaparecendo (POLLOCK, 1957, p. 127);

2) Mesmo indústrias nas quais as tendências são muito voláteis, como a da moda, os computadores e a velocidade e precisão de seus cálculos pode ajudar a prever mudanças e demandas relacionadas ao consumo e, com isso, prevenir perdas e garantir melhores alocações de recursos, cujo resultado são maiores lucros (POLLOCK, 1957, p. 153);

3) Graças a um sistema de controle remoto em Nova Iorque, o *Wall Street Journal*, um jornal diário, pode enviar para várias cidades as mesmas notícias e publicidades, utilizando um sistema que envolvia a transcrição delas em uma fita, que era inserida em uma máquina que a duplicava em plantas distantes. Estas eram então inseridas em dispositivos que operavam as máquinas de composição. Assim, a transmissão eletrônica reduziu o tempo entre a escrita e a entrega das notícias, bem como os erros humanos na digitação, e permitiu maior rapidez, a existência de uma padronização nacional e, com eles, lucros (POLLOCK, 1957, p. 157);

4) O departamento responsável pela análise de patentes nos EUA também ganhou agilidade com a introdução de computadores eletrônicos. Mesmo com o aumento visto no número de funcionários, ainda demoravam dois anos para decidir sobre a validade dos 120 mil pedidos de patente feitos. Se todas as garantias registradas até 1956 estivessem memorizadas em um computador, a máquina poderia automaticamente informar se havia alguma correspondência nos bancos de dados. Levavam minutos para a realização desse procedimento que hoje demora um dia todo (POLLOCK, 1957, p. 160);

5) Uma pesquisa encomendada pelo *think thank Twentieth Century Fund* descobriu que os custos de distribuição de um bem de consumo são responsáveis por 59% de seu preço. Com a automação introduzida em depósitos, a taxa deste custo em proporção ao da produção poderia ser substancialmente reduzida (POLLOCK, 1957, p. 162);

6) Na indústria de eletrônicos, a responsável pela possibilidade de automação e uma das que mais rapidamente introduz essas novas técnicas, o faturamento, em 1955, foi de cerca de US\$ 9,5 bilhões, um crescimento de 19 vezes em comparação com 1940. Entretanto, neste período, o número de empregados cresceu em apenas metade dessa taxa, mesmo que a quantidade de empresas fabricando tais dispositivos quintuplicou desde 1939, chegando a 3,6 mil em 1955. Além disso, do total faturado naquele ano, cerca de US\$ 2,5 milhões de dólares vieram das forças armadas dos EUA, o que, para o autor, é importante tanto como potencial “consumidor” quanto como incentivo para pesquisa, sendo o uso civil um desdobramento posterior da demanda militar (POLLOCK, 1957, p. 163-4)⁹³;

7) Como é uma das indústrias responsáveis pela automação e também uma das que mais implementa tais técnicas produtivas, a que fabrica dispositivos elétricos representa um caso extremo do que poderia ser o desemprego tecnológico. O ramo que produz “equipamentos de comunicação” (por exemplo, televisões e radares) apresentou, nos últimos anos, um declínio de 11% do total da força de trabalho, sendo de 16% a queda dos “fabris” e de 3% o aumento dos “intelectuais”. Uma mudança de perfil empregado que podemos correlacionar com a introdução de máquinas automáticas (POLLOCK, 1957, p. 168). Além disso, um outro aspecto do desemprego tecnológico apresentado pelo autor diz respeito aos trabalhadores mais velhos e experientes, os quais, em tempos de pleno emprego, são os primeiros a sofrerem com a falta de vagas e de possibilidades de realocação (ibidem, p. 174);

8) Um setor que pode parecer salvaguardado da industrialização e da automação é a agricultura. Os dados, entretanto, do número de empregados nos EUA revela um cenário totalmente oposto. Entre 1930 e 1955, os trabalhadores remunerados (*gainfully employed*) passaram de 10,3 milhões ($\frac{1}{5}$ da força de trabalho) para 6,7 milhões ($\frac{1}{10}$ dela). Isso tudo considerando que o governo dos EUA despeja bilhões de dólares anualmente na agricultura e, com isso, permite que uma série de pessoas viva do trabalho na terra (POLLOCK, 1957, p. 175). Mesmo com esse subsídio, cerca de 85% da produção agrícola vem de $\frac{1}{3}$ das fazendas e plantações (ibidem, p. 228), ou seja, de unidades provavelmente altamente mecanizadas e com pouca mão de obra diretamente empregada;

⁹³ Interessante destacar que o clássico *1984*, escrito por George Orwell, é citado pelo autor para falar sobre as promessas feitas pela indústria com relação aos novos desenvolvimentos em televisores, cujo futuro seria a substituição dos tubos por telas planas finas.

9) Comentando algumas afirmações de Benjamin F. Fairless, presidente de um conselho de diretores da *United States Steel Corporation*, uma grande produtora de aço, Pollock argumenta que os dados apresentados por ele para minimizar os impactos da automação não se sustentam. De acordo com o autor, entre 1946-1955, o número de novas vagas na indústria cresceu em proporção menor que a população dos Estados Unidos, mantendo a porcentagem do total da força de trabalho empregada na indústria igual durante o período (25%). Mesmo assim, a grande maioria destes novos postos são de trabalhadores de escritório ou da “indústria de serviços” (nem agricultura e nem manufatura), o que implica em reconhecer, como o autor tem argumentado, que a probabilidade é que a criação de novas vagas não se sustente devido à própria introdução da automação e de máquinas eletrônicas (POLLOCK, 1957, p. 178);

10) Pulando quase para o final do livro, Pollock apresenta um caso bastante expressivo da importância do desenvolvimento dos sistemas de comunicação para a expansão de empresas monopolistas em mercados extensos como o dos EUA. Um relatório apresentado por D.G. Mitchell, no Comitê do Congresso do país sobre automação, discutia a descentralização e administração de fábricas automáticas, cujas possibilidades técnicas permitiam que as plantas estivessem situadas em cidades menores, onde inclusive os trabalhadores poderiam se sentir membros de comunidades locais e de uma interna ao próprio local de trabalho, portanto, ficando mais felizes e sendo mais eficientes. Essa forma de centralização da administração, da tomada de decisões, e descentralização da produção, entretanto, requer muita comunicação e transmissão de informação:

O empreendimento que Mitchell está discutindo emprega 26.000 trabalhadores e funcionários assalariados em 43 fábricas separadas, 16 laboratórios e 15 depósitos. Esses 74 estabelecimentos estão situados em 40 lugares diferentes - 24 estabelecimentos estão na Pensilvânia, 15 em Nova York e 11 na Nova Inglaterra, enquanto o restante está espalhado pelos estados centrais [*middle states*], as costas sul e oeste. Pode-se perguntar como o conselho de administração de uma empresa que se estende por grande parte do continente norte-americano pode desempenhar suas funções de maneira adequada. A empresa resolveu esse problema no outono de 1955, quando construiu um escritório central para reunir dados sobre a produção de todas as suas fábricas e a comercialização de todos os seus produtos. Foi estabelecido um serviço de informações privado com sede na pequena cidade de Camillus, perto de Syracuse, no estado de Nova Iorque. Vinte mil quilômetros de fios telefônicos ligam 51 lugares a este escritório e aqui foi instalado um computador

gigante. Todos os dados necessários relativos à produção, compras, vendas, bens despachados, finanças e muitos outros assuntos são coletados, classificados e coordenados pelo computador. Dessa forma, o conselho de administração - bem como os chefes [*heads*] de cada uma das fábricas - pode ter uma visão panorâmica dos negócios da empresa em qualquer momento específico. Mas o computador ainda não está funcionando em plena capacidade e pretende-se utilizá-lo para pesquisas de mercado, análise de bens produzidos e para outros fins. (POLLOCK, 1957, p. 232-3, tradução nossa).⁹⁴

Ao final dessas várias observações e comentários sobre algumas das consequências da introdução da automação, Pollock conclui:

Nosso exame dos relatórios disponíveis sobre o efeito da automação nos Estados Unidos em 1955 leva a uma conclusão negativa. Não encontramos nesses relatórios nenhuma evidência que nos levasse a alterar a visão que expressamos sobre o perigo do desemprego em massa devido à automação. Em 1955, os trabalhadores redundantes encontraram novos empregos, mas isso não significa que os seus sucessores nos anos posteriores serão igualmente afortunados. Se houvesse uma desaceleração ou cessação da expansão contínua da economia americana, é de fato duvidoso que mesmo os esforços combinados de governo, indústria e trabalho organizado pudessem conter a inundação de desemprego tecnológico, a menos que os três concordassem em fazer mudanças planejadas e fundamentais em toda a estrutura da economia americana. Hoje, o governo, a indústria e os sindicatos dos Estados Unidos concordam que uma ação concertada na prossecução de uma política tão drástica não é necessária nem desejável. Nós fizemos referência a vários meios que foram sugeridos em vários quadrantes para combater o desemprego tecnológico. Elas incluem o salário anual garantido, a redução da jornada de trabalho e o aumento das taxas salariais na proporção do aumento da produção acarretado pela automação. Tais políticas devem ser consideradas paliativas, já que elas não envolvem o planejamento radical de uma economia passando por profunda mudança. (POLLOCK, 1957, p. 194, tradução nossa).⁹⁵

⁹⁴ The undertaking which Mitchell is discussing employs 26,000 workers and salaried officials in 43 separate plants, 16 laboratories and 15 warehouses. These 74 establishments are situated in 40 different places - 24 establishments are in Pennsylvania, 15 in New York and 11 in New England, while the rest are scattered over the Middle States, the South and the West coast. It might well be asked how the board of directors of a concern which sprawls over a large part of the North American continent can perform its functions properly. The firm solved this problem in the autumn of 1955 when it set up a central office to amass data concerning the output of all its plants and the marketing of all its products. A private information service was established which had its headquarters in the little town of Camillus near Syracuse in New York State. Twenty thousand kilometers of telephone wires link 51 places with this office and here a giant computer has been installed. All the necessary data concerning production, purchases, sales, goods dispatched, finance and many other matters are collected, classified and co-ordinated by the computer. In this way the board of directors - as well as heads of separate plants - can get a bird's eye view of the affairs of the firm at any particular moment. But the computer is not yet working to full capacity and it is intended to use it for market research, the analysis of goods produced and for other purposes. (POLLOCK, 1957, p. 232-3).

⁹⁵ Our examination of reports available concerning the effect of automation in the United States in 1955 leads to a negative conclusion. We have found no evidence in these reports which could lead us to alter the view that we have expressed concerning the danger of mass unemployment owing to

Além dessas conclusões negativas, o autor diz que, com relação aos trabalhadores, algumas das consequências a serem consideradas são a redução do trabalho físico/manual, o aumento do nível de inteligência e qualificação requeridos, o que implica em uma expansão das escolas e universidades, e o necessário debate sobre a redução da semana de trabalho. Com relação à sociedade, o autor aponta também para o impacto social da necessidade de um sempre crescente consumo de bens cada vez mais baratamente produzidos e em maior quantidade. Como as fábricas automáticas empregam um número decrescente de trabalhadores e, por sua vez, o exército industrial de reserva em expansão ajuda a pressionar os salários, o poder de compra dos trabalhadores tende a diminuir e, com isso, a demanda relativa ao consumo improdutivo ficar estancada e uma crise irromper. O que é mais interessante, como nota Pollock (1957, p. 201), é que não há uma autorregulação da economia, que, em tais momentos, pararia a produção com a saturação do mercado. Na verdade, progressos técnicos não são introduzidos somente em tempos de crescimento, mas também - e talvez principalmente, segundo o autor - nos de depressão e crise, visto que a automação pode implicar em novas reduções de custos. É a irracionalidade racional do capital. Poderíamos, além disso, apontar para o crescimento do gasto com publicidade, como o próprio frankfurtiano já havia marginalmente reconhecido e está na base da EPC brasileira, para tentar fazer com que as mercadorias circulem (afinal, elas não podem comprar a si mesmas).

Ou seja, a tendência não seria a superar a crise ou construir novos fundamentos para o crescimento, mas extrair o máximo possível de lucro. Ora, percebemos que o estudo pioneiro de Pollock sobre a automação não está nem um pouco em oposição à teoria da crise, apresentada anteriormente a partir de Grespan (2012), ou ao argumento de Robert Brenner sobre uma insuperável agudização da

automation. In 1955 the redundant workers did find new jobs but that does not mean that their successors in later years will always be equally fortunate. If there were a slowing down or a cessation of the continued expansion of the American economy it is indeed doubtful if even the combined efforts of government, industry and organized labour could stem the flood of technological unemployment unless all three agreed to make planned and fundamental changes in the entire structure of the American economy. Today government, industry and trade unions in the United States are agreed that concerted action in pursuance of so drastic a policy is neither necessary nor desirable. We have referred to various means that have been suggested in various quarters to combat technological unemployment. They include the guaranteed annual wage, the reduction of the working week, and the raising of rates of pay in proportion to the increase in output brought about by automation. Such policies must be regarded as palliatives since they do not involve any radical planning of an economy undergoing a profound change. (POLLOCK, 1957, p. 194).

superprodução e supercapacidade do mercado mundial, mesmo em meio à longa depressão. Mesmo que trabalhadores e sindicatos briguem por melhores salários, construindo seus argumentos sobre algum tipo de teoria subconsumista da crise, estas medidas não resolvem o problema, visto que o crescimento dos salários se torna um incentivo ainda maior para o desenvolvimento de novas máquinas poupadoras de trabalho. A única coisa capaz de, de algum modo, sustentar certa “estabilidade dinâmica” é o crescimento ininterrupto do produto, da produção e da própria economia. Algo extremamente danoso para a própria sobrevivência do planeta, mas também impossível, se considerado de um ponto de vista da contradição capitalista entre a conservação e autovalorização do capital.

Escrito na década de 1950, o estudo de Pollock é surpreendente em muitos aspectos. Interessa perceber, principalmente, que o problema da automação tem seus primórdios antes dos anos 1970 e encontra muitos fundamentos em processos históricos de longa duração. Contudo, seguindo a premissa crítica ao determinismo postulada por Pollock, é preciso destacar que a automação é um elemento constitutivo de um conjunto de relações sociais cujo fundamento está nas configurações capitalistas do trabalho. Assim, pensando nisso, daremos sequência à nossa pesquisa, agora nos voltando ao texto de Aaron Benanav, que argumenta que, de encontro a nossa hipótese inicial, a automação, de fato, não está avançando rapidamente. Na verdade, segundo o autor, ela está relativamente lenta, mas, devido à estagnação econômica, segue destruindo muito mais vagas do que cria.

4.2 BAIXO INVESTIMENTO, LENTA AUTOMAÇÃO E SUBEMPREGO GLOBAL

Aaron Benanav realizou seu doutorado na Universidade da Califórnia (UCLA), com orientação de Robert Brenner. A tese, defendida em 2015, teve como objetivo analisar a ascensão do desemprego global, partindo dos anos 1950 até a primeira década dos anos 2000. Depois da defesa, em 2019, o autor publicou dois artigos na *New Left Review* sobre a “Automação e o futuro do emprego” (*Automation and the future of work*), cujo argumento foi refinado e publicado como livro homônimo, em 2020, pela editora britânica Verso, que será o foco de nossa atenção. Atualmente, o historiador está desenvolvendo uma pesquisa pós-doutoral na Universidade de Humboldt, na Alemanha, também sobre temas relacionados ao emprego/desemprego. Benanav argumenta que a saída para os problemas atuais

(insegurança, desigualdade etc.), que foram acelerados pela Covid-19, passa pela reorganização da sociedade e pelo compartilhamento social do trabalho que ainda precisa ser feito, sem fazer dele o centro de nossa vida, como é no capitalismo. Ou seja, não seria preciso a automação total da produção, mas uma mudança da forma social de modo a atingir um “futuro pós-escassez” (*post-scarcity future*). Para ele, a crítica marxiana ia ao encontro da ideia de superar a escassez e, com isso, possibilitar uma expansão do reino da liberdade, em detrimento do da necessidade.

Partindo do argumento desenvolvido por Brenner sobre a crise de supercapacidade, superprodução e a longa estagnação, bem como da ideia de que os grandes determinantes para o crescimento sustentado de uma economia são a taxa de lucro e o nível de investimento, Benanav (2020) questiona o suposto avanço da automação descrito por uma série de autores que, à direita ou à esquerda, sendo estes o foco principal das críticas, são classificados por ele como “teóricos da automação” (*automation theorists*). A visão desses teóricos foi influenciada, como a dele próprio, pela leitura de ficção científica, nos anos 1980-1990. Mesmo tendo lido algumas das mesmas literaturas da época, ele somente encontrou esse ecossistema da automação quando da leitura do livro *Inventing the Future* (Inventando o Futuro), escrito por Nick Srnicek, que será abordado aqui posteriormente, e Alex Williams (2015). Importante destacar, brevemente, que Benanav os reconhece como teóricos da automação, mas um termo mais popularizado para designar o mesmo grupo talvez seja “aceleracionistas”, usado para se referir a autores para os quais, novamente, à direita ou à esquerda, o capitalismo se tornou uma limitação para o próprio desenvolvimento, precisando ser superado para liberar todo o potencial já possibilitado pelo avanço científico-tecnológico⁹⁶.

Logo no início de seu livro, Benanav (2020) destaca que os rápidos avanços em Inteligência Artificial (IA), aprendizado de máquina (*machine learning*) e robótica, especialmente nas convenções, onde são apresentados robôs que podem jogar ping-pong, fazer comida e até sexo, bem como o retrato das empresas mais avançadas do mundo, como a Tesla, fazem parecer que o mundo do trabalho foi completamente transformado e até se tornou algo obsoleto, afinal, as máquinas poderiam fazer todo ou quase todo, se se pensar nos intelectuais, o trabalho que

⁹⁶ Um panorama das provocações advindas do “aceleracionismo de esquerda” está no artigo de Rodrigo Santaella Gonçalves e Victor Marques (2021).

antes requeria uma série de empregados. Este seria um motivo para a ascensão da retórica discursiva automatista, cuja base seriam quatro principais proposições:

Primeiro, argumenta que os trabalhadores já estão sendo substituídos por máquinas cada vez mais avançadas, resultando em níveis crescentes de 'desemprego tecnológico'. Segundo, esse deslocamento é um sinal claro de que estamos à beira de alcançar uma sociedade amplamente automatizada, na qual quase todo o trabalho será realizado por máquinas automovíveis e computadores inteligentes. Terceiro, embora a automação deva implicar a libertação coletiva da humanidade do trabalho, vivemos em uma sociedade onde a maioria das pessoas deve trabalhar para viver, o que significa que este sonho pode muito bem se tornar um pesadelo. Quarto, portanto, a única maneira de prevenir o catastrófico desemprego em massa - como o que está se desenrolando nos Estados Unidos em 2020, embora por razões muito diferentes - é instituir uma renda básica universal (RBU), quebrando a conexão entre o tamanho da renda que as pessoas ganham e a quantidade de trabalho que elas fazem. (BENANAV, 2020, l. 164-170, destaque do autor, tradução nossa).⁹⁷

Revisando as contribuições de alguns dos principais teóricos do campo, como Brynjolfsson e McAfee (2016), cujo trabalho indica, com os avanços tecnológicos, uma estagnação dos salários e uma maior parte do produto sendo capturado pelo capital, e Ford (2019), para quem a economia global poderia levar a uma cisão entre, por um lado, camponeses largamente supérfluos e, por outro, uma elite não afetada por problemas econômicos, o historiador destaca certa posição ao redor de uma renda mínima, como forma de estabilizar a demanda por trabalho, já que a educação e o retreinamento não dariam conta sozinhas. Esse discurso faz bastante sucesso no Vale do Silício, entre nomes como Bill Gates, da Microsoft, Mark Zuckerberg, do Facebook, e Elon Musk, da Tesla, e talvez o auge de sua popularidade do debate tenha sido ao ser levado a uma campanha presidencial pelo democrata Andrew Yang, que incluiu a RBU em sua plataforma (BENANAV, 2020).

Figuras mais à esquerda, como os já citados Srnicek e Williams, entretanto, argumentam que só um governo socialista poderia entregar a prometida automação

⁹⁷ First, it argues, workers are already being displaced by ever more advanced machines, resulting in rising levels of “technological unemployment.” Second, this displacement is a sure sign that we are on the verge of achieving a largely automated society, in which nearly all work will be performed by selfmoving machines and intelligent computers. Third, although automation should entail humanity’s collective liberation from toil, we live in a society where most people must work in order to live, meaning this dream may well turn out to be a nightmare. Fourth, therefore, the only way to prevent a mass-unemployment catastrophe—like the one unfolding in the United States in 2020, although for very different reasons—is to institute a universal basic income (UBI), breaking the connection between the size of the incomes people earn and the amount of work they do. (BENANAV, 2020, l. 164-170).

total da produção, liberando as pessoas do trabalho e construindo uma sociedade pós-escassez. Enquanto a proposta à direita se baseia na ideia de estabilização do mercado e consequente desmonte do Estado social, de certo modo, recuperando a ideia de um imposto de renda negativo elaborada por Milton Friedman, um dos pais do neoliberalismo, a da esquerda a pinta como caminho para um mundo pós-trabalho, no qual seria atingido o “comunismo de luxo totalmente automatizado”, como definido por outro Aaron, o Bastani (2019) (BENANAV, 2020).

Antes de contrapor alguns dos argumentos dos defensores da renda básica como única alternativa, Benanav (2020, l. 224) apresenta uma definição de automação algo similar à de Pollock: ela não é uma tecnologia que aumenta a capacidade produtiva do trabalho humano, mas o substituiu completamente. Para ele, a grande questão não é se as novas tecnologias irão ocupar o local que antes era do trabalho, afinal, a resposta é obviamente que “sim”, mas se elas foram as responsáveis pela mais rápida que o normal destruição de postos de trabalho, diminuindo, conseqüentemente, a taxa de criação de empregos e tornando uma maior porcentagem da população definitivamente desempregada. De acordo com o autor, mesmo que a resposta não seja necessariamente verdadeira, como veremos mais adiante, a popularização do discurso da automação pode ser atribuída ao “(...) capitalismo global estar falhando em fornecer empregos para muitas das pessoas que necessitam deles.” (BENANAV, 2020, l. 276-282, tradução nossa)⁹⁸. Para ele, há uma consistente baixa demanda por trabalho (*labour underdemand*) e também uma sub-mensuração nas estatísticas de desemprego, algo que, como vimos anteriormente (POLLOCK, 1957), vem desde, pelo menos, os anos 1950. Dois sinais dessa baixa demanda por trabalho seriam as recuperações sem emprego (*jobless recovery*) pós-crise, seja a de 2007-2008 ou agora a de 2020-2021, e a fatia de todo o excedente capturado como lucro estar crescendo há décadas em detrimento da relativa aos salários, mesmo com todo o aumento do chamado “capital humano” - as raras exceções de crescimentos de salários são os dos CEOs (*Chief Executive Officers*, os diretores executivos das empresas) e outros administradores/gerentes. Resultado: aumento da desigualdade.

Foram então os avanços tecnológicos que provocaram essa baixa demanda por trabalho? Para Benanav, não. Em resposta aos teóricos da automação, o autor

⁹⁸ (...) global capitalism is failing to provide jobs for many of the people who need them. (BENANAV, 2020, l. 276-282).

apresenta quatro contra-argumentos: 1) não foram as “grandes” inovações que causaram o problema, mas o fato delas terem acontecido durante uma estagnação econômica que segue se aprofundando; 2) esta baixa demanda por trabalho se manifesta não como desemprego em massa (*mass unemployment*), mas como subemprego (*underemployment*); 3) o mundo de trabalhadores com baixos salários não leva automaticamente à adoção de soluções como RBU, mas, pelo contrário, é aceito e até bem-vindo pelas elites, o que torna mais provável o aumento massivo da desigualdade global do que sua solução; e 4) por meio da luta social (*social struggle*) ou de classes, como preferimos, e não de administrações e soluções tecnocráticas, é possível construir um mundo no qual impere a abundância, mesmo sem a automação total ou quase total da produção (BENANAV, 2020, I. 319-325). “Historicamente, grandes mudanças em política social foram adotadas somente sob pressão massiva, tais quais a ameaça do comunismo ou do colapso civilizacional.” (Ibidem, tradução nossa)⁹⁹. Nossa situação atual seria esta última, cuja descrição é melhor feita por ficções científicas distópicas sobre um futuro próximo do que por análises econômicas padrão. Portanto, seria preciso pular fora desse desenrolar histórico e construir um outro.

O primeiro contra-argumento de Benanav (2020) é baseado no estudo de seu orientador de doutorado, Robert Brenner, sobre a longa estagnação. Ele começa a apresentação de sua análise destacando que o setor de serviços absorveu 74% dos empregos em países de renda *per capita* alta e 52% ao redor do globo, o que implicaria na destruição tecnológica deles precisar também avançar para esse setor, se ela fosse de fato a principal responsável pela atual baixa demanda. Para os teóricos criticados pelo autor, a manufatura, área mais passível de ser automatizada, devido à simplicidade a qual cada tarefa pode ser reduzida e plasmada na forma de uma máquina, e que, de fato, já sofreu um apocalipse de empregos (*employment apocalypse*), seria uma espécie de exemplo do que viria a acontecer com os serviços. Por isso, para Benanav, é preciso voltar e estudar o que aconteceu com o setor manufatureiro, a fim de avaliar as transformações atuais. Analisando dados das últimas décadas, ele percebe que a empregabilidade no setor cresceu mais rapidamente nas linhas em que as inovações estavam sendo implementadas de maneira mais veloz, porque os preços dos produtos caíram e, com isso, aumentou a

⁹⁹ Historically, major shifts in social policy have been adopted only under massive pressure, such as the threat of communism or of civilizational collapse. (BENANAV, 2020, I. 319-325).

demanda por eles. Entretanto, nas últimas cinco décadas (ou seja, após a crise dos anos 1970), o padrão do setor manufatureiro da maioria dos países não é de industrialização, mas de desindustrialização, algo que pode ser definido como a diminuição do número de empregos no setor proporcionalmente à toda a economia. Assim, desde o final dos anos 1960 e início dos 1970, o ritmo de crescimento visto no longo *boom* não pode ser e não foi repetido.

Para citar alguns dados apresentados pelo historiador sobre os setores manufatureiros, nos EUA, por exemplo, ele deixou de empregar 22% do total dos trabalhadores, em 1970, para parcos 8%, em 2017; em números absolutos, houve uma redução, se comparado com o pico do pós-guerra, de $\frac{1}{3}$ dos empregos no setor no país. Em outros países ricos, a situação foi basicamente a mesma. Na França, as reduções foram de 23% para 9%, representando uma diminuição total de cerca de 50%. No Reino Unido, os números são de 30% para 8%, correspondendo a 67% dos postos totais. Em países como Japão, Alemanha (dois dos maiores crescimentos do período de reconstrução) e Itália, as quedas foram de algo entre dez e doze pontos percentuais, mas também representando cerca de $\frac{1}{3}$ dos empregos do pós-guerra no setor. Normalmente, a explicação apresentada é a transferência de fábricas para países periféricos, seja para a América Latina ou, principalmente, para o leste asiático. Mesmo que isso tenha de fato acontecido, o volume da produção manufatureira (*output*) das economias citadas anteriormente, medido em valor real agregado (*real value added*), mais do que dobrou entre 1970 e 2017 - sendo o Reino Unido uma exceção, com “apenas” 25%.

Com certeza, os países de renda baixa e média estão produzindo cada vez mais bens para exportação para os países de renda alta; no entanto, a desindustrialização nesses últimos não pode ser simplesmente o resultado da transferência da capacidade produtiva para os primeiros, uma vez que os países de alta renda produziram mais bens manufaturados no final da década de 2010 do que em qualquer momento no passado. Em linha com as expectativas centrais dos teóricos da automação, mais bens estão sendo produzidos, mas por menos trabalhadores. (BENANAV, 2020, l. 381-387, tradução nossa).¹⁰⁰

¹⁰⁰ To be sure, low- and middle-income countries are producing more and more goods for export to high-income countries; however, deindustrialization in the latter cannot simply be the result of productive capacity moving to the former, since the high-income countries produced more manufactured goods at the end of the 2010s than they had anytime in the past. In line with automation theorists' core expectations, more goods are being produced but by fewer workers. (BENANAV, 2020, l. 381-387).

Baseado nisso, os analistas geralmente apresentam a explicação do problema como uma disparada da produtividade do trabalho nos países centrais, em vez de apontar para a entrada de importações de baixo custo (no caso do *boom* do pós-guerra, esta situação havia sido vista entre EUA, Alemanha e Japão). Olhando atentamente e corrigindo os dados estatísticos da economia dos Estados Unidos, onde o maior poder de processamento dos computadores foi contabilizado como aumento de produtividade (mesmo que tenha tecnologia mais avançada, um computador ainda é um computador), fazendo com que o setor “crescesse” anualmente 10%, entre 1987 e 2011, em comparação com os cerca de 2% em outras áreas, o padrão visto por Benanav no país hegemônico é similar ao japonês e alemão: diminuição do ritmo de crescimento. Na Alemanha, por exemplo, nas duas décadas após a guerra, a produtividade no setor manufatureiro cresceu a uma taxa de 6,3% ao ano. Entre 2000 e 2017, por outro lado, ela foi de apenas 2,4%. Isso considerando que o país e o Japão passaram por um processo de *catch up* e ultrapassaram os EUA em alguns setores como a robótica industrial, inclusive exportando os robôs para uma fábrica da Tesla, na Califórnia.

Para explorar as causas da desindustrialização em mais detalhes, confio nas seguintes definições. O produto [*output*], usado acima e abaixo, é uma medida do volume de produção (quanto é produzido), em termos de “valor agregado” real ou ajustado pela inflação em um determinado setor econômico. O Produto Interno Bruto, ou PIB, é apenas valor agregado para a economia como um todo. Emprego, como eu uso aqui, é uma medida do número de trabalhadores e não das horas trabalhadas - as últimas normalmente não estão disponíveis fora dos países mais ricos -, enquanto a produtividade é a razão entre o produto pelo emprego: quanto mais do produto é produzido por trabalhador tanto maior o nível de produtividade do trabalhador. Para qualquer setor econômico, a taxa de crescimento do produto (ΔO) menos a taxa de crescimento da produtividade do trabalho (ΔP) é igual à taxa de crescimento do emprego (ΔE). Assim, $\Delta O - \Delta P = \Delta E$. (BENANAV, 2020, I. 407-414, destaques do autor, tradução nossa).¹⁰¹

Assim, partindo dessa equação apresentada, o argumento de Benanav (2020) é: quando a produtividade do trabalho passou a subir mais do que a variação do

¹⁰¹ To explore the causes of deindustrialization in more detail, I rely on the following definitions. Output, as used both above and below, is a measure of the volume of production (how much is produced), in terms of real or inflation-adjusted “value added” in a given economic sector. Gross domestic product, or GDP, is just value added for the economy as a whole. Employment, as I use it here, is a measure of the number of workers rather than of hours worked—the latter are typically unavailable outside of wealthier countries—while productivity is the ratio of output to employment: the more output is produced per worker, the higher that worker’s productivity level. For any economic sector, the rate of growth of output (ΔO) minus the rate of growth of labor productivity (ΔP) equals the rate of growth of employment (ΔE). Thus, $\Delta O - \Delta P = \Delta E$. (BENANAV, 2020, I. 407-414).

produto total, o crescimento dos empregos se tornou negativo, ou seja, foram destruídas mais vagas do que criadas. Dessa forma, a questão não é que a produtividade está crescendo em níveis astronômicos, mas que ela tem crescido proporcionalmente mais que o produto. Conseqüentemente, mais empregos são eliminados do que incorporados. Se a produtividade do trabalho de fato estivesse crescendo como nunca antes visto, aí sim o argumento dos teóricos da automação estaria correto. Como não é este o caso, ao menos não para o autor que seguimos agora, mesmo com relativamente baixa inovação tecnológica, a estagnação econômica das últimas cinco décadas resultou em desindustrialização (lembrando, menos empregos no setor manufatureiro em relação à economia como um todo). Um processo que foi visto primeiro nos países centrais (EUA, Europa ocidental e Japão) e, depois, prematuramente, nos periféricos, cujos níveis, em alguns casos, eram tão baixos que o historiador diz ser mais adequado classificá-los como nunca tendo se industrializado. Uma exceção, ainda que parcial, seria a China: nos anos 1990, muitas empresas estatais do país demitiram milhões de trabalhadores, jogando a porcentagem de empregos no setor também para baixo. Entretanto, no começo dos 2000, o país retomou certa industrialização, que viria a diminuir novamente na metade da década de 2010. Em 2013, a manufatura empregava 19,3%, enquanto em 2018 esse percentual caiu para 17,25%. No Brasil, a título de comparação, em 2010, o número era cerca de 11%. Se considerarmos o tamanho absoluto da população chinesa (pelo menos seis vezes maior que a nossa) e a trajetória econômica brasileira, especialmente após o golpe de 2016, é muito provável que este indicador seja também uma boa expressão dos caminhos opostos tomados pelos dois países.

Como argumenta Benanav (2020, l. 565-572, destaque do autor, tradução nossa), essa desaceleração do crescimento do produto manufatureiro não é verificável apenas em algumas economias isoladas, mas como um padrão global:

Nas décadas de 1950 e 1960, a produção manufatureira global cresceu a uma taxa média anual de 7,1 por cento ao ano, em termos reais. Aquela taxa caiu progressivamente para 4,8 por cento na década de 1970 e para 3,0 por cento entre 1980 e 2007. Da crise de 2008 até 2014, o produto manufatureiro cresceu apenas 1,6 por cento ao ano, em escala mundial - isto é, menos de um quarto do ritmo alcançado durante a "era de ouro" do pós-guerra. É importante notar

que esses números incluem a expansão dramática da capacidade produtiva manufatureira na China.¹⁰²

Assim, a questão, como ele argumenta, é que mais tem sido produzido com menos trabalhadores, mas não por causa de mudanças tecnológicas que aumentaram a produtividade do trabalho e, sim, por ela ser medida contraposta ao menor crescimento do produto (*output*). Se acrescentarmos ao texto de Benanav (2020) o argumento da crise, especificamente o limite lógico interno atingido nos anos 1970, veremos que ambas são faces de uma mesma moeda: por um lado, o capital já se expandiu para todos os setores do globo e chegou a um momento no qual há superprodução de meios de produção, tornando insustentável um novo *boom*, e, por outro, como há supercapacidade e superprodução de meios de produção, ao capital resta a concorrência intercapitalista por maiores fatias do excedente, agudizando, não resolvendo, a crise. Desse modo, devido à incapacidade de fundamentar um novo ciclo expansivo, as inovações tecnológicas seriam sempre “mais poupadoras de trabalho” do que expansivas, ou seja, cada vez mais mercadorias com menos trabalho e, conseqüentemente, menos valor produzido. Por isso, uma crise estrutural dos próprios fundamentos do capital, que continua sua sanha da autovalorização e extração de mais-valor, anulando qualquer possibilidade de um novo pacto fordista entre capital e trabalho, com mediação do Estado.¹⁰³

No sul global, a desindustrialização veio após a crise da dívida externa, em 1982, e a imposição de ajustes estruturais pelo FMI. Dentro desse pacote, estava a abertura de fronteiras para importação e a liberalização de fluxos financeiros, cujos resultados foram uma rápida valorização das moedas nacionais. Com isso, em meio ao mercado mundial inundado de mercadorias, o custo do trabalho aumentou (e aqui se tornou bastante relevante a manipulação das taxas de câmbio como ferramenta

¹⁰² In the 1950s and '60s, global-manufacturing production expanded at an average annual rate of 7.1 percent per year, in real terms. That rate fell progressively to 4.8 percent in the 1970s and to 3.0 percent between 1980 and 2007. From the 2008 crisis up to 2014, manufacturing output expanded at just 1.6 percent per year, on a world scale—that is, at less than a quarter of the pace achieved during the post-war “golden age.” It is worth noting that these figures include the dramatic expansion of manufacturing productive capacity in China. (BENANAV, 2020, l. 565-572).

¹⁰³ Os já mencionado Copley e Moraitis (2021) têm uma crítica algo similar à anterior de Postone a Brenner sobre a superficialidade do argumento de Benanav e de Jason Smith, que parte de elaborações de Fred Moseley, outro importante marxista estadunidense, sobre a automação e as transformações no mundo do trabalho. Ela foi publicada na *ROAR* como *Capitalism in decline: automation in a stagnant economy* (Capitalismo em declínio: automação em uma economia estagnada, em tradução nossa) e auxiliou na crítica ao autor e no título escolhido para o capítulo.

de concorrência global) e tornou inviável tanto a competição com os produtos importados como a exportação dos seus próprios. Devido aos baixos preços de bens manufaturados, diminuíram não só as taxas de lucro, mas também, conseqüentemente, as de investimento, levando a um menor crescimento do produto total, do valor agregado pelo setor manufatureiro. Com esta menor expansão, a única forma para que novas empresas crescessem de maneira rápida era tomar fatias de outras já estabelecidas, cuja resposta foi se apoiar nas cadeias globais de valor (*global value chains*). Ou o nível de produtividade aumentava, mesmo com o baixo crescimento da demanda global, ou as firmas eram levadas à falência. Assim, entender o problema em termos de supercapacidade industrial, e não de “simples” avanço da automação (ou de ambos e de crise, como achamos mais adequado), permite compreender como podem ser conjugadas a introdução de inovações poupadoras de trabalho, por um lado, e, por outro, a construção de cadeias globais de valor intensivas em trabalho, transferindo para as fornecedoras o custo da concorrência e o conseqüente barateamento dos produtos. Além disso, importante destacar que os impactos ambientais de para onde se expandiram as multinacionais dos países centrais são, em geral, muito maiores do que seria possível em suas sedes (BENANAV, 2020).

Em meados dos anos 1960, as primeiras zonas de processamento de exportação [*export-processing zones*] foram abertas em Taiwan e na Coreia do Sul. Até mesmo o Vale do Silício, que antes produzia seus chips de computador localmente na área de San Jose, mudou sua produção para áreas com baixos salários, usando níveis mais baixos de tecnologia enquanto se beneficiava de leis mais flexíveis sobre poluição e segurança dos trabalhadores. As *MNCs* [corporações multinacionais, em inglês *multinational corporations*] na Alemanha e no Japão adotaram estratégias semelhantes, que foram sustentadas em todas as partes por novas infraestruturas de transporte e comunicação. (BENANAV, 2020, l. 630-636).¹⁰⁴

Ao mesmo tempo que a globalização da produção permitiu que as economias centrais mantivessem sua capacidade industrial, ela não reverteu a tendência à desindustrialização global. Por outro lado, conforme as cadeias se expandiram, mais e mais empresas foram arrastadas para o inundado em supercapacidade e

¹⁰⁴ In the mid '60s the first export-processing zones opened in Taiwan and South Korea. Even Silicon Valley, which formerly produced its computer chips locally in the San Jose area, shifted its production to low-wage areas, using lower grades of technology while benefiting from laxer laws around pollution and workers' safety. *MNCs* [multinational corporations] in Germany and Japan adopted similar strategies, which were everywhere supported by new transportation and communication infrastructures. (BENANAV, 2020, l. 630-636).

superprodução mercado global. Além disso, essa espiral de crescimento da concorrência explica porque países com maior robotização (número de robôs para cada mil trabalhadores - estatística, em 2016, liderada pela Coreia do Sul, com 63, seguida por Alemanha, com 31, e Japão, com 30) tiveram uma desindustrialização menos acelerada que outros (nos Estados Unidos e no Reino Unido são, respectivamente, 19 e 7 robôs para cada mil trabalhadores): a maior produtividade e consequente barateamento da produção garante uma vantagem competitiva e assegura a manutenção e expansão da fatia do mercado mundial. No caso da China, importante ator na concorrência internacional por manufaturados, que tomou fatias de empresas de países como EUA, México e Brasil, essa vantagem seria não por causa dos robôs (apenas 7 para cada mil), mas por uma combinação de baixos salários, o uso de tecnologias de moderadas a avançadas e uma forte capacidade infraestrutural, que, como vimos anteriormente, se deve quase totalmente ao Estado. Ainda precisa ser visto, como argumenta Benanav (2020), se, com o aumento dos salários, a China conseguirá manter sua fatia do mercado global. De todo modo, para isto, as empresas do país estão aumentando o uso de robôs.

Mesmo com todo este argumento apresentado até agora, Benanav (2020) reconhece que alguns dos teóricos da automação podem retrucar que ele diz respeito ao setor manufatureiro e não dá conta de explicar os salários estagnados, as recuperações sem emprego e a baixa demanda por trabalho em setores como o de serviços, nos quais os impactos da automação são bem menores que a manufatura. Entretanto, seguindo o argumento de Brenner, ele explica que nenhum outro setor econômico consegue/conseguiu substituir a indústria como motor de crescimento sustentado. Sendo assim, a um baixo crescimento dela corresponderá um igualmente pequeno crescimento do PIB. Como apresentamos anteriormente, o baixo investimento global, resultante da estagnação econômica, implica em baixa demanda por bens e serviços, que seriam usados para expandir a produção, resultando em consumo (produtivo ou improdutivo) deprimido. Olhando a economia como um todo, de acordo com Benanav (2020, I. 766), a supercapacidade aparece como subinvestimento (*underinvestment*) - e, pior, devido ao seu caráter estrutural, sem apresentar uma solução aparente.

Em uma economia industrial com crescimento sustentado e alta taxa de investimento (o que implica a construção de cadeias de fornecedores que suprirão as demandas de outros capitalistas), trabalhadores em empregos de baixa

produtividade seriam constantemente realocados para outros com maior, melhores salários e, com isso, a economia como um todo se expandiria, resultando em maior consumo produtivo e improdutivo, cuja expansão faria com que os serviços (pensemos em saúde, lazer, estética, cultura, etc.) também sejam impactados pela maior demanda. Assim, apesar de serem menos diretamente impactados tanto pela automação quanto pela concorrência internacional, somente com um crescimento sustentado da economia, cuja base é a indústria, esse setor conseguiria aumentar o preço do produto ofertado. Por outro lado, em um cenário diametralmente oposto ao apresentado no início do parágrafo, que é basicamente o que vivemos, os trabalhadores em empregos com maior produtividade estão sendo realocados em posições com menor. Além disso, o desinvestimento e desindustrialização das economias é substituído pela expansão da financeirização, buscando, por meio de ativos líquidos e não de investimentos em capital fixo, cujos retornos são de longo prazo, garantir lucros (BENANAV, 2000).

Com o desinvestimento e as baixas taxas de juros de longo prazo (afinal, há mais oferta do que demanda por empréstimos), as corporações têm usado o dinheiro disponível para, além de fusões e aquisições, recomprar suas ações e/ou pagar dividendos - uma receita que leva à formação de grandes bolhas e um percurso econômico algo como de bolha em bolha. Segundo o autor, o breve crescimento da economia dos EUA entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990 é retratado como tendo sido puxado pela expansão das TICs, quando, na verdade, como o país não está deslocado do mercado mundial, ele se deve mais à desvalorização do dólar, em 1985, no Acordo de Plaza, que conferiu maior competitividade à manufatura estadunidense. Em outro caso, este mais recente, a breve expansão de 2001 a 2007, quando países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) cresceram exportando para os mais ricos, pode ser explicada pelo aumento do consumo baseado em endividamento privado, que acabou com a explosão da bolha do mercado imobiliário nos EUA (BENANAV, 2020).

Esse problema crônico do setor manufatureiro e, portanto, da economia global é particularmente devastador para países de renda baixa e média, afinal, o baixo crescimento implica em que eles não teriam como seguir o caminho, de certa forma, etapista dos países industrializados e de renda alta. Mesmo essa fraca expansão já tendo sido vista em períodos anteriores, como o pré-Primeira Guerra Mundial (1914-

1918), Benanav (2020, l. 948-963, tradução nossa) argumenta que a situação agora é bastante distinta:

É verdade que, durante a *Belle Époque* (1870–1913), as taxas médias de crescimento econômico eram mais comparáveis às taxas de crescimento de hoje. No entanto, naquele período, grande parte da população ainda vivia no campo e produzia muito do que precisava para viver. Os impérios europeus invadiram o globo, não apenas limitando a algumas regiões a difusão de novas tecnologias para a manufatura, mas também desindustrializando ativamente o resto da economia mundial. Ainda assim, apesar da esfera muito mais limitada em que os mercados de trabalho estavam ativos - e na qual a industrialização ocorreu - a era pré-Primeira Guerra Mundial, como o período entreguerras, foi marcada por uma demanda persistentemente baixa por trabalho, acarretando em insegurança no emprego, aumento da desigualdade e tumultuosos movimentos sociais que visavam transformar as relações econômicas. Nesse aspecto, o mundo de hoje de fato se parece com o mundo da *Belle Époque*. A diferença, entretanto, é que hoje uma parcela muito maior da população mundial depende de encontrar emprego nos mercados de trabalho para viver e, portanto, encontra-se sujeita à insegurança inerente à procura de emprego em uma economia com baixa demanda por trabalho.¹⁰⁵

Além disso, os precedentes históricos apontam para um baixo crescimento do PIB global após pandemias, diferentemente de quando acontecem guerras. Assim, mesmo que, para Benanav (2020), a automação não seja a principal causa da baixa demanda por trabalho, em uma economia estagnada, ela tem alto potencial de destruição de empregos (portanto, não é um caso clássico de “destruição criativa”, quando novos seriam criados no local dos antigos). Caso não fosse o capitalismo e os ímpetus (ir)racionais da busca por lucro a qualquer custo, as novas tecnologias até poderiam nos libertar do trabalho. Entretanto, é difícil imaginá-las como emancipadoras, especialmente pela forma como foram desenvolvidas:

(...) o desenvolvimento tecnológico é altamente intensivo em recursos, obrigando os pesquisadores a seguirem certos caminhos de

¹⁰⁵ It is true that during the Belle Epoque (1870–1913), average rates of economic growth were more comparable to growth rates today. However, in that period, large sections of the population still lived in the countryside and produced much of what they needed to live. European empires overran the globe, not only limiting the diffusion of new manufacturing technologies to a few regions, but also actively deindustrializing the rest of the world economy. Yet in spite of the much more limited sphere in which labor markets were active— and in which industrialization took place—the pre–World War I era, like the interwar period, was marked by a persistently low demand for labor, making for employment insecurity, rising inequality, and tumultuous social movements aimed at transforming economic relations. In this respect, the world of today does look like the world of the Belle Epoque. The difference, however, is that today a much larger share of the world’s population depends on finding work in labor markets to live, and thus finds itself subject to the insecurity attendant on looking for work in a low-labor demand economy. (Benanav, 2020, l. 948-963).

investigação em detrimento de outros. Em nossa sociedade, as empresas devem se concentrar no desenvolvimento de tecnologias que levem a resultados lucrativos. Desativar os lucros [*turning profits off*] dos serviços digitais, que em sua maioria são oferecidos aos usuários finais online gratuitamente, se provou ilusório. Em vez de se concentrar em gerar avanços na inteligência artificial geral¹⁰⁶, os engenheiros do Facebook passam seu tempo estudando caça-níqueis para descobrir como deixar as pessoas viciadas no site, a fim de que elas continuem voltando para verificar se há notificações, postar conteúdo e ver anúncios. O resultado é que, como todas as tecnologias modernas, essas ofertas digitais estão longe de ser "socialmente neutras". A internet, tal qual desenvolvida pelo governo dos Estados Unidos e moldada por empresas capitalistas, não é a única internet que poderia existir. O mesmo pode ser dito da robótica: na escolha entre os possíveis caminhos do progresso tecnológico, o comando do capital sobre o processo de trabalho permanece primordial. As tecnologias que empoderariam os trabalhadores de linha não são buscadas, enquanto as tecnologias que permitem a vigilância detalhada daqueles mesmos trabalhadores estão rapidamente se tornando mercadorias com alta demanda [*hot commodities*]. (BENANAV, 2020, l. 989-996, destaque do autor, tradução nossa).¹⁰⁷

Interessante destacar que, de acordo com os dados apresentados pelo autor, foi a mecanização e a industrialização da agricultura, especialmente desde os anos 1950 e 1960, na chamada “Revolução Verde”, que provocou as maiores mudanças no mercado de trabalho global: até os anos 1980, a maioria da população ainda trabalhava no campo; em 2018, este número havia caído para 28%. Se antes desse período o setor parecia de difícil industrialização, hoje a produção agrícola parece uma “fábrica ao ar livre” (*open-air factory*) e sofre de supercapacidade tão grande ou pior que a manufatura. Assim, a mecanização de alguns setores ainda intensivos em trabalho, como o de roupas e calçados e de montagem de eletrônicos (*apparel and*

¹⁰⁶ Basicamente, há uma diferença entre Inteligência Artificial Geral, que seria algo próximo ao funcionamento do cérebro humano e à capacidade de refletir, aprender e tomar decisões, e a IA Estreita (em inglês, *narrow*) ou Fraca (*weak*), que é basicamente a que vemos mais difundida hoje em dia em aplicativos e *softwares* que desempenham funções simples e repetitivas, como jogar xadrez, fazer cálculos e previsões.

¹⁰⁷ (...) technological development is highly resource intensive, forcing researchers to pursue certain paths of inquiry at the expense of others. In our society, firms must focus on developing technologies that lead to profitable outcomes. Turning profits off of digital services, which are mostly offered to end users for free online, has proven elusive. Rather than focus on generating advances in artificial general intelligence, engineers at Facebook spend their time studying slot machines to figure out how to get people addicted to their website, so that they keep coming back to check for notifications, post content, and view advertisements. The result is that, like all modern technologies, these digital offerings are far from “socially neutral.” The internet, as developed by the US government and shaped by capitalist enterprises, is not the only internet that could exist. The same can be said of robotics: in choosing among possible pathways of technological progress, capital’s command over the work process remains paramount. Technologies that would empower line workers are not pursued, whereas technologies allowing for detailed surveillance of those same workers are fast becoming hot commodities. (BENANAV, 2020, l. 989-996).

footwear industries and of eletronic assembly), que são, inclusive, setores nos quais o aumento dos salários chineses têm feito o país perder competitividade para o Vietnã e Bangladesh, representa uma maior ameaça para os postos de trabalho globais do que a mecanização de caminhões e depósitos. A depender das inovações e do desenvolvimento de novas tecnologias como as “fábricas inteligentes” (*smart factories*), este processo pode resultar em maior concentração de empregos na vizinhança das indústrias, formando *clusters*, e bloqueando ainda mais a já difícil entrada de países como os africanos (Benanav, 2020).

Em uma economia estagnada, ainda mais agora depois da pandemia, e com alta disponibilidade de trabalho barato, é impensável conceber uma introdução generalizada de automação ao redor do globo, com raras exceções, como a Walmart, que, segundo o autor, investiu em robôs na expectativa de que as vendas online seguiriam em exponencial expansão. Na maioria dos casos, entretanto, como foi na última recessão, a lógica que deve imperar é a de utilizar as capacidades produtivas já existentes, diminuindo os custos por meio de demissões e o consequente aumento do ritmo de trabalho dos que permanecerem empregados. Se fosse de fato a total automação que estivesse sendo introduzida ao redor do globo, nós teríamos que, devido ao apocalipse dos empregos, reorganizar a sociedade de modo a tirar o trabalho do centro dela (BENANAV, 2020).

Entretanto, em meio ao cenário exposto anteriormente, a baixa demanda por trabalho não tem aparecido como desemprego em massa, mas como “(...) uma variedade de formas de subemprego [*underemployment*] crônico, que é mais difícil de ser medido.” (BENANAV, 2020, l. 1076, tradução nossa)¹⁰⁸. Assim, depois de crises e recuperações sem empregos, a grande dificuldade para os trabalhadores é encontrar um tipo de trabalho equivalente ao que tinha antes, assumindo vagas com características como remuneração abaixo do necessário para sobrevivência ou para as quais são superqualificados (por exemplo, um pós-graduado empregado em um local que requer apenas ensino médio). Além disso, o cenário do mercado de trabalho é ele próprio desestimulante, sendo ainda piorado pelos governos que, ao invés de promoverem políticas de emprego, reduzem o acesso a benefícios, de modo a empurrar os desempregados para qualquer vaga que surgir, mesmo que com baixo salário e péssimas condições de trabalho.

¹⁰⁸ (...) a variety of forms of chronic underemployment, which are more difficult to measure. (BENANAV, 2020, l. 1076).

Sob essas condições, poucos trabalhadores permanecem desempregados por muito tempo. Não importa quão ruins as condições do mercado de trabalho se tornem, eles ainda têm que tentar encontrar emprego, pois precisam ganhar uma renda para viver. À medida que um número crescente de trabalhadores se vê sem reservas, a economia mundial atual passa a se parecer mais com aquela que Marx analisou em meados do século XIX, em *O Capital*. Em uma economia estagnada, explicou Marx, a porção estagnada do "exército industrial de reserva" ou da "superpopulação relativa" do capitalismo tenderá a crescer. (BENANAV, 2020, l. 1098-1105, tradução nossa, destaques do autor).¹⁰⁹

Importante destacar que, tanto para Marx quanto para Benanav, a superpopulação não é absoluta, como é para autores malthusianos, mas relativa ao próprio modo como as relações sociais capitalistas se estruturam. Diferentemente da época na qual Marx escreveu *O Capital*, entretanto, Benanav (2020) destaca que as instituições de bem-estar social construídas no pós-guerra, mesmo sendo desmontadas pelas sequências de governos neoliberais, são formas através das quais este fenômeno é mediado dentro e entre os países. No caso dos EUA, por exemplo, somente os sindicalizados têm acesso a algumas proteções trabalhistas. No país, enquanto as taxas de desemprego entre 1974 e 2019 foram 30% maiores que entre 1948 e 1973 (os 25 anos do longo *boom*), a sindicalização no setor privado caiu de 30%, em 1970, para 6%, em 2019. Em um cenário de estagnação econômica e baixa criação de empregos, bem como de alta superpopulação relativa, as empresas puderam se aproveitar para explorar mais os trabalhadores. Mesmo que haja diferenças históricas na composição da força de trabalho (raça, gênero e escolaridade) e nas condições para tal, em 2018, empregados com diploma universitário recebiam proporcionalmente menos do que em 2000. Ou seja, mesmo no setor mais "privilegiado" do mercado de trabalho, os impactos da economia global estagnada estão sendo sentidos (BENANAV, 2020).

Se durante muito tempo os EUA foram, de certa forma, uma exceção dentro dos países industrializados, tendo, historicamente, a depender do setor e do empregado, altos níveis de precariedade do trabalho, o caminho que seus pares europeus e leste-asiáticos tomaram foi o de se tornarem mais parecidos com ele:

¹⁰⁹ Under these conditions, few workers remain unemployed for long. No matter how bad labor market conditions become, they still have to try to find work, since they need to earn an income in order to live. As growing numbers of workers find themselves without reserves, the present-day world economy comes to look more like the one Marx analyzed in the mid nineteenth century, in *Capital*. In a stagnant economy, Marx explained, the stagnant portion of capitalism's "industrial reserve army" or "relative surplus population" will tend to grow. (BENANAV, 2020, l. 1098-1105).

para tirar vantagem da baixa demanda por trabalho, empregadores nesses países pressionaram os governos a retirarem proteções trabalhistas, criando categorias “não regulares” (*nonstandard*) de trabalho, como meio-período (*part-time*), temporário (*temporary*) e outras que limitavam os direitos dos empregados. No caso alemão, por exemplo, uma delas, a *minijob*, algo como um “bico”, era majoritariamente utilizada por donas de casa como forma de complemento de renda. Agora, entretanto, em muitas residências, ela se tornou a principal fonte. Por causa dessa proliferação de tipos de trabalho sem proteção, o próprio termo “precariedade” se difundiu entre manifestantes contra esse tipo de política (BENANAV, 2020).

Mesmo com alguma resistência, os países europeus ocidentais e os leste-asiáticos hoje têm mercados de trabalho largamente similares ao dos EUA, apresentando uma grande e crescente cisão entre os empregados regularmente (*standard*) e os não regularmente. Se olhados todos os empregos criados nos países da OCDE, que reúne as economias mais ricas do mundo, entre 1990 e 2010, vemos que 60% deles são não regulares. No caso do sul global, o cenário é similar, mas com os polos ainda mais separados. Mesmo que em países como Brasil, Argentina e África do Sul os regulares estejam mais protegidos que seus pares ingleses, por exemplo, menos pessoas têm acesso a esse tipo de trabalho - geralmente, essas vagas são na administração pública e nas grandes fábricas que estão sediadas/têm sede neles. Por outro lado, o que se verifica na maior parte da força de trabalho daqueles países, que está empregada não regularmente, é um nível de proteção abaixo do dos pares nos EUA (BENANAV, 2020).

Foi no bojo dessa estagnação, nos anos 1980 e 1990, quando os países reestruturaram seus mercados e abriram as economias, seguindo o credo ditado pelo neoliberalismo, que os responsáveis pelas estatísticas do mercado de trabalho criaram a categoria de “emprego no setor informal” (*informal sector employment*). Para tirarem ainda mais vantagem da situação global do mercado de trabalho, as empresas passaram a substituir os formais pelos informais, ao mesmo tempo que faziam *lobby* pela diminuição das proteções trabalhistas, argumentando que seria uma forma de estimular a recuperação econômica. Assim, com menos proteções e benefícios (como seguro-desemprego), os demitidos tinham de rapidamente se realocar no mercado de trabalho, geralmente fazendo isso em vagas piores que as que tinham anteriormente. O resultado disso tudo foi que, em 2019, a taxa global de desemprego era de “apenas” 4,9%. Como naquele ano havia uma escassez de

postos de trabalho, a solução para muitos foi a informalidade. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) citados por Benanav (2020, l. 1217), em 2015, 26% da força de trabalho global estava de alguma forma permanentemente empregada (seja por meio período ou integral), implicando que assombrosos 74% dela tinham contratos temporários, informais ou trabalhavam por conta.

Nesse sentido, o termo “emprego não regular” é claramente inadequado [*misnomer*]: o resíduo de um sonho de pleno emprego de meados do século XX que nunca se tornou uma realidade global, muito menos nas partes do mundo onde a maioria das pessoas vive. O que isso significa na prática é que - com exceção de uma pequena minoria de funcionários protegidos - os trabalhadores em todo o mundo se encontram altamente expostos aos fluxos e refluxos da demanda por trabalho. (BENANAV, 2020, l. 1224, destaque do autor, tradução nossa).¹¹⁰

Por óbvio, tal situação não é resultado de recentes desenvolvimentos relativos às tecnologias computacionais, mas remonta ao período da crise dos anos 1970, quando, em meio à supercapacidade e superprodução industrial, as multinacionais passaram a jogar fornecedoras umas contra as outras, pressionando pelo melhor/menor preço, o que implicava em transferir ainda mais os custos para o lado do trabalho. Como apenas esse setor tem condições, ao menos até hoje, de fundamentar um crescimento sustentado da economia global, uma constante desindustrialização, conjugada com a introdução de inovações poupadoras de trabalho e as pressões para baixo do grande exército industrial de reserva, resultaram em uma expansão rebaixada do emprego no setor de serviços, cujo crescimento depende da expansão da renda total do país. Ou seja, mais empregos em um setor que, em meio à estagnação, oferece um produto cada vez mais caro, se comparado aos manufaturados, e que tampouco consegue sustentar a economia toda (BENANAV, 2020).

Nesse cenário, foi encontrada uma solução para expandir a demanda por serviços: rebaixamento do trabalho e, portanto, do produto final, já que grande parte do preço é determinado pelo custo do trabalhador. Assim, seja pagando menos aos

¹¹⁰ In this regard, the term “nonstandard employment” is clearly a misnomer: the residue of a mid-twentieth-century dream of full employment that never became a global reality, least of all in the parts of the world where most people live. What that means in practice is that — with the exception of a tiny minority of protected employees — workers around the world find themselves highly exposed to the ebbs and flows of the demand for labor. (BENANAV, 2020, l. 1224, tradução nossa).

trabalhadores ou suprimindo os reajustes devidos pelo eventual aumento de produtividade (algo que se ganha com o tempo), o setor de serviços é o mais adequado para tal “superexploração” (*super-exploitation*) do trabalho. Desse modo, grandes parcelas da população mundial só encontram trabalhos nos quais o crescimento dos salários está suprimido em relação ao crescimento médio (produtos, custo de vida etc.), fazendo com que aumente tanto a desigualdade social como a parcela do todo capturada pelo capital. Como os níveis globais de sindicalização vêm caindo, implicando em menos proteção e menor capacidade de pressão por parte dos trabalhadores, as ainda frágeis barreiras de contenção são as instituições de bem-estar social, que estão sendo atacadas há décadas pelos governos neoliberais e pelo capital. Nesse cenário, uma alternativa “mais fácil” do que pensar em outra forma de organização social é culpar imigrantes, mulheres, negros e outras minorias religiosas (BENANAV, 2020).

Como alternativas keynesianas de estímulo à demanda não dão conta de resolver o problema global de supercapacidade e superprodução, um que só teria solução ou com uma massiva destruição de capital ou com a indução de forte e rápido crescimento (algo que o Estado, segundo o autor, não foi responsável por fazer nem durante o longo *boom*), levando a um aumento da taxa de investimento global, as medidas governamentais de estímulo (baseadas em endividamento e gasto público, baixas taxas de juros e disponibilização de crédito barato) resultaram em dinheiro despejado na economia - ou, melhor, nas mãos dos mais ricos -, cujo aproveitamento pelas corporações foi feito para buscar fusões, aquisições ou recomprar ações, mas não para investir em capital fixo. Assim, o incentivo estatal acabou induzindo menos investimentos, não o contrário. Entretanto, será que a solução passa por buscar um novo ciclo expansivo capitalista? De acordo com Benanav (2020), nem Keynes, um ferrenho defensor do capitalismo algo “administrado”, não sendo nada partidário de algum tipo de socialismo, concordaria com isso. Para ele, em economias maduras/desenvolvidas, faria mais sentido intervir para diminuir a jornada e, portanto, a oferta total de trabalho. Assim, seria possível expandir o tempo de lazer, em vez do produto.

Para tal, seria preciso legislar jornadas de trabalho mais curtas e socializar os investimentos - decidir conjunta e socialmente quais fazer e onde. Segundo Benanav (2020), este sempre foi o maior medo dos capitalistas, não o pleno emprego em si, mas a possibilidade dele ser atingido via investimento público, o que tiraria deles o

poder de ditar os rumos da sociedade. De modo a garantir a manutenção de certo controle social, eles fariam uso de uma arma pesada que o autor define como “a greve de capital” (*the capital strike*), ou seja, ao ameaçar desinvestir ou transferir suas indústrias de determinado local, os capitalistas fariam os governos de reféns. Em um mundo de baixo investimento (privado ou público), essa arma seria ainda mais efetiva na subordinação da administração pública ao poder do capital.¹¹¹

Assim, considerando o desenvolvimento das forças produtivas, cujo grau implica em uma absoluta redução do tempo de trabalho socialmente necessário, e os problemas ambientais, a única solução realmente viável é tomar do capital o poder de ditar o rumo da sociedade. Para Benanav (2020), isto passaria por submeter a decisão sobre os investimentos a ela própria. Somente dessa forma poderia ser possível, por exemplo, ao mesmo tempo que trabalhamos menos, descontinuar toda a cadeia de combustíveis fósseis em prol de uma sustentável e de energia limpa. Novos progressos tecnológicos e a automação completa não seriam, portanto, o caminho para deixar o reino da necessidade e entrar no da liberdade. Muito menos seria a simples distribuição de dinheiro na forma de uma renda básica. A saída seria assumir o controle da própria produção (ora, socializar os meios para tal) e, com isso, a capacidade de, racionalmente, livremente, se se quiser, decidir quanto trabalhar, de que forma distribuir essa necessidade entre as pessoas e como garantir condições de vida dignas para todas. Teóricos estimam que a redução poderia ser de até 50% da jornada semanal padrão, podendo, a depender da organização, ser ainda maior. Para Benanav (2020), o argumento de Marx é mais ou menos nesse sentido: a escassez é uma forma de relação social, no caso, a capitalista, podendo o mundo pós-escassez ser atingido (com ou) sem a automação.

Enquanto não chegamos a este mundo pós-escassez e a ideia de uma revolução social é taxada como muito radical ou anacrônica, o capital segue avançando sobre o trabalho. Em meio ao baixo investimento global, as plataformas aparecem como certa exceção, investindo na instalação de cabos submarinos, no desenvolvimento de novas tecnologias e no aprimoramento das já existentes. Além

¹¹¹ Uma avaliação futura sobre o caso chinês deveria levar em conta as altas taxas de investimento dentro do país, sejam eles induzidos ou feitos pelo próprio Estado, bem como sua capacidade de “projetamento”, entendido como a condição de determinar áreas estratégicas de alocação de recursos, de fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias e até de destruição de “capital ocioso”, no sentido de substituir estruturas ultrapassadas por outras mais avançadas. Ou seja, a especificidade chinesa poderia ser pensada como mais adequada para lidar com a supercapacidade industrial, bem como com as tendências à autoconservação e autovalorização do capital.

disso, elas são a forma de mediação social através da qual são efetivadas as transformações na divisão internacional do trabalho e em nossas próprias relações interpessoais. Por isso, nosso último ponto de investigação é o capitalismo de plataformas.

4.4 A CAPTURA MASSIVA DE DADOS E O CAPITALISMO DE PLATAFORMA

Antes de iniciar a revisão do trabalho de Nick Srnicek (2016), é importante destacar que há pesquisadores da EPC brasileira que têm se dedicado, de uma forma ou de outra, ao tema. Vale mencionar o nome de Jonas Valente (2019), cuja tese sobre a passagem das plataformas de redes sociais para os monopólios digitais busca elementos para análise tanto em Srnicek como em outros autores, por exemplo os da sociologia crítica da tecnologia. Além dele, merece especial menção o nome de Helena Martins (2019), que, por exemplo, lançou um recente livro, pela editora *Expressão Popular*, sobre o campo das comunicações em tempos de crise. No Congresso da Intercom deste ano de 2021, ela também apresentou uma importante crítica à abordagem algo liberal de Shoshana Zuboff (2021), cujo conceito de “capitalismo de vigilância” não dá conta de apreender e explicar a especificidade e tampouco o atual momento do modo de produção capitalista. Entretanto, aqui seguiremos o trabalho de Srnicek sobre o “capitalismo de plataforma”, o qual, mesmo sendo relativamente curto, oferece um excelente panorama sobre as plataformas, os mecanismos de coleta de dados e o porquê da existência deles, bem como tem o argumento baseado na abordagem desenvolvida por Robert Brenner sobre a longa estagnação, o que, portanto, garante certa continuidade a nosso trabalho como um todo.

Como Srnicek (2016) analisa a ascensão das plataformas em um contexto de baixo investimento, supercapacidade, superprodução e estagnação global, não repetiremos tudo o que foi apresentado anteriormente, mas daremos atenção ao modo como essas estruturas de mediação social se inserem em tal contexto. Na apresentação de seu livro, o autor já deixa claro que aborda o tema de maneira diferente do que outros escritos sobre tema, ou seja, sem focar (apenas) em questões como privacidade, vigilância estatal, ideologia californiana etc., mas buscando os fundamentos nas questões econômicas, na propriedade, na lucratividade e concorrência intercapitalista. Assim, a aposta do livro é que é

possível compreender melhor a existência de tais atores se eles forem considerados como parte do modo de produção capitalista, não somente como dispendo de certa ideologia ou interesse no poder político.

O presente livro busca complementar essas outras perspectivas apresentando uma história econômica do capitalismo e da tecnologia digital, ao mesmo tempo que reconhece a diversidade de formas econômicas e as tensões competitivas inerentes à economia contemporânea. (SRNICEK, 2016, p. 8, tradução nossa).¹¹²

No sistema de classificação industrial dos Estados Unidos, o setor de tecnologia inclui: a manufatura de computadores e produtos eletrônicos; as telecomunicações; o processamento e armazenamento de dados e serviços relacionados a eles; outros serviços informacionais; e o que envolve o projeto de sistemas de computador (*computer system design*) e serviços relacionados. Ele é responsável por apenas 6,8% do valor agregado por empresas privadas e pelo emprego de 2,5% da força de trabalho no país. O Google tem cerca de 60 mil empregados diretos e o Facebook, 12. Quando foram vendidos para a empresa de Zuckerberg, por, respectivamente, US\$ 1 bilhão e US\$ 19 bilhões, o WhatsApp tinha apenas 55 funcionários e o Instagram, 13. Mesmo em todo o contexto apresentado anteriormente por Brenner e Benanav, o setor manufatureiro ainda tem quatro vezes mais trabalhadores que o de tecnologia. Nos anos 1960, para citar um exemplo, a General Motors (GM) tinha sozinha 605 mil empregados (SRNICEK, 2016).

Assim, discutir a chamada economia digital não pode focar exclusivamente nas empresas de tecnologia, como fazem as estatísticas (Srnicek fala de “*standard classifications*”, mas a ideia é a mesma). Como definição preliminar de economia digital, portanto, o autor apresenta a seguinte: “(...) aquelas empresas que dependem cada vez mais de tecnologia da informação, dados e a internet para seus modelos de negócios.” (SRNICEK, 2016, p. 9, tradução nossa)¹¹³. Dessa forma, ela abarca não só empresas de tecnologia, mas outros setores “tradicionais”, como o manufatureiro, de serviços, transportes e comunicações, para os quais a economia digital se tornou essencial para como funcionam.

¹¹² The present book aims to supplement these other perspectives by giving an economic history of capitalism and digital technology, while recognising the diversity of economic forms and the competitive tensions inherent in the contemporary economy. (SRNICEK, 2016, p. 8)

¹¹³ (...) the digital economy refers to those businesses that increasingly rely upon information technology, data, and the internet for their business models. (SRNICEK, 2016, p. 9).

O argumento deste livro é que, com um longo declínio na lucratividade da manufatura, o capitalismo se voltou para os dados como uma forma de manter o crescimento econômico e a vitalidade em face de um setor produtivo lento [*sluggish*]. No século XXI, com base em mudanças nas tecnologias digitais, os dados se tornaram cada vez mais centrais para as empresas e suas relações com trabalhadores, clientes e outros capitalistas. A plataforma surgiu como um novo modelo de negócios, capaz de extrair e controlar imensas quantidades de dados e, com essa mudança, vimos o surgimento de grandes empresas monopolistas. (SRNICEK, 2016, p. 10, tradução nossa).¹¹⁴

Para entender o contexto que levou à ascensão das plataformas, o autor destaca três momentos relevantes: a resposta à crise dos anos 1970, o *boom* e a explosão da bolha dos anos 1990 e a forma como as economias lidaram com a crise de 2008. No caso do primeiro, Srnicek (2016) destaca que, como reação à baixa lucratividade, empresas dos Estados Unidos começaram a copiar os modelos de negócios de seus pares mais lucrativos, o que levou a uma substituição do modelo fordista pelo toyotista, cuja organização é baseada na busca por se tornar o mais enxuto possível (*as lean as possible*). Assim, devido ao desenvolvimento de sofisticados *softwares* para gerenciamento de cadeias de fornecedores, foi possível cortar tudo o que podia ser classificado como excesso (trabalhadores, competências, inventários), passando a demandar dos fornecedores de acordo com os consumidores, não mais produzindo homogeneamente e em massa - a base da chamada produção/especialização flexível.

Entretanto, como é inerente ao capitalismo, esse movimento “racionalizador” foi replicado por empresas ao redor do globo e, com isso, a concorrência internacional e os fundamentos da crise dos anos 1970 só se agudizaram. Além desse movimento de reorganização da produção, as empresas também jogaram parte das custas nos trabalhadores, que tiveram suas organizações (sindicatos ou outros movimentos) atacadas ideológica ou legalmente, bem como viram grandes partes das vagas antes existentes nos países centrais serem terceirizadas (*outsourced*). Num primeiro momento, foram os trabalhos, em geral ligados à manufatura, envolvendo bens que podiam ser transportados, mas, depois, com o

¹¹⁴ The argument of this book is that, with a long decline in manufacturing profitability, capitalism has turned to data as one way to maintain economic growth and vitality in the face of a sluggish production sector. In the twenty-first century, on the basis of changes in digital technologies, data have become increasingly central to firms and their relations with workers, customers, and other capitalists. The platform has emerged as a new business model, capable of extracting and controlling immense amounts of data, and with this shift we have seen the rise of large monopolistic firms. (SRNICEK, 2016, p. 10).

desenvolvimento das TICs, outros também puderam ser, incluindo alguns serviços como o atendimento ao cliente (*customer service*).

No segundo momento, que foi anteriormente mencionado por Benanav (2020) como o período de breve crescimento associado às TICs, Srnicek (2017) lembra que o resultado daquele “frenesi”, que é, de alguma forma, similar ao atual com a IoT (Internet das Coisas, em inglês *Internet of Things*), a economia do compartilhamento e afins, foi a explosão da bolha do “pontocom”. Para o autor, os dois aspectos mais importantes daquele momento foram os investimentos feitos para a instalação de toda a infraestrutura para a ascensão da economia digital e a adoção de políticas monetárias “ultra-acomodativas” (as medidas descritas anteriormente como efeito riqueza ou keynesianismo de ações). Em meio à crise persistente do setor manufatureiro, a nova economia que surgia com a internet parecia ter potencial para ser uma alternativa de retomada do crescimento global. Essa aparência e as poucas alternativas lucrativas de investimento na economia real (leia-se, fora do mercado financeiro) fez com que investidores, seja com capital de risco (*venture capital*) ou pela compra de ações, despejassem altas somas de dinheiro em empresas ligadas à internet, visando um lucro futuro que poderia ser atingido após o domínio de parte deste mercado. Em geral, os modelos anteriores eram basicamente o contrário: primeiro, eram apresentados lucros e, depois, os investidores entravam.

Por causa desse cenário, os níveis de investimento vistos no período que precedeu a explosão da bolha permanecem sem precedentes: se em 1980 eram investidos cerca de US\$ 50 bilhões em computadores e equipamentos periféricos, em 1990 a cifra havia triplicado (US\$ 154 bi), chegando a astronômicos US\$ 412 bilhões no ano de 2000. Mas, esses investimentos não ficaram restritos aos países ricos. Nos países de baixa renda, especialmente com a abertura dos mercados e as privatizações (no caso brasileiro, é patente o caso da Telebras, privatizada em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso), o setor de telecomunicações se tornou o principal receptor de investimentos estrangeiros, recebendo, nos anos 1990, algo como US\$ 330 bilhões.

Concretamente, esse investimento significou que milhões de quilômetros de cabos de fibra óptica e submarinos foram instalados, grandes avanços em *software* e design de rede foram estabelecidos e grandes investimentos em bancos de dados e servidores foram feitos. Esse processo também acelerou a tendência à terceirização iniciada na década de 1970, quando os custos de coordenação foram

drasticamente cortados à medida que a comunicação global e as cadeias de suprimentos se tornaram mais fáceis de construir e gerenciar. (SRNICEK, 2017, p. 18, tradução nossa).¹¹⁵

A Nike se tornou um modelo do que as empresas podiam fazer para se tornar tão enxutas quanto possível: enquanto a parte de criação (*branding and design*) permanecia em países de alta renda, a manufatura e montagem estava terceirizada para os de baixa. De todo modo, foram esses desenvolvimentos que fincaram os pilares para a ascensão da atual economia digital. Com relação às políticas monetárias ultra-acomodativas, Srnicek (2016) destaca que tanto elas levaram à crise de 2008 como foram adotadas, de certa forma, como solução após ela. Depois da explosão da bolha do mercado imobiliário, as reações dos bancos centrais contribuíram para a formação de um cenário global de baixas taxas de juro, que reduzem os lucros de uma série de ativos financeiros e, com isso, incentivam a busca por eles em investimento mais arriscados - como as novas e ainda não lucrativas empresas da economia digital.

Além disso, em meio à austeridade e à pressão contra os investimentos públicos, as medidas adotadas pelos governos (ao menos os de países centrais) foram as políticas monetárias, por exemplo, o chamado *quantitative easing*, quando são comprados ativos de bancos para incentivar a injeção de dinheiro na economia. Ao invés dos investimentos privados, o que aumentou foi a acumulação de dinheiro e a busca por paraísos fiscais para as reservas líquidas das corporações. Em 2016, sete empresas ligadas ao setor de tecnologia (Apple, Microsoft, Google, Cisco, Oracle, Amazon e Facebook) dispunham, conjuntamente, de US\$ 568 bilhões em reservas, sendo mais de 80% delas mantidas *offshore*, ou seja, fora da legislação estadunidense e de possíveis impostos. Mesmo com as altas reservas, devido à grande disponibilidade de dinheiro para empréstimo (ao menos para as corporações), quando elas precisam levantar recursos para alguma aquisição, fusão ou eventual investimento, compensa, em muitos casos, contrair novas dívidas e evitar o pagamento dos impostos envolvidos na repatriação de recursos do exterior. O uso do endividamento empresarial, nesses casos, precisa ser entendido, segundo

¹¹⁵ Concretely, this investment meant that millions of miles of fibre-optic and submarine cables were laid out, major advances in software and network design were established, and large investments in databases and servers were made. This process also accelerated the outsourcing tendency initiated in the 1970s, when coordination costs were drastically cut as global communication and supply chains became easier to build and manage. (SRNICEK, 2016, p. 18, tradução nossa).

Srnicek (2016), também como estratégia para evitar o pagamento de impostos (*tax avoidance strategy*).

Para finalizar a conjuntura adequada para a ascensão das plataformas, ainda falta um elemento: o trabalho. De maneira ligeiramente diferente de Benanav (2020), mas chegando às mesmas conclusões, especialmente no que tange à necessidade de aceitar qualquer trabalho disponível, Srnicek (2016) diz que, após o colapso da URSS, pode ser vista tanto uma tendência estrutural à maior proletarização quanto ao crescimento da superpopulação relativa. Muitas das pessoas hoje recebem algum tipo de renda/salário por meio de um trabalho precário ou informal, algo que piorou com a crise de 2008, aumentando ambos desemprego e subemprego (termo que o autor não emprega). Mesmo com essa piora generalizada para os trabalhadores, após a crise deflagrada pela explosão do mercado imobiliário, surgiram uma série de novos termos, além da automação, para designar o que seria o atual momento de recuperação e mudança estrutural do capitalismo: a economia de bicos (*gig*), do compartilhamento (*sharing*), da vigilância (*surveillance*), dos aplicativos (*apps*), da atenção (*attention*) ou até uma nova revolução industrial (*the next industrial revolution*) (SRNICEK, 2016, p. 28).

Para entender todos esses novos aspectos da economia do século XXI, segundo o autor, é preciso compreender como eles se organizam ao redor da extração e uso de uma matéria-prima particular: os dados. Como ele próprio reconhece, a fim de estar adequada à definição marxiana do termo, classificá-los como tal implica conceber a existência de um trabalho prévio. Assim, só podemos adotar essa terminologia se considerarmos a construção de todo o aparato de coleta de dados como esse trabalho prévio, não a atividade dos usuários como produtora de alguma forma. Importante destacar que é dessa confusão que irão brotar uma série de leituras, as quais Srnicek (2016) definitivamente não segue e, inclusive, critica (ver p. 36-7), que verão nos dados o próprio valor - e, portanto, nos usuários os produtores dele e do mais-valor - das atuais economias digitais capitalistas¹¹⁶. Uma maneira mais adequada de ver a questão, entretanto, seguindo a linha do autor, seria por meio da compreensão da importância dos dados para as novas

¹¹⁶ Não nos aprofundaremos, neste momento, na crítica a tais abordagens, mas, de certa forma, este foi o tema de nossa Iniciação Científica (BERNARDI; BASTOS 2018), quando a elaboração ainda estava deveras distante da deste trabalho, de um artigo que Manoel Bastos e eu traduzimos para a revista *EPTIC* (KANGAL, 2020) e já havia sido a crítica de Bolaño (2000; 2014) à Dallas Smythe, Christian Fuchs e Marcos Dantas, cujo argumento também foi criticado mais detidamente por Ruy Sardinha Lopes (2008).

tecnologias, uma que seria responsável pelo desenvolvimento, por meio da subsunção do trabalho intelectual, de cada vez mais sofisticadas tecnologias e também formas de coleta e processamento deles, resultando na transformação da atividade e da própria existência dos usuários/das pessoas em passível de ser apreendida como matéria-prima (os dados) para o trabalho futuro. Mas o que são os dados então?

Em primeiro lugar, vamos distinguir dados (informação de que algo aconteceu) de conhecimento (informação sobre por que algo aconteceu). Os dados podem envolver conhecimento, mas essa não é uma condição necessária. Os dados também envolvem gravação [*recording*] e, portanto, um meio material de algum tipo. Como uma entidade gravada, qualquer dado requer sensores para capturá-lo e sistemas de armazenamento massivo para mantê-lo. Os dados não são imateriais, como qualquer olhar sobre o consumo de energia dos centros de dados [*data centers*] irá provar rapidamente (e a internet como um todo é responsável por cerca de 9,2 por cento do consumo mundial de eletricidade). Nós também devemos ser desconfiados ao pensar que a coleta e a análise de dados são processos automatizados ou sem atrito. A maioria dos dados deve ser limpa e organizada em formatos padronizados para serem utilizáveis. Da mesma forma, gerar os algoritmos adequados pode envolver a entrada manual de conjuntos de aprendizagem [*learning sets*] em um sistema. De modo geral, isso significa que a coleta de dados hoje depende de uma vasta infraestrutura para detectar, registrar e analisar. (SRNICEK, 2016, p. 29, tradução nossa).¹¹⁷

Devido a maiores quantidades de dados corresponderem a melhores condições para tomada de decisões, um mais extenso número de aplicações e de possíveis novas tecnologias (produzidas por trabalho intelectual subsumido), a busca é pelo registro de todas as atividades das pessoas, a fim de, depois de refinadas ou trabalhadas, se se quiser, usar as informações para diversos fins, desde o desenvolvimento de novos produtos e serviços até o direcionamento de publicidade. Ou seja, pensando abstratamente, os dados (a informação, por exemplo, de que uma pessoa se locomove frequentemente de um local para outro

¹¹⁷ In the first place, we will distinguish data (information that something happened) from knowledge (information about why something happened). Data may involve knowledge, but this is not a necessary condition. Data also entail recording, and therefore a material medium of some kind. As a recorded entity, any datum requires sensors to capture it and massive storage systems to maintain it. Data are not immaterial, as any glance at the energy consumption of data centres will quickly prove (and the internet as a whole is responsible for about 9.2 per cent of the world's electricity consumption). We should also be wary of thinking that data collection and analysis are frictionless or automated processes. Most data must be cleaned and organised into standardised formats in order to be usable. Likewise, generating the proper algorithms can involve the manual entry of learning sets into a system. Altogether, this means that the collection of data today is dependent on a vast infrastructure to sense, record, and analyse. (SRNICEK, 2016, p. 29).

ou consome x produto semanalmente) não são necessariamente uma invenção do século XXI que motivou toda a reestruturação econômica, mas, sim, a capacidade de, por meio da base digital, coletá-los, armazená-los e processá-los de maneira mais simples e barata. Antes, essas atividades precisariam de inúmeras pesquisas de mercado, análise de páginas e páginas de relatórios e de diversos trabalhadores contratados para “manualmente” produzir as estatísticas que agora podem ser, com o uso desta matéria-prima, entregues de maneira mais rápida e precisa (SRNICEK, 2016).

(...) eles educam e conferem vantagem competitiva aos algoritmos; possibilitam a coordenação e terceirização de trabalhadores; permitem a otimização e flexibilidade dos processos produtivos; eles tornam possível a transformação de bens de baixa margem em serviços de alta margem; e a própria análise de dados é geradora de dados, em um ciclo virtuoso. (SRNICEK, 2016, p. 30, tradução nossa).¹¹⁸

Para aproveitar completamente os potenciais de captura de dados desenvolvimentos, um modelo de negócios se mostrou o mais adequado para as empresas: as plataformas. Elas podem ser definidas assim:

No nível mais geral, as plataformas são infraestruturas digitais que permitem que dois ou mais grupos interajam. Portanto, posicionam-se como intermediários que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até objetos físicos. Na maioria das vezes, essas plataformas também vêm com uma série de ferramentas que permitem que seus usuários criem seus próprios produtos, serviços e mercados. (SRNICEK, 2016, p. 31, tradução nossa).¹¹⁹

No lugar de ter que construir toda a infraestrutura digital para se conectar com algum outro grupo, a plataforma oferece tal serviço para usuários, sejam eles pessoas ou empresas, podem atuar em qualquer local onde haja interação digital (ou seja, não são apenas empresas de internet ou tecnologia)¹²⁰. Uma outra característica relevante é o chamado “efeito de rede” (*network effect*), que é o termo

¹¹⁸(...) they educate and give competitive advantage to algorithms; they enable the coordination and outsourcing of workers; they allow for the optimisation and flexibility of productive processes; they make possible the transformation of low-margin goods into high-margin services; and data analysis is itself generative of data, in a virtuous cycle. (SRNICEK, 2016, p. 30).

¹¹⁹ At the most general level, platforms are digital infrastructures that enable two or more groups to interact. They therefore position themselves as intermediaries that bring together different users: customers, advertisers, service providers, producers, suppliers, and even physical objects. More often than not, these platforms also come with a series of tools that enable their users to build their own products, services, and marketplaces. (SRNICEK, 2016, p. 31).

¹²⁰ A título de curiosidade, os shoppings centers são citados pelo autor como exemplo do que seria uma plataforma não digital (SRNICEK, 2016).

utilizado para designar como o valor da plataforma, tanto para negócios quanto para as próprias relações interpessoais, é diretamente proporcional ao número de usuários. Assim, a tendência natural é à monopolização e à briga entre elas (que o autor chega a taxar de “guerra entre plataformas”) pela conquista de mais usuários por mais tempo, já que a existência do efeito de rede torna a situação um ciclo vicioso ou virtuoso, a depender do interesse, não incentivando a concorrência e a entrada de novos atores (SRNICEK, 2016).

Como o efeito de rede está em jogo para todas as plataformas, a competição é pela manutenção dos usuários dentro de seus ecossistemas pelo maior tempo possível (a Apple, cujos lucros advêm em sua maioria da venda de dispositivos, um caso algo raro no negócio, talvez seja o principal caso de uma empresa fechada em um ecossistema próprio, já que seu sistema operacional só funciona em *hardwares* correlatos), a fim de tanto coletar os dados deles como impedir que um concorrente o faça. Para tal, elas geralmente usam mecanismos de subsídio-cruzado, ou seja, oferecem serviços gratuitos (seja um e-mail ou motor de busca, no caso do Google) e compensam tal gratuidade em outro espaço (para ficar na mesma empresa, a publicidade subsidia o que é ofertado sem custos). Um tipo de negócio bastante diferente do modelo enxuto implementado desde os anos 1970, mas que tem uma motivação bastante evidente: atrair usuários para coletar seus dados.

Em suma, as plataformas são um novo tipo de empresa; elas são caracterizadas por fornecer a infraestrutura intermediária entre diferentes grupos de usuários, por possuir tendências ao monopólio impulsionadas por efeitos de rede, por empregar subsídios-cruzados para atrair grupos de usuários diferentes e por ter uma arquitetura central projetada [*designed*] que governa as possibilidades de interação. (SRNICEK, 2016, p. 33, tradução nossa).¹²¹

Esta última característica também é importante: apesar de aparecerem como neutras ou apenas meios para um fim, elas determinam as regras do jogo e como ele pode e vai ser jogado. Assim, padrões pré-estabelecidos (*default*), inclusive de captura de dados, aplicativos e sistemas operacionais instalados de fábricas e a própria arquitetura da rede são formas através das quais elas garantem que os usuários atuem de modo mais adequado e lucrativo para seus interesses. Após

¹²¹ Platforms, in sum, are a new type of firm; they are characterised by providing the infrastructure to intermediate between different user groups, by displaying monopoly tendencies driven by network effects, by employing cross-subsidisation to draw in different user groups, and by having a designed core architecture that governs the interaction possibilities. (SRNICEK, 2016, p. 33).

definir o que são as plataformas e os motivos pelos quais elas são o tipo mais adequado de empresa capitalista no século XXI ou na economia digital, se se quiser, Srnicek (2016) apresenta cinco tipos básicos de plataformas, que podem aparecer todas juntas em empresas gigantes como a Amazon: as de publicidades (*advertising*); as de nuvem (*cloud*); as industriais (*industrial*); as de produto (*product*); e as enxutas (*lean*). Vejamos quais as diferenças e as similaridades entre elas, além, é claro, da coleta de dados como motor do modelo de negócio.

No caso das plataformas de publicidade, os exemplos mais conhecidos são o Google e o Facebook. Criada em 1997, a empresa dona do motor de busca mais usado do mundo recebeu investimentos de capital de risco logo nos anos seguintes. Naquele momento, ela ainda usava a coleta de dados para melhorar a experiência do usuário, ou seja, para melhorar as buscas. Não havia, entretanto, como lucrar simplesmente com esse uso dos dados. Depois da explosão da bolha dos anos 2000, o Google passou a buscar formas de gerar receitas, adotando, por exemplo, os *cookies*¹²² e o histórico de pesquisas de seus usuários para vender espaços de publicidade direcionada para os anunciantes, por meio de um sistema cada vez mais automatizado de leilão. Hoje, ele e o Facebook dependem largamente da publicidade: no primeiro trimestre de 2016, respectivamente, 89% e 96,6% das receitas vinham dela. Por isso, ao contrário dos autores que veem nos usuários os produtores do valor apropriado por essas plataformas, Srnicek argumenta que as ferramentas desenvolvidas para captura dos dados das atividades dos usuários (o que implica em certa vigilância, é claro) as transforma em matéria-prima, cuja utilização tem várias possibilidades, mas que lucrativamente, no caso delas, encontra maior estofamento na venda de espaços publicitários para os anunciantes.

Os anunciantes estão menos interessados em dados desorganizados e mais em dados que lhes fornecem *insights* ou os conectam [*match*] a prováveis consumidores. São dados que foram *trabalhados*. Alguns processos foram aplicados a eles, seja por meio da mão de obra qualificada de um cientista de dados ou do trabalho¹²³ automatizado de um algoritmo de aprendizado de máquina. O que é vendido aos anunciantes, portanto, não são os próprios dados (os anunciantes não recebem dados personalizados), mas sim a promessa de que, quando preciso, o *software* do Google conectará adequadamente um

¹²² Espécie de rastreadores que acompanham o usuário durante a permanência em algum site e cujos dados relativos ao uso são armazenados na máquina para identificação/personalização futura.

¹²³ Srnicek (2016) utiliza *labour* para descrever esse processo. Obviamente discordamos do termo empregado, afinal, não podemos falar em trabalho de uma máquina, já que ele é uma atividade humana no capitalismo.

anunciante com os usuários corretos. (SRNICEK, 2016, p. 38, destaque do autor, tradução nossa).¹²⁴

Assim, com uma leitura adequada da (crítica da) Economia Política da Comunicação brasileira (BOLAÑO, 2000), poderíamos resumir mais ou menos assim: é por meio da subsunção do trabalho intelectual/cultural que é produzida a mercadoria-audiência; sendo utilizada na produção a matéria-prima capturada pelas plataformas, os dados, os espaços publicitários ofertados por elas têm, proporcionalmente, maior preço e melhor precisão do que os vendidos pelos meios de comunicação de massa. Portanto, nenhum dado é valor e muito menos vendido para os anunciantes, mas a capacidade de, utilizando-os, ofertar alguma mercadoria a algum comprador (no caso, o espaço para direcionamento de publicidade).

Com o dinheiro acumulado, essas empresas têm feito majoritariamente três coisas: guardado em paraísos fiscais, como vimos anteriormente; usado em fusões e aquisições, em geral para centralizar o mercado (no caso do Facebook, na compra de Instagram e WhatsApp); ou investido largas somas em outras *start-ups*. A principal contribuição dessas plataformas, entretanto, segundo o autor, é que elas forneceram um modelo de negócio a ser replicado; um que seria consolidado com as de nuvem, que é o segundo tipo analisado por ele (SRNICEK, 2016).

O embrião das plataformas de nuvem é, segundo Srnicek (2016), o *e-commerce* dos anos 1990, quando tais empresas acharam que podiam terceirizar toda a parte material (armazenamento, logística e até os trabalhadores) para outras. Esse modelo se mostrou insustentável, levando-as a mudanças radicais. Fundada em 1994, a Amazon é o principal exemplo de uma empresa que, até 2016, havia investido largas somas em centros de processamento de dados, armazéns robotizados e sistemas de computação, além de ser pioneira no uso de drones para entregas e ser a maior empregadora dentre as plataformas, com, naquele ano, mais de 230 mil trabalhadores (número que ainda é pouco mais de $\frac{1}{3}$ dos empregados pela GM nos anos 1960), em geral com baixos salários e atividades estressantes para desempenhar. Como as outras, a Amazon utiliza o modelo de subsídio-cruzado, sendo seu leitor de livros digitais (Kindle) vendido a preço de custo e seu

¹²⁴ Advertisers are interested less in unorganised data and more in data that give them insights or match them to likely consumers. These are data that have been *worked on*. They have had some process applied to them, whether through the skilled labour of a data scientist or the automated labour of a machine-learning algorithm. What is sold to advertisers is therefore not the data themselves (advertisers do not receive personalised data), but rather the promise that Google's software will adeptly match an advertiser with the correct users when needed. (SRNICEK, 2016, p. 38).

serviço de entrega (Prime) deficitário, mas o principal meio pelo qual os usuários são atraídos para a plataforma (a oferta de entrega rápida e barata/grátis).

A fim de melhorar sua capacidade logística, a empresa investiu no desenvolvimento da Amazon Web Services (AWS), que é uma infraestrutura básica construída para melhorar os serviços ofertados pela própria Amazon, mas que logo foi percebida como potencialmente lucrativa. Assim, ela aluga serviços de computação em nuvem, capacidade de armazenamento e computação, ferramentas de desenvolvimento de *softwares* e sistemas operacionais, além de aplicativos já prontos. Dessa forma, outros negócios não precisam investir e desenvolver suas próprias infraestruturas (*hardware e software*), mas apenas alugar ou assinar um pacote, como tem funcionado também com *softwares* de edição com os da Adobe. Em última medida, plataformas de nuvem possibilitam:

(...) a terceirização de grande parte do departamento de tecnologia da informação (TI) de uma empresa. Esse processo empurra os trabalhadores do conhecimento [ou intelectuais - GB] para fora e, muitas vezes, também permite a automação de seu trabalho. Análise de dados, armazenamento de informação de clientes, manutenção dos servidores de uma empresa - tudo isso pode ser enviado para a nuvem e é a base da racionalidade capitalista para o uso dessas plataformas. (SRNICEK, 2016, p. 40).¹²⁵

Importante destacar que o termo “nuvem” faz referência a uma base material gigantesca necessária para o armazenamento de dados. Além de ser paga pelo aluguel, o que a faz o braço mais lucrativo (em 2015, foram US\$ 8 bilhões de receita; no primeiro trimestre de 2016, ele gerou mais lucro que o setor de varejo) e que mais rápido cresce da Amazon, por armazenar e ser meio para a terceirização de outras empresas, a AWS também consegue coletar constantemente alguns ou todos os dados das contratantes, não sendo surpreendente que seu valor de mercado estimado estivesse, quando da escrita do livro (SRNICEK, 2016) na casa dos US\$ 70 bilhões. Tampouco surpreende que outras empresas, como Microsoft, Google e a chinesa Alibaba, estejam investindo em nuvem. Assim, em vez de depender da venda de mercadoria-audiência, plataformas como a AWS construíram a infraestrutura básica para a economia digital, permitindo que, além de alugar os serviços, ela colete os dados dos “inquilinos” seu próprio uso.

¹²⁵ (...) the outsourcing of much of a company's information technology (IT) department. This process pushes knowledge workers out and often enables the automation of their work as well. Data analysis, storage of customer information, maintenance of a company's servers – all of this can be pushed to the cloud and provides the capitalist rationale for using these platforms. (SRNICEK, 2016, p. 40).

O terceiro tipo de plataforma analisada por Srnicek (2016) é a industrial, que utiliza os instrumentos de coleta, processamento e análise de dados para melhorar não só a produção, mas se aproximar das demandas dos consumidores, não necessitando de (tantas) pesquisas ou grupos focais para orientar a produção. Com a “internet industrial” (ou a “internet das coisas industrial”), seria possível fazer com que as diferentes partes do processo produtivo se comunicassem, sem a necessidade de guias humanos, e orientassem a tarefa desempenhada umas pelas outras. Os entusiastas falam em diminuição de 25% dos custos com trabalho (*labour costs*), 20% dos com energia, já que os centros de processamento de dados conseguiriam, de maneira mais adequada à demanda, distribuir o uso enérgico para onde e quando ele fosse preciso, e outros 40% com manutenção, já que os próprios equipamentos “avisariam” quando e onde precisassem de atenção ou reparos (veja aqui um desenvolvimento daquilo que havia sido mencionado por Pollock [1957]). No caso do atendimento à demanda do consumidor, Srnicek (2016) diz que a internet industrial permitiria algo como uma “customização em massa”. Numa fábrica da Basf, por exemplo, a maior química do mundo, a linha de montagem consegue personalizar individualmente as unidades, seja mudando a fragrância, a cor ou o rótulo, de acordo com os pedidos feitos pelos clientes.

Ainda no início da introdução da internet industrial nas fábricas, um grande problema emergiu: como estabelecer um padrão de comunicação entre os vários componentes? Para resolvê-lo, foram construídas as plataformas industriais, que fornecem a estrutura básica para conectar os diferentes sensores e atuadores, as fábricas e os fornecedores, produtores e consumidores e o *hardware* e o *software*. Empresas tradicionais dominam esse tipo de plataforma, como a General Electric (GE), cujo ramo ligado ao gás natural liquefeito já coleta, segundo o autor, tantos dados quanto o Facebook, e a Siemens, além de outras do setor de tecnologia, como a Microsoft e a Intel. Além disso, como desenvolvimentos que melhorem os setores manufatureiros dos países representam uma importante vantagem competitiva no mercado mundial, governos de países como os EUA e a Alemanha apoiem e incentivem tais empresas. Como outras plataformas, estas também dependem da extração de dados para melhorar (velocidade, preço e precisão) os serviços ofertados a outras indústrias e empresas. Mesmo já sendo uma importante fonte de receita para as corporações que as criaram (quando da escrita do livro, a Predix, da GE, gerava algo como US\$ 5 bilhões anuais), o poder da AWS fica

patente também aqui: a GE ainda usa os serviços da Amazon internamente (SRNICEK, 2016).

Seguindo os tipos de plataformas, Srnicek (2016) chega às de produtos e as enxutas, que são ligeiramente diferentes, mas cujo desenvolvimento tanto de uma quanto da outra foi possibilitado pela IoT e a computação em nuvem. A diferença básica entre elas é que enquanto uma é dona dos ativos que aluga, como os veículos, no caso da Zipcar, citada pelo autor, a outra oferta produtos que pertencem a um terceiro, como os próprios carros, no da Uber. As plataformas de produtos funcionam algo como os modelos de assinatura de antigamente (pagamento de uma taxa periódica), que eram comuns em jornais e revistas, mas que hoje se proliferaram como “serviços” ofertados e abarcam desde a música, como no caso do Spotify, passando pelos carros e pela moradia, até os jatos privados, como acontece com os motores produzidos pela Rolls-Royce. Como as pessoas têm recebido menos, têm menores economias e ainda menor segurança de que permanecerão empregadas, gastos menores e periódicos são mais atraentes do que grandes compras, como a de uma casa ou um carro (SRNICEK, 2016).

No caso dos motores de jatos, entretanto, a situação não é exatamente a mesma. Em um mercado altamente monopolizado, onde, além da já citada Rolls-Royce, a GE e a Pratt & Whitney dominam o mercado, as margens de lucro do modelo clássico (produção e venda para as empresas de aviação) eram relativamente baixas, especialmente se comparadas às da manutenção, estimadas em sete vezes maiores. Como a produção de um motor envolve muita tecnologia, sendo, inclusive, algumas partes já impressas tridimensionalmente, mas a manutenção é bem mais permeada pela concorrência externa, o caminho adotado pela Rolls-Royce foi transformar os motores em um produto ofertado como serviço, cuja cobrança é feita por hora de uso. Por outro lado, a empresa fornecia no pacote a manutenção e as eventuais trocas de peças necessárias. Assim, ao instalar sensores para coleta de dados nos motores, ela tanto melhorava o serviço ofertado quanto garantia algo como uma “fidelização”, além de dispor de mais e melhores dados para produzir motores melhores e mais eficientes (SRNICEK, 2016).

O último tipo de plataforma, as enxutas, tem no Uber e na Airbnb dois dos maiores exemplos: nem aquela é dona de nenhum carro, nem esta possui casa ou apartamento algum. Além disso, elas têm uma diferença em comparação com os modelos anteriores de plataformas: Uber e Airbnb (ainda) não dão lucro, ou seja, são

mais próximas das que levaram à bolha do “pontocom” do que dos outros quatro tipos de plataformas. No lugar de serem donas dos ativos que alugam, Uber e Airbnb são basicamente proprietários apenas do que é mais valioso: a plataforma do *software* de aluguel e a análise de dados. No caso da Uber, Srnicek (2016) destaca que ela poderia se tornar uma empresa de “produto”, caso desenvolvesse carros autoguiados para aluguel por outras firmas ou usuários. Esse é um desenvolvimento que, cabe ressaltar, só poderia vir a ser atingido com a subsunção de trabalho intelectual e a massiva manipulação e uso dos dados coletados das corridas.

As enxutas funcionam em um modelo “hiper-terceirizado”, no qual tanto os trabalhadores, quanto o treinamento, a manutenção e o capital fixo são terceirizados. Essa forma de “contratação” dos empregados permite que elas economizem algo como 30% nos custos do trabalho, além de adotarem formas de controle variadas sobre eles, como os sistemas de avaliação (classificação por estrelas e afins que geralmente carregam consigo discriminações de gênero e raça). Com essa hiper-terceirização, as empresas pagam os empregados por “peça”, como havia definido Marx, sendo ela uma corrida, no caso do Uber, um aluguel, no do Airbnb, ou uma tarefa completa, no caso da Amazon Mechanical Turk (AMT) - todas elas dependendo da conexão por meio de algum dispositivo eletrônico, em geral um celular, que também coleta dados para ambas a empresa que o produziu e a contratante através dele (SRNICEK, 2016).

Os trabalhadores, por sua vez, com essa constante terceirização, que remonta à crise dos anos 1970, são cada vez mais vistos como “descartáveis” (*disposable*) ou disponíveis a qualquer e toda hora (*just-in-time*) (SRNICEK, 2016). Além disso, como vimos anteriormente na descrição de Benanav (2020), em um cenário de crises, recuperações sem emprego, realocação para trabalhos com produtividade e remuneração mais baixas, essas plataformas enxutas se tornam meio para “acomodação” da alta oferta de trabalho e, principalmente, das estatísticas relativas ao desemprego, afinal, estes trabalhadores se encaixam nos empregados por conta própria (*self-employed*). Uma pesquisa da OIT, por exemplo, descobriu que os trabalhadores AMT tendem a ser altamente escolarizados, sendo ela, para 37% deles, a principal fonte de renda. No caso da Uber, a própria empresa reconhece que, em Londres, cerca de $\frac{1}{3}$ dos motoristas vêm de bairros nos quais o desemprego é superior a 10%. “Em uma economia saudável, essas pessoas não

estariam sujeitas às microtarefas, já que elas teriam trabalhos adequados.” (SRNICEK, 2016, p. 49, tradução nossa).¹²⁶

Mesmo que a terceirização tenha começado na manufatura, agora ela se proliferou para grande parte dos setores, incluindo trabalhos de colarinho branco (*white-collar jobs*), como redatores, programadores e gestores. Tornando terceirizáveis, por meio de plataformas como a Mechanical Turk, trabalhos que antes não eram, foi possível constituir algo como um mercado global de trabalho sob-demanda, no qual basicamente todos são potenciais competidores entre si e, portanto, com isso, contribuem também para a absoluta redução dos custos de trabalho. Para efetivar essa hiper-terceirização, essas novas *start-ups* (Uber, Airbnb e, no caso do Brasil, Ifood) não precisam dos altos investimentos relativos à construção da infraestrutura básica, alugando-a, no lugar, de empresas como a AWS. Além disso, grande parte do “custo fixo” foi transferido para os próprios trabalhadores (acomodação, veículos, manutenção, seguro, depreciação etc.). Como, apesar de todas essas medidas, elas ainda não conseguem apresentar previsões relativas a lucros, há uma pressão para constantemente cortar o que ainda é um “custo” para a empresa - em geral, a remuneração por peça -, mas também, contraditoriamente, elas seguem recebendo investidores buscando retornos mais altos em negócios arriscados.

Em resumo, as plataformas enxutas aparecem como o produto de algumas tendências e momentos: as tendências para a terceirização, as populações excedentes e a digitalização da vida, junto com a onda de desemprego pós-2008 e a ascensão de uma política monetária acomodatória, de capital excedente e de plataformas em nuvem que permitem escalonamento rápido. (...) Longe de representar o futuro do trabalho ou da economia, esses modelos parecem propensos a se desintegrar nos próximos anos. (SRNICEK, 2016, p. 52, tradução nossa).¹²⁷

É importante destacar que, mesmo empresas que não aparecem diretamente ligadas à terceirização massiva, como são os casos de Google e Facebook, utilizam esse mecanismo de “contratação” para microtarefas como a moderação de

¹²⁶ In a healthy economy these people would have no need to be microtasking, as they would have proper jobs. (SRNICEK, 2016, p. 49).

¹²⁷ In summary, lean platforms appear as the product of a few tendencies and moments: the tendencies towards outsourcing, surplus populations, and the digitisation of life, along with the post-2008 surge in unemployment and rise of an accommodative monetary policy, surplus capital, and cloud platforms that enable rapid scaling. (...) Far from representing the future of work or that of the economy, these models seem likely to fall apart in the coming years. (SRNICEK, 2016, p. 52).

conteúdo, que é marcadamente feita nas Filipinas por cerca de 100 mil pessoas. Assim, elas seguem o padrão de manter posições bem pagas e altamente qualificadas nos países centrais e terceirizar as de baixa escolaridade e remuneração, algo que agora é possibilitado ser feito ao redor do globo ao mesmo tempo que os dados relativos àqueles trabalhos são capturados para treinamento dos próprios algoritmos e para desenvolvimentos de mais modernos e avançados sistemas, *softwares* e inteligências artificiais (SRNICEK, 2016).

Por causa da concorrência entre as plataformas, que mencionamos anteriormente, os novos desenvolvimentos para os quais elas se voltam não são para criar melhores serviços para os usuários ou para resolver problemas sociais, mas para ou aperfeiçoar as formas de coleta, tratamento e uso de dados ou para se inserir em setores e negócios que, caso contrário, seriam dominados por competidores, que então teriam vantagem naquela área. Esse desenvolvimento pode ser visto, por exemplo, no investimento feito por empresas como o Google na construção de infraestrutura própria (além da nuvem, os próprios cabos submarinos), a fim de evitar o “compartilhamento” da coleta de dados com um sempre potencial concorrente. Por isso, Srnicek (2016) aponta para as fusões e aquisições buscadas pelas plataformas não como sendo algum tipo de integração vertical, caso clássico do fordismo, mas tampouco um modelo enxuto, como no pós-fordismo; na verdade, para ele, elas lembram conexões “rizomáticas” (SRNICEK, 2016, p. 66), ou seja, que crescem se desconcentrando e se ramificando para outros locais.

Assim, depois de toda essa exposição, poderíamos definir as plataformas como a forma que os sistemas de mediação social assumem no capitalismo de produção altamente socializada. Localizadas, em geral, nos Estados Unidos, a estrutura delas lembra, para recuperar a tese de Verlane Santos (2007) apresentada anteriormente, uma “firma-rede rizomática”: o caráter monopolístico das plataformas faz com que elas busquem uma constante expansão para outros setores e áreas, sejam eles lucrativos ou “apenas” para coleta de dados, incluindo diferentes territórios, já que o modo de produção capitalista é e está mundializado; além disso, dentro delas, devido ao desenvolvimento de cada vez mais elaborados *softwares*, inteligências artificiais e formas de aprendizado de máquina, se proliferam tipos diferentes de subsunção do trabalho - enquanto alguns têm salários altos e posições consolidadas, a maior parte dos trabalhadores é terceirizada e recebe salários baixos por cada tarefa realizada. Devido ao grau de desenvolvimento das TICs, a

capacidade de terceirização de trabalho para países periféricos, com mão de obra mais barata, também funciona como forma de deprimir os níveis absolutos de remuneração do mercado de trabalho global, tornando os centrais mais parecidos com aqueles e não o inverso, como prometem os ideólogos do capitalismo.

Ao mesmo tempo em que a infraestrutura sobre as quais estão as plataformas representa a máxima materialização do caráter social da produção capitalista (a rede de produtores privados de que falava Rubin [1987] materialmente constituída), cuja tomada pelos trabalhadores poderia servir de base para a entrada e expansão do reino da liberdade, a permanência das relações sociais capitalista faz com que, em meio às crises e ao avanço da automação em uma economia estagnada, ela funcione para que, além da expulsão de cada vez mais trabalhadores do processo produtivo pela introdução de novos *hardware* e *software*, os trabalhos restantes sejam fragmentados, distribuídos globalmente e remunerados nos níveis mais baixos possíveis. Devido ao fato de grande parte dessas contratações ser mediada por dispositivos eletrônicos ligados à internet, a simétrica intelectualização geral dos processos de trabalho (BOLAÑO, 2002) se configura como uma crescente proletarização de toda a sociedade (BASTOS, 2021), seguindo a riqueza sendo acumulada no polo do capital. Nessa sociedade, as plataformas buscam coletar todas as atividades dos usuários na forma de dados, mas não para superar gargalos e melhorar as condições de vida da população e, sim, para usá-los da maneira mais lucrativa possível. Como reconhece Srnicek (2016, p. 77, tradução nossa), já no final do livro, esboçando alguns cenários futuros e possibilidades para mudar a situação: “talvez hoje nós devêssemos coletivizar as plataformas.”¹²⁸

Fechando esta dissertação, neste capítulo final, observamos como as questões abstratas postuladas anteriormente sobre a produção e apropriação de valor e mais-valor se apresentam na superfície do modo de produção capitalista. Em meio à forte crise de superprodução de meios de produção que se arrasta há cinco décadas, a automação, que havia sido introduzida vinte anos antes, avança em uma economia estagnada, com baixos níveis de investimento, promovendo um tipo de reconfiguração planetária do mercado trabalho no sentido de conformar um padrão de subemprego global. Tendo por base sofisticados sistemas de informação e

¹²⁸ Perhaps today we must collectivise the platforms. (SRNICEK, 2016, p. 77).

comunicação, desde a coleta de dados até as terceirizações de microtarefas pagas pelo absoluto mínimo possível, as potencialidades emancipatórias abertas pela reunião entre trabalho manual e intelectual e pela materialização do caráter social da produção se transfiguram em meio para a constante acumulação de capital e pauperização da classe trabalhadora.

Ainda nos anos 1950, Pollock já apontava para as consequências sociais deletérias da forma como a automação estava sendo introduzida. Era preciso, segundo ele, que a sociedade, na forma do Estado, interviesse para garantir que as condições para a emergência de um novo regime nazi-fascista não fossem gestadas, ao mesmo tempo que era possibilitada uma maior libertação do fardo do trabalho, em especial do braçal. Desde a queda do bloco soviético e da esterilização militar-ideológica/cultural dos potenciais emancipatórios de uma revolução social, o avançar do capital sobre o trabalho se conjugou com a crise de superprodução de meios de produção. Nesse contexto, a ensandecida busca pela autovalorização do valor encontrou nas plataformas digitais e nos modernos sistemas de coleta, transporte e processamento de dados/informação um meio para extrair tanto mais-valor quanto acumular mais lucro, rebaixando ambos o valor da força de trabalho em concorrência global quanto a parcela do excedente cristalizada como salário. Assim, enquanto não são resolvidas as contradições próprias ao modo de produção capitalista, algo que ele não é capaz de fazer por conta, a lei geral da acumulação capitalista continua a operar e garantir que siga o processo através do qual o capital acumula e se autovaloriza em detrimento do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho tem algumas insuficiências/limitações, em geral ligadas a possíveis futuras pesquisas ou questões que foram abertas/apresentadas mas não totalmente aprofundadas ao longo dele, tendo sido a maioria delas eventualmente apresentadas ao longo do texto ou em notas de rodapé. Em um primeiro momento, devemos apontar a falta de uma revisão mais detalhada e extensa sobre plataformas, dados, novas tecnologias do século XXI (IA, aprendizado de máquina, Internet das Coisas, 5G etc.) e as próximas relações de trabalho, incluindo as pesquisas de autores da própria EPC que têm lidado com o tema. Além disso, Brasil e China, dois interesses particulares nossos, aparecem em vários momentos marginalmente, algo que uma pesquisa de mais fôlego e com foco em um ou nos dois deles daria conta de melhor desenvolver, seja abordando o Brasil como protótipo da cisão centro-periferia ou ricos-pobres ou a China como um modelo de desenvolvimento específico e com alguma capacidade de domar a sanha capitalista de autovalorização do valor. Por ora, couberam algumas menções e notas de rodapé, inclusive, em certos casos, indicando caminhos por onde abordaríamos a questão.

Um outro problema percebido ao longo da escrita foi a falta de uma maior atenção à guerra, seja o papel dela no nascimento do capitalismo (desde a disputa entre países até a expansão e dominação transatlântica), na possível queima/destruição de capital, na indução de demanda ou no próprio desenvolvimento das forças produtivas e na política mundial. Por último, cremos que o método de exposição adequado ao argumento ainda pode ser lapidado e aperfeiçoado. Assim, em um outro momento, talvez o texto merecesse uma reorganização das partes e uma maior aproximação entre os autores, contrastando posições e blocando alguns argumentos para não deixá-los tão restritos ao capítulo no qual foram desenvolvidos. Neste trabalho, adotamos um método de exposição algo como resenhando em sequência as diversas contribuições, seguindo uma característica da forma como Paulo Arantes escreve, um outro caso de menções esporádicas e notas de rodapé, mas que influenciou largamente a abordagem aqui desenvolvida. Deve haver outras limitações e problemas deste trabalho, não há dúvida. Entretanto, como dissertação que pretende dar uma contribuição, ainda que mínima, ao desenvolvimento da EPC e da luta de classes pelas condições de

acumulação e, principalmente, pela superação do capital, esperamos que elas sejam levantadas de maneira a construir e refinar os argumentos aqui apresentados.

No primeiro capítulo, reconhecemos a atualidade da teoria do valor e a capacidade que os conceitos de subsunção do trabalho intelectual e de Terceira Revolução Industrial, tais quais elaborados por Bolaño (2002), têm de apreender o atual estado do modo de produção capitalista. Na sequência, buscamos no debate Brenner-Arrighi, no conceito de crise na crítica da economia política (GRESPLAN, 2012) e na *Agenda Rosdolsky* (ALBUQUERQUE, 2012) elementos que nos permitissem apreender a dinâmica e as transformações da informação tanto na crise iniciada nos anos 1970 quanto na possível superação do modo de produção. Seguindo em nossa empreitada para avaliar os papéis de informação e comunicação na crise do capital, no terceiro capítulo abordamos a contradição Estado-sociedade civil (POGREBINSCHI, 2009) e encontramos no debate alemão da derivação instrumentos para apreender o Estado como instância crítica e capaz de ser disputada pela classe trabalhadora, mesmo que sua superação deva ser o horizonte. Em meio à crise do capital, a exploração, mediada nacionalmente, e o desmonte dos projetos nacionais terão no Estado um ator fundamental ao, por meio do dinheiro e das taxas de câmbio, contribuir para o estabelecimento de um mercado de trabalho em concorrência global (COPLEY e MORAITIS, 2020).

Ao final, avaliando a automação, desde sua infância, descrita no estudo tão pioneiro quanto pouco referenciado de Pollock (1957), até a atual lentidão de seu avançar em uma economia estagnada (BENANAV, 2020), reconhecemos que nossa hipótese inicial, que aventava a existência de mercado de trabalho precário por causa de rápida automação, tem uma explicação mais adequada no choque entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, cujo resultado atual se manifesta na formação de um padrão de subemprego global. Para tal, as plataformas, ou as sofisticadas Tecnologias da Informação e da Comunicação, são um meio para a terceirização de grande parte das microtarefas para a periferia, seja da própria sociedade ou de outro país. Somando isso à própria lei geral da acumulação capitalista e à formação de um sempre em expansão exército industrial de reserva ou de uma sempre crescente superpopulação relativa, a não resolução da crise iniciada nos anos 1970, algo que só poderia ser feito pela superação da própria *forma social*, cinco décadas depois, está promovendo a desintegração social

temida por Pollock e estudada por Polanyi (2021), contribuindo, assim, para a retomada e ascensão de respostas (neo/proto) fascistas.

Assim, como expusemos ao longo da dissertação, se o tempo de trabalho socialmente necessário foi brutalmente reduzido pelo próprio desenvolvimento capitalista e se o trabalho ainda necessário está altamente socializado, tendo o diretamente produtivo sido tendencialmente superado pelo indiretamente produtivo e o imediatamente social, por que ainda trabalhamos tanto e em empregos tão precários? Para responder a esta pergunta, além do argumento que já apresentamos, valeria voltar ao texto sobre a indústria cultural, a forma social adequada para a mistificação das massas quando da configuração do capital monopolista. Adorno e Horkheimer (1985) abordam a indústria cultural como uma forma de encobrir e conformar as relações sociais de maneira adequada às determinações do capital, cujo estado das forças produtivas, já nos anos 1950 (e desde sempre, se se pensar na sociedade pós-escassez), permitia a liberação dos seres humanos para o desenvolvimento pleno de suas faculdades, em oposição às necessidades impostas pela forma com se organiza o processo produtivo. A indústria cultural se desenvolve para ocupar o tempo liberado do trabalho e garantir, por meio da criação de novas necessidades (inclusão e esterilização da contradição de classe pelo consumo) e do suprimento de outras, a persistência de uma forma social como a capitalista.

Bolaño (2000), em sua reformulação do conceito, a apresenta como uma estrutura de mediação social entre o público, sua necessidade de reprodução simbólica, e Estado e capital. Como o capital não consegue ser ele próprio criativo e nem produzir os bens culturais, ele precisa, contraditoriamente e buscando sua negação, subsumir trabalho, seja ele cultural ou intelectual. Assim, essa mediação social entre as diferentes partes é feita através da subsunção do trabalho cultural, no caso mais diretamente da IC, cujo trabalhador é duplamente expropriado (de seus meios de produção e do contato com o público) e produtor de duas mercadorias (o programa e a audiência - esta a mais valiosa e que será lucrativamente ofertada para anunciantes). Em um texto mais recente sobre a organização do capital em rede, o próprio Bolaño (2016) atualiza sua concepção de Indústria Cultural para pensar nos recentes desenvolvimentos, em especial a internet e as redes sociais. Fica, de certa forma, em segundo plano, subsumida às plataformas (globais), a Indústria Cultural, permeada por especificidades nacionais, como o caso brasileiro

com a Globo, e se forma, em contraposição a ela, uma organização em rede, que pode ser exemplificada pela massificação quase universal (exceções feitas à países como Rússia e China) de plataformas digitais. Esta é uma forma de subsunção global da cultura, algo que anteriormente era mais verificado com Hollywood, mas também de avanço para ocupar outros espaços que ainda não haviam sido (por exemplo, as relações interpessoais que se tornam cada vez mais mediatizadas).

Em outro artigo, este escrito em conjunto com Carlos Figueiredo (2017), o autor apresenta como nova função, a “interação”, que se soma às três clássicas apresentadas em Bolaño (2000) - publicidade, propaganda e programa -, neste momento do desenvolvimento capitalista. Através da interação, ou seja, da participação ativa do usuário e da coleta de dados referentes ao uso e às preferências dele, os algoritmos podem, por um lado, direcionar conteúdo/estruturar linhas do tempo e, por outro, ofertar audiência mais segmentada que a da Indústria Cultural para os anunciantes. Estamos de acordo com a classificação desta nova função, mas ela requer refinamento para se enquadrar na abordagem aqui elaborada, visto que os algoritmos estão em constante desenvolvimento de acordo com os dados coletados dos usuários. Assim, além de “apenas” interagir e receber conteúdos de maneira diferente de quando na Indústria Cultural, há um processo de automatização da mediação social agora organizada pelos algoritmos - não mais sendo ela necessariamente feita por trabalhadores subsumidos diretamente para tal.

Pensando em correlação com o exposto anteriormente sobre as modificações no estatuto do trabalho, a função-interação pode ser compreendida como um movimento de nova desqualificação do trabalhador cultural, algo especializado, obrigando que ele se relacione com o público através das plataformas, ao mesmo tempo em que possibilita que seja “democratizada” a produção de conteúdo e a busca por lucros/anunciantes de diferentes formas e por mais pessoas, que acabam funcionando como uma espécie de filtros ou atratoras/direcionadoras em meio a grande existência de conteúdo online. Essa subsunção global da cultura representa, inclusive, uma grande perda financeira para as Indústrias Culturais (nacionais), que também precisam recorrer às plataformas como meio de contato com seu público e de atrair leitores, assinantes, anunciantes etc. De todo modo, acreditamos que a chamada “crise do modelo de negócios”, em especial utilizada para se referir ao jornalismo financiado por anunciantes, deveria ser pensada por essa chave.

Com relação ao trabalhador intelectual, aqui pensando no caso clássico do editor dentro da Indústria Cultural, mas também, em certo sentido, o engenheiro, o cientista e o programador, o algoritmo, o aprendizado de máquina e a Inteligência Artificial são formas de uma constante tentativa de expulsão do trabalho vivo pela máquina. Algo como, parafraseando Alan Turing, as máquinas não só pensarem diferentemente, mas também aprenderem. Como todos os usuários dessas plataformas de alguma forma contribuem para tal (seja com seu uso, compartilhamento de dados e consumo da publicidade que as financia, mas também com *feedback* e até sugestão e solução de algum problema, se se pensar em uma lógica próxima a dos *softwares* livres, que, como tais, podem ser apropriados lucrativamente), num constante processo de acumulação primitiva de conhecimento (BOLAÑO, 2000) ou de apropriação do intelecto geral, este uso é visto por alguns como “trabalho”, ou seja, como se os dados “produzidos pelos usuários” fossem valor e, assim, essas plataformas pudessem se apropriar de um mais-valor extraordinário, “2.0”, na forma de um trabalho não pago das bilhões de contas ativas. Na verdade, eles são uma matéria-prima bastante valiosa para que, por meio do trabalho intelectual realmente subsumido às relações sociais capitalistas, sejam desenvolvidas as novas técnicas e capacidades produtivas.

De acordo com toda a proposta aqui apresentada, algumas questões precisam ser postas na mesa sobre essas plataformas digitais: 1) elas são monopólios e, portanto, extraem fatias do excedente global superior ao que produzem; 2) elas ainda empregam, direta ou indiretamente, trabalhadores produtivos, que pesquisam e projetam os algoritmos que organizam linhas do tempo, sugerem conteúdos e direcionam publicidade, bem como os que produzem toda a infraestrutura material (o *hardware*), que será a base para a coleta massiva de dados, ou seja, este ainda é um setor com alguma capacidade expansiva e, portanto, é visto como possível garantidor de lucros futuros e de valorização de ativos financeiros – o que não impede que seja indicada a existência de uma bolha, especialmente na publicidade de plataformas como Google e Facebook; 3) no caso do trabalhador cultural propriamente dito, há uma maior concorrência e, se se quiser, “democratização” da produção de conteúdo, o que conseqüentemente rebaixa o preço da força de trabalho e a remuneração que ele antes poderia receber na tradicional Indústria Cultural, ao mesmo tempo que o direcionamento feito por meio do algoritmo funciona no sentido de industrializar ainda mais a produção de cultura,

visto que ele busca manter a pessoa o máximo de tempo possível na plataforma, recomendando, para isso, conteúdos afins aos gostos dela ou que farão com que ela se engaje e continue a interagir; 4) ao mesmo tempo que usuários e produtores de conteúdo estão ingressando na lógica das redes sociais, das plataformas, sua atividade adquire um duplo caráter: por um lado, o conteúdo criado ou seu tempo de uso/exposição são fundamentais para a produção da mercadoria-audiência, que será ofertada como altamente segmentada e capaz de ter resultados melhores e de possível avaliação pelos contratantes, mas, por outro, os dados, as matérias-primas que serão trabalhadas/utilizadas para aperfeiçoar os algoritmos e os produtos são algo como gratuitos (desconsiderando, claro, o trabalho necessário para a produção e os eventuais custos de acesso - internet, energia etc.), mas altamente necessários para uso no trabalho produtivo intelectual que será empregado futuramente; e o mais importante 5) todo esse desenvolvimento anteriormente exposto está baseado na subsunção do trabalho intelectual e na intelectualização geral dos processos de trabalho, cujas potencialidades são intervertidas como proletarização sempre crescente de toda a classe trabalhadora.

Como vivemos uma crise brutal baseada em superprodução de meios de produção e com grandes parcelas dos trabalhadores vendo seus salários e condições de trabalho sendo rebaixados, nada mais ideológico do que apontar para todas as nossas atividades, subsumidas em geral às plataformas, como produtivas. Na verdade, o que argumentamos aqui é que isto é uma expressão da própria crise estrutural do capital e de sua atual luta para impedir a própria superação, visto que a lógica da produção baseada no valor de troca está tendencialmente superada. Se nossas atividades parecem ser produtivas para os monopólios da economia digital é porque a própria produção de mercadorias está altamente socializada, cientificizada e baseada na apropriação do fundo de conhecimento produto do trabalho humano, apesar do excedente ser apropriado por parcelas cada vez menores de capitalistas, donos dos meios de produção, ou, em geral, acionistas.

As soluções teóricas para “compreensão” do problema são então apresentadas ou como a informação, os dados, sendo os ativos mais valiosos, o que justificaria o “valor” dessas empresas, ou como todas as atividades da sociedade sendo direta ou indiretamente “trabalho”, mesmo que não remunerado. Em geral, na verdade, tais explicações são apresentadas conjuntamente. De todo modo, olhando pela perspectiva aqui adotada, elas são insuficientes e não apreendem as

contradições da produção, da apropriação e da regulação social baseadas na forma-valor. Sem apreender os fundamentos e atuar pela transformação deles, a tendência é que a constante desagregação social provocada pela subsunção global da cultura, em meio ao avanço da automação em uma economia estagnada, seja combatida com propostas nostálgicas do fordismo ou do Estado, tecnocráticas (RBU, por exemplo) ou, como em nosso caso brasileiro, com a ascensão da extrema-direita e as promessas de soluções que passam pela desconstrução/destruição de todo o tecido e lado social da política, bem como de qualquer pensamento divergente.

Como é preciso “mistificar” as potencialidades abertas pelo desenvolvimento das forças produtivas, especialmente no que tange à própria possibilidade de outra forma de organização social, a indústria cultural, aqui pensada em termos bastante adornianos, é fundamental. Robert Kurz, em um texto de 1999 sobre a ditadura do trabalho abstrato, já apontava para a importância da indústria cultura no sentido de conformar as relações sociais:

No capitalismo, as pessoas estão cada vez mais se refugiando em uma utopia individualizada do tempo livre. Mas também aqui o capitalismo espreita sorridente, pois há muito ele colonizou o tempo livre, que é meramente complementar ao tempo de trabalho. Como o trabalho é *a priori* uma relação de privação do direito de escolha, também o tempo livre teve de se igualar a ele.

O tempo livre não é um tempo liberado, mas um tempo funcional secundário ao capital. Não se trata do ócio disponível, mas de um tempo em si mesmo funcional para o consumo permanente (e extremamente intenso) de mercadorias. De um lado, a indústria cultural e do tempo livre criam novas esferas de trabalho e, de outro, o tempo livre como tal ajusta-se ao tempo de trabalho. O indivíduo capitalista é hoje um empregado não só quando “ganha” dinheiro, mas também quando gasta dinheiro. Esse estado de coisas só reflete uma tendência geral do desenvolvimento capitalista na qual a própria lógica da “economia desvinculada” transpõe áreas separadas e fragmentadas da vida e, de certo modo, as “conquista”: a vida volta a ser um todo, só que integrada na totalidade capitalista. (KURZ, 2020, p.77, destaques do autor).

Em um processo de contínua expulsão do trabalho e, em especial, dos ainda existentes trabalhos diretamente produtivos, mas com a persistência da lei do valor, aliado ao desenvolvimento de refinadas ferramentas de quantificação, modelagem e administração, baseadas em dados coletados de todas as atividades das pessoas, talvez faça mais sentido apontar para uma socialização crescente da produção, com a participação, direta ou indiretamente, de toda a população, permanecendo o valor, o trabalho abstrato, como mediação social, mas de uma forma controlada e

administrada com o auxílio de modernos instrumentos baseados em “informação”. Nessa sociedade, com tal lógica de produção e apropriação do mais-valor, podemos pensar no que seria a “infopolítica”, tão cuidadosamente apresentada na conclusão da tese de Ruy Sardinha Lopes (2008). Em uma sociedade industrial (quase) totalmente administrada, os dados e a informação (e o controle dela) aparecem como riqueza, mas não são de fato. Na verdade, eles são a matéria-prima coletada e utilizada na subsunção do trabalho intelectual. Ela, por sua vez, funciona dentro da concorrência capitalista como forma de arregimentar maior lucro e de transferir valor do centro para a periferia, seja por meio de ganhos de produtividade ou de pagamento de rendas advindas de patentes ou de direitos de propriedade intelectual. Superar essa lógica de produção que, ao invés de abrir as portas para o reino da liberdade, empurra as barreiras à entrada sempre mais distantes, passa pela superação do próprio trabalho e da forma do valor. Socializar não só a produção, portanto, pois isso o próprio capitalismo o faz, mas os meios de produção e o fundo de conhecimento humano, buscando, assim, uma alteração qualitativa na forma social por meio da qual as pessoas se relacionam.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: COHN, Gabriel. (Org.). **Grandes Cientistas Sociais – Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1986.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota e. **Agenda Rosdolsky**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012.

_____. Capitalismo pós-www: uma discussão introdutória sobre uma nova fase na economia global. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol.14, n. 24, p. 131-154, jan.-jun. 2019. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/391>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo. Boitempo Editorial. 2007.

_____. **O novo tempo do mundo**: e outros ensaios sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO, Lucas Morato. **O debate Brenner-Arrighi e a questão da unidade de análise**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Unicamp, Campinas, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321199>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

_____. **The long twentieth century**: Money, Power and the Origins of Our Times. Londres: Verso Books, 2009.

_____. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **Adam Smith in Beijing**: Lineages of the Twenty-First Century. Londres: Verso Books, 2007.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

_____. **Chaos and governance in the modern world system**. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1999.

BASTANI, Aaron. **Fully automated luxury communism: a manifesto**. Londres: Verso, 2019.

BASTOS, Manoel Dourado. Elementos para uma abordagem dialética da digitalização das TICs a partir da teoria do valor de Marx. In: ALVES, Giovanni. (Org.). **Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI**. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021.

_____. Indústria Cultural e capitalismo tardio: Origens da Economia Política da Comunicação no Brasil em Mercado Brasileiro de Televisão. **Chasqui**. n 142, pp. 187-202 dez. 2019 - mar. 2020a. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4121>. Acesso em: 21 mar. 2021.

_____. A EPC e o Estado como forma política: A virada dialética de *Indústria Cultural, informação e capitalismo*. **43º Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2020b. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1349-1.pdf>. Acesso em 29 mar. 2021.

BASTOS, Manoel Dourado; SOUZA, Rafaela Martins de. Os fundamentos sociais do patriarcado da mídia. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**. vol. 6, n. 2, pp. 53-69, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/14709/209209212692>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BASTOS, Manoel Dourado; SOUZA, Rafaela Martins de; FUSARO, Willian Casagrande. Behemoth comunicacional: a crise do Estado e os limites lógicos da forma-comunicação. In: BASTOS, Manoel Dourado; FIGUEIREDO, Carlos; SANTOS, Anderson. (Orgs.). **30 anos de Economia Política da Comunicação e o Brasil pós-golpe**. São Cristóvão: Ulepicc-Brasil, 2020. *E-book*.

BELLOFIORE, Riccardo; RIVA, Tommaso Redolfi. A nova leitura de Marx. **Zero à esquerda**. Disponível em: <https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2021/02/25/a-nova-leitura-de-marx-neue-marx-lecture-riccardo-bellofiore-e-tommaso-redolfi-riva/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BENANAV, Aaron. **A global history of unemployment: surplus population in the world economy, 1949-2010**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2015.

_____. **Automation and the future of work**. Londres: Verso, 2020

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERNARDI, Guilherme. **A Regulação econômica da internet em tempos de crise**. 58 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo – Universidade Estadual de Londrina, 2018.

BERNARDI, Guilherme; PANHO, Isabella Alonso; BASTOS, Manoel Dourado. Aproximações teóricas entre a crítica do Estado e a crítica da Economia Política da Comunicação. **43º Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1357-1.pdf>. Acesso em 29 mar. 2021.

BERNARDI, Guilherme; BASTOS, Manoel Dourado. Trabalho gratuito nas redes: os usuários à serviço do capital. **41º Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1833-1.pdf>. Acesso em 20 dez. 2021.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

_____. Prefácio. In: LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, Conhecimento e Valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.

_____. **Campo aberto**: para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Edise, 2015.

_____. Da derivação à regulação: para uma abordagem da Indústria Cultural. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación (EPTIC)**. v. 5, n. 3, set./dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/405/536>. Acesso em: 26 março 2019.

_____. Economia Política do Conhecimento e o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación (EPTIC)**. v. 6, n. 3, set./dez. 2004.

_____. **Mercado Brasileiro de Televisão**. 2ª. ed. rev. e ampl. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

_____. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A Reconfiguração do Fator Subjetivo na Atual Reestruturação Produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n. 11, pp. 53-78, 2002. Disponível em: <http://eptic.com.br/wpcontent/uploads/2020/06/Trabalho-intelectual-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismoBola%C3%B1o.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

_____. **Industria Cultural, información y capitalismo**. Barcelona: Gedisa, 2013.

_____. Organização em rede, capital e a regulação mercantil do elo social. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 6-16, mai. 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3711/3131>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BOLAÑO, César; BASTOS, Manoel Dourado. Um pensamento materialista em Comunicação. In: DEL BIANCO, Nelia R.; LOPES, Ruy Sardinha. (Org.). **O campo da comunicação**: epistemologia e contribuições. São Paulo: Socicom Livros, 2020. *E-book*.

BOLAÑO, César; VIEIRA, Eloy S. Economia política da internet e os sites de redes sociais. **Revista Eptic Online**, Aracaju, vol. 16, n. 2., 2014. 75-88. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/2168/1947>. Acesso em: 25 abr. de 2018.

BOLAÑO, César; BASTOS, Manoel Dourado; SOUZA, Rafaela Martins de. Marxismo, Feminismo e Comunicação. **44º Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt8-ep/rafaela-martins-de-souza.pdf>. Acesso em 28 fev. 2022.

BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. (Comp., Ed.). **Estado y Capital**: El Debate Alemán Sobre la Derivación del Estado. Buenos Aires: Herramienta, 2017. *E-book*.

BLANKE, Bernhard; JÜRGENS, Ulrich; KASTENDIEK, Hans. Acerca de la reciente discusión marxista sobre el análisis de la forma y función del estado burgués. Reflexiones sobre la relación entre política y economía. In: BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. (Comp., Ed.). **Estado y Capital**: El Debate Alemán Sobre la Derivación del Estado. Buenos Aires: Herramienta, 2017. *E-book*.

BRENNER, Robert. **The Economics of Global Turbulence**: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005. Londres: Verso Books, 2006.

_____. **O Boom e a Bolha**: Os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. A Caminho do abismo: a crise na economia dos EUA. **resistir.info**. Disponível em: http://resistir.info/eua/brenner_port.html. Acesso em: 7 jul. 2021.

_____. Towards the Precipice: Robert Brenner on the crisis in the US economy. **London Review of Books**, Londres, 6 fev. 2003. vol. 25, n. 3. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v25/n03/robert-brenner/towards-the-precipice>. Acesso em: 7 jul. 2021.

_____. Overproduction not Financial Collapse is the Heart of the Crisis: the US, East Asia, and the World. Entrevista com Jeong Seong-jin. **The Asia-Pacific Journal**, 7 fev. 2009. Disponível em: <https://apjif.org/-Robert-Brenner/3043/article.html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

_____. Escalating Plunder. **New Left Review**. vol. 123, mai.-jun. 2020. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii123/articles/robert-brenner-escalating-plunder>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRYNJOLFSSON, Erik; McAFFE, Andrew. **The second machine age**: work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2016.

CALDAS, Camilo Onoda. **A teoria da derivação do estado e do direito**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARLEIAL, Liana. Mudanças no trabalho e implicações sobre a mensuração da produtividade: uma primeira aproximação. In: GARCIA, M. de F. (Org.). **Tecnologia e Trabalho no Capitalismo em Mudança**. Maringá: Gráfica Sthampa, 2000;

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas. Papyrus. 2013.

CARVALHO, Mario Cesar. China lança moeda digital e ameaça reinado do dólar no comércio internacional. **Poder 360**, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/futuro-indicativo/china-lanca-moeda-digital-e-ameaca-reinado-do-dolar-no-comercio-internacional/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

COPLEY, Jack; MORAITIS, Alexis. Beyond the Mutual Constitution of States and Markets: On the Governance of Alienation. **New Political Economy**. vol. 26, n. 3, pp. 490-508, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563467.2020.1766430>. Acesso em: 8 jul. 2021.

_____. Capitalism in decline: automation in a stagnant economy. **ROAR**. Disponível em: <https://roarmag.org/essays/automation-benavav-smith-review/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. In: POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHUANG, Coletivo. **Contágio social**: coronavírus e a luta de classes microbiológica na China. São Paulo: Veneta, 2020. *E-book*.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. 2ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DE AZEVEDO, Raquel. Ler O capital de Marx: Aula 1 – A história do método de Marx. **YouTube**, 5 abr. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WeWFS43D_Tg. Acesso em: 5 abr. 2021.

ELSON, Diane. The value theory of labour. In: _____. **Value: The representation of labour in capitalism**. Londres: Verso, 2015.

FAUSTO, Ruy. Sobre o Estado. In: _____. **Marx: Lógica e Política**: Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Brasília: Brasiliense. 1987. (Tomo II)

FIGUEIREDO, Carlos; BOLAÑO, César. Social Media and Algorithms: Configurations of the Lifeworld Colonization by New Media. **International Review of Information Ethics**. vol. 26, pp. 26-38, dez. 2017. Disponível em: <http://www.i-r-i-e.net/inhalt/026/IRIE-26-Marx-12-2017-4.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

FIGUEIREDO, Filipe; PINTO, Matías. **Xadrez Verbal**. Disponível em: <https://xadrezverbal.com/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

FIORI, José Luís. Entrevista. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 37, set. 2021. 11-29.

FLECK, Amaro. O Capital de Marx. Aula 8: A taxa de mais-valor. **Spotify**, 5 jul. 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5A5XveK4EvR4uRNx8FEind>. Acesso em: 6 jul. 2021.

FLECK, Amaro; CAUX, Luiz Philipe de. (Orgs.). **Crise e transformação estrutural do capitalismo**: artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941. Florianópolis: Nefipo /CFH/UFSC, 2019. *E-book*.

FORD, Martin. **Os robôs e o futuro do emprego**. Rio de Janeiro: Best Business, 2019.

FUSARO, Willian Casagrande. **Forjar a Revolução**: a esfera pública proletária nos cartazes construtivistas de guerra russos (1918-1921). Dissertação de Mestrado em Comunicação. UEL, Londrina, 2020.

GALA, Paulo; JABBOUR, Elias. O milagre da China, curso EAD online com Elias Jabbour. **Paulo Gala / Economia & Finanças**. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/o-milagre/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella; XIMENES MARQUES, Victor. Por uma política orientada ao futuro: a provocação filosófica e estratégica do “aceleracionismo de esquerda”. **Das Questões**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/34941>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GRAEBER, David. **Bullshit jobs**: a theory. Nova Iorque, Simon & Schuster, 2018.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. História e historiografia das crises. **Revista de História (USP)**, São Paulo, n. 179, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/152676>. Acesso em: 7 jul. 2021.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. 6ª. Ed. São Paulo: LVM, 2010.

HOLLOWAY, John. El debate sobre la derivación del estado. Una reflexión reminiscente. In: BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. (Comp., Ed.). **Estado y Capital: El Debate Alemán Sobre la Derivación del Estado**. Buenos Aires: Herramienta, 2017. *E-book*.

INDÚSTRIA AMERICANA. **Netflix**. 2019. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81090071>. Acesso em: 8 jul. 2021.

JABBOUR, Elias. **China: Socialismo e Desenvolvimento, sete décadas depois**. 2ª. Ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição**. Lisboa: Antígona, 2019.

JINPING, Xi. **The Governance of China**. Pequim: Foreign Language Press, 2014. *E-book*.

KANGAL, Kaan. Discussões marxistas na Economia Digital: uma crítica a Christian Fuchs. **Revista Eptic Online**, Aracaju, vol. 22, n. 2., mai.-ago, 2020. 67-82. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/13727/10520>. Acesso em: 20 dez. 2021.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

KURZ, Robert. **A crise do valor de troca**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018.

_____. Keynesianismo de Casino. **Revista Exit!**: crise e crítica da sociedade das mercadorias, Lisboa, 10 out. 2008. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz304.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

_____. A ditadura do trabalho abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 35, nov. 2020. 55-78.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. **Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LONCOMILLA, Gina Mardones; BERNARDI, Guilherme. China e EUA: a corrida tecnológica sob a perspectiva da EPC. **Revista Eptic Online**, Aracaju, vol. 23, n. 2., mai.-ago, 2021. 105-123. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/view/15567/12092>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, Conhecimento e Valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.

MARCUSE, Herbert. Prefácio. In: **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. Prefácio. In: _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**: economia e política. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

_____. Para a crítica do conceito de capitalismo de vigilância. **44º Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt8-ep/helena-martins.pdf>. Acesso em 28 fev. 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Filosofia do Direito**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Crise e Golpe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
E-book.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

MOROZOV, Evgeny. A batalha geopolítica do 5G. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 1 out. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-batalha-geopolitica-do-5g/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

NAVES, Márcio Brilharino. **Marxismo e direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2019

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

PACHUKANIS, Evgeny. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PITTS, Frederick Harry. **Critiquing capitalism today**: new ways to read Marx. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POLANYI, Karl. **A Grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

POLLOCK, Friedrich. **Automation**: a study of its economic and social consequences. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1957.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 81, pp. 79-97, jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/t8yXq9dFqB6W8k33tTM4MLj/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ROBERTS, Michael. Coronavirus: nature fights back. **The Next Recession**, 31 jan. 2021. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/01/31/corinavirus-nature-fights-back/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBEL, Maximilien. **Marx, teórico do anarquismo**. São Paulo: Veneta, 2020. *E-book*.

RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SAAD-FILHO, Alfredo. From COVID-19 to the End of Neoliberalism. **Critical Sociology**. vol. 46, n. 4-5, pp. 477-485, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0896920520929966>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SANTOS, Verlane Aragão. **Reestruturação capitalista e mundo do trabalho nas telecomunicações brasileiras**: a firma rede e as novas configurações do trabalho Serviço Telefônico Fixo Comutado de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SHERMAN, Steven. Hegemonic Transitions and the Dynamics of Cultural Change. **Review (Fernand Braudel Center)**, Binghamton, vol. 22, n. 1, pp. 87-117, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40241449>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SILVER, Beverly. **Forças do Trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOHN-RETHEL, Alfred. **Intellectual and manual labour**: a critique of epistemology. Leida: Brill, 2020.

SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. **Inventing the future**: post-capitalism and a world without work. Londres: Verso, 2015.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 92, pp. 35-56, mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/C7TPzqZKQCHQ5YbXCyJGp6b/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

_____. **How will capitalism end?**: Essays on a failing system. Londres: Verso, 2016. *E-book*.

_____. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

TAUILE, José. Uma introdução à economia política da informação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol. 2, n.2, p. 89-108, 1981. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235711151.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, informação e poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. 399 f.. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VON BRAUNMÜHL, Claudia. El análisis del estado nacional burgués en el contexto del mercado mundial. Un intento por desarrollar una aproximación metodológica y teórica. In: BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. (Comp., Ed.). **Estado y Capital**: El

Debate Alemán Sobre la Derivación del Estado. Buenos Aires: Herramienta, 2017. *E-book*.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.

ZAHRAN, Geraldo; PRADO, Débora; MENEZES, Henrique. Propriedade Intelectual e Vacinas. **Chutando a Escada**. 2 abr. 2021. Disponível em: <https://chutandoaescada.com.br/2021/04/02/chute-207-vacinas/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.